

# REVISTA DE ESTUDOS DA LINGUAGEM

Faculdade de Letras da UFMG

ISSN

Impresso: 0104-0588

On-line: 2237-2083

V.23 - Nº 1



## REVISTA DE ESTUDOS DA LINGUAGEM

Universidade Federal de Minas Gerais

REITOR: Jaime Arturo Ramírez

VICE-REITORA: Sandra Regina Goulart Almeida

Faculdade de Letras:

DIRETORA: Graciela Inés Ravetti de Gómez

VICE-DIRETOR: Rui Rothe-Neves

Editoras: Gláucia Muniz Proença Lara

Maria Cândida Trindade Costa de Seabra

Secretária: Úrsula Francine Massula

Editoração eletrônica: Úrsula Francine Massula

Revisão: Pi Laboratório Editorial

Projeto gráfico atualizado

Marco Antônio Durães e Alda Lopes

Capa e projeto gráfico original

Elson Rezende de Melo

REVISTA DE ESTUDOS DA LINGUAGEM, v.1 - 1992 - Belo Horizonte, MG,

Faculdade de Letras da UFMG

Histórico:

1992 ano 1, n.1 (jul/dez)

1993 ano 2, n.2 (jan/jun)

1994 Publicação interrompida

1995 ano 4, n.3 (jan/jun); ano 4, n.3, v.2 (jul/dez)

1996 ano 5, n.4, v.1 (jan/jun); ano 5, n.4, v.2; ano 5, n. esp.

1997 ano 6, n.5, v.1 (jan/jun)

Nova Numeração:

1997 v.6, n.2 (jul/dez)

1998 v.7, n.1 (jan/jun)

1998 v.7, n.2 (jul/dez)

1. Linguagem - Periódicos I. Faculdade de Letras da UFMG, Ed.

CDD: 401.05

ISSN

Impresso: 0104-0588

On-line: 2237-2083

## REVISTA DE ESTUDOS DA LINGUAGEM

V. 23 - Nº 1- JAN./JUN. 2015

### **Indexadores**

CSA - Linguistics and Language Behavior Abstract

Directory of Open Access Journals

EBSCO

JournalSeek

Latindex

Matriu d'Informació per a l'Anàlisi de Revistes

Modern Language Association Bibliography

Portal Capes

WorldCat/Online Computer Library Center



## REVISTA DE ESTUDOS DA LINGUAGEM

Comissão Editorial: Heliana Mello  
Aderlande Ferraz  
Gláucia Muniz Proença Lara  
Maria Cândida Trindade Costa de Seabra

### Conselho Editorial

Aderlande Ferraz (UFMG)	Leo Wetzels (Free Univ. of Amsterdam)
Alina Maria S. M. Villalva (Univ. de Lisboa)	Lorenzo Vitral (UFMG)
Angel Corbera Mori (UNICAMP)	Luiz Carlos Cagliari (UNESP-Araraquara)
Beth Brait (PUCSP-USP)	Luiz Carlos Travaglia (UFU)
Carmen L. B. Matzenauer (UCPEL)	Marcelo Barra Ferreira (USP)
Carmen Rosa Caldas-Coulthard (Univ. of Birmingham)	Márcia Maria Cançado Lima (UFMG)
César Nardelli (UFMG)	Marco Antônio de Oliveira (PUC-Minas)
Charlotte C. Galves (UNICAMP)	Marco Antônio Rodrigues Vieira (UESC-Ilhéus)
Deise Prina Dutra (UFMG)	Maria Bernadete Marques Abaurre (UNICAMP)
Diana Luz Pessoa de Barros (Univ. Mackenzie/USP)	Maria Cândida Trindade Costa de Seabra (UFMG)
Emília Mendes Lopes (UFMG)	Maria Cecília Magalhães Mollica (UFRJ)
Esmeralda V. Negrão (USP)	Maria Cristina Figueiredo Silva (UFPR)
Gláucia Muniz Proença Lara (UFMG)	Maria do Carmo Viegas (UFMG)
Heliana Ribeiro de Mello (UFMG)	Maria Marta P. Scherre (UNB)
Hilário I. Bohn (UCPEL)	Marina Vigário (Universidade do Minho)
Hildo Honório do Couto (UNB)	Milton do Nascimento (PUC Minas)
Hugo Mari (PUC Minas)	Philippe Martin (Université Paris 7)
Ida Lúcia Machado (UFMG)	Plínio Almeida Barbosa (UNICAMP)
Ieda Maria Alves (USP)	Sergio de Moura Menuzzi (UFRGS)
Jairo Nunes (USP)	Seung-Hwa Lee (UFMG)
João Antônio de Moraes (UFRJ)	Sônia Marise de Campos Frota (Univ. de Lisboa)
João Miguel Marques da Costa (Univ. de Lisboa)	Tânia Maria Alkimim (UNICAMP)
João Saramago (Univ. de Lisboa)	Tony Berber Sardinha (PUC-SP)
John Robert Schmitz (UNICAMP)	Vera Lúcia Menezes de O. e Paiva (UFMG)
José Borges Neto (UFPR)	Vilson J. Leffa (UCPEL)

### Pareceristas ad hoc:

Ana Paula Scher (USP)	Moisés Olímpio Ferreira (USP)
Cristina Name (UFJF)	Márcio Martins Leitão (UFPB)
Maria Luiza Braga (UFRJ)	Rafael Bezerra Nonato (MIT)
Mário Sergio Batista (Universidade Presbiteriana Mackenzie)	Taísa Peres de Oliveira (UFMS)
	Wander Emediato (UFMG)

# Sumário / Contents

---

## **Construções causativas no português antigo e clássico: O *scrambling* e a emergência da marcação de caso excepcional**

Causative Constructions in Old and Classical Portuguese: Scrambling and the Emergence of Exceptional Case Marking

*Aroldo Leal de Andrade* . . . . . 7

## **Emergência e uso da perífrase conjuncional *no que*: gramaticalização, polissemia e argumentação**

Emergence and Use of the Conjunctive Periphrasis *no que*: Grammaticalization, Polissemia and Argumentation

*Sanderléia Roberta Longhin* . . . . . 59

## **Expressividade e Frequência de uso: aspectos pragmáticos e cognitivos da gramaticalização**

Expressiveness and Frequency of Use: Pragmatic and Cognitive Aspects of the Grammaticalization

*Lorenzo Vitral* . . . . . 91

## **Uma investigação funcional da conjunção *aunque* em dados do espanhol falado peninsular**

A Functional Investigation of the Conjunction *aunque* in Spoken Iberian Spanish

*Sandra Denise Gasparini Bastos*

*Beatriz Gouveia Garcia Parra* . . . . . 127

## **Organização da fala-em-interação: o dispositivo para o gerenciamento de fala sobreposta na conversa cotidiana em dados de português brasileiro**

The Overlap Management Device for Ordinary Conversation in Brazilian Portuguese Data

*Pedro de Moraes Garcez*

*Fabiola Stein* . . . . . 159

**Efeito de *Wordlikeness* no processamento de não-palavras por falantes do português brasileiro**

Effect of Wordlikeness in Processing of Nonwords by Brazilian Portuguese Speakers

*Christina Abreu Gomes*

*Suzana do Couto Mendes*

*Marcela Branco Silva*

*Clara Oliveira Esteves*

*Gastão Coelho Gomes* . . . . . 195

**Estudo sobre um parâmetro de tarefa e um parâmetro amostral para experimentos com julgamentos de aceitabilidade temporalizados**

Inquiry of a Task Parameter and a Sampling Parameter for Speeded Acceptability Judgments Experiments

*Ricardo Augusto de Souza*

*Cândido Samuel Fonseca de Oliveira*

*Jesiel Soares-Silva*

*Alberto Gallo Araújo Penzin*

*Alexandre Alves Santos* . . . . . 211

**O uso de parafraseamento na escrita pelos surdos**

The Use of Paraphrases in Deafs' Writing

*Wagner Teobaldo Lopes de Andrade* . . . . . 245

**Teletandem: enfoque na forma e o desenvolvimento do professor de língua estrangeira**

Teletandem: Focus on Form and the Development of the Foreign Language Teacher

*Aline Mara Fernandes*

*João Antonio Telles* . . . . . 261

**La poétique et les études du langage : vers l'inconnu**

Poetics and Language Studies: Towards the Unknown

*Daiane Neumann* . . . . . 289

## **Construções causativas no português antigo e clássico: O *scrambling* e a emergência da marcação de caso excepcional**

### ***Causative Constructions in Old and Classical Portuguese: Scrambling and the Emergence of Exceptional Case Marking***

Aroldo Leal de Andrade\*

Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, São Paulo, Brasil.  
aroldo.andrade@gmail.com

**Resumo:** Este texto tem um duplo objetivo: apresentar um quadro da variação e mudança envolvendo diferentes construções causativas no português antigo e clássico, a partir de um estudo baseado em *corpus*; e apresentar uma análise para a emergência da construção de marcação de caso excepcional no complemento de verbos causativos. Proponho, num quadro minimalista, que o licenciamento do causado na posição entre os verbos causativo e infinitivo surge a partir da reanálise de uma posição A' na periferia do sintagma infinitivo, resultante de uma operação de *scrambling*. Até o final do português antigo, a construção não seria possível devido a uma correlação entre propriedade de “ordem livre de palavras” quanto à configuracionalidade discursiva e o alinhamento morfossintático inverso dos argumentos verbais no complemento infinitivo.

**Palavras-chave:** Português antigo; Português clássico; Verbos causativos; Marcação de caso excepcional; Configuracionalidade discursiva.

---

\* Agradeço a Heloisa Salles pela cooperação numa versão prévia; às plateias do SILEL 2011 e dos Colóquios do ForMA/Unicamp 2012, pela interlocução; a Juliana Trannin, pela cessão de dados de sua dissertação; às sugestões de dois pareceristas anônimos; e à Fapesp pelo apoio financeiro (processo 2011/19235-2). Este trabalho relaciona-se ao projeto temático Fapesp “A língua portuguesa no tempo e no espaço” (processo 2012/06078-9). Eventuais erros e inconsistências são de minha responsabilidade.

**Abstract:** This text has a twofold goal: to give a picture of variation and change involving different causative constructions in Old and Classical Portuguese from a corpus-based study, and to present an account for the emergence of the Exceptional Case Marking construction in the complement of causative verbs. I propose, in a minimalist framework, that the licensing of the causee in the position between the causative and the infinitival verb arises from the reanalysis of an A' position at the periphery of the infinitival phrase, resulting from a scrambling operation. Until the end of Old Portuguese the construction would not be possible due to a correlation between the property of “free word order” regarding discourse configurability and the inverse morphosyntactic alignment of the verbal arguments in the infinitival complement.

**Keywords:** Old Portuguese; Classical Portuguese; Causative Verbs; Exceptional Case Marking; Discourse Configurability.

Recebido em 06 de fevereiro de 2014.

Aprovado em 20 de maio de 2014.

## Introdução

As construções causativas do português apresentam uma variação que vem suscitando interesse de pesquisadores de diferentes perspectivas teóricas. Os trabalhos prévios ora enfocam a questão derivacional (GONÇALVES, 1999), ora os efeitos de sentido que o uso de uma ou outra construção estabelece (SOARES DA SILVA, 2005). O estudo dessa variação sob uma perspectiva sincrônica é, por si só, instigante, já que três grandes tipos de construções são encontrados no complemento de verbos causativos (*deixar, fazer, mandar*) do português europeu moderno, conforme (1):<sup>1</sup>

- (1) a. “*União de orações*” (*fazer infinitivo*)  
O João fez escrever o trabalho aos alunos.
- b. *Marcação de caso excepcional*  
O João fez os alunos escrever o trabalho.

---

<sup>1</sup> O termo “união de orações” foi proposto em Raposo (1981). Utilizo-o entre aspas para demonstrar que não compartilho da análise que ele encerra, desenvolvida no âmbito da gramática relacional. Já o termo “*fazer-infinitivo*” é adaptado do francês ‘*faire-infinitif*’, proposto em Kayne (1975), da mesma forma que *fazer-por* (‘*faire-par*’).

*c. Infinitivo flexionado*

O João fez os alunos escreverem o trabalho.

No campo diacrônico, os trabalhos têm buscado relacionar mudanças qualitativas ou quantitativas a outras alterações (léxico-) gramaticais observadas em diferentes períodos da história do português europeu (MARTINS, 2004; ANDRADE, 2010; TRANNIN, 2010) e brasileiro (BORGES, 2008). O presente trabalho se insere na linha de pesquisa diacrônica, com enfoque na implementação da mudança que levou ao surgimento da construção de marcação de caso excepcional em fases mais recuadas do português.

Ao se observar o subconjunto dos trabalhos com enfoque no português antigo, nota-se uma certa dúvida quanto ao espectro de variação relativa a essas construções. Nos trabalhos dos filólogos que se debruçaram sobre a sintaxe histórica do português há opiniões divergentes: Said Ali (1964, p. 58-59) diz que seria obrigatória a atribuição de caso dativo ao sujeito do verbo infinitivo (o que corresponde, na linguística formal, à construção de “união de orações”); já Dias (1933, p. 336) e Pereira (1935, p. 285) teriam encontrado alguns dados em que o sujeito do infinitivo receberia caso acusativo (ou seja, a construção de marcação de caso excepcional). Na linguística moderna, houve duas tentativas de aproximação do problema. Davies (1996), em amplo estudo sobre dados do português antigo, do português europeu moderno e do português brasileiro, afirma que a construção de “união de orações” seria a opção não-marcada no português antigo. Finalmente, Martins (2004) propõe que o infinitivo flexionado teria surgido nesse contexto em razão de um tipo preciso de ambiguidade que teria existido entre orações encaixadas e matrizes.

Diante desse debate, a hipótese que busco verificar, baseada numa intuição prévia sobre os dados que converge com a posição de Said Ali (1964), é que a construção de marcação de caso excepcional era totalmente inexistente no português antigo, e que tampouco a construção de infinitivo flexionado estava disponível nessa gramática. A referida hipótese me levou a trabalhar para a consecução de dois objetivos. Primeiro, o de proceder a uma nova observação empírica, por julgar que os supostos dados de sujeito marcados com caso acusativo (“excepcionais”, num duplo sentido) poderiam ser reinterpretados com base numa sistemática de classificação mais refinada. Esse passo descritivo mostrou-se crucial

para fazer face à opacidade dos dados, que apresentam diversos casos de ambiguidade entre as diferentes construções em (1), e de algumas dessas com uma quarta, *fazer-por*, um subtipo da “união de orações”, hoje só usada sem o oblíquo:

- (1) a'. “*União de orações*” (fazer-por)  
O João fez escrever o trabalho (pelos alunos).

Essa tarefa é precedida, no entanto, da observação do quadro da variação entre as construções causativas em variedades sincrônicas do português: português europeu moderno (PEM) e português brasileiro (PB), por se supor que a compreensão da sintaxe das gramáticas atuais de uma mesma língua – entendida como objeto historicamente construído – pode auxiliar na análise de fases mais recuadas, o que se examina na seção 2. Em seguida, tendo em vista a análise quantitativa de uma base de dados do português antigo (PA) e do português clássico (PCl), elaborei quadro semelhante no eixo diacrônico, a partir da identificação do momento preciso em que surgiu a construção de marcação de caso excepcional na história do português.

O segundo objetivo do trabalho se desenvolve a partir das opções de variação disponíveis no português antigo e no português clássico, identificadas na seção 2. Considerando que o português antigo era de fato desprovido da construção de marcação de caso excepcional, qual seria a razão para que a variação se limitasse às opções em (1a) e (1a')? Uma resposta para essa questão é considerada na seção 3, em termos de uma impossibilidade tipológica vinculada à propriedade de configuracionalidade discursiva do português antigo. Essa mesma propriedade seria responsável pela obrigatoriedade da subida de clíticos nessa gramática, observada para esse contexto em vários trabalhos, inclusive Davies (1996). A partir disso, ofereço uma explicação para o surgimento da marcação de caso excepcional na seção 4.

Este trabalho segue a perspectiva teórica de princípios e parâmetros, e mais especificamente o programa minimalista, tal como foi proposto em Chomsky (2001; 2008). Em consonância com essa visão, considero uma periodização para a história do português que toma como critério a quantificação de dados linguísticos, combinados a uma perspectiva de mudança abrupta, seguida de um período de espalhamento da construção inovadora por uma comunidade de fala. Por isso, é o

início, e não o final, de determinados estágios de transição que é tomado como momento da mudança de um período a outro. Dessa forma, o PA abrangeria o início do século XII até meados do século XV; o PCl, de meados do século XV ao final do século XVII, e o PEM, do século XVIII aos dias atuais (ver GALVES, NAMIUTI; PAIXÃO DE SOUSA, 2006).

## 1 As construções causativas e sua distribuição em variedades do português

As construções causativas perifrásticas apresentam a seguinte estrutura argumental, abstraindo-se do problema da ordem linear (em que  $V_{\text{caus}}$  indica o verbo causativo, e  $V_{\text{inf}}$  o verbo infinitivo):<sup>2</sup>

- (2) *Esquema de estrutura argumental de uma perífrase causativa*  
*causador*  $V_{\text{caus}}$  *causado*  $V_{\text{inf}}$  (*arg. int. I*) (*arg. int. II*)

Em (2), todos os argumentos verbais aparecem em itálico: o *causador* indica o referente agentivo, controlador da situação causal; o *causado* é, ao mesmo tempo, o recipiente da ação do causador e o iniciador da ação precipitada pela primeira ação; o *arg. int. I* indica o objeto direto, numa análise tradicional, e o *arg. int. II* indica o objeto indireto beneficiário. Os dois últimos elementos evidentemente ocorrem a depender da transitividade verbal e são nomeados de uma forma não-tradicional, a fim de evitar um “imbróglio terminológico”, já que, por vezes, o argumento causado pode receber caso acusativo ou dativo, como já se mencionou e se explica com mais pormenor logo a seguir.

Além da questão da ordem dos termos da oração no domínio encaixado (causado pós-infinitivo na união de orações e pré-infinitivo nas demais construções), já observável em (1), as construções causativas diferenciam-se quanto aos seguintes aspectos:

- a marcação de caso abstrato, particularmente do argumento causado;

<sup>2</sup> Este trabalho não analisa a construção causativa  $V_{\text{caus}}$  [*dativo*] [*oração subjuntiva*], que sempre esteve presente na história do português europeu, desde o PA, e merece ser incluída em estudos futuros.

- a ocorrência da subida de clíticos.

Tais aspectos são exemplificados a partir da pronominalização dos argumentos do domínio infinitivo em (3)-(6) (sendo indicada entre parênteses a função gramatical do elemento sublinhado, em cada sentença):

- (3) “*União de orações*” (fazer-infinitivo)  
 a. O João fê-lo escrever aos alunos. (arg. int. I)  
 b. O João fez-lhes escrever o trabalho. (causado)
- (4) “*União de orações*” (fazer-por)  
 a. O João fê-lo escrever (pelos alunos). (arg. int. I)  
 b. O João fez escrever o trabalho (por eles / Ø). (causado)
- (5) *Marcação de caso excepcional*  
 a. O João fez os alunos escrevê-lo. (arg. int. I)  
 b. O João fê-los escrever o trabalho. (causado)
- (6) *Infinitivo flexionado*  
 a. O João fez os alunos escreverem-no. (arg. int. I)  
 b. O João fez eles escreverem o trabalho. (causado)

Essas possibilidades, aplicadas a um verbo infinitivo transitivo, demonstram que o causado recebe caso: dativo em *fazer-infinitivo*; oblíquo em *fazer-por*; acusativo na construção de marcação de caso excepcional, atribuído por  $V_{caus}$ ; e nominativo na construção de Infinitivo Flexionado, atribuído pelo  $V_{inf}$ . Note-se ainda que, no que tange à construção *fazer-infinitivo*, o causado recebe acusativo se o verbo infinitivo for intransitivo, como se demonstra em *O João fê-los sair*.

No que respeita à subida de clíticos, ou seja, a ocorrência de um clítico pronominal selecionado pelo  $V_{inf}$  junto ao  $V_{caus}$ , nota-se que ela ocorre com o arg. int. I ou com o causado, em (3) e (4) (exceto com o causado em *fazer-por*, devido à inexistência de clítico oblíquo). Por outro lado, a subida de clíticos não se verifica em (5) e (6), a não ser com o causado na marcação de caso excepcional, por ser  $V_{caus}$  o primeiro núcleo verbal junto ao qual ele pode se hospedar. Essa suposição se baseia na ideia de que o clítico é um núcleo que se move para um outro núcleo com

pelo menos os mesmos traços que ele, estando em causa os traços-phi (ver a noção de *defective goal* em ROBERTS, 2010a).

Nesse quadro, a construção de infinitivo flexionado se destaca das demais, por apresentar, complementarmente, morfologia verbal com flexão de número e pessoa, o que possibilita caracterizá-la como uma configuração bioracional.

As construções mencionadas anteriormente se distribuem em duas variedades do português sincrônico como se mostra na Tabela 1.

**Tabela 1-** Construções causativas em variedades sincrônicas do português

Construção/ Variedade	PEM	PB
<i>Fazer</i> -infinitivo	✓	✗
<i>Fazer</i> -por	✗ !	✗ !
Marcação de caso excepcional	✓	✓
Infinitivo flexionado	✓	✓

A inexistência de *fazer*-infinitivo em PB pode ser explicada em termos da perda da marcação de caso dativo com a preposição *a*, mudança que deu lugar ao desuso do paradigma de clíticos correspondente ao dativo (*lhe/lhes*; ver TORRES MORAIS; SALLES, 2010). No que respeita à construção de *fazer*-por, observa-se um uso restrito, tanto em PEM quanto em PB, pois em nenhuma dessas variedades o causado pode ser expresso em sua forma nominal plena, sendo que no PB o verbo *mandar* permitiria uma construção muito semelhante ilustrada em (7a) (ver SALLES, 2011). Nas duas variedades, via de regra, a ausência da expressão do causado é considerada um indício de *fazer*-por (dado o *status* formal do causado como oblíquo e, portanto, capaz de ser omitido):<sup>3</sup>

- (7) *Fazer*-por em Português Brasileiro
- O João mandou lavar o carro com os empregados.
  - O João mandou lavar o carro.

Na próxima seção, dedico-me à identificação do quadro de construções disponíveis no PA e no PCI, quando também enceto a

<sup>3</sup> Para um estudo pormenorizado sobre as diferenças entre PB e PEM, recomendo a leitura de Gonçalves e Duarte (2001), em que são indicadas também preferências quantitativas de uso de diferentes construções.

discussão sobre o problema da identificação precisa das construções em dados de *corpora* do português.

## 2 As construções causativas no português antigo e clássico

O estudo sobre *corpus* foi realizado a partir de uma base de dados composta por dois conjuntos de textos. O primeiro incluiu textos do PA, a maioria dos quais acessíveis online a partir do *Corpus Tycho Brahe* (GALVES; FARIA, 2010; referido por *CTB*) do qual foram extraídos os textos em (8a,c), e do *Corpus Informatizado do Português Medieval* (XAVIER, 2011; referido por *CIPM*) do qual foram extraídos os textos em (8b,d). Os dados foram coletados manualmente, devido à inexistência de anotação sintática para eles, e totalizaram cerca de 640 sentenças:<sup>4</sup>

- (8) *Corpus utilizado para a criação da base de dados, subconjunto PA*
- a. *Crônica de D. João I* (Lopes \*1380) [século XIV]
  - b. *Crônica Geral de Espanha, títulos 1 a 199* (*Espanha*) [século XIV]
  - c. *Crônica d'El-Rei D. Afonso Henriques* (Galvão \*1435) [século XV]
  - d. *Demanda do Santo Graal* (*Demanda*) [século XV]

Sobre o conjunto inicial de dados, foram selecionados somente aqueles em que há uma sequência composta por um verbo causativo flexionado (inclusive em um tempo composto) seguido de um verbo infinitivo, a fim de evitar que a mistura de estruturas envolvidas pudesse enviesar os dados. Adotei esse mesmo procedimento de seleção dos dados para o subconjunto relativo aos séculos XVI e XVII, analisado previamente em Trannin (2010), ou seja, procedi à exclusão de:

- (i) dados de grupos verbais compostos por mais de dois verbos:
  - em que a perífrase causativa está encaixada numa estrutura de “reestruturação” (*a podesse [mandar pintar]*; ver ANDRADE, 2010 para uma revisão sobre o histórico desse termo);

<sup>4</sup> A base de dados referida está disponível na planilha eletrônica em: <[https://dl.dropboxusercontent.com/u/1097038/constr\\_causativas\\_pa.xlsx](https://dl.dropboxusercontent.com/u/1097038/constr_causativas_pa.xlsx)>.

- em que o verbo causativo seleciona um tempo composto (*lhe mandava [ter gasalhado]*);
- (ii) dados em que o verbo causativo está numa forma não-flexionada (*pera o depois mandar fazer*);
- (iii) dados com o verbo *leixar/deixar* com uso expletivo, quando acompanhado do clítico reflexivo (*deixou-se ficar no covil*).

O uso referido em (iii) se encontra normalmente com um V<sub>inf</sub> intransitivo (mais especificamente inacusativo) e é denominado “uso expletivo” porque o verbo *leixar/deixar* parece não contribuir para a semântica do enunciado em questão.

Após considerar esses critérios, reclassifiquei os dados de Trannin (2010) seguindo uma metodologia única (explicitada na próxima seção).<sup>5</sup> O *corpus* utilizado para os dados do PCl é arrolado em (9), do qual foram extraídas cerca de 740 sentenças. Todas as obras estão disponíveis no *Corpus Tycho Brahe*:

- (9) *Corpus utilizado para a criação da base de dados, subconjunto PCl*
- a. ***Peregrinação*** (Pinto \*1510)  
[século XVI]
  - b. ***Da pintura antiga*** (Holanda \*1517)  
[século XVI]
  - c. ***Décadas, vol. I*** (Couto \*1542)  
[século XVI]
  - d. ***A vida de D. Frei Bertolameu dos Mártires*** (Sousa \*1556)  
[século XVI]
  - e. ***Cortes na aldeia e noites de inverno*** (Lobo \*1579)  
[século XVI]
  - f. ***Arte de furta*** (Costa \*1601)  
[século XVII]
  - g. ***Cartas familiares*** (Melo \*1608)  
[século XVII]
  - h. ***Cartas, Pe. Antônio Vieira*** (Vieira/*Cartas* \*1608)  
[século XVII]

---

<sup>5</sup> Os dados do PCl, recolhidos no âmbito de pesquisa de mestrado, foram gentilmente cedidos pela autora.

- i. ***História do futuro*** (Vieira/*História* \*1608)  
[século XVII]
- j. ***Sermões, Pe. Antônio Vieira*** (Vieira/*Sermões* \*1608)  
[século XVII]
- k. ***Cartas espirituais*** (Chagas \*1631)  
[século XVII]
- l. ***Nova floresta*** (Bernardes \*1644)  
[século XVII]
- m. ***Cartas, José da Cunha Brochado*** (Brochado \*1651)  
[século XVII]
- n. ***Relação da vida e morte da serva de Deus, a venerável Madre Helena da Cruz*** (Céu \*1658)  
[século XVII]
- o. ***Vida do apostólico Padre Antônio Vieira*** (Barros \*1675)  
[século XVII]
- p. ***Regras da língua portuguesa, espelho da língua latina*** (Argote \*1675)  
[século XVII]
- q. ***Cartas, Alexandre de Gusmão*** (Gusmão \*1695)  
[século XVII]

Nas subseções a seguir apresento a metodologia de classificação dos dados, seguida dos resultados quantitativos e, finalmente, do sumário com o espectro de variação no PA e no PCl.

## 2.1 Metodologia de classificação dos dados

Como já foi dito, no *corpus* se observam vários dados ambíguos entre diferentes construções, que explico a seguir. Para tanto, parto das observações feitas na seção anterior, a respeito dos aspectos que diferenciam as construções causativas:

- (i) morfologia verbal;
- (ii) posição sintática do causado face ao  $V_{inf}$  e seu valor de caso;
- (iii) subida de clíticos (com valor de *causado*, de *arg. int. I* ou de *arg. int. II*).

Esses critérios permitiram compor uma matriz decisória, que vai dos domínios infinitivos mais “enriquecidos” até os menos “enriquecidos” (ver seção 3), de tal forma a facilitar a classificação dos dados. Com o fito de melhor explicar a metodologia aplicada, divido a matriz decisória em grupos de acordo com o tipo de construção a ser identificada, indico exemplos ilustrativos presentes em outras partes do texto e os critérios envolvidos, e comento os casos à medida em que são apresentados. Os grupos são os seguintes:

- grupo I (10a-b) Infinitivo flexionado;
- grupo II (10c-e) Marcação de caso excepcional;
- grupo III (10f) Infinitivo flexionado ou marcação de caso excepcional;
- grupo IV (10g-h) *Fazer*-infinitivo;
- grupo V (10i-k) Marcação de caso excepcional ou *fazer*-infinitivo;
- grupo VI (10l-m) *Fazer-por*.

A título de indicação geral, se o critério em tela não auxilia a identificar uma das construções, o analista deve passar ao próximo, razão pela qual se mantém a mesma numeração – (10) – para indicar todos os grupos que compõem a matriz decisória (as construções são referidas a partir das abreviações ‘*fazer*-Inf’, para *fazer*-infinitivo, ‘IF’, para infinitivo flexionado e ‘MCE’, para marcação de caso excepcional; além disso, ‘NP’ é um sintagma nominal não-pronominal, e ‘pré-verbal’ sempre se refere à posição do causado face ao  $V_{inf}$ ).<sup>6</sup>

---

<sup>6</sup> Utilizo as abreviações de categorias sintáticas em inglês, como é usual nos trabalhos de sintaxe.

Começemos pelo grupo I, que envolve a construção de IF:

- (10) *Matriz decisória, grupo I (IF)*  
 a. **O infinitivo é flexionado?** [critério (i)]  
 Caso positivo, há IF →cf. (6)  
 b. **O causado é um pronome nominativo pré-verbal** [critério (ii)]  
 Caso positivo, há IF →cf. (11)

O caso em (10a) é obtido se há um morfema número-pessoal visível junto ao infinitivo. Contudo, se o infinitivo tem como causado um pronome nominativo pré-verbal, seu caso só poderá ter sido valorado pelo V<sub>inf</sub> (esses exemplos são enunciados no português europeu somente quando se quer focalizar o pronome; o critério não pode ser estendido ao PB, em que alguns pronomes fortes são usados tanto como sujeito, quanto como objeto):<sup>7</sup>

- (11) *Ilustração do caso (10b)*  
 O João fez ela ir às compras.

Passemos agora ao grupo II, que envolve a identificação não-ambígua da construção de MCE:

- (10) *Matriz decisória, grupo II (MCE)*  
 c. **O causado é um NP pré-verbal no plural?** [critérios (i) e (ii)]  
 Caso positivo, há MCE →cf. (12)  
 d. **Há um pronome alçado acusativo e um NP pós-verbal, correspondente ao arg. int. I?** [critério (ii)]  
 Caso positivo, há MCE →cf. (13)  
 e. **O arg. int. I ou II é expresso por um pronome não-alçado?** [critério (iii)]  
 Caso positivo, há MCE →cf. (5a)

<sup>7</sup> Alguns dos testes aqui apresentados não podem ser aplicados *prima facie* à variedade brasileira. Para uma consideração sobre as particularidades do PB, cf. Andrade (2002).

No caso (10c), se o causado é um NP pré-verbal no plural e o infinitivo não apresenta marca de flexão explícita – dado que o analista já passou por (10a) –, há falta de concordância verbal, o causado só pode ter tido seu caso valorado pelo  $V_{\text{caus}}$ , ou seja, trata-se de MCE:

(12) *Ilustração do caso (10c)*

...fizeram todos os Mouros ajuntar-se onde estava o seu pendão  
(HENRIQUES 231, p. 2, In DAVIES, 1996)

O caso em (10d) enuncia uma situação em que há dois elementos marcados com caso acusativo: um NP pós-verbal, que é valorado pelo  $V_{\text{inf}}$  e um pronome clítico alçado, que só pode ser o causado valorado pelo  $V_{\text{caus}}$ . Essa última informação leva a que a construção seja claramente identificada como MCE:

(13) *Ilustração do caso (10d)*

A todos nos lembra muito bem que o santo mártir apostou contigo que tu à força de tormentos, o não farias adorar os deuses falsos... (Bernardes \*1644)

Já o caso em (10e) está relacionado ao critério relativo à subida de clíticos. Esse fenômeno ocorre obrigatoriamente na construção de “união de orações”, mas não na MCE (exceto em (5b), em que não há propriamente subida do clítico, mas sua mera cliticização ao próximo núcleo sintático na estrutura, como já foi mencionado). Isso dito, há evidência fiável de MCE quando há um clítico não-alçado correspondente a um argumento interno do verbo infinitivo, como se indica em (10d).<sup>8</sup>

<sup>8</sup> Um critério enunciado por autores como Gonçalves (1999) e que não me parece fiável consiste na existência de uma negação junto ao  $V_{\text{inf}}$  pela suposição, muito comum, de que a negação impede a formação de predicados complexos (tanto de “reestruturação” quanto de “união de orações”) e, consequentemente, a subida de clíticos. Contra tal generalização observam-se, tanto no PCI, quanto no PEM, exemplos como os seguintes:

(i) ... a natural inclinação ... os faz **não** parar até não chegar ao seu fim último. (Chagas \*1631)

(ii) Até te pode **não** acontecer nada, mas caso aconteça, não tens muito com que provar, entendes? (Disponível em: <forum.zwame.pt/showthread.php?t=551504&page=54>. Acesso em: 10. Out 2014)

Em seguida, observemos o grupo III, um caso de ambiguidade entre IF e MCE, que surge de uma resposta negativa à pergunta em (10c):

- (10) *Matriz decisória, grupo III (IF e MCE)*  
 f. **O causado é um NP pré-verbal no singular?** [critérios (i) e (ii)]  
 Caso positivo, há ambiguidade IF/MCE → cf. (14)

Se não há marca explícita de flexão no infinitivo, a presença de um causado expresso por um NP pré-verbal só nos permitirá afirmar que a sentença é ambígua entre IF e MCE, já que o causado poderá receber caso nominativo ou acusativo, o primeiro valorado pelo  $V_{inf}$  e o segundo, pelo  $V_{caus}$ :

- (14) *Ilustração do caso (10f)*  
 ... mandando um Mouro de recado dar aviso aos da fortaleza  
 (Couto \*1542 In TRANNIN, 2010).

Em seguida, observemos dois casos de identificação não-ambígua de *fazer-Inf*, no grupo IV:

- (10) *Matriz decisória, grupo IV (Fazer-Inf)*  
 g. **O causado é um NP pós-verbal marcado com a preposição a, acompanhado de um  $V_{inf}$  transitivo?**  
 [critério (ii)]  
 Caso positivo, há *fazer-Inf* → cf. (3a)  
 h. **O causado é um pronome dativo de 3.<sup>a</sup> pessoa, acompanhado de um  $V_{inf}$  transitivo?** [critério (ii)]  
 Caso positivo, há *fazer-Inf* → cf. (3b)

---

A generalização correta é, portanto, a de que o foco com escopo restrito bloquearia a subida (cf. ANDRADE, 2010); mas, como esse aspecto interpretativo não pode ser depreendido de textos escritos, ele tampouco serve como critério para identificar a construção de MCE.

Os exemplos mencionados ocorrem em sentenças em que o causado é abertamente marcado com caso dativo, o que se expressa inequivocamente, no caso de NPs, pela preposição *a* em posição pós-verbal, e no caso de pronomes, pelas formas de 3.<sup>a</sup> pessoa, em que há formas clíticas privativas para expressar o caso dativo (*lhe/lhes*). Observemos agora o grupo V, em que há ambiguidade entre MCE e *fazer*-infinitivo:

- (10) *Matriz decisória, grupo V (MCE e Fazer-Inf)*
- i. **O causado é um NP pré-verbal marcado com a preposição *a*?** [critério (ii)]  
Caso positivo, há ambiguidade MCE/*fazer*-Inf →cf.(15)
  - j. **O causado é um pronome de 1.<sup>a</sup> ou de 2.<sup>a</sup> pessoa, acompanhado de um Vinf transitivo?** [critério (ii)]  
Caso positivo, há ambiguidade MCE/*fazer*-Inf →cf.(16)
  - k. **O causado é um pronome acusativo, acompanhado de um Vinf intransitivo?** [critério (ii)]  
Caso positivo, há ambiguidade MCE/*fazer*-Inf →cf.(17)

Os dois primeiros casos indicados anteriormente apresentam, de novo, situações em que a ambiguidade surge de uma dupla possibilidade de atribuição de caso ao causado, envolvendo as opções de dativo ou acusativo, o primeiro valorado pelo  $V_{inf}$  e o segundo, pelo  $V_{caus}$ . Assim, no caso (10i) o NP pré-verbal marcado com a preposição *a* é ambíguo, já que tal preposição pode ser marcadora de objeto direto preposicionado (ver *Differential Object Marking*, e.g. em AISSSEN, 2003) ou atribuidora de caso dativo:

- (15) *Ilustração do caso (10i)*  
Ele faz aos seguos ver e aos surdos ouvir. (*José de Arimateia* 180r In DAVIES, 1996)

Em (10j), tem-se o caso em que a morfologia pronominal não indica se os pronomes são valorados com caso acusativo ou dativo (morfemas *portmanteaux*):

(16) *Ilustração do caso (10j)*

Folgara que me mandaram fazer despropósitos toda a vida.  
(Chagas \*1631)

Já no caso (10k), a ambiguidade reside no fato de que tanto o  $V_{\text{caus}}$  quanto o  $V_{\text{inf}}$  atribuem caso com o mesmo valor, acusativo, quando o  $V_{\text{inf}}$  é intransitivo (as razões para a diferença de valoração de caso a depender da transitividade do  $V_{\text{inf}}$  serão abordadas na próxima seção):

(17) *Ilustração do caso (10k)*

... porque a tradição, e a história a fazem renascer a cada instante. (Aires \*1705)

Finalmente, consideremos os casos não-ambíguos da construção *fazer-por*:

(10) *Matriz decisória, grupo VI (Fazer-Por)*

l. **O causado é um NP com caso oblíquo?** [critério (ii)]

Caso positivo, há *fazer-por* →cf.(18)

m. **O causado não é expresso?** [critério extra]

Caso positivo, há *fazer-por* →cf.(19)

O caso descrito em (101) é o mais característico dessa construção, pois o causado ocorre na forma de um NP oblíquo:

(18) *Ilustração do caso (10l)*

... os Reys comarcãos della o mandaram visitar por seus Embaixadores. (Pinto \*1510)

Já o caso (10m) depende da assunção de que, semelhantemente à voz passiva analítica, o oblíquo pode não ser expresso; nesse contexto, o causado deverá ser interpretado como um genérico ou indefinido (ver GUAISTI, 2006 e a discussão sobre o exemplo (7) deste texto), como se depreende no caso que segue (em que ‘cv’ indica *categoria vazia*):

(19) *Ilustração do caso (10m)*

Porém Nero emperador mandou pintar [<sub>causado</sub> cv] em pano um coliseo de CXXI pés. (Holanda \*1517)

Apesar de a lista de possibilidades já parecer bem extensa, ela é a que se infere da leitura dos compêndios gramaticais e de outros textos acadêmicos sobre o assunto. Após a observação de textos antigos, observei mais dois casos de ambiguidade:

- grupo VII (10n) *Fazer-por* ou marcação de caso excepcional
- grupo VIII (10o) *Fazer-infinitivo* ou *fazer-por*

E ainda a necessidade de revisão de um caso que já havia sido enunciado:

- grupo III (10f<sup>9</sup>) Infinitivo flexionado, ou marcação de caso excepcional, ou *fazer-infinitivo* ou *fazer-por*

Primeiro, temos que uma análise mais cuidadosa mostrará que o caso enunciado no grupo VII é típico do PA e do PCl:

- (10) *Matriz decisória, grupo VII (fazer-por e MCE)*  
 n. **O causado não é claramente expresso, e há um clítico alçado, acompanhado de um Vinf com valência variável?**  
 [critério extra]  
 Caso positivo, há ambiguidade *fazer-por*/MCE →cf.(20)

O caso (10n) corresponde a verbos que se alternam entre dois padrões de valência, transitivo e intransitivo, estando a ambiguidade presente nessa última propriedade. Assim, no exemplo (20), há duas interpretações: uma em que o verbo é transitivo, e o causado é um elemento não-expresso na sintaxe, com valor semântico indefinido (~‘fizeram com que [alguém] nos desarmasse logo’); e outra em que o verbo é intransitivo, e o causado é expresso pelo clítico alçado, que acumula a função de clítico inerente (~‘fizeram com que nós nos desarmássemos logo’). Em outras palavras, nesse último caso o causado e o elemento inerente apresentam um único expoente na morfologia: na interpretação transitiva do verbo, há *fazer-por*, semelhantemente ao caso (10l); e na interpretação intransitiva, há MCE.<sup>9</sup> Na primeira, o clítico

<sup>9</sup> Acredito que a maior ambiguidade no PA e PCl advém do fato de a segunda leitura ser, hoje em dia, preferencialmente expressa como na paráfrase indicada no texto (com a

receberia acusativo de  $V_{inf}$ ; na segunda, de  $V_{caus}$ :

- (20) *Ilustração do caso (10n)*  
E fezeromnos desarmar logo... (Demanda 506, 164b)

Segundo, temos o caso em que há um clítico dativo alçado:

- (10) *Matriz decisória, grupo VIII (Fazer-Inf e fazer-por)*  
o. **O causado não é claramente expresso, e há um pronome dativo alçado?** [critério extra]  
Caso positivo, há ambiguidade *fazer-Inf/fazer-por* → cf.(21)

Na ilustração, observa-se que outra possibilidade advinda do sistema deriva de um clítico dativo poder ser interpretado como causado, quando se tem a interpretação de *fazer-por*; ou como *arg. int. II* do  $V_{inf}$  quando se tem a interpretação de *fazer-Inf*:

- (21) *Ilustração do caso (10o)*  
El-rei fez fihar Erec e fez-lhe tam gram honra fazer como devia a filho de rei e a tam boo cavaleiro como el fôra. (Demanda 356, 117a)

Passo agora ao caso que foi revisto. Considero que, especificamente para o PA (portanto, sem incluir o PCI e o PEM), pode-se apontar que uma variante do caso (10f) envolve uma ambiguidade ainda maior, entre IF, MCE e *fazer-Inf* ou *fazer-por*:

- (10) *Matriz decisória, grupo III, revisado para o PA (IF, MCE e fazer-Inf ou fazer-por)*  
f°. **O causado não é claramente expresso;**  
**o  $V_{inf}$  é intransitivo, e há um NP pré-verbal no singular?**  
[critério extra]

---

expressão *fazer com que* seguida de oração subjuntiva), pois ainda não tinha observado exemplos similares a (20) em dados do PB ou PEM. Nessa segunda interpretação a sequência *nos nos* seria barrada pelo Princípio do Contorno Obrigatório (OCP em inglês), havendo diferentes abordagens teóricas para sua derivação na morfologia (cf. NEVINS, 2007).

Caso positivo, há ambiguidade IF/MCE/fazer-Inf (ou *fazer-por*)  
→cf.(22)

A razão para se ampliar esse caso de ambiguidade tem a ver com a observação do fenômeno de *scrambling* (“embaralhamento”, em português) de curta distância, que envolve um movimento estilístico do argumento interno para a posição anterior ao  $V_{inf}$  (mais detalhes sobre essa estrutura são apresentados na seção 3.1).<sup>10</sup> No exemplo a seguir, tendo em vista que o  $V_{inf}$  é intransitivo, o sintagma *sa lança* poderia receber: nominativo de  $V_{inf}$  (IF); acusativo de  $V_{caus}$  (MCE); ou acusativo de  $V_{inf}$  (*fazer-Inf*), com a assunção de que o argumento sofreu *scrambling*:

- (22) *Ilustração do caso (10f') com ambiguidade entre IF, MCE e fazer-Inf*  
E Sagramor fez sa lança voar em peças (G 336, 111c)

Dois exemplos com  $V_{inf}$  transitivos oferecem evidência crucial para se compreender o envolvimento do *scrambling* de curta distância para desfazer a ambiguidade, ou seja, a única interpretação possível é aquela em que o elemento em posição interverbal recebe caso acusativo ou dativo do  $V_{inf}$ .<sup>11</sup>

- (23) *Ilustração do caso (10f'), em que a ambiguidade é desfeita a favor da interpretação de fazer-por ou fazer-Inf, com scrambling de curta distância*  
a. E os senadores mandaron logo esto dizer ao emperador Justinyano. (*Espanha* 119, 46b)  
b. E enton o fez a todos chamar rey. (*Espanha* 108, 42c)

<sup>10</sup> Essa posição poderia ser identificada, para os que defendem a proposta cartográfica de derivação, com um foco baixo na periferia do vP (cf. BELLETTI, 2004). Para Martins (2002), o PA apresentaria um *scrambling* de média distância (em adjunção a TP).

<sup>11</sup> Na posição interverbal também pode ocorrer o causador, um tipo de inversão sujeito-verbo: (i) ... e mandoulhe o Arcebispo dar a elles, e aos seus todas as cousas que lhe mester faziaõ... (Lopes \*1380, 102)

Em (23a) o NP *esto* só pode ser interpretado como o *arg. int. I* do  $V_{inf}$  *dizer* (sendo o *arg. int. II* o PP *ao emperador Justinyano*); nesse exemplo o causado não é expresso, e estamos diante de um caso não-ambíguo de *fazer-por*. A sentença (23b) é um pouco mais complicada, pois ocorre como  $V_{inf}$  o verbo de denominação *chamar*, que apresenta uma estrutura argumental com uma predicação secundária entre o designando e a designação, com a seguinte interpretação no contexto (desfazendo a subida do clítico): [*O rei Teuderigo*] fez chamá-lo [=o seu neto Amalarico] rei a todos, em que *-lo* é o designando, *rei* é a designação, e *a todos* é o causado.<sup>12</sup> De fato, a subida do clítico *o* argumento interno já é evidência suficiente de estarmos diante de um caso de “união de orações”, mais especificamente do tipo *fazer-Inf*, pois nesse caso *a todos* só pode ter sido valorado com caso dativo pelo  $V_{inf}$  e não com caso acusativo (preposicionado) pelo  $V_{caus}$ . Nesses dois exemplos, nota-se que argumentos cuja posição natural (a partir do português atual) seria pós-verbal (ou seja, pós- $V_{inf}$ ), por receberem caso do infinitivo, ocorrem antes dele. Nos dois casos apontados anteriormente, é crucial que o analista tenha em conta que era uma característica do PA e do PCI (pelo menos até meados do século XVI) a possibilidade de interrupção da adjacência entre  $V_{caus}$  e  $V_{inf}$  por um advérbio ou um sujeito invertido (ver TRANNIN, 2010, p. 58, e (23a), que combina dois elementos), diferentemente do PEM.

Finalmente, uma ressalva. Um possível questionamento da análise apresentada refere-se ao caso (10m), em face da aplicabilidade da análise de Guasti (2006) para os dados do português. Segundo essa ideia, o causado seria projetado na sintaxe, porém realizado como uma categoria vazia em posição argumental, sendo valorada com acusativo pelo  $V_{caus}$ , como um objeto nulo. Essa interpretação levaria a que houvesse mais um caso de ambiguidade entre *fazer-por* e MCE, porém ela não parece ser correta, pois:

- (i) objetos nulos ocorrem claramente somente em dados do PEM;
- (ii) uma segunda interpretação, específica para o causado, deveria estar disponível.

<sup>12</sup> A variação na valência do verbo *chamar* é trabalhada em Menezes da Silva (2010).

Apesar de não concordar com esse critério de ambiguidade, separar tais dados pode ser útil para identificar os casos de “união de orações” (de tipo *fazer-por*) assim classificados por apresentarem um causado não-expresso. Identificarei eventualmente esses casos com o rótulo *União de Orações [-CAUSADO]*.

Além de observar os pontos em que há ambiguidade, é relevante apontar a importância relativa desses critérios. Acredito, de fato, que a maior parte dos casos encontrados no *corpus* pode ser analisada com os oito grupos de critérios elencados.<sup>13</sup> Para apontar a relevância dos critérios, apliquei-os aos dados do século XV, com a seguinte distribuição:

<sup>13</sup> O leitor pode se questionar quanto ao impacto que a matriz decisória aqui proposta teve sobre a reclassificação dos dados de Trannin (2010). Houve concordância na classificação da maior parte dos casos, exceto dois maiores casos de discordância derivados de análise sobre questões sintáticas mais específicas ('PS' indica *Predicado Secundário*):

**(i) Construção: predicado secundário com NP ou clítico arg. int. alçado**

... eu confesso a culpa de não aplicar o que disse à vossa graça e galantaria, que é o sal com que vos convidei, e que a [tôdas as práticas desta nossa conversação]<sub>i</sub> faz parecer [<sub>ps</sub> <sub>cv</sub><sub>i</sub> agradáveis e saborosas] a todo o entendimento. (Lobo \*1579)

a. **Análise original:** o elemento recebe acusativo do V<sub>caus</sub> (de outro forma não poderia ter sofrido movimento-A), portanto há MCE.

b. **Análise revisada:** o elemento pode receber acusativo do V<sub>caus</sub> ou do V<sub>inf</sub>, sendo que, no último caso, sofreu movimento-A' (por topicalização ou focalização), portanto há ambiguidade entre MCE e *fazer-Inf*.

**(ii) Construção: clítico *se* indefinido, com sujeito nulo**

... e assi ficava ardendo em mais secura, porque a pouca água que tomava era provocadora de mais sede, como se deixa entender em boa filosofia. (Sousa \*1556)

a. **Análise original:** o clítico tem caso acusativo valorado pelo V<sub>inf</sub> e foi alçado; portanto, há *fazer-Inf*.

b. **Análise revisada:** o clítico é gerado numa posição no domínio do V<sub>caus</sub>, ou seja, pode ocorrer uma subida de clíticos espúria; portanto, há ambiguidade entre MCE e *fazer-inf*.

Uma evidência para a análise revisada no caso (ii) é a possibilidade de construção semelhante no PB, que usualmente não tolera a subida de clíticos:

(iii) Um homem desses não se pode esquecer. (MONTEIRO, 1991. In GALVES; ABAURRE, 1996, p. 306)

(24) *Distribuição aproximada dos casos de ambiguidade nos textos do PA*

a. Grupo III, (10f <sup>o</sup> )	média	15/ 138 (10%)
b. Grupo V, (10i)	baixa	1/ 138 (<1%)
c. Grupo V, (10j)	alta	52/ 138 (52%)
d. Grupo V, (10k)	alta	52/ 138 (52%)
f. Grupo VII, (10n)	baixa	3/ 138 (2%)
e. Grupo VIII, (10o)	média	15/ 138 (10%)

Com base nessa varredura de possibilidades de classificação das construções, cheguei à conclusão de que a base de dados seria melhor analisada a partir da classificação quanto aos critérios mostrados na Tabela 2, em que: o item *a* serve inicialmente para controle; os itens *b-d* são auxiliares para a identificação de construções; e os itens *e-f* são caracterizadores das construções (ou ambiguidades) em dois níveis. O nível mais alto, o tipo de construção causativa (item f.), foi o item determinante para a análise desenvolvida na próxima seção. Já num nível menor, tem-se a classificação entre os subtipos de “união de orações” (item e.).

**Tabela 2** - Critérios de classificação da base de dados

Item	Critério	Fatores
a.	V <sub>caus</sub>	- <i>fazer, deixar, mandar</i> ;
b.	Causado	- pronome, NP, PP, zero;
c.	Elemento interveniente	- NP-causador, NP-causado, NP-arg. int., PP-obliquo, PP-adjunto, AdvP, zero;
d.	Clítico	- causado, arg. int. I, arg. int. II, contraído, possessivo, passivo/reflexivo, inerente, ambíguo, zero;
e.	“União de orações”	- <i>Fazer-Inf, fazer-por</i> , ambígua <i>fazer-Inf/fazer-por</i> ;
f.	Construção causativa	- IF, MCE, “união de orações”, ambígua MCE/ “união”, ambígua IF/MCE.

Note-se que, como Trannin (2010) não havia trabalhado com dados do PA, a reclassificação não tem impacto sobre a identificação da emergência da marcação de caso excepcional, que aparece já no século XV.

Na averiguação dos resultados quantitativos, considero os seguintes princípios de identificação de construções sintáticas, considerando ainda que, para os fins desta pesquisa, o comando em (25a) é suficiente:<sup>14</sup>

(25) *Princípios de identificação de construções sintáticas*

- a. Postule a existência de uma construção numa determinada gramática se e somente se pelo menos um caso não-ambíguo for identificado.
- b. Verifique a existência de casos de extensão ou gramaticalização em curso, caso a construção ocorra em menos de 5% dos casos (excluindo-se os casos de ambiguidade).

## 2.2 Resultados empíricos: a distribuição da marcação de caso excepcional

Apresento, a seguir, os dados das construções, encontradas em cada um dos subconjuntos de dados:

(i) séculos XIV e XV, considerados parte do PA;

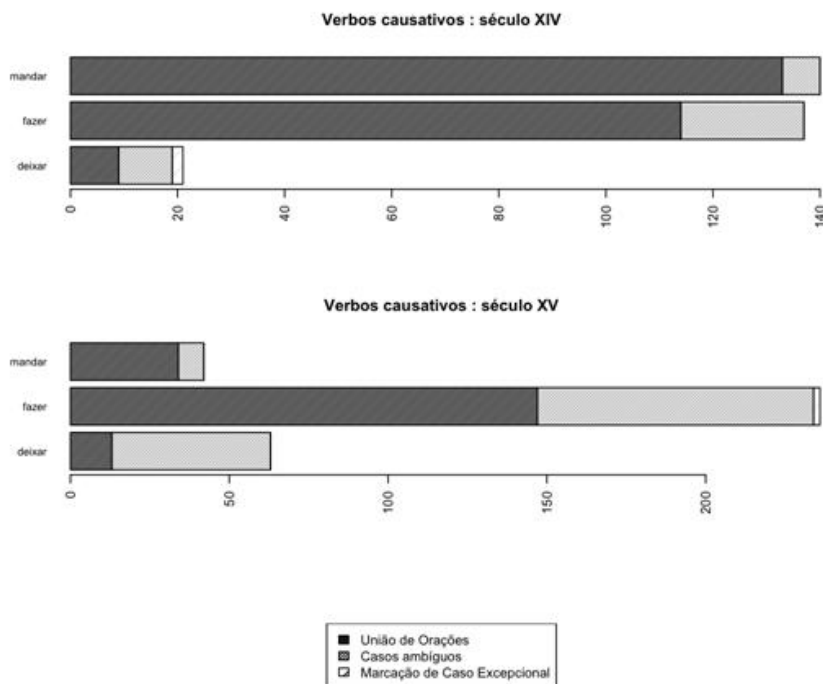
(ii) séculos XVI e XVII, considerados parte do PCI.

O uso de números absolutos será privilegiado, num primeiro momento, já que o que está em causa é o aparecimento de dados de uma construção específica, MCE, e não tanto a proporção relativa entre as construções em tela. Dado esse enfoque, deixarei a discussão sobre os dados de infinitivo flexionado para a seção 2.3.

A base de dados do PA apresentou, em sua maior parte, dados de “união de orações”; uma quantidade menor de dados inclui casos ambíguos; e somente 3 dados foram classificados claramente como casos de marcação de caso excepcional. Tais resultados são resumidos na Figura 1 (os valores exatos, na ordem das construções citadas na figura, são: para o séc. XIV - *deixar* 9/10/2; *fazer* 114/23/0; *mandar* 133/7/0); para o séc. XV - *deixar* 13/50/0; *fazer* 148/87/1; *mandar* 34/8/0).

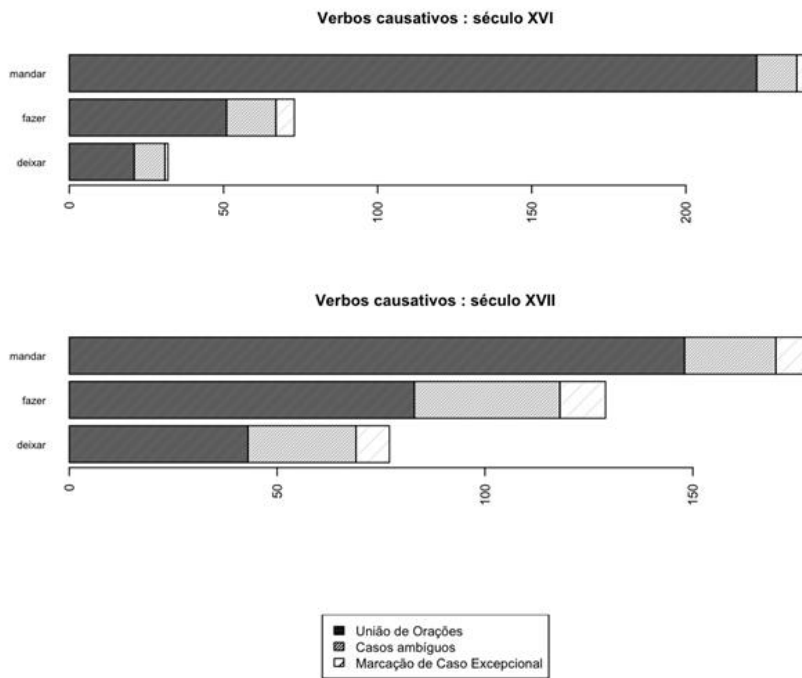
---

<sup>14</sup> O valor de 5% em (25b) se baseia num nível usual de significância estatística ( $p < 0,05$ ).



**Figura 1** - Dados absolutos por tipo de verbo e construção causativa (sécs. XIV e XV)

A construção de MCE aparece mais claramente no segundo conjunto de dados, relativos ao PCI: 11 dados não-ambíguos no século XVI e 27, no século XVII. Os resultados obtidos da quantificação dos dados do PCI são mostrados na Figura 2 (os valores exatos, na ordem das construções citadas na figura, são: para o séc. XVI - deixar 21/10/1; fazer 51/16/8; mandar 223/13/4; para o século XVII - deixar 43/26/8, fazer 83/35/11; mandar 148/22/8).



**Figura 2** - Dados absolutos por tipo de verbo e construção causativa (sécs. XVI e XVII)

No PA, encontram-se somente duas suspeitas de dados de MCE no século XIV e uma no século XV; aqueles com *leixar/deixar* e este com *fazer*:

- (26) *Casos suspeitos de marcação de caso excepcional nos dados do PA*  
 a. ... e por esto foy rogar aos samcristãos da igreja de Sam Pedro que o leixassem tẽer vigilia em aquella igreja. (*Espanha* 150, 155b)  
 b. E os da hoste pedyron a el rey que os leixasse tomar aver daquelles castellos. (*Espanha* 160, 60b)  
 c. Era para louvar a Deus, e folgar de ver o esforçado pelejar dos nossos, que por força fizeram juntar-se onde estava o pendão de Sevilha. (Galvão \*1435, 66)

As sentenças em (26a-b) foram identificadas como exemplos de MCE pelo caso (10d), já que há um clítico acusativo alçado e um NP

acusativo após o  $V_{inf}$ . Já (26c) foi identificada pelo caso (10c), dado o clítico (com valor recíproco) não-alçado. Apesar de tais exemplos, ainda acredito ser possível afirmar que a construção de MCE não era produzida pela gramática do PA. Analiso os casos encontrados nos séculos XIV e XV, separadamente, a seguir.

Os dados do século XIV (26a-b) ocorrem com o verbo causativo *leixar/deixar*, que é semanticamente bastante distinto dos demais verbos que participam de construções causativas perifrásticas. Note-se, primeiro, que o preenchimento da posição interverbal pelo causado (ordem VOV) no PEM está ligada a uma maior topicalidade ou agentividade atribuída ao causado, no âmbito do domínio infinitivo, com consequência sobre a relação causador-causado; assim, em (27a) o causador *a Maria* é percebido em relação direta com o causado *o João*, enquanto em (27b) *a Maria* se coloca em relação direta com o evento descrito no domínio infinitivo (ver SOARES DA SILVA, 2005, sobre a semântica dessas construções):

- (27) a. A Maria fez o João trabalhar.  
b. A Maria fez trabalhar o João.

O verbo *leixar/deixar* constrói uma construção causativa permissiva em que a maior topicalidade ou agentividade do causado não advém da sintaxe, mas de uma característica lexical: esse verbo sempre atribui uma maior topicalidade ou agentividade ao causado. Isso pode explicar por que, em francês, *laisser* ('deixar') permite o causado em posição interverbal, diferentemente de *faire* ('fazer'), como mostra o seguinte par de sentenças (exemplos de ACHARD, 1998, p. 73-74):

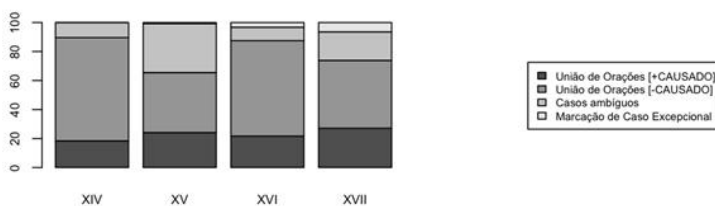
- (28) a. \* *Marie fait Jean pleurer.*  
'A Marie faz o Jean chorar.'  
b. *Marie laisse Jean pleurer.*  
'A Marie deixa o Jean chorar.'

Interpreto, portanto, que as ocorrências da ordem VOV nos dados (26a-b) são semelhantes ao exemplo (28a), sendo portanto *casos espúrios* de MCE, deixando uma análise mais pormenorizada sobre essa decisão

para a seção 3.2, uma vez que ela depende da compreensão específica da estrutura envolvida.

Quanto ao exemplo do século XV (26c), avalio-o como um caso real de MCE, que deriva não só da não-subida do clítico, mas sobretudo da sua semântica como recíproco, da qual se infere uma referência específica ao causado (não claramente expresso) no exemplo em tela. Nessa altura, recupero a ressalva feita logo acima do exemplo (24), em que mencionei a possível utilidade de se separarem, do total de dados de “união de orações”, aqueles assim classificados por não apresentarem um causado expresso (correspondentes à construção *fazer-por*). Em outras palavras, esse tipo de exemplo aponta para uma alta frequência de causados não-expressos nos dados do PA.

Essas observações me levam a apresentar outro conjunto de dados na Figura 3, que exclui os dados com o verbo causativo permissivo *leixar/deixar* e, ao mesmo tempo, separa os dados de “união de orações” com causado não-expresso [-CAUSADO] daqueles que com um causado expresso [+CAUSADO]. Nessa figura, fica claro que a construção de MCE vai ganhando terreno progressivamente a partir do século XV (0,0%; 0,7%; 3,2%; 6,2%). Os dados também demonstram que a quantidade de dados ambíguos é variável, podendo atingir mais de 30%, não se distinguindo uma tendência de redução da ambiguidade (10,4; 33,8%; 9,3%; 18,6%). O segmento de dados *União de Orações* [-CAUSADO] chama a atenção por ser o mais numeroso em cada século, chegando a quase três quartos no século XIV, resultado que pode ser atribuído ao estilo das crônicas reais, em que usualmente o que está em relevo é o causador (“o rei”) e o objeto da ação comandada, e ficando em segundo plano o causado (“servo ou súdito”) (71,2%; 41,4%; 65,8%; 45,6%). Finalmente, os dados de *União de orações* [+CAUSADO] mantêm-se num patamar relativamente estável, em torno de 20% (18,4%; 24,1%; 21,7%; 29,6%).



**Figura 3** - Percentagens de construções causativas factitivas (excluindo *deixar*) por século

Os resultados da figura 3 também são relevantes para mostrar que somente a grande quantidade de dados ambíguos não é capaz de explicar a falta de dados de MCE no PA. Uma possível crítica aos resultados iria no sentido de dizer que dados não-ambíguos dessa construção não ocorrem no século XIV como uma consequência da grande quantidade de dados com causado não-expresso. No entanto, se isso fosse verdade, esperaríamos o mesmo resultado no século XVI, que tem uma percentagem semelhante desse tipo de dado, mas em que 11 dados puderam ser claramente identificados.

Para desvendar a relação entre a expressão do causado e a identificação das construções causativas, no entanto, é necessário fazer uma explicação de fundo sobre a arquitetura da gramática do português antigo. Antes disso, passo a um sumário dos resultados empíricos alcançados, incorporando aqueles relativos ao infinitivo flexionado.

### 2.3 Sumário dos resultados empíricos

Na seção anterior, vimos que só um caso inequívoco de MCE foi observado nos dados dos séculos XIV e XV. No entanto, a ocorrência de um único exemplo não infirma a hipótese apresentada no começo deste trabalho, pois o texto em questão foi produzido na segunda metade do século XV, momento que se situa já no começo do PCl, segundo a proposta de periodização de Galves, Namiuti e Paixão de Sousa (2006). Ao mesmo tempo, esse dado mostra que (26c) seria o indício da emergência da construção de MCE na história do português, situada já na transição para o PCl.

O princípio em (25a) também é suficiente para afirmar que a construção de infinitivo flexionado não estava disponível no complemento de verbos causativos, nem na gramática do PA, nem

na do PCI, já que nenhum dado não-ambíguo dessa construção foi identificado na base de dados. Por outro lado, com respeito aos dados ambíguos entre IF e outras construções, não há nenhum no século XIV, há três no século XV – cf. (29a-c) –, nenhum no século XVI, e um no século XVII – cf. (29d):

- (29) *Dados ambíguos entre IF, MCE (e Fazer-Inf)*
- a. E, depois que esto disse, foi depós a besta e leixou Glifet jazer em terra. (*Demanda* 101, 33c)
  - b. Tornemos nos per u saimos e veemos se poderíamos achar o treedor de Galvam, que leixou meu irmão morrer per sua covardice. (*Demanda* 137, 45b)
  - c. Ele a firiu tam rijamente que l[e] fez a cabeça caer mais longe de ùa lança e o corpu caiu em terra. (*Demanda* 296, 105d)
  - d. Ao exemplo se diz, que não se deixou a Infanta Dona Violante herdar naõ pornaõ se admittir á representação no caso, senaõ por ser inhabil por ley particular... (Costa \*1601)

Sobre (29a-c), evoco o caso (10f”) (para o PA), dada a possibilidade de análise dos NPs sublinhados como objetos da operação de *scrambling*, o que torna tais exemplos triplamente ambíguos, impedindo que ocorresse a reanálise para a construção de MCE e tampouco para a construção de IF. Destarte, as construções causativas se distribuiriam no português diacrônico conforme se mostra na Tabela 3.

**Tabela 3** - Construções causativas em variedades diacrônicas do português

Construção/ Gramática	PA	PCI
<i>Fazer</i> -infinitivo	✓	✓
<i>Fazer</i> -por	✓	✓
Marcação de caso excepcional	✗	✓
Infinitivo flexionado	✗	✗

### 3 Análise formal, parte I: os verbos causativos e a gramática do português antigo

Nesta seção, apresento uma explicação para a obrigatoriedade da formação de predicados complexos (expressos pela construção de “união de orações”, de *fazer*-infinitivo ou *fazer*-por) no PA. Para tanto,

apresento: em 3.1, uma visão geral sobre uma versão da teoria de parâmetros, desenvolvida em Roberts (2010b); em 3.2, uma explicação sobre o parâmetro de alinhamento de argumentos e sua relação com a “união de orações” no PA; em 3.3, o parâmetro de configuracionalidade discursiva e o *scrambling*.

A teoria de parâmetros aqui desenvolvida é modelada no âmbito do programa minimalista que, em suas versões mais recentes adota, entre outros pressupostos, a existência da operação Mover como resultado da junção entre duas outras operações: Concordar e Arrastar (*Agree* e *Pied-Piping*; ver CHOMSKY, 2001; 2008). Para que ocorra Concordar, é necessária a presença de pares de traços: não-interpretável e interpretável, o primeiro efetuando sua valoração com o segundo. Por exemplo, na base de uma representação arbórea, um argumento interno tem traços de gênero, número e pessoa interpretáveis (traços- $\phi$ ), mas necessita de Caso, que será valorado como acusativo pelo núcleo  $v$ , que é o primeiro elemento com traços- $\phi$  não-interpretáveis ( $[u/\phi]$ ). O processo de valoração é exemplificado a seguir, em que  $v$  é a sonda, que busca os traços interpretáveis no alvo, o NP argumento interno:

- (30) *Arranjos de traços antes e depois da operação Concordar*  
 a. Sonda =  $v$  [Pessoa:  $\_$ ; Número:  $\_$ ] ... Alvo = NP/ $\phi$   
 [Pessoa:  $a$ ; Número:  $b$ ]  
 b. Sonda =  $v$  [**Pessoa:  $a$ ; Número:  $b$** ] ... Alvo = NP/ $\phi$   
 [Pessoa:  $a$ ; Número:  $b$ ]

Em (30a), o núcleo  $v$  não tem traços de pessoa e número, mas adquire-os por meio da operação Concordar, com o resultado em (30b). A operação Arrastar ocorrerá, a depender da língua, por conta da existência de um diacrítico de movimento ( $\wedge$ ) junto aos traços- $\phi$  não-interpretáveis  $[u/\phi, \wedge]$ , movendo, assim, o NP envolvido em Concordar para Spec, $v$ P. Crucialmente, se o argumento interno é um pronome clítico, ele não projeta um sintagma, sendo puramente um conjunto de traços- $\phi$  e movendo-se para o núcleo com o qual concorda independentemente da presença do diacrítico de movimento (cf. a noção de alvo defeutivo em ROBERTS, 2010a).

A operação Mover não ocorre livremente, mas se restringe ao âmbito de fases sintáticas. As fases são marcadores sintagmáticos que contêm um núcleo de fase e um traço de borda (*edge feature*, ou  $[u/edge]$ ),

capaz de fazer certos elementos se moverem para o domínio superior por meio de uma válvula de escape (*escape hatch*), se tiverem um diacrítico de movimento (^) (BIBERAUER; HOLMBERG; ROBERTS, 2010). Quando a operação Transferir se aplica ao complemento do núcleo de cada uma das fases sintáticas, ela envia o material ali contido para as interfaces da sintaxe com os sistemas conceitual-intencional e sensório-motor. Ou seja, somente o núcleo da fase e o elemento que está em sua borda (*edge*) ficam disponíveis para sofrer novas operações. Considero, seguindo Roberts (2010b), que os núcleos de fase são *C*, *Voice* e *D*. Dessa forma, seus complementos são demarcados, respectivamente, ao lado direito das barras ‘/’ na seguinte representação:

$$(31) \quad [_{CP} \underline{C} / [_{TP} T [_{VoiceP} \underline{Voice} / [_{VP} V [_{RootP} Root [_{DP} \underline{D} / [_{PossP} \dots ]]]]]]]$$

Em (31) mostra-se que há um núcleo que abriga a raiz de uma categoria lexical, *Root*, que se torna um verbo por movimento para o próximo núcleo de sintagma, *v*. Na proposta de Chomsky (2008) se explicita que todo movimento tem origem nos núcleos de fase: assim, mesmo os traços [u/phi] em *T* e em *v* são resultado da operação *Doar*, partindo respectivamente de *C* e de *Voice*.

### 3.1 Os sistemas de parâmetros e a diacronia

O sistema descrito anteriormente seria geral para as línguas do mundo, sendo a variação nos parâmetros responsável pelos diferentes tipos de línguas. Roberts (2010b) propõe a existência de parâmetros atuando tanto na Forma Fonética quanto na Sintaxe Estrita, que seriam distinguíveis em termos da presença de uma lacuna no espaço lógico de possibilidades, no caso do segundo tipo de parâmetros. Um exemplo do primeiro fenômeno diz respeito às marcas entre núcleo e complemento na morfologia, que podem se externalizar: no núcleo; no seu complemento; em ambos os núcleos; ou em nenhum dos dois. No caso do segundo fenômeno, o autor menciona a linearização, que parece não permitir a ordem “núcleo final-núcleo inicial” (numa sequência de dois sintagmas) mas aceita as três outras combinações possíveis: “núcleo final-núcleo final”; “núcleo inicial-núcleo inicial”; “núcleo inicial-núcleo final”.

Essas possibilidades se organizam em termos da noção de marcação (*markedness*), definida por meio da dificuldade de aprendizagem, como em (32). Considerando ainda que a realização da operação Mover é de último recurso (só ocorre quando for preciso), obtém-se uma hierarquia de opções, como se mostra em (33) (exemplos de ROBERTS, 2010b, traduzidos e adaptados).

(32) *Convenção de marcação*

Para uma classe de núcleos  $N \neq \text{Voice}$ , o valor não-marcado para o diacrítico de movimento será [+movimento] se Voice é [+movimento] e [-movimento] em todos os outros casos.

(33) *Hierarquia de marcação*

a. final-final > inicial-final > inicial-inicial

b. inicial-inicial > inicial-final > final-final

A convenção de marcação em (32), derivada de uma tendência de generalização do aprendiz de língua, prevê duas possíveis hierarquias: (33a), caso o movimento seja marcado; e (33b), caso o movimento seja não-marcado.<sup>15</sup> Isso prediz duas coisas:

(i) uma hierarquia pode ser didaticamente apresentada num esquema semelhante a uma árvore de decisões, sendo que o parâmetro situado no topo é um macroparâmetro, ou seja, uma decisão que divide as línguas do mundo entre opções muito distantes, e quanto mais encaixado é o parâmetro em tela, mais marcadas e menores são as diferenças em jogo;

(ii) no âmbito da diacronia, a deriva tipológica esperada (*drift*) vai no sentido de uma mudança para cima.

No entanto, aparentes mudanças para baixo são possíveis ao se inverter a convenção de marcação em (32), por pressões das interfaces com a sintaxe.

Roberts (2010b) menciona a existência de cinco hierarquias de parâmetros:

<sup>15</sup> Considerando a teoria de Kayne (1994), para quem a ordem núcleo-final é obtida por movimento do complemento, o que Biberauer, Holmberg e Roberts (2010) denominam *movimento de linearização*, ligado a um traço de seleção categorial.

- ordem de palavras (linearização);
- argumentos nulos;
- estrutura da palavra;
- configuracionalidade discursiva;
- alinhamento morfossintático.

Quando se comparam duas línguas ou estágios de uma mesma língua histórica, é importante ter em mente que pode haver grande proximidade com relação a uma hierarquia, mas distância no que se refere a outra. Para este trabalho, darei enfoque às duas últimas hierarquias citadas, das quais passo a tratar a seguir.

### 3.2 O parâmetro do alinhamento morfossintático e a “união de orações”

O alinhamento morfossintático é um critério bastante eficaz para a tipologia linguística, podendo ser entendido como a forma como o objeto (O), o sujeito de um verbo transitivo (A) e o sujeito de um verbo intransitivo (S) são marcados. Há diferentes possibilidades, porém a divisão clássica separa dois sistemas:

- direto: acusativo-nominativo (S = A; O é diferente);
- inverso: ergativo-absolutivo (S = O; A é diferente).

Uma mesma língua pode, no entanto, ser mista, apresentando os dois sistemas em contextos diferentes. De fato, a ergatividade morfológica se expressa normalmente em contextos encaixados, nos quais originalmente há uma relação diacrônica com uma nominalização (isso expressa o fato de o alinhamento inverso ser no geral mais marcado que o alinhamento direto). No caso das construções causativas, a construção de “união de orações” expressa um alinhamento inverso, como se nota a partir do paralelo com o alinhamento de argumentos numa nominalização:

- (34) a. Ele fez escrever o trabalho (pelo João).  
b. Ele fez sair o João.

- (35) a. A escrita do trabalho (pelo João).  
b. A saída do João.

Nos exemplos acima, S (*o João*, sujeito do verbo intransitivo *sair*)

está alinhado com O (*o trabalho*, objeto do verbo transitivo *escrever*).

Os diferentes tipos de construções causativas apresentadas em (1) devem, portanto, exprimir essa divisão básica entre alinhamentos direto e inverso. Para tanto, a operação Mover não é suficiente, já que há quatro opções em jogo; assim, considero, juntamente com Wurmbrand (2003), que a estrutura de um complemento verbal pode variar mesmo para um mesmo verbo regente. Com *fazer-por*, o verbo causativo seria um verbo lexical cujo VP seleciona um VP nominalizado, como em (36a) (TURINO BLANCO, 2011). Com infinitivo flexionado, o domínio infinitivo seria um CP completo, considerando o movimento de V-para-C para fins de licenciamento do seu traço de concordância, originário do domínio superior, como em (36b) (GALVES, 2001).

- (36) a. *Fazer-por*:  $[_{VP} V1 [_{VP-nom} V ]]$   
 b. Infinitivo flexionado:  $[_{CP} C [_{TP} T [_{InfP} Inf [_{vP} v [_{VP} V ]]]]]]$

Com *fazer*-infinitivo e MCE, o verbo causativo seleciona VoiceP (ROBERTS, 2010b), sendo a motivação para isso o fato de, nas duas construções, haver atribuição de Caso acusativo pelo verbo causativo a um argumento do domínio infinitivo, como se mostra em (37a-b):

- (37) a. *Fazer*-infinitivo:  $[_{VoiceP} Voice [v_p v [_{VP} V ]]]]$   
 b. Marcação de caso excepcional:  $[_{VoiceP} Voice [v_p v [_{VP} V ]]]]$

A oposição entre derivação inversa com *fazer*-infinitivo e direta com MCE se relaciona com a retenção ou doação do traço [u/phi] do núcleo de fase à categoria por ele selecionada.

Primeiro, vejamos o caso da derivação direta de uma sentença como *Ele fez os miúdos ler o livro*. O traço [u/phi] é doado de Voice a *v*, no passo (38a); *v* naturalmente valorará o Caso do argumento interno *o livro* (acusativo), e o argumento externo (AE ou causado) é concatenado em Spec,VoiceP, no passo (38b); como resultado, a única forma de o argumento externo ter seu Caso valorado envolve uma operação Concordar com o *v* do domínio finito, no passo (38c).

(38) *Derivação direta – a partir de (37b)*

- a. [<sub>VoiceP</sub> Voice [<sub>vP</sub> v[u/phi] [<sub>vP</sub> V ]]]
- b. [<sub>VoiceP</sub> [<sub>AE</sub> os miúdos] Voice [<sub>vP</sub> ler+v [u/phi] o livro ]]
- c. [<sub>TP</sub> ele fez [<sub>vP</sub> ele fazer+v [<sub>VoiceP</sub> [<sub>AE</sub> os miúdos] Voice [<sub>vP</sub> ler o livro ]]]]

Essa derivação mantém a ordem relativa de concatenação dos argumentos na estrutura na ordem final. O oposto ocorre na derivação inversa, numa sentença como *Ele fez ler o livro aos miúdos*. O traço [u/phi] é retido em Voice, no passo (39a); Voice, em seguida, identificará o vP como alvo (por ser o elemento mais próximo que contém os traços-phi buscados – ver RACKOWSKI; RICHARDS, 2005) e o moverá para o Spec, VoiceP mais externo, no passo (39b); ocorre o movimento de vP para o especificador acima do ponto em que se concatena o argumento externo, no passo (39b); finalmente, tanto o argumento interno quanto o argumento externo terão seus Casos valorados por núcleos funcionais no domínio superior da oração, o primeiro por v e o segundo por v<sub>appl</sub>, no passo (39c).

(39) *Derivação inversa – a partir de (37a)*

- a. [<sub>VoiceP</sub> Voice[u/phi] [<sub>vP</sub> v [<sub>vP</sub> V ]]]
- b. [<sub>VoiceP</sub> [<sub>vP</sub> ler o livro ] [<sub>AE</sub> os miúdos] Voice [u/phi]]
- c. [<sub>TP</sub> T [<sub>v<sub>appl</sub>P</sub> v<sub>appl</sub> [<sub>vP</sub> v [<sub>VoiceP</sub> [<sub>vP</sub> ler o livro ] [<sub>AE</sub> aos miúdos] Voice ]]]]

A derivação inversa, por levar um constituinte para a borda da fase VoiceP, abre espaço para o movimento do argumento interno (NP ou pronome) para o domínio superior da oração (ver *smuggling* em COLLINS, 2005). Uma implicação desse sistema é que a subida de clíticos (com função de argumento interno) é possível exatamente nessa configuração; assim, substituindo o NP argumento interno em (39c) por um clítico, tem-se o resultado em (39c’):

- (39) c’. Ele fê-lo ler aos miúdos.

Vejam agora as implicações desse sistema para o espectro de variação observado para o PA na Tabela 3. Parece que temos de início duas boas implicações:

- **Quanto à marcação:** considerando que o infinitivo

flexionado envolve uma estrutura mais complexa, ele será mais marcado que as demais construções, contrariamente a *fazer-por*, que é a mais simples e a mais produtiva.

- **Quanto à semântica:** considerando que na derivação inversa (*fazer*-infinitivo) há movimento de *vP* para Spec, VoiceP mais externo, espera-se que a ação descrita pelo infinitivo esteja em maior evidência, contrariamente ao que acontece com a derivação direta, o que se reflete nas observações de Soares da Silva (2005).

Pensando na questão da distinção entre a ordem VOV com o causativo permissivo (*deixar*) e com os causativos factitivos (*fazer* e *mandar*), afirmei que o primeiro caso corresponde a um MCE *espúrio*. Considerando a estrutura em que o causado recebe caso acusativo não obstante a presença de uma barreira oracional, isso quererá dizer que o causado com o verbo *deixar* é um verdadeiro objeto, ou seja, a estrutura infinitiva envolve uma categoria vazia controlada pelo objeto (40b). Evidência disso é a possibilidade de operadores associados a foco, como *só*, terem escopo restrito sobre o objeto *o João* com o verbo *deixar*, mas não com *fazer* ou *mandar* (41):

(40) *Estruturas de MCE real e espúrio*

- a. Ela fez/mandou [<sub>VoiceP</sub> o João sair de casa].
- b. Ela deixou o João [<sub>i</sub> [<sub>CP</sub> *cv<sub>i</sub>* sair de casa]

(41) *Associação com foco*

- a. \*? Ela só faz/manda [<sub>FOCO</sub> o João] sair de casa.
- b. Ela só deixa [<sub>FOCO</sub> o João] sair de casa.

Note-se que (41a) só é possível atribuindo-se um significado não-causativo para a sentença com *mandar*. Teste semelhante a (41) foi proposto por Azoulay-Vicente (1985, p. 152) para o francês, com a estrutura restritiva *ne...que*:

(42) *Associação com foco*

- a. \**Pierre ne fait que* [<sub>FOCO</sub> Marie] lire ce livre.  
'Pierre só faz Marie ler esse livro.'
- b. *Pierre ne laisse que* [<sub>FOCO</sub> Marie] lire ce livre.

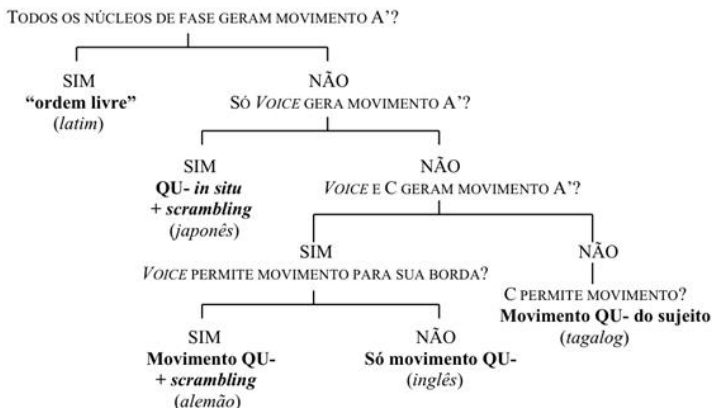
‘Pierre só deixa Marie ler esse livro.’

A autora interpreta, seguindo Kayne (1975), que a estrutura em (40b) impede que ela sofra a regra de *faire*-infinitif. Nesse quadro, a ordem semelhante à construção *faire*-infinitif (VV) é obtida pela seleção de *fazer-por*, via seleção da estrutura nominalizada em (36a). Essa análise é compatível com os dados diacrônicos do português, tendo em vista que não foram encontrados dados com causado licenciado com caso dativo.

Considerando que o MCE espúrio é uma construção diferente, o que fica por ser explicado quanto às construções causativas do PA é seu necessário alinhamento morfossintático inverso. Para responder a essa questão, julgo ser necessário observar outro parâmetro no PA, o da configuracionalidade discursiva.

### 3.3 O parâmetro da configuracionalidade discursiva e o scrambling

A configuracionalidade discursiva é um parâmetro que separa línguas quanto ao papel que o movimento para uma posição não-argumental (movimento A', requerido pelos núcleos de fase) tem nas sentenças em geral. A hierarquia desse parâmetro envolverá decisões mais específicas relacionadas à capacidade dos núcleos de fase em licenciar movimentos A'. No caso do núcleo Voice, há que se chamar a atenção para a possibilidade de dois tipos de movimento, um que mira essa categoria e outro que só a utiliza como “entrepasto”. No primeiro caso é que se observa o fenômeno do *scrambling*. Diante disso, vale a pena ter uma visão da hierarquia proposta para esse parâmetro, mostrada na Figura 4 (adaptada de ROBERTS, 2010b):



**Figura 4-** Hierarquia do parâmetro da configuracionalidade discursiva

A questão que imediatamente se coloca é como o PA se classifica quanto à hierarquia demonstrada. Já vimos que essa gramática tinha *scrambling*, o movimento para a borda de Voice; sabemos também, pela leitura dos textos antigos, que não houve mudanças substanciais quanto à disponibilidade do movimento QU-; resta saber se o PA tinha movimento pela borda de D, ou rumo a uma posição na periferia esquerda da fase CP ou da fase VoiceP. Essas duas opções são observadas em alguns exemplos, em termos do movimento de um PP incluindo um pronome demonstrativo ou um pronome pessoal fraco:

- (43) a. ... bem sabem, que disto deveis [<sub>VoiceP</sub> ~~disto~~ ter [<sub>DP</sub> ~~disto~~ mor sentido ~~disto~~ ]. (Lopes \*1380, 7)  
 b. ... nunca tal coisa dissera, nem sabia [<sub>VoiceP</sub> dello [<sub>DP</sub> ~~dello~~ parte ~~dello~~ ]. (Lopes \*1380, 19)

Em (43a) o PP *disto* ocorre na periferia esquerda da sentença (CP), logo abaixo do complementador, e apresenta valor de foco contrastivo. Em (43b) o PP *dello* ocorre na periferia do VoiceP, também com valor focal. Nos dois casos, os constituintes em tela tiveram de passar por Spec,DP, considerando que o PP está encaixado no DP argumento interno. Esses fatos me fazem pensar que o PA é uma língua de “ordem livre”,

dando continuidade, quanto a esse aspecto, ao latim tardio.<sup>16</sup>

O *scrambling* é usualmente entendido como movimento A' (MÜLLER; STERNEFELD, 1984). Considerando os dados do português diacrônico e o sistema de traços apresentado anteriormente, podemos pensar que, no português antigo, o *scrambling* seria resultante de os traços [u/edge] e [u/phi] serem verificados conjuntamente nos núcleos de fase C e Voice. Em outras palavras, e enfocando a fase VoiceP, Voice retinha o traço [u/phi, ^], que desencadeava o movimento do vP para sua borda, e também tinha o traço [u/edge, ^], que desencadeava o movimento A' do argumento interno para a sua borda mais externa.<sup>17</sup> No primeiro caso, e considerando também a possibilidade de a borda poder servir de “albergue”, e não somente de “entreposto” para um movimento para a periferia esquerda, observa-se o *scrambling*. Ilustro a derivação do exemplo semelhante a (22) com interpretação de *scrambling*:

- (44) Sagramor fez sa lança voar
- [<sub>VoiceP2</sub> Voice[u/phi] [<sub>vP2</sub> voar [<sub>VP2</sub> ~~voar~~ sa lança ]]]  
[Concatenação até VoiceP<sub>2</sub>]
  - [<sub>VoiceP2</sub> [<sub>vP1</sub> voar sa lança ] Voice [u/phi]]  
[movimento de vP]
  - [<sub>VoiceP2</sub> [<sub>VoiceP</sub> [<sub>DP</sub> sa lança][<sub>vP2</sub> voar ~~sa-lança~~]  
Voice [<sub>u/edge</sub> ]]]  
[*scrambling* do DP]
  - [<sub>VoiceP1</sub> Sagramor [<sub>vP1</sub> fazer [<sub>VP1</sub> fazer  
[<sub>VoiceP</sub> [<sub>VoiceP</sub> [<sub>DP</sub> sa lança][<sub>vP</sub> voar ~~sa-lança~~]  
Voice [<sub>u/edge</sub> ]]]]]]  
[Concatenação até VoiceP<sub>1</sub>]
  - [<sub>TP</sub> Sagramor fez [<sub>VoiceP1</sub> Sagramor [<sub>vP1</sub> fazer  
[<sub>VP1</sub> fazer [<sub>VoiceP</sub> [<sub>VoiceP</sub> [<sub>DP</sub> sa lança][<sub>vP</sub> voar  
[~~sa-lança~~] Voice [<sub>u/edge</sub> ]]]]]]]]  
[movimentos de DP e de V]

<sup>16</sup> As diferenças face ao latim clássico incluem a limitação à subextração a certos tipos de PPs no PA, o que pode ser um efeito de mudanças internas atuando sobre a sintaxe do DP.

<sup>17</sup> Semelhantemente a Chomsky (2004), considero que os movimentos A e A' ocorrem separadamente, sendo a cópia mais alta a pronunciada.

Entendo, dessa forma, que o *scrambling* no PA é resultante da conjunção da retenção do traço [u/phi, ^] em Voice, com a presença do traço [u/edge, ^] nesse mesmo núcleo, resultando no movimento do elemento argumental mais próximo para a borda. O que acrescento em termos de pressupostos gerais é hipotetizar que este traço acarreta aquele. Em outras palavras, apresento a generalização em (45):

(45) *Relação entre scrambling e alinhamento inverso*

Se uma língua tem *scrambling*, ela terá alinhamento inverso com VoiceP.

Não posso aqui desenvolver totalmente as consequências dessa previsão, mas a intuição tem a ver com o fato de que a não observância da correlação acima geraria estruturas em que seria impossível distinguir um elemento A' de um elemento A, porque o movimento para realizar a operação de *scrambling* resultaria invisível. Enfatizo ainda que a generalização só se aplica a um complemento VoiceP, como nas estruturas em (37). Uma ilustração é o francês que, apesar de não ter *scrambling* generalizado, apresenta-o com elementos foneticamente leves: certos advérbios (*mieux, mal, bien*) e quantificadores flutuantes (*tout, tous, rien*) (CINQUE, 2002). Considerando ainda que quantificadores flutuantes se adjungem aos NPs que eles modificam – o que só pode ocorrer em posições A', como propõe Bošković (2004, p. 707) –, há um passo na derivação em que *tous* e o NP/pronome estão numa posição “embaralhada”, numa frase como *Ils nous font tous sortir* (“eles nos fazem sair a todos”), como se nota crucialmente em (46c) (o sinal de igualdade indica cliticização morfológica):

(46) *Ils nous font tous sortir.*

- a. [<sub>VoiceP2</sub> Voice[u/phi] [<sub>VP2</sub> nous=sortir [<sub>VP2</sub> sortir nous ]]]
- b. [<sub>VoiceP2</sub> [<sub>VP1</sub> nous=sortir ] Voice [u/phi]]
- c. [<sub>VoiceP2</sub> [<sub>VoiceP</sub> [<sub>QP</sub> nous=tous ] [<sub>VP2</sub> nous=sortir] Voice<sub>[u/edge]</sub> ]]]]
- d. [<sub>VP1</sub> nous=faire [<sub>VP1</sub> faire [<sub>VoiceP</sub> [<sub>VoiceP</sub> [<sub>QP</sub> nous=tous ] [<sub>VP</sub> sortir ] Voice<sub>[u/edge]</sub> ]]]]
- e. [<sub>TP</sub> ils nous=font [<sub>VoiceP1</sub> ils [<sub>VP1</sub> faire [<sub>VP1</sub> faire [<sub>VoiceP</sub> [<sub>VoiceP</sub> [<sub>QP</sub> nous=tous ] [<sub>VP</sub> sortir] Voice<sub>[u/edge]</sub> ]]]]

Considerando que o francês não tem MCE real com estruturas causativas, a previsão em (45), que deriva de uma generalização descritiva, se mantém para a comparação feita até aqui, que correlaciona propriedades do PA e com aquelas do francês.

#### 4 Análise formal, parte II: a mudança do português antigo ao português clássico

O que ficou por explicar é como e por que o sistema gramatical do PA teria mudado, tornando-se o que se encontra no PCI. Para tanto, apresento, a seguir, os dados com detalhe no aspecto do preenchimento da posição interverbal, a qual está diretamente relacionada ao *scrambling*. Uma vez que esse fenômeno engloba diferentes tipos de elementos, classifico os dados de causativas ativas com preenchimento, excluindo os casos não-ambíguos de MCE, entre argumentos e adjuntos, e dividindo, logo após, os elementos argumentais entre aqueles selecionados pelo  $V_{\text{caus}}$  (causador) e aqueles selecionados pelo  $V_{\text{inf}}$  (outro), como se mostra na Tabela 4.

**Tabela 4** - Tipo de elemento em posição interverbal nas construções causativas ativas

Século / Elemento	-arg	+arg: causador	+arg: outro
Séc. XIV	43	20	6
Séc. XV	28	15	16
Séc. XVI	38	14	2
Séc. XVII	15	19	0

Os dados mostram que há uma mudança quantitativa brusca nos elementos argumentais “embaralhados” (agrupados na coluna +arg: *outro*) entre os séculos XV e XVI, passando de 16 para 2 ocorrências. Tais elementos podem ser, em termos de função gramatical, um causado, um argumento interno ou um quantificador flutuante, como mostram os exemplos abaixo:

(47) *Elementos argumentais “embaralhados”*

a. ...e fizeram muitos deles saltar polas freestras (*Demanda* 289, 104d)

b. ...o mui grande amor que eu sempre houve a vós e a eles me faz esto dizer. (*Demanda* 28, 9a)

c. ...e os mandou todos soltar, e livrar de cativo. (Galvão \*1435, 8)

Isso me leva a confirmar a intuição de que há uma relação direta entre a perda do *scrambling* de elementos argumentais e a emergência da marcação de caso excepcional. Note-se, nesse sentido, que nos dados dos autores nascidos no século XVI há ainda várias ocorrências de *scrambling* de adjuntos (-arg, na tabela), que seriam adjungidos em Spec, VoiceP, razão pela qual podem coocorrer com outros advérbios ou com elementos argumentais. Finalmente, os dois dados de elementos +arg: *outro* encontrados no século XVI provavelmente se devem a resquícios da gramática do PA, como é de se esperar em situações de competição de gramáticas que acompanham mudanças paramétricas.

Dentro do sistema descrito anteriormente, espera-se que o PA tenha sofrido, portanto, uma mudança quanto ao parâmetro de configuracionalidade discursiva, deixando de ser uma língua em que todos os núcleos de fase geram movimento A' – ou seja, uma língua de “ordem livre”, similar ao latim –, para tornar-se uma língua em que só C gera movimento A', semelhantemente ao inglês.

Essa mudança no parâmetro de configuracionalidade discursiva teria efeitos “catastróficos”, porque envolve a convenção de marcação em (34): considerando que o conjunto de núcleos N referido nessa convenção é {C, D}, tem-se que o padrão geral de marcação do PA era não-marcado para [+movimento], passando a ser marcado. Em outras palavras, houve a mudança de (i) para (ii):

(i) Voice [u/edge, ^] → C/D [u/edge, ^] não-marcado

(ii) Voice [u/edge] → C/D [u/edge, ^] marcado

De fato, não se observam mais subextrações de DPs em dados do PCI, semelhantes aos mencionados em (43).

Tendo em vista a relação entre traços [u/edge, ^] e [u/phi, ^] em Voice, conforme a previsão em (47), tem-se que a mudança no parâmetro da configuracionalidade discursiva implicará a não-exigência de retenção

de traços [u/phi, ^] em Voice. Isso, por sua vez, permitirá que a derivação direta tenha lugar, como se observou em (40a), com a implicação prática de a marcação de caso excepcional poder ser derivada no PCl.

A explicação para essa correlação fica mais simples se for pensada em termos de opacidade dos dados para o aprendiz de língua. Assim, voltando ao exemplo (22),

(22) E Sagramor fez [sa lança voar em peças]

nota-se que o aprendiz da gramática do PA tinha à sua disposição evidências de contextos distintos da construção causativa, para identificar que havia uma regra de *scrambling* de curta distância em sua gramática, que o permitiam interpretar o elemento sublinhado em (22) como constituinte “embaralhado”. Já o falante do PCl, por não encontrar, nos seus dados linguísticos primários, evidência de *scrambling*, reanalisa esse exemplo como sendo evidência da derivação direta, em que *sa lança* se move por movimento A, e não por movimento A’.

Passo agora a observar diferenças entre a proposta aqui apresentada face às demais oferecidas no âmbito da linguística moderna. Primeiro, entendo que a proposta de mudança baseada na perda do *scrambling* é mais abrangente que aquela apresentada em Davies (1996). Para o autor, a história de tais construções remonta ao latim medieval, quando ocorre a fusão morfológica dos infinitivos passivos com os ativos, ficando ambos com a terminação *-e* (exemplos de DAVIES, 1996, exemplo (56)):

- (48) a. *qui* [mihi domum aedificare] fecit  
       quem [1SG.DAT casa.ACUS construir.INF.AT] fazer.3G.PSD  
       ‘quem me fez construir uma casa’  
       b. [domum aedificari] fecit  
       [casa.ACUS construir.INF.PASS] fazer.3G.PSD  
       ‘Ele fez a casa ser construída.’

Segundo Davies (1996), a contraparte de (48b), um infinitivo passivo sem agente expresso (um infinitivo reduzido, para DAVIES, 1996), prevaleceria no PA; mas, com o tempo, a interpretação ativa teria ganhado terreno, ou seja, o sujeito realizado teria se tornado mais

frequente, o que levou à reanálise do complemento do verbo causativo como uma estrutura não-reduzida. Apesar de ser coerente com a grande quantidade de dados de união de orações sem causado expresso no PA – como foi mostrado no grupo de dados *União de Orações [-CAUSADO]*, na Figura 3 –, essa proposta não explica por que o significado ativo teria avançado nos contextos sem causado expresso. É nesse sentido que a presente proposta de reanálise mencionada logo acima preenche uma lacuna explicativa.

Além disso, tendo em vista a implicação derivada da presente proposta de que há uma relação de marcação derivada do tamanho relativo das estruturas de infinitivo flexionado e de marcação de caso excepcional – (36b) e (37b) –, a presente proposta também prevê que a construção de infinitivo flexionado surja no complemento de verbos causativos posteriormente à construção de marcação de caso excepcional. Isso está de acordo com os resultados apresentados em (29). Além desses exemplos, a perda da variante (10f') em favor do caso de identificação de construções causativas em (10f) – resultante da perda do *scrambling* de argumentos – sugere que a ambiguidade entre infinitivo flexionado e marcação de caso excepcional precede a ocorrência de casos não-ambíguos de infinitivo flexionado, sendo a construção envolvida na ambiguidade semelhante àquela mostrada em (49) = (14).

- (49) ... mandando [um Mouro de recado dar aviso aos da  
forteleza]. (Couto \*1542 In TRANNIN, 2010)

Isso contrasta com a proposta de Martins (2004), que apresenta o exemplo em (50) como a fonte para a reanálise que teria gerado a construção de infinitivo flexionado no complemento de verbos causativos, devido à possibilidade de duas interpretações: uma em que a coordenação ocorre no nível do predicado causativo, tendo o infinitivo um uso arcaico, como optativo (com o significado 'peyte'~'pague'); outra, em que a coordenação ocorre no nível do domínio infinitivo, ficando o verbo causativo elíptico.<sup>18</sup>

<sup>18</sup> O problema relacionado ao uso do infinitivo flexionado em contexto optativo remonta às origens dessa forma verbal, desde o latim, e seu tratamento ultrapassa os objetivos do presente artigo.

- (50) Mandamos peytar áá parte aguardante C maravedis e [o prazo ficar em sa forteleza]. (Documento 1287. In MAIA, 1986, p. 250)

No entanto, por ser a estrutura em (50) muito pouco frequente e por não serem atestados dados não-ambíguos de infinitivo flexionado nem no PA, nem no PCl, acredito que (49) exemplifica o tipo de estrutura a partir da qual a nova construção de infinitivo flexionado veio a ser gerada.

## 5 Implicações da proposta paramétrica

Antes de concluir este trabalho, discuto duas implicações da proposta paramétrica aqui apresentada: a primeira, observável mais claramente a partir de outra construção semelhante à “união de orações”, a “reestruturação”, também um tipo de predicado complexo; e a segunda, uma implicação mais geral para a compreensão da mudança entre PA e PCl em termos paramétricos.

Quanto ao primeiro ponto, a análise formal do PA explorou as seguintes hipóteses:

- o PA era uma língua de “ordem livre” quanto ao parâmetro da configuracionalidade discursiva;
- o PA, por ter *scrambling* de argumentos, retinha traços [u/phi, ^] em Voice.

Tais hipóteses implicam o seguinte corolário: em outras estruturas em que um verbo regente seleciona uma estrutura reduzida VoiceP, haverá movimento *obrigatório* de clíticos argumentos internos do domínio infinitivo para o domínio superior, e a possibilidade de movimento de outros elementos presentes no material movido para a borda de VoiceP. O primeiro fenômeno é referido na literatura como *subida de clíticos* e pode ser observado na construção de “reestruturação”, em que há um verbo temporal, aspectual ou modal (auxiliar ou semi-auxiliar) selecionando VoiceP (ou vP, dependendo da representação escolhida; ver ANDRADE, 2010). Esse fenômeno é opcional no PEM, como indicam os seguintes exemplos, extraídos da rede:

- (51) a. ... eu já não o posso ver, nem ouvir e muito menos ler o que escreve.  
(Disponível em: <<http://www.dn.pt/forums/p/2037981/6986191.aspx>>. Acesso em: 10 jan. 2014)  
b. Não posso vê-lo mais, é um mentiroso.  
(Disponível em: <<http://www.dn.pt/forums/p/997432/3159812.aspx>>. Acesso em: 10 jan. 2014)

De fato, vários autores observaram que não só o PA, como também outras línguas românicas antigas, apresentavam subida de clíticos obrigatória, como resume Wanner (1987). Em estudo baseado em *corpus*, Andrade e Fischer (2013) observam que o português antigo e o catalão antigo apresentavam de fato subida de clíticos obrigatória, sendo algumas exceções consequência do paralelismo com outras estruturas ou da gramaticalização, em consonância com o princípio em (25b). Demonstram ademais que, além da subida obrigatória exemplificada num dado como (52a), o PA também apresentava fronteamento estilístico, fenômeno que expressa o movimento do  $V_{inf}$  (em alguns casos com uma preposição subcategorizada pelo V superior) para a periferia esquerda da sentença, portanto, sobre o V auxiliar *podesse*:

- (52) a. D'esta rreposta foram elles mui contentes, e trabalharam-sse d'açallmar e bastecer melhor o logar, que sse lhe tall coisa avehesse, o **podessem** bem **defender**. (*Crônica de D. Fernando*, 150. In ANDRADE; FISCHER, 2013)  
b. ...rresponde-sse que esto nom parece d'outorgar, ca, sse assi fora, nom era a tregua coisa que se **encobrir** **podesse**... (*Crônica de D. Fernando*, 142. In ANDRADE; FISCHER, 2013)

Os autores interpretam os exemplos em (52) como consequência de *smuggling* para a borda de VoiceP. Note-se que em (52b) o clítico é movido “de carona” com o  $V_{inf}$  *encobrir*. Finalmente, no que se refere à transição para o português clássico e para o catalão moderno, os autores relacionam a perda da subida de clíticos obrigatória com a perda do fronteamento estilístico, sendo ambas as alterações resultantes de uma mudança específica na periferia esquerda dessas línguas românicas, que se expressava na possibilidade de marcar um foco estreito recaindo sobre  $(cl+)V_{inf}$  por meio de movimento, em vez de realizar uma cópia mais baixa do elemento focalizado. Essa proposta se encaixa na ideia

de que o PA era uma língua de “ordem livre”, cuja periferia esquerda expressava uma série de elementos informacionalmente marcados por meio de movimentos explícitos na sintaxe.

Quanto à questão mais geral das implicações desta proposta para a periodização do português, entendo que ela fortalece a proposta em Galves, Namiuti e Paixão de Sousa (2006), de que a mudança do PA ao PCI se situa mais ou menos um século antes do que normalmente se supõe. Além disso, em se considerando o parâmetro da configuracionalidade discursiva, compreende-se também a razão para que o fenômeno apontado como principal evidência para a mudança – a interpolação generalizada de clíticos – seja afetado exatamente no século XV. Como apontou Namiuti (2008), a interpolação generalizada consiste no movimento opcional de clíticos para (um núcleo de) C, com posterior afixação do clítico à direita do complementador, por inversão prosódica, a fim de explicar sua adjacência face a esse elemento. Por sua vez, a interpolação generalizada está vinculada à presença de elementos proclisadores, que apontam para um contexto informacional que, apesar de ainda carecer de maior entendimento quanto à sua *raison d'être*, inclui a expressão do foco. Considerando ainda o que diz Roberts (2010b), é de se esperar que a mudança do PA ao PCI esteja relacionada a mudanças na morfologia do DP, já que há uma certa correlação entre “ordem livre” e não-expressão de determinantes. O mesmo não se espera da mudança entre o PCI e o PE, que não será tão catastrófica, restringindo-se a questões de sintaxe – dependentes, às vezes, da observação de evidências indiretas.

## Conclusão

Os dados do português antigo e clássico referentes às construções causativas com complemento infinitivo demonstram uma distribuição distinta face às variedades contemporâneas estudadas (PB e PEM). Procurei demonstrar, a partir de estudo baseado em *corpus*, que os verbos causativos do PA se restringiam à construção de “união de orações”, considerando o princípio de que a existência de dados não-ambíguos é crucial para a reanálise de determinada construção, na gramática internalizada de cada falante. Tendo em vista a assunção de que causativas mono-oracionais têm pelo menos dois tipos de derivação, direta ou inversa – o que está atrelado ao parâmetro de doação ou retenção de traços [u/phi, ^] em Voice –, propus que o PA apresenta uma correlação

entre “ordem livre” de palavras e alinhamento inverso no complemento dos verbos causativos, derivado de uma generalização descritiva que faz com que haja retenção de [u/phi, ^] em Voice se esse núcleo tem [u/edge, ^], como consequência da tipologia do PA quanto ao parâmetro da configuracionalidade discursiva.

O estudo de *corpus*, realizado com o auxílio de uma matriz de critérios de classificação dos dados, possibilitou a identificação do momento em que a construção de marcação de caso excepcional surgiu na história do português. A partir desse resultado considere-se que a perda do *scrambling* de curta distância teria sido a causa da reanálise que levou ao surgimento da construção de marcação de caso excepcional no PCI. Após esse período, ocorreriam casos de ambiguidade entre marcação de caso excepcional e infinitivo flexionado, os quais teriam permitido o surgimento da construção de infinitivo flexionado nesse contexto, já no PEM. As implicações da proposta paramétrica se replicam a fenômenos típicos do PA, tais como: a subida de clíticos obrigatória, o fracionamento estilístico e a interpolação generalizada, este último já apontado em Galves, Namiuti e Paixão de Sousa (2006) como fenômeno indicativo da mudança do PA ao PCI.

## Referências

ACHARD, M. *Representation of Cognitive Structures: Syntax and Semantics of French Sentential complements*. Berlin & New York: Mouton de Gruyter, 1998.

AISSSEN, J. Differential Object Marking: Iconicity vs. Economy. *Natural Language & Linguistic Theory* 21, n. 3, p. 435-483, 2003.

ANDRADE, J. C. *As construções causativas do português do Brasil na perspectiva gerativa*. Dissertação (Mestrado em Linguística). 2002. 85p. Universidade de Brasília, Brasília, 2002.

ANDRADE, A. L. de. *A subida de clíticos em português: um estudo sobre a variedade europeia dos séculos XVI a XX*. Dissertação (Doutorado em Linguística). 2010. 360p. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

ANDRADE, A. L.; FISCHER, S. *Degrammaticalisation Indices in Iberian Complex Predicates?* Ms. Universidade Estadual de Campinas/ Universität Hamburg, 2013.

AZOULAY-VICENTE, A. *Les tours comportant l'expression de + adjectif*. Genève: Droz, 1985.

BELLETTI, A. Aspects of the Low IP Area. In: RIZZI, L. (Ed.). *The Structure of IP and CP. The Cartography of Syntactic Structures*. v. 2. Oxford: Oxford University Press, 2004. p. 16-51.

BIBERAUER, T.; HOLMBERG, A. & ROBERTS, I. *A Syntactic Universal and its Consequences*. Ms. University of Cambridge, 2010. Disponível em: <[http://research.ncl.ac.uk/linearization/BHR\\_2010.pdf](http://research.ncl.ac.uk/linearization/BHR_2010.pdf)>. Acesso em: 15. set. 2012.

BORGES, D. V. C. *Construções causativas no português do Centro-Oeste nos séculos XVIII-XIX e no português atual*. 2008. 144 p. Dissertação (Mestrado em Linguística). Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

BOŠKOVIĆ, Ž. Be Careful Where you Float your Quantifiers. *Natural Language and Linguistic Theory* 22, p. 681-742, 2004.

CHOMSKY, N. Derivation by Phase. In: KENSTOWICZ, M. (Ed.). *Ken Hale: A Life in Language*. Cambridge, MA: MIT Press, 2001. p. 1-52.

CHOMSKY, N. Beyond Explanatory Adequacy. In: BELLETTI, A. (Ed.). *Structures and Beyond*. Oxford: Oxford University Press, 2004. p. 104-131.

CHOMSKY, N. On Phases. In: FREIDIN, R.; OTERO, C.; ZUBIZARRETA, M.-L. (Eds.). *Foundational Issues in Linguistic Theory: Essays in Honor of Jean-Roger Vergnaud*. Cambridge, MA: MIT Press, 2008. p. 133-166.

CINQUE, G. A Note on “Restructuring” and Quantifier Climbing in French. *Linguistic Inquiry*, n. 33, v. 4, p. 617-636, 2002.

COLLINS, C. A Smuggling Approach to the Passive in English. *Syntax*, v. 8, n. 2, p. 81-120, 2005.

DAVIES, M. The Diachronic Evolution of the Causative Construction in Portuguese. *Journal of Hispanic Philology*, v. 17, p. 262-292, 1996.

DIAS, A. E. da S. *Syntaxe histórica portuguesa*. 2. ed. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1933.

GALVES, C. Infinitivo flexionado e legitimação de Agr. In: GALVES, C. *Ensaio sobre as gramáticas do português*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001. p. 181-194.

GALVES, C.; ABAURRE, M. B. M. Os clíticos no Português Brasileiro: elementos para uma abordagem sintático-fonológica. In: CASTILHO, A.; BASÍLIO, M. (Org.). *Gramática do Português Falado*, v. IV: Estudos Descritivos. Campinas: Editora da UNICAMP / São Paulo: Fapesp, 1996. p. 273-320.

GALVES, C.; FARIA, P. *Corpus Informatizado do Português Tycho Brahe*. 2010. Disponível em: <[www.tycho.iel.unicamp.br/tycho/~corpus/](http://www.tycho.iel.unicamp.br/tycho/~corpus/)>. Acesso em: 10 out. 2013.

GALVES, C.; NAMIUTI, C.; PAIXÃO DE SOUSA, M. C. Novas perspectivas para antigas questões: revisitando a periodização da língua portuguesa. In: ENDRUSCHAT, A.; KEMMLER, R.; SCHÄFER-PRIESS, B. (Org.). *Grammatische Strukturen des europäischen Portugiesisch: Synchrone und diachrone Untersuchungen zu Tempora, Pronomina, Präpositionen und mehr*. Tübingen: Calepinus Verlag, 2006. p. 45-74.

GONÇALVES, A. P. L. M. *Predicados complexos verbais em contextos de infinitivo não preposicionado do português europeu*. 1999. 502 p. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade de Lisboa, Lisboa, 1999.

GONÇALVES, A.; DUARTE, I. Construções causativas em português europeu e em português brasileiro. In: CORREIA, C. N.; GONÇALVES, A. (Org.). *Actas do XVI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa: APL, 2001. p. 657-671.

GUASTI, M. T. Analytic Causatives. In: EVERAERT, M.; VAN RIEMSDIJK, H. *The Blackwell Companion to Syntax*, v. 1. London: Blackwell, 2006. p. 142-172.

KAYNE, R. S. *French Syntax: the Transformational Cycle*. Cambridge, MA: MIT Press, 1975.

KAYNE, R. S. *The Antisymmetry of Syntax*. Cambridge, MA: MIT Press, 1994.

MAIA, C. A. *História do Galego-Português*. Coimbra: INIC, 1986.

MARTINS, A. M. The Loss of IP-scrumbling in Portuguese: Clause Structure, Word Order Variation and Change. In: LIGHTFOOT, David W. (Ed.). *Syntactic Effects of Morphological Change*. Oxford/New York: Oxford University Press, 2002. p. 232-248.

MARTINS, A. M. Ambiguidade estrutural e mudança linguística: A emergência do infinitivo flexionado nas orações complemento de verbos causativos e perceptivos. In: BRITO, A. M.; FIGUEIREDO, O.; BARROS, C. (Org.). *Linguística Histórica e História da Língua Portuguesa: Actas do Encontro de Homenagem a Maria Helena Paiva*. Porto: Universidade do Porto, 2004. p. 197-225.

MENEZES DA SILVA, G. *A valência do predicador 'chamar' na diacronia do português*. 2010. 177 p. Dissertação (Mestrado em Linguística). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

MÜLLER, G.; STERNEFELD, W. Scrambling as A-bar Movement. In: CORVER, N.; VAN RIEMSDIJK, H. (Eds.). *Studies on Scrambling: Movement and Non-movement Approaches to Free Word-Order Phenomena*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 1984. p. 331-385.

NAMIUTI, C. *Aspectos da história gramatical do português*. Interpolação, negação e mudança. Tese (Doutorado em Linguística). IEL/UNICAMP, Campinas, 2008.

NEVINS, A. Haplological Dissimilation at Different Stages of Exponence. In: TROMMER, J. (Ed.). *The Morphology and Phonology of Exponence*. Oxford: Oxford University Press, 2012. p. 84-116.

PEREIRA, E. C. *Gramática histórica*. 9. ed. São Paulo: Nacional, 1935.

RACKOWSKI, A.; RICHARDS, N. Phase Edge and Extraction: A Tagalog Case Study. *Linguistic Inquiry* 36, n. 4, p. 565-599, 2005.

RAPOSO, Eduardo P. *A construção 'União de Orações' na gramática do português*. 1981. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade de Lisboa, Lisboa, 1981.

ROBERTS, I. *Agreement and Head Movement: Clitics, Incorporation and Defective Goals*. Cambridge, MA: MIT Press, 2010a.

ROBERTS, I. Macroparameters and Diachrony. Ms. [Workshop *Gramaticalização: Abordagens Formais e Funcionais*, Campinas], 2010b.

SAID ALI, M. *Gramática histórica da língua portuguesa*. 3. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1964.

SALLES, H. M. L. A ordem dos termos na oração e a sintaxe de construções causativas no português brasileiro. Ms. [XVI Congresso Internacional da ALFAL, Alcalá de Henares], 2011.

SOARES DA SILVA, A. Revisitando as construções causativas e perceptivas em português: significado e uso. In: DUARTE, I.; FARIA, I. (Org.). *Actas do XX Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa: APL, 2005. p. 855-874.

TORRES MORAIS, M. A. T.; SALLES, H. M. M. L. Parametric Change in the Grammatical Encoding of Indirect Objects in Brazilian Portuguese. *Probus* 22, p. 181-209, 2010.

TRANNIN, J. B. *Aspectos sintáticos do infinitivo com verbos causativos no português europeu: uma abordagem diacrônica*. 2010. 126 p. Dissertação (Mestrado em Linguística). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

TUBINO BLANCO, M. *Causatives in Minimalism*. Amsterdam: John Benjamins, 2011.

WANNER, Dieter. *The Development of Romance Clitic Pronouns: from Latin to Old Romance*. Berlin & New York: Mouton de Gruyter, 1987.

WURMBRAND, S. *Infinitives: Restructuring and Clause Structure*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2003.

XAVIER, M. F. *Corpus informatizado do Português Medieval*. 2011. Disponível em: <cipm/fcsh.unl.pt/>. Acesso em: 25 fev. 2013.

## **Emergência e uso da perífrase conjuncional *no que*: gramaticalização, polissemia e argumentação**

### ***Emergence and Use of the Conjunctional Periphrasis *no que*: Grammaticalization, Polissemey and Argumentation***

Sanderléia Roberta Longhin

Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto, São Paulo, Brasil.

longhin@ibilce.unesp.br

**Resumo:** Neste trabalho, investigo as construções de junção mobilizadas pela perífrase *no que*, entendendo-as como uma instância recente de gramaticalização que contribui para ampliação do repertório conjuncional do português brasileiro. Com base em dados de *no que* extraídos de textos narrativos, procedentes de enunciação falada e escrita, busco consolidar dois objetivos: (i) descrever aspectos do processo de constituição de *no que* como juntor perifrástico, particularmente no que toca à reanálise sintagmática e à emergência dos sentidos; e, (ii) analisar as condições de uso de *no que*, visando a explicitar a manobra argumentativa que singulariza o juntor e que ajuda a compreender suas motivações de uso.

**Palavras-chave:** Gramaticalização; Junção; Polissemia; Argumentação.

**Abstract:** In this work I investigate junction constructions mobilized by the periphrasis *no que*, considering them as a recent instance of grammaticalization that contributes to enhance the conjuncional repertoire of Brazilian Portuguese. Based on *no que* data extracted from narrative texts, both from spoken and written enunciations, I seek to achieve two goals: (i) describe aspects of the *no que* constitution process as a periphrastic junctor, particularly with regard to the syntagmatic reanalysis and the emergence of meanings; and (ii) analyze the use

conditions of *no que* with the purpose of elaborating on the argumentative maneuver which singularizes the junctor and helps understand its use motivations.

**Keywords:** Grammaticalization; Junction; Polysemy; Argumentation.

Recebido em 19 de fevereiro de 2014.

Aprovado em 11 de junho de 2014.

## Introdução

É fato conhecido que as línguas renovam constantemente seus meios de expressão gramatical e que essa renovação procede, em consonância com o princípio de economia, da utilização de formas velhas para propósitos novos (HOPPER; TRAUGOTT, 1993, p. 64). Também é sabido que, nas línguas, um domínio particularmente predisposto à renovação é aquele dos jutores (MEILLET, 1912). Em português, os historiadores da língua (ALI, 1964; CÂMARA, 1979) mostram que, apesar da herança latina diminuta, houve uma contínua recomposição do quadro conjuncional, por meio de processos de mudança, sobretudo mudanças por gramaticalização, que reanalisam a categoria e o sentido de palavras já existentes.

Em trabalho tipológico sobre gramaticalização de conjunções em línguas europeias, Kortmann (1997) concluiu que as classes de palavras que funcionam como ponto de partida para formação de jutores novos são, mais frequentemente, palavras já gramaticais, tais como advérbios, preposições, complementizadores e relativizadores. Concluiu também que a tendência à constituição de perífrases conjuncionais baseadas em *x + que* é bastante fértil, sendo *x* uma variável preenchida por palavras de classes diversas. A esse respeito, Kortmann (1997), Halliday (1985), Hagège (2001) e Heine e Kuteva (2007) fazem predições sobre a natureza morfossintática da variável *e*, a partir de evidências empíricas, sustentam a existência de três canais mais importantes de derivação: nominal, verbal e adverbial. Sobre o canal nominal, relevante para este trabalho, os autores constataam que nomes de sentido genérico (espacial, temporal, modal) tendem a dar lugar a conjunções, por meio de processos históricos tipicamente unidirecionais. Kortmann (1997), em particular, destaca a frequência com que núcleos nominais de orações relativas se

desenvolvem em jutores causais, condicionais e contrastivos<sup>1</sup>.

No presente trabalho, privilegio uma construção perifrástica peculiar que não apresenta o nome genérico. Analiso ocorrências em que *no* e *que* são contíguos e formam uma perífrase conjuncional, conforme (01) e (02), extraídas do Banco de Dados Iboruna. Nessas ocorrências, *no que* estabelece entre as orações um sentido temporal, sendo possível paráfrase com *quando*, ainda que a sinonímia não seja perfeita.

(01) ele tava indo embora **no que** ele saiu da cidade, uma cidade de Minas, o carro quebrou. (Iboruna/AC-075)

(02) meu pai conta... que ele iscou com uma... eu nem sei como que chama a isca que ele põe no peixe... espadinha (se eu não tô enganada) parece uma enguia... ele iscou... e jogou... e ele joga... BEM longe... e vai deixando a isca correr... só que **no que** ele jogou passou um pássaro... (Iboruna/AC-086)

A partir de evidências de cunho filogenético e ontogenético, Kortmann (1997, p. 155) afirma que o inventário de conjunções temporais nas línguas é prototipicamente estável e comporta itens que são, ao mesmo tempo, os mais antigos e os primeiros a serem adquiridos. Desse ponto de vista, a emergência recente de *no que* no quadro das conjunções temporais do português estaria em descompasso com essas tendências, o que permite indagar sobre o esquema interpretativo que estaria em jogo com *no que* e que justificaria sua emergência. Assumo que há uma

---

<sup>1</sup> Longhin-Thomazi (2011) mostrou que a construção (*na*) *hora que* está perdendo a composicionalidade, isto é, a percepção de que se trata de um nome em contexto de sintagma preposicional modificado por uma oração relativa, e sendo reanalisada como um jutor que mobiliza um esquema hipotático no qual a oração modificadora acrescenta à oração núcleo nuances variadas de sentido, que circulam pelos domínios de tempo, causa e condição. As construções com *hora*, *dia*, *época* e *semana* foram objeto de estudo de Paiva e Pereira (2004) que colocam em questão o estatuto sintático das construções, como oração encaixada adjetiva ou como oração hipotática temporal. A partir da análise de propriedades gramaticais e semânticas das construções, as autoras defenderam os arranjos hipotáticos. Amorim (2013), por sua vez, reuniu indícios sincrônicos do processo de gramaticalização ainda incipiente da locução *por causa que*.

diferença essencial entre os usos de *no que* e de *quando* e que ela reside na propriedade pragmática, peculiar a *no que*, de ‘dramatizar’ ou pôr em foco o conteúdo subsequente, por meio da ativação de expectativas e suspense, como será explicitado ao longo deste trabalho.

Tendo em vista que *no que* não é uma conjunção reconhecida pela tradição gramatical, que *no que* apresenta uma constituição estrutural atípica com ausência de nome genérico, que possivelmente se especialize na codificação de certas relações temporais e que se apresenta como um marcador de subjetividade, o presente trabalho persegue dois objetivos maiores: (i) fornecer evidências do processo de constituição de *no que* como juntor; e, (ii) descrever o funcionamento sintático, semântico e pragmático de *no que*, no âmbito da junção oracional. Trata-se não só de legitimar definitivamente o estatuto de *no que* como juntor novo, mas de compreender as motivações que levam o falante/escrevente a lançar mão de *no que*, e não de outro juntor, no extenso paradigma das conjunções temporais.

O uso conjuncional de *no que* é abordado aqui como um caso de gramaticalização em curso. A perspectiva metodológica é sincrônica e se justifica no propósito de descrever os padrões fluidos de *no que* e de examinar a possibilidade de ordená-los em um *cline* de *gramaticalidade*. A expectativa é a de que os padrões mais abstratizados e subjetivizados sejam mais tardios e se situem mais à direita do *cline* (TRAUGOTT; KÖNIG, 1991; TRAUGOTT; DASHER, 2002). Assim, aproximo-me de Kortmann (1997, p. 176) para quem os sentidos sincronicamente relacionados também o são diacronicamente, uma vez que, a partir de sentidos derivados, verificados no viés sincrônico, podemos extrair pistas para reconstruir a direção das mudanças semânticas no viés diacrônico.

O *corpus* de investigação é constituído por um conjunto de 73 enunciados com *no que*. Para o recorte do *corpus*, as decisões se pautaram em dois critérios: o tipo de texto e o estilo. Seguindo Kabatek (2005, p. 167), admito a correlação entre a tipologia textual e os mecanismos de junção, no sentido de que a temática, as finalidades comunicativas e as demais condições da produção dos textos predisõem o uso, a frequência e a distribuição das construções de junção, nas enunciações faladas e escritas. Como *no que* estabelece sentido temporal, estimei que textos predominantemente narrativos pudessem fornecer ocorrências. O segundo critério observado foi o estilo, apreciado em termos do nível

de formalidade. As construções com *no que* são pouco prováveis em textos formais. Pesquisas em mudança, sobretudo em gramaticalização, das quais Rohdenburg (2008) é exemplar, apontam a correlação entre a emergência de construções novas e o grau menor de formalidade.

Assim, contemplando tipo de texto e estilo, para constituição do *corpus*, tomei textos predominantemente narrativos, de ambos os modos de enunciação. Do falado, foram duas amostras relativas ao interior paulista: banco de dados IBORUNA e banco de Relatos Pessoais. Essas amostras, coletadas sob os princípios da sociolinguística variacionista, encontram-se transcritas e disponíveis na base de dados da UNESP. Do escrito, foi constituída uma amostra de textos, todos extraídos da internet (ainda que vários deles tenham também circulação impressa, como é o caso dos noticiários e entrevistas), especificamente de blogs, noticiários gerais, entrevistas e depoimentos à justiça federal.<sup>2</sup>

Desenvolvo o texto em três partes. As duas primeiras tratam das posições teóricas sobre os temas maiores deste trabalho, junção e gramaticalização; e a terceira parte traz a análise dos dados. Em 3.1, discuto o estatuto conjuncional de *no que*, fundamentada nos parâmetros utilizados por Kortmann (1997) para aferir o grau de tipicidade dos juntores. Nessa seção, apresento uma hipótese explicativa acerca da reanálise sintagmática que deu lugar a *no que*. Em 3.2, ofereço uma classificação dos padrões de *no que* fundada no plano conceitual. Nessa seção, exploro tendências relacionadas à condução das mudanças de sentido. Em 3.3, mostro que a estruturação temática e informacional das construções com *no que* é decisiva para esclarecer a manobra argumentativa instaurada pelo juntor. Nas considerações finais, faço um balanço dos resultados e proponho para *no que* um *cline* de gramaticalidade baseado nas polissemias semântico-pragmáticas.

## 1 Múltiplos aspectos da junção

Diferentes abordagens, principalmente aquelas de base funcionalista e pragmático-textuais, têm acentuado que é múltipla a

---

<sup>2</sup> Agradeço ao aluno Diego Minucelli Garcia o trabalho cuidadoso na seleção dos textos, organização da amostra e posterior levantamento dos dados de *no que*, tarefa que realizou como parte das atividades de seu projeto de iniciação científica.

natureza do elo existente entre os enunciados para a formação de um texto ou discurso e que, portanto, a descrição desse elo depende da consideração conjunta de fatores sintáticos, semânticos, pragmáticos e prosódicos (BALLY, 1965; HALLIDAY, 1985; MOESCHLER; REBOUL, 1994; RAIBLE, 2001; TABOADA, 2009; BEGUELIN, AVANZI; CORMINBOEUF, 2010, entre outros).

Um trabalho exemplar dessa perspectiva multidimensional é Raible (2001). Para o autor, a junção, dimensão universal da linguagem, pressupõe a mobilização de um conjunto de técnicas. A primeira se refere à criação de uma *hierarquia sintática*, em que os segmentos são articulados em arquiteturas mais e menos dependentes, que se situam nos polos difusos do contínuo que vai da *agregação* à *integração*. A segunda técnica se refere ao estabelecimento de *relações de sentido*, como *tempo*, *causa*, *condição*, *modo*, *finalidade*, *concessão etc.* O pareamento entre essas duas técnicas de junção, as mais relevantes segundo Raible, é tal que uma mesma relação de sentido encontra possibilidades de expressão em diferentes arquiteturas sintáticas. Dessa forma, fica descartada uma relação biunívoca entre forma e significado. A terceira técnica de junção, fortemente correlacionada à primeira, é o *dinamismo comunicativo*, que se refere às diferenças no relevo comunicativo conferido aos enunciados. A quarta técnica de Raible se refere à *manutenção da referência*, ou seja, às relações de correferência<sup>3</sup> que são largamente dependentes do conhecimento de mundo e do conhecimento enciclopédico. A quinta técnica diz respeito ao papel que os gêneros ou tradições textuais têm para a escolha dos mecanismos de junção que compõem um texto. Em suma, na proposta de Raible, entram em pauta mecanismos sintático-semânticos de construção de períodos e de construção da referência, além de mecanismos de ordem pragmático-textual, voltados ao fluxo de informação e aos gêneros textuais.

Outra proposta que também se funda na articulação entre os vários níveis de análise é o modelo sistêmico-funcional de Halliday (1985), que sustenta para a língua uma abordagem fortemente semântica com propósitos de análise textual e, nesse sentido, se compatibiliza com

---

<sup>3</sup> As abordagens de Raible (2001) e de Moeschler e Reboul (1994) se aproximam principalmente no que tange às técnicas do dinamismo comunicativo e das estratégias de correferenciação, que são abordadas por Moeschler e Reboul em termos de coerência temática e coerência referencial, respectivamente.

Raible (2001). O eixo da gramática funcional (HALLIDAY, 1985) está na correlação entre as funções da linguagem e a estrutura da oração, em que a estrutura deve representar as funções distintas que a língua desempenha. Para o autor, toda oração é produto de três componentes semânticos simultaneamente codificados: *ideacional*, *textual* e *interpessoal*, do que resulta a consideração da oração como uma representação da experiência, uma mensagem e uma troca interativa, respectivamente.

Em Halliday (1985), tal como em Raible (2001), aspectos da junção se assentam no cruzamento entre informações dos eixos sintático e semântico. Para Halliday, a relação entre orações consiste em uma forma de *modificação*, conceito refinado pela consideração de dois parâmetros: tipo de interdependência (ou *taxe*) e tipo de relação de sentido. Dada a concepção sistêmica do modelo, fundado na escolha, há uma rede de opções para cada parâmetro. O tipo de *taxe* permite as opções de *parataxe* e *hipotaxe*, abordados em termos estruturais. Na *parataxe*, as orações têm o mesmo estatuto, enquanto, na *hipotaxe*, têm estatuto diferente, prevalecendo uma relação do tipo núcleo-modificadora. As opções de *parataxe* e *hipotaxe* se articulam com as relações de sentido que, por sua vez, se distribuem por outros dois eixos, denominados *expansão* e *projeção*, com seus respectivos conjuntos de opções.

Quanto aos sistemas responsáveis pela estruturação da oração enquanto *mensagem*, Halliday distingue o sistema de *tematização*, com articulação em *tema/rema*, e de *informação*, com articulação em *dado/novo*. Embora exista nas línguas uma tendência à sobreposição entre esses sistemas, com a associação do tema ao dado e do rema ao novo, Halliday argumenta que *tema/rema* e *dado/novo* se definem a partir de critérios distintos. No âmbito da *tematização*, que diz respeito aos padrões de progressão, é possível reconhecer a articulação entre um *tema*, elemento que funciona como ponto de partida da mensagem, e um *rema*, que predica e desenvolve o tema.<sup>4</sup> No âmbito da *informação*, que diz respeito à distribuição de informação, é possível reconhecer a articulação entre o *dado*, elemento recuperável no contexto prévio ou

---

<sup>4</sup> Segundo Halliday (1985), os juntores são itens inerentemente temáticos que indicam que o tema é, antes de tudo, um significado. É nesse sentido que parte do tema de qualquer oração que começa com *se* é precisamente sua relação condicional com a outra oração.

relacionado à situação de fala, e o *novo*, não-recuperável ou contrastivo.

Sobre a dimensão temático-informacional, cuja relevância para a junção é admitida por Raible e por Halliday, a questão que se coloca é a de investigar até que ponto as articulações em *tema/remata* e em *dado/novo*, que estruturam a oração, também estruturariam hierarquicamente a combinação entre orações. Uma proposta nessa via é aquela de Bally (1965), que estabelece três mecanismos de constituição de orações complexas que, nessa ordem, apresentam graus crescentes de dependência: *coordenação*, *segmentação* e *soldadura*. Bally concebe toda oração realizada como um ato de enunciação completo que se presta a uma caracterização funcional, sendo suscetível de bipartição em dois segmentos de importância comunicativa diferente: o *tema* e o *propósito*. O tema é definido como o ponto de partida ao qual é acrescido o propósito, que é o centro de interesse da comunicação. A sequência (*tema*)/*propósito* corresponde ao padrão habitual, sendo possível prever enunciações formadas apenas pelo propósito.

Para Bally, a articulação tema/propósito, que estrutura a oração simples, estrutura também a oração complexa. Em outras palavras, Bally defende que na combinação de orações, a segunda oração toma a primeira como tema e é no interior desse tema que ela deve ser interpretada como acrescentando a informação remática. Dos três mecanismos referidos por Bally, discuto a estrutura *segmentada*, da qual as construções com *no que* parecem se aproximar. Segundo Bally, as estruturas segmentadas resultam da condensação parcial de duas enunciações coordenadas, em que é possível distinguir as duas partes, o tema e o propósito. A segmentação se distingue da coordenação por apresentar uma interdependência maior entre as enunciações, no sentido de que cada vez mais uma é necessária à compreensão da outra. Há, portanto, uma diferença fundamental no valor sintático do primeiro segmento: ele é autônomo na coordenada e dependente na segmentada. Além disso, na segmentação, as enunciações são separadas por uma pausa breve e os contornos entoacionais são distintos, normalmente a oração propósito é mais saliente.

## 2 Junção em mudança

As construções com *no que* são analisadas aqui no quadro teórico-metodológico da mudança gramatical, particularmente da mudança por

gramaticalização, que é definida como um processo gradual em que construções menos gramaticais, quando usadas em contextos específicos, se tornam mais gramaticais, em função de um conjunto de alterações (HOPPER; TRAUGOTT, 1993; HEINE, 2003; HEINE; KUTEVA, 2007; TRAUGOTT, 2011). Tais alterações são abordadas por Heine e Kuteva (2007) em termos de quatro mecanismos: extensão contextual, dessemantização, descategorização e erosão. A singularidade da gramaticalização é assegurada, segundo os autores, pela interação entre esses mecanismos, que compõem uma ferramenta para identificação e descrição de casos de mudança.

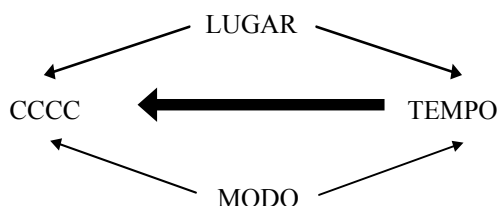
A definição acima desfruta de um considerável consenso na literatura sobre o tema, dado o amplo reconhecimento de que os fatos de gramaticalização só ocorrem em contextos particulares. Aliás, *contexto* é uma noção chave em gramaticalização. Vários trabalhos (HEINE, 2002; DIEWALD, 2002; TRAUGOTT, 2012) têm oferecido análises sofisticadas sobre os tipos de contextos envolvidos na mudança, favorecendo, assim, a compreensão dos condicionamentos, das trajetórias unidirecionais da mudança e da gradualidade na fixação das categorias. Traugott (2012), por exemplo, defende que as inferências pragmáticas induzidas pelo contexto estrutural constituem condição necessária para a mudança (contextos *bridging* e *critical*, na terminologia de Heine e de Diewald, respectivamente).

Do universo da gramaticalização, neste trabalho, focalizo a ação do(s) contexto(s), tendo em vista a alteração nas fronteiras dos constituintes sentenciais e a constituição dos sentidos de *no que*. Quanto às alterações de significado, Kortmann (1997) traz evidências sobre os principais canais de derivação. O autor concebe quatro macrossistemas que comportam conjuntos de relações com elos de parentesco: modo, lugar, tempo e CCCC (causa, condição, concessão, contraste). Com base no estatuto cognitivo, Kortmann postula que lugar, modo e tempo são relações mais básicas (primitivas) e CCCC, especialmente concessão, são mais complexas. As trajetórias de mudança são condicionadas, segundo ele, pelas relações polissêmicas que se dão dentro e entre os macrossistemas, seguindo sempre em direção ao aumento de complexidade cognitiva.

O Esquema 1, produto da sistematização das mudanças investigadas por Kortmann, permite vislumbrar padrões de polissemia que subjazem às mudanças de significado. O esquema sugere que as

afinidades semânticas são mais fracas entre lugar e tempo, tempo e modo, modo e CCCC, CCCC e lugar; que as afinidades semânticas são virtualmente ausentes entre lugar e modo; que todas as relações dão lugar a CCCC, mas não vice-versa; que lugar e modo dão lugar a tempo, mas não vice-versa; que tempo exibe as mais fortes afinidades semânticas com as relações CCCC, o que é sinalizado pela espessura da seta; e que tempo é alvo para lugar e modo.

**Esquema 1** - Macroestrutura do universo semântico das relações oracionais (Kortmann, 1997)



A partir desse esquema, é possível afirmar que o princípio que rege as mudanças no plano conceitual prevê que conceitos do domínio físico são usados como veículo para expressão de conceitos do domínio mental, numa clara demonstração de que a mudança se processa por meio de um percurso que segue do concreto para o abstrato. A direcionalidade *concreto* > *abstrato* evidencia a face metafórica da mudança. Os processos metafóricos são tipicamente abordados em termos de mapeamentos ou projeções entre domínios, disparados pela analogia e pelas relações icônicas (HOPPER; TRAUGOTT, 1993, p. 78).

As projeções metafóricas podem prever a direção dos processos de gramaticalização, mas sugerem que a emergência de uma categoria implica a substituição da anterior, sem dar conta dos possíveis estágios de sobreposição, que refletem a gradualidade da mudança. A esse respeito, Hopper; Traugott (1993, p. 80) e Hagège (2001, p. 1611) salientam a importância dos processos metonímicos, que acentuam a natureza contínua da transição entre significados. A metonímia está relacionada com a contiguidade em contextos linguísticos e pragmáticos. Mais especificamente, fatores contextuais, aliados a princípios lógicos e conversacionais (por exemplo, máximas griceanas), disparam inferências que sugerem um significado novo, em acréscimo ao significado fonte.

Os significados novos, derivados do contexto, eventualmente podem ser semantizados, efetivando a mudança.

Nessa perspectiva, as mudanças de significado – semânticas e pragmáticas – nunca são arbitrárias, mas encontram motivação nos mecanismos de ordem metafórica e metonímica que, embora atuem em planos diferentes, já que a primeira é paradigmática e analógica e a segunda, sintagmática e associativa, complementam-se na condução da complexa operação entre significados, como enfatiza Hagège (2001):

On peut dire, en conclusion de tout ce qu'on vient de voir, que la place prise dans la grammaticalisation par les processus de transfert métaphorique n'exclut pas les processus métonymiques. C'est le recours à une interprétation mettant en évidence une action conjuguée de l'un et de l'autre qui paraît le mieux rendre compte de cette opération complexe. (HAGÈGE, 2001, p. 1612)<sup>5</sup>

### 3 As construções com *no que*: forma e significado

#### 3.1 Estatuto conjuncional de *no que*

Partindo de propriedades morfológicas e semânticas, Kortmann (1997, p. 71-73) elenca uma série de critérios que permitem avaliar o caráter conjuncional mais e menos prototípico dos jutores, o que garante um tratamento mais sistemático para essa classe de palavras, que é heterogênea em essência. O autor enumera, entre outros, o fato de os jutores típicos não serem categorias flexionáveis, não cumprirem função sintática e não apresentarem mobilidade posicional dentro da oração de que fazem parte.

Conforme os dados em análise, *no que* não apresenta flexão, não desempenha qualquer função sintática e situa-se em geral no início da

---

<sup>5</sup> Versão sugerida: Em conclusão a tudo que vimos, podemos dizer que na gramaticalização o lugar ocupado pelo processo de transferência metafórica não exclui os processos metonímicos. Uma interpretação que coloca em evidência uma ação conjugada de um e de outro parece ser a melhor forma de explicar essa operação complexa (HAGÈGE, 2001, p. 1612).

primeira oração de uma construção estritamente binária, hipotática, do tipo [*no que* O<sub>1</sub>, O<sub>2</sub>], em que O<sub>1</sub> é uma oração simples e O<sub>2</sub>, uma oração simples ou um complexo oracional, como mostram, respectivamente, (03) e (04).<sup>6</sup> Em (03), O<sub>1</sub> e O<sub>2</sub> são orações simples, em (04), O<sub>2</sub> é realizada por uma sequência de três orações. Há no *corpus* ocorrências que comportam material interveniente a O<sub>1</sub> e O<sub>2</sub>, como em (05).

(03) aí eles saíram pra pescar de noite, né? aí... **no que** eles tava pescando lá eles viram uma luz assim do outro lado do rio. (Iboruna/AC-015)

(04) Quando ele teve a oportunidade, enfiou o carro inteiro no espaço de um palmo, sendo duas rodas no asfalto e outras duas na calçada. **No que** ele subiu na guia, ele bateu a roda dianteira dele na minha traseira e decolou, caindo em cima da minha cabeça. (tazio.uol.com.br)

(05) A lei da gravidade foi determinante mais uma vez. Não a conhecia até esse dia, pelo menos nunca tinha me dado conta de sua eficiência. **No que** coloquei o pé no ar, *sem apoio algum e com o corpo em posição para o salto, ligeiramente inclinado para frente, a queda foi inevitável e muito rápida.* (romeuparis.blogspot.com.br)

Quanto ao estatuto dos jutores complexos, principalmente daqueles que envolvem nome genérico seguido de complementizador ou relativizador, Kortmann (1997, p. 73) postula que essas expressões perifrásticas precisam cumprir pelo menos um dos seguintes critérios: (a) devem exibir uma fusão mínima; (b) devem ter perdido pelo menos algumas de suas propriedades originais; e, (c) devem ter pelo menos uma interpretação que não é totalmente recuperável a partir do significado das partes (condição de não-composicionalidade).

Avalio o critério (a), fusão mínima, do ponto de vista morfológico, em termos da invariabilidade na ordem dos elementos da construção e da impossibilidade de inserção de material entre *no* e *que*. Aplicado às

<sup>6</sup> Para apresentação dos exemplos, adoto a seguinte convenção: negrito para o jutor *no que* e itálico para toda a construção. No final, entre parênteses, informo a procedência do dado.

ocorrências de *no que*, esse critério se aplica a 100% dos casos, reforçando a noção de unidade formal. Para exame do critério (b), que diz respeito às possíveis perdas sofridas pela construção fonte, avalio traços de forma e de sentido da construção que julgo estar na origem da derivação de *no que*. Sem a pretensão de esgotar a questão, a hipótese explicativa que assumo aqui reside nas mudanças experimentadas pela expressão *no momento em que*, na qual o nome genérico temporal *momento*, inserido no contexto de sintagma preposicional, teria seu significado complementado por uma oração subordinada. Embora a expressão ainda apresente contextos de uso no português contemporâneo,<sup>7</sup> no *corpus* examinado, só há ocorrências já com apagamento da segunda preposição (isto é, *no momento que*).

A derivação a partir de *no momento em que* encontra respaldo nas ponderações de Hopper; Traugott (1993, p. 65) sobre as motivações para a gramaticalização, que devem ser buscadas nos contextos de interação. Os autores defendem a existência de forças que levam à simplificação da fala, com reduções e compactações, e de forças que levam a novas maneiras de dizer, mais criativas e expressivas. Desse ponto de vista, o uso conjuncional de *no que* seria fruto da competição entre motivações: redução do sinal de fala (descategorização da construção e perda de material), por um lado, e criatividade (um juntor novo, com suas especificidades), por outro. A hipótese se fortalece ainda em certas evidências encontradas no *corpus*: (i) todas as ocorrências de *no que* codificam tempo e admitem paráfrase com *no momento que*; (ii) há casos em que o enunciador hesita na escolha entre *no que* e *no momento que*, conforme (06); e, (iii) a presença de *no momento que* no contexto precedente favorece o emprego de *no que* no contexto subsequente, conforme (07).

(06)      daí eu peguei e falei – “óh eu vou num bar ali comprar um maço de cigarro” – eu fui lá... e ***no que eu/ no momento que eu fui no no... lá no bar na lanchonete comprar um cigarro... eu voltei no que eu voltei já num tava lá mais.*** (Iboruna/AC-031)

---

<sup>7</sup> Uma busca realizada no ‘Corpus do Português’ (corpusdoportugues.org), que reúne dados do português brasileiro e do português europeu, de diferentes gêneros, resultou em 589 ocorrências de *no momento em que* como, por exemplo: *No momento em que Afonso chegava-se para tentar a subida, o pinheiro estremecera violentamente abalado* (501/18:Alencar/:Til).

(07) **No momento que** eu estava pulando o muro eu vi o Domingos levantando, pelos pés da cama, porque dá pra ver bem o quarto da janela deles. Vi ele levantando e colocando um calção, ele estava só de cueca. E nisso ele saiu para fora e **no que eu chego na lateral ele grita** ‘ela jogou a nenê, ela jogou a nenê’. Tentei subir por ali e não consegui, e **no que eu volto pra gritar pra pedir uma escada, o morador do apartamento do meio grita que em seu telhado estava a criança**. (jornalsemario.com.br)

À luz dessa interpretação dos fatos e visando a responder ao critério (b), é possível argumentar em favor da perda de características originais: queda da preposição *em*; queda do núcleo nominal *momento*, que representa a dissolução do sintagma; e descategorização do determinante artigo, que perde a possibilidade flexional de número. Em contrapartida, dada sua natureza pronominal, o artigo assimila a semântica temporal genérica do nome, enquanto *que* é reanalisado como parte componente da perífrase conjuncional, em analogia às tantas perífrases conjuncionais do tipo *x + que*. O esquema, a seguir, é representativo desse percurso:

### Esquema 2 - Reanálise sintagmática de *no que*

[no (momento)] [(em) que] > [no] [que] > [no que]

Acrescente-se que, da perspectiva do sentido, a semântica temporal, retida no artigo, ganha em opacidade, passando a coexistir com leituras causal e condicional (Seção 3.2), comprovando a possibilidade de interpretações independentes da significação das partes e atendendo, assim, à exigência do critério (c).

### 3.2 Os padrões de uso de *no que*

Todas as ocorrências de *no que* veiculam sentido temporal. Entretanto, algumas delas admitem também interpretações em termos de causalidade e de condição, o que indicia para a construção um considerável grau de não-discretude conceitual e permite distinguir três padrões de uso de *no que*, que denomino: *temporal*, *tempo-causal* e *tempo-condicional*, conforme, respectivamente, os exemplos de (08) a (10). Diante desse cenário, as questões que se colocam referem-se ao

estatuto primário ou secundário<sup>8</sup> das interpretações causal e condicional e aos possíveis trânsitos de significado a partir do domínio de tempo.

#### Temporal (T)

(08) o moleque tava correndo atrás dele mesmo né?... só que eu achei que era mentira, né? que ele passou correndo e eu comecei dar risada, aí o moleque falou assim “então olha pra trás que você vai ver” –... **no que** eu olhei pra trás assim tinha dois moleque descendo de bicicleta na avenida, um com um facão na mão. (Iboruna/AC-015)

#### Tempo-causal (TCA)

(09) aquele dia ele ia indo tava chovendo e teve um acidente do outro lado, e ele quis frear do lado de cá... e **no que** ele freou ele rodou. (Iboruna/AC-122)

#### Tempo-condicional (TCO)

(10) Canjica, eu comi. Ah! Comida mais rala, você comer uma sopa, tudo que é comida mais rala, é bom pro leite, porque aquilo aumenta... eu sei, porque quando eu quero que o leite aumenta mais, eu faço canjica e tomo... aí **no que** eu tomo a canjica, já parece que... é uma coisa que rende mesmo. (cielo.br)

A Tabela 1 mostra que esses padrões apresentam frequências variáveis no *corpus*. O temporal é o mais frequente, correspondendo a 73% do total das ocorrências. No padrão T, as orações introduzidas por *no que* acrescentam uma circunstância temporal que serve de moldura para o evento descrito na oração seguinte. As ocorrências em (11) e (12), além de (08), sugerem, contudo, que há mais de uma nuance temporal envolvida nas construções de *no que*. Os três exemplos têm em comum a relação temporal entre os eventos codificados nas orações, mas há diferenças: (08) comporta o traço simultaneidade; (11), anterioridade; e, (12), posterioridade.

<sup>8</sup> À maneira de Kortmann (1997, p. 94), assumo que o critério mais decisivo para distinção entre os significados primário e secundário é a exigência de um contexto especial: os significados secundários, diferentemente dos primários, são sustentados por traços contextuais.

**Tabela 1** - Frequência dos padrões de *no que*

PADRÕES DE <i>NO QUE</i>	FREQUÊNCIA
Tempo (T)	53/73 (73%)
Tempo/Causa (TCA)	16/73 (22%)
Tempo/Condição (TCO)	04/73 (05%)

(11) meu pai conta... que ele iscou com uma... eu nem sei como que chama a isca que ele põe no peixe... espadinha (se eu não tô enganada) parece uma enguia... ele iscou... e jogou... e ele joga... BEM longe... e vai deixando a isca:: correr... só que **no que** *ele jogou passou um pássaro...* (Iboruna/AC-086)

(12) Aponta uma Van “Mercadão de Madureira”. Metade do trajeto que preciso. Perfeito! **No que** *entro, já está um pivate sentado na janela, do último banco, falando ao celular.* (deviacaobusao.blogspot)

As relações temporais podem ser múltiplas e uma descrição mais refinada acerca do tipo de relação temporal pode favorecer a compreensão da rede interpretativa polissêmica colocada em jogo por *no que*. Para tanto, analiso os dados de *no que* à luz da proposta de Kortmann (1997, p. 84-85), entendendo *tempo* como um macrosistema de relações semântico-cognitivas, que se desdobra em relações mais específicas. Com frequentes sobreposições, tais relações revelam a existência de diferentes graus de afinidade semântica.<sup>9</sup> Das sete relações temporais reconhecidas por Kortmann, *no que* está correlacionado a cinco, conforme os exemplares abaixo:

- Simultaneidade com sobreposição (Siover): *p* se sobrepõe a *q*

<sup>9</sup> Os tipos temporais não são discretos. Internamente à rede temporal, como argumenta Kortmann (1997, p. 182), as relações podem mostrar maior ou menor afinidade semântica. Essa fluidez semântica inerente a tempo ficou clara na análise das ocorrências de *no que*. Há casos que podem se enquadrar em mais de um tipo como, por exemplo, (17), que transita pela contingência e pela anterioridade imediata.

(13) eu fiquei segurando o portão assim... eu não aguentava segurar mais ele... aí ele chegou... **no que** *ele chegou ele tava meio bêbado, né? tava meio cambaleando...* (Iboruna/AC-015)

- Simultaneidade com duração (Sidur): *p* abre um intervalo temporal em que todo ou parte de *q* é verdadeiro

(14) Aconteceu de meu celular tocar e como não gosto de atender meu celular com todo mundo me olhando e fazendo silêncio, ouvindo minha conversa, saí pela porta e estou na calçada enquanto falo. **No que** *eu volto, noto pela porta, que é de vidro, que aquele gordo filho de satã está fechando a porta por dentro.* (blogdocatito.wordpress.com)

- Anterioridade imediata (Imante): *p* imediatamente precede *q*

(15) É manhã na cidade do Porto e, **no que** *chego, chove*, turvando a visão diante de uma paisagem distinta. (cronicasderobertolima.blogspot.com.br)

- Posterioridade (Post): *p* segue *q* no tempo

(16) Eu até pensei que tivesse saído o meu comentário no blog que falava a respeito do assunto, mas até às 18:00 hs. de ontem, não havia saído. Depois não tive mais tempo de verificar. Eu tinha voltado para ler um outro post e também já ia deixar outro comentário. Porém, **no que** *volto, um colega havia deixado um recado que o cara não publicava todos os comentários.* (blogdosakamoto.blogsfera.uol.com.br)

- Contingência (Conting): *p* sempre que *q* (tempo indefinido, habitual)

(17) Entrevistador: Como é o processo de criação dos seus personagens?

Entrevistado: **No que** *começo a pensar na trama, os personagens vão vindo à minha imaginação.* Tenho muita facilidade em criá-los. (nomundodosfamosos.zip.net)

Apesar da variedade de sentidos temporais codificados pelas construções com *no que*, as frequências mostradas na Tabela 2, a seguir, sugerem que a relação temporal por excelência é *anterioridade imediata* (Imante), que equivale a 77% (56/73) dos casos de *no que*. Mas a tabela sugere também possíveis especializações, fundamentais para delinear o funcionamento dos padrões de *no que*: (i) o padrão T é o que codifica o número maior de tipos temporais, exceto contingência; (ii) o padrão TCA se sustenta essencialmente na anterioridade imediata; (iii) o padrão TCO é o único que codifica contingência; (iv) o padrão T é o único que codifica posterioridade.

**Tabela 2** - Padrões de *no que* e tipo de relação temporal codificado

	TIPO DE RELAÇÃO TEMPORAL				
	<i>Sidur</i>	<i>Siover</i>	<i>Imante</i>	<i>Post</i>	<i>Conting</i>
T	03/53 (06%)	01/53 (02%)	41/53 (77%)	08/53 (15%)	-
TCA	01/16 (06%)	-	15/16 (94%)	-	-
TCO	-	-	-	-	04/04 (100%)
TOTAL	04/73 (05%)	01/73 (02%)	56/73 (77%)	08/73 (11%)	04/73 (05%)

O padrão TCA reúne ocorrências que, além do sentido temporal, são suscetíveis de uma leitura causal, em que o evento precedente é relevante para a interpretação do evento seguinte, em termos de causa e efeito, tal como é o caso de (09), (18) e (19), que admitem as paráfrases: *porque freou, rodou; porque viu os caras, procurou um objeto para se defender; porque sentiu uma mão agarrar o pé, desferiu um coice*.

(18) eu fui lá fora e nisso chegaram três caras... e... **no que** eu vi os três caras eu... procurei um pedaço de pau... (NEP/n2, A1)

(19) Pedro, tonto de pavor, tentou agarrar o amigo e, na escuridão acabou cravando as unhas, das mãos geladas em seu tornozelo. Antonio nem teve tempo de pensar, foi no reflexo. **No que** sentiu a mão nervosa tentando agarrar seu pé, desferiu um coice de arrancar até defunto da cova. (dericarterror/blogspot)

A sucessão temporal contribui para alimentar a causalidade. O trânsito metafórico *tempo > causa* já foi atestado em inúmeros fenômenos

de gramaticalização de juntores (TRAUGOTT; KÖNIG, 1991; KORTMANN, 1997; RAIBLE, 2001). Aliás, segundo o estudo tipológico de Kortmann, mencionado anteriormente, a categoria de tempo é a fonte mais produtiva para emergência dos significados conjuncionais causais, condicionais e contrastivos. No canal *tempo* > *causa*, que subjaz ao padrão TCA, a sucessão temporal entre os eventos no mundo se traduz, no plano linguístico, na ordem das orações, do que resulta uma ordem icônica, pautada na convergência entre mundo e linguagem. Essa ordem icônica habilita interpretar o que vem antes como causa e o que vem depois como efeito. Os dados da Tabela 2 referentes à TCA reforçam esse ponto de vista, pois, em 94% dos casos, a oração encabeçada por *no que* codifica anterioridade imediata, reinterpretada como causa.

A sucessão temporal icônica habilita, mas não é suficiente para garantir a leitura causal. Só o contexto pragmático, incluindo o conhecimento e as crenças acerca do mundo, é que tornam plausível a leitura causal. Em outras palavras, a relação de tempo por si só não basta para a emergência de causa, como comprovam as ocorrências do Padrão T, que não têm acepção causal. Portanto, nas ocorrências do padrão TCA, o sentido de causa é secundário, sustentando-se tanto no *contexto linguístico*, especificamente na ordem das orações, na semântica verbal (evento, ação) e no tipo de relação temporal, como no *contexto pragmático*, nos esquemas enunciativos que legitimam no mundo a implicação entre uma causa e um efeito. Esses resultados corroboram aqueles de Ziv (1993) e Paiva e Braga (2010), sobre construções causais justapostas e coordenadas com *e*.

O padrão TCO reúne as ocorrências que, além do sentido temporal, permitem uma leitura condicional, conforme (20)<sup>10</sup> e (21). Nesse padrão, é o tempo habitual ou contingente que habilita a leitura condicional, como indica a Tabela 02. A contingência opera de maneira diferenciada no eixo do tempo, sinalizando uma habitualidade, uma eventualidade temporal. Trata-se, portanto, de um tempo “indefinido” se comparado aos demais temporais. O conteúdo de (20) repousa na argumentação da enunciativa em favor da implicação causal que ela acredita existir entre o consumo de canjica e a produção de leite. Observa-se, nesse contexto, que o enunciado *no que eu tomo a canjica* não expressa propriamente

---

<sup>10</sup> O exemplar em (20) equivale àquele em (10), retomado aqui em nova numeração.

um evento realizado, mas um evento que, sempre que repetido, vai ter por consequência o aumento de leite (*é uma coisa que rende mesmo*). Atente-se ainda ao contexto anterior a *no que*, em que o enunciado com *quando* já transita pela condicionalidade (*quando/sempre que/se eu quero que o leite aumenta mais, eu faço canjica e tomo*). Também, em (21), de maneira similar, o que está em relevo é a iteratividade do evento e seu desdobramento. Nesses termos, o sentido condicional é secundário, derivado de traços do contexto (polissemia semântico-pragmática).

(20) Canjica, eu comi. Ah! Comida mais rala, você comer uma sopa, tudo que é comida mais rala, é bom pro leite, porque aquilo aumenta... eu sei, porque quando eu quero que o leite aumenta mais, eu faço canjica e tomo... aí **no que** eu tomo a canjica, já parece que... *é uma coisa que rende mesmo*. (cielo.br)

(21) Antes de fazer meu primeiro assalto, treinei um mês em casa. Ensaiei até as frases para dizer para o caixa. A mão suava só de me imaginar de frente para o vigilante. Agora, não: é igual pular de bungee-jump. Quando estou de frente para o banco, dá aquele frio na barriga. **No que** eu entro, a coisa vai sozinha. Faço cinco caixas em quarenta segundos. Quando a polícia chega, já caí no mundão – e aí é só felicidade. (veja.abril.com.br)

Nas ocorrências de TCO também é legítimo interpretar a relação temporal introduzida por *no que* como uma instância da anterioridade imediata, ainda que menos evidente diante da iteratividade traduzida pelos enunciados. Os dados sugerem, assim, uma flutuação semântica entre anterioridade e contingência. São várias as referências, na literatura sobre junção e mudança, acerca da correlação entre os domínios de tempo e de condição, em que certas nuances temporais alimentam a relação de condição. Destaco Jiménez (1990):

En cierto modo, la simultaneidad o sucesión (más o menos inmediata) temporal constituye un tipo de concomitancia, por lo que fácilmente se presta también, y no sólo en nuestra lengua, a servir de cauce para la expresión de la relación condicional; dos acciones que tienen lugar al mismo tiempo o se suceden la una a la otra acaban

concibiéndose a menudo como ligadas por una clase de dependencia más estrecha que la puramente cronológica. No extraña, pues, que entre las conjunciones condicionales se incluyan términos y expresiones temporales: *cuando, en cuanto, mientras (que), siempre que, siempre y cuando, hasta que*, etc. (JIMÉNEZ, 1990, p. 98).<sup>11</sup>

A Tabela 3, na qual apresento as frequências da apuração da categoria modo-temporal do verbo das orações núcleo e modificadora, traz elementos que reforçam as descrições dos padrões de *no que* apresentadas acima. A legenda que acompanha a Tabela contém as siglas P, I, F, H e E para, respectivamente, perfeito, imperfeito, futuro, presente histórico (morfologia de presente, valor de passado) e presente. Nos pares que aparecem no eixo horizontal da tabela (PP, PI, IP, II etc), a primeira sigla indica o tempo da primeira oração da construção e a segunda, o tempo da segunda oração.

**Tabela 3** - Correlação modo-temporal das orações articuladas por *no que*

	CORRELAÇÃO MODO-TEMPORAL							
	PP	PI	IP	II	HH	HP	HI	EE
T	18/53 (34%)	04/53 (7,5%)	01/53 (02%)	01/53 (02%)	22/53 (41,5%)	04/53 (7,5%)	03/53 (5,5%)	-
TCA	13/16 (82%)	02/16 (12%)	-	-	01/16 (06%)	-	-	-
TCO	-	-	-	-	-	-	-	04/04 (100%)
TOTAL	31/73 (42,5%)	06/73 (08%)	01/73 (1,5%)	01/73 (1,5%)	23/73 (31,5%)	04/73 (5,5%)	03/73 (04%)	04/73 (5,5%)

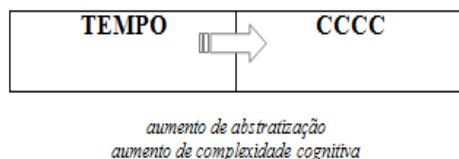
Legenda: P = Perfeito; I = Imperfeito;  
E = Presente; H = Presente histórico

<sup>11</sup> Versão sugerida: De certo modo, a simultaneidade ou sucessão temporal (mais ou menos imediata) constitui um tipo de concomitância que facilmente funciona, e não só em nossa língua, como canal para a expressão da relação condicional; duas ações que têm lugar ao mesmo tempo ou que se sucedem são concebidas como estando ligadas por uma forma de dependência mais estreita do que a puramente cronológica. Não é estranho, portanto, que entre as conjunções condicionais incluam-se termos e expressões temporais: *cuando, en cuanto, mientras (que), siempre que, siempre y cuando, hasta que* etc. (JIMÉNEZ, 1990, p. 98)

Os números mostram que as construções com *no que* se realizam com formas modais de *indicativo* e preferencialmente com tempo *passado*. Além disso, reforçam que os padrões T e TCA estão fortemente correlacionados à codificação de passado (perfeito, imperfeito e presente histórico), colocando em evidência o aspecto realizado, ao passo que o padrão TCO está correlacionado à codificação de presente, colocando em evidência o aspecto habitual (contingente), que enfraquece o vínculo causal e fortalece o condicional. Trata-se, em outras palavras, de traços morfossintáticos importantes para sustentação dos sentidos.

A polissemia semântico-pragmática das construções com *no que*, tal como é discutida aqui, corrobora as pesquisas que evidenciam o trânsito metafórico entre *tempo/causa* e o trânsito metafórico entre *tempo/condição*, fortalecendo, assim, tendências em mudança semântica observadas em diversas línguas (KORTMANN, 1997; COUPER-KUHLEN; KORTMANN, 2000; MOSCOW, 2001), em perspectiva sincrônica e diacrônica. O Esquema 3 resume o trânsito de sentidos que vem ocorrendo na constituição de *no que* como juntor e confirma expectativas que direcionam para um aumento de abstratização, já que as relações de *causa* e de *condição*, no âmbito de CCCC, são consideradas mais abstratas e cognitivamente mais complexas.

**Esquema 3** - Esboço geral do trânsito de sentidos de *no que*



Esses resultados corroboram ainda o postulado de Traugott; Dasher (2002), segundo o qual, na mudança gramatical, os significados novos tendem a ganhar em *subjetividade*, no sentido de que se tornam cada vez mais baseados na crença/atitude do falante com respeito ao que é dito. Para os autores, conectores causais e condicionais, que têm natureza derivada, são frequentemente usados para sinalizar a perspectiva do falante/escritor sobre o modo como os eventos se relacionam.

### 3.3 Articulação temático-informacional e argumentação

Nesta seção, examino as construções com *no que* à luz do parâmetro dinamismo comunicativo, considerando, para tanto, os sistemas de estruturação temático e informacional, tal como foram referidos nos trabalhos de Bally (1965), Halliday (1985) e Raible (2001), discutidos em seção anterior. O interesse maior está na avaliação da tese – explícita em Bally e sugestiva em Halliday – de que os níveis de organização temático e informacional excedem o nível da oração simples, sendo cruciais para a estruturação dos enunciados complexos. A consideração dessa tese é que licencia a análise de *no que* em termos de foco ou dramatização.

Segundo Bally (1965), a articulação em tema e propósito estrutura a combinação de orações, num procedimento altamente coesivo. Na combinação por *segmentação*, as orações estão relacionadas de tal forma que a segunda toma a primeira como tema, e é no interior desse tema que ela deve ser interpretada como acrescentando ao discurso a informação central para o interesse da comunicação. Aplicando as noções de tema e propósito às construções com *no que*, é possível obter leituras em dois níveis: no primeiro nível,  $O_1$  e  $O_2$  são enunciações distintas, passíveis de análise em tema e propósito, mas mostram relações de dependência estrutural e semântica. Os traços de dependência foram avaliados nos mecanismos de continuidade referencial<sup>12</sup> e de identidade temporal das orações (Tabela 3). No segundo nível,  $O_1$  e  $O_2$  são enunciações solidárias que funcionam, respectivamente, como tema e propósito de uma construção maior, prevalecendo o padrão habitual em que o tema é seguido pelo propósito. Nessa perspectiva, na construção com *no que*,  $O_2$  é o segmento comunicativamente mais saliente. O Esquema 4, a seguir, baseado na ocorrência em (01) retomada aqui em nova numeração, é representativo dessa análise em dois níveis:

- (22) ele tava indo embora **no que** ele saiu da cidade, o carro quebrou.  
(Iboruna/AC-075)

---

<sup>12</sup> Investiguei a correferência dos sujeitos das orações. O resultado apontou correferência positiva (partilhamento do mesmo referente para ambos os sujeitos) em 41% dos casos (por exemplo, *no que ele chegou, ele tava meio bêbado*). No entanto, há outro tipo de relação referencial, mais relevante e mais indiciário de dependência, que será discutido no final desta seção (3.3).

**Esquema 4** - Combinação com *no que* e articulação em *tema* e *propósito*

O <sub>1</sub>		O <sub>2</sub>	
<i>no que</i> ele saiu da cidade		o carro quebrou	
no que ele <sup>13</sup>	saiu da cidade	o carro	quebrou
<b>tema</b>	<b>propósito</b>	<b>tema</b>	<b>propósito</b>
<b>TEMA</b>		<b>PROPÓSITO</b>	

Para aferição do estatuto informacional de O<sub>1</sub> e O<sub>2</sub>, lancei mão das categorias *dado* e *novo*, às quais acrescentei a categoria *inferível*. O critério para definição das categorias é essencialmente contextual, à maneira de Halliday (1985), mas com ressalvas e adaptações. As opções de informação, *dado* e *novo*, são abordadas por Halliday no domínio das unidades entoacionais ou unidades informativas, que podem ou não coincidir com a oração, ao passo que, neste trabalho, a unidade de análise é a oração. Além disso, incluí a categoria *inferível*, contemplada no trabalho de Prince (1981), que defende uma abordagem textual.

A classificação *dado* se aplicou às orações que trazem conteúdos já mencionados explicitamente no contexto prévio, como é o caso de O<sub>1</sub>, em (23), em que *ele jogou* é informação contida no enunciado imediatamente anterior. A classificação *novo* se aplicou às orações que trazem informação mencionada pela primeira vez, como na O<sub>2</sub>, em (23). A classificação *inferível* se aplicou às orações que trazem informações dedutíveis a partir de diversos tipos de associação como, por exemplo, O<sub>1</sub>, em (24), em que *pegar a comanda* traz uma informação inferível a partir da consideração do contexto linguístico anterior (*comprar uma cerveja no bar*) e do contexto cognitivo (modelos do mundo, particularmente sobre os procedimentos para compra de bebida num bar).

(23) aí ele chegou e jogou [*no que ele jogou*]O<sub>1</sub> [*caiu em cima da minha mão*]O<sub>2</sub>... minha mão ficou preta. (Iboruna/AC-066)

<sup>13</sup> Halliday (1985) prevê múltiplos temas (de ordem ideacional, textual e modal) para uma mesma oração. No exemplo em questão, no que é tema textual e ele, tema ideacional.

(24) Por volta das 2h45min, resolvi ir ao banheiro. Na volta, parei para comprar uma cerveja no bar. [*No que peguei a comanda*] $O_1$ , [*vi aquele mar de gente saindo*] $O_2$ . [zerohora.clicrbs.com.br]

A Tabela 4 relaciona os padrões de *no que* à ordem das orações e ao estatuto informacional. As frequências sinalizam que o estatuto informacional de  $O_1$  é variável (*dado*, *inferível* ou *novo*), enquanto o de  $O_2$  é sempre *novo*. Contudo,  $O_1$  tende a codificar com mais frequência informação *dada* e *inferível*, respectivamente, em 40% e 44% das ocorrências. Como a anteposição de *no que* é quase categórica nos dados<sup>14</sup> é possível generalizar afirmando que as orações encabeçadas por *no que* se especializam na codificação de informação já conhecida ou inferível, como indicam as hachuras. Assim, a informação nova, mais dinâmica e essencial comunicativamente (RAIBLE, 2001), é codificada por excelência em  $O_2$ . Esse resultado está em conformidade com o princípio funcional de distribuição de informação segundo o qual a sequência *dado/novo* é não-marcada para o discurso coerente.

**Tabela 4** - Padrões de *no que*, ordem e estatuto informacional

		ESTATUTO INFORMACIONAL		
		<i>dado/novo</i>	<i>inferível/novo</i>	<i>novo/novo</i>
T	<i>anteposta</i>	17/53 (32%)	25/53 (47%)	10/53 (19%)
	<i>posposta</i>	-	-	01/53 (02%)
TCA	<i>anteposta</i>	09/16 (56%)	06/16 (38%)	01/16 (06%)
	<i>posposta</i>	-	-	-
TCO	<i>anteposta</i>	03/04 (75%)	01/04 (25%)	-
	<i>posposta</i>	-	-	-
TOTAL		29/73 (40%)	32/73 (44%)	12/73 (16%)

<sup>14</sup> A única ocorrência verificada no *corpus* em que a oração introduzida por *no que* vem posposta é: *Um súbito desespero dominou-o, no que sentiu gotas de suor escorrerem pela testa.* (ethernyt.com.br)

A análise do estatuto informacional mostrou também que as construções com *no que* são fortemente dependentes do contexto prévio. A oração introduzida por *no que* se sustenta numa informação conhecida e, para tanto, retoma por anáfora parte do conteúdo mencionado anteriormente. Essa retomada se dá de modo frequente pela repetição explícita, conforme as expressões grifadas em (25) a (27), ou pela inferenciação, conforme (28) a (30), do que resultam as classificações da Tabela 4, nas categorias *dado* e *inferível*. A anáfora, entendida como uma estratégia de coesão e, ao mesmo tempo, como técnica de junção (RAIBLE, 2001), é constitutiva das relações estabelecidas por *no que*, que se concretizam em um duplo movimento: há uma retomada do já dito, com propósitos de ressignificação e, em seguida, um movimento de avanço, com o acréscimo da informação nova, que é a mais saliente e, nesse caso, mais surpreendente. Esses movimentos de retomada e de avanço ajudam a caracterizar relações de dependência entre as orações envolvidas, corroborando o caráter *segmentado* (ou *hipotático*, nos moldes de Halliday) das construções com *no que*.

(25) Hoje cheguei na escola, iria ser um dia normal, pensei eu, [***no que chego***]<sub>O<sub>1</sub></sub>, [*me deparo com minhas amigas, renata, francine, jéssica, todas chorando*]<sub>O<sub>2</sub></sub>. (gaabyparis1.blogspot.com.br)

(26) (...) aí diz que essa luz ela deu uma apagada e acendeu de novo aí [***no que ela acendeu***]<sub>O<sub>1</sub></sub> [*ela saiu...*]<sub>O<sub>2</sub></sub> como se fosse na velocidade da luz sentido... (Iboruna/AC-035)

(27) Tinha nadado cerca de 40 minutos, quando voltava para a margem parei de bater as pernas. [***No que parei***]<sub>O<sub>1</sub></sub>, [*senti a mordida*]<sub>O<sub>2</sub></sub>. (m.g1.globo.com)

(28) Levaram-no à Sloane Street e estacionaram perto da Harvey Nichols. [***No que*** ele desceu do carro]<sub>O<sub>1</sub></sub>, [*todas as cabeças se viraram para fitá-lo, e várias pessoas começaram a rir e até gargalhar*]<sub>O<sub>2</sub></sub> (charllescampos.blospot.com.br)

(29) Tomei, eu dei um passo e tomei uma bordoadada na cabeça e daí, por imediato, eu lembro que daí, eu não posso lhe precisar, [***no que***

*eu tomei a paulada,]*O<sub>1</sub> [*eu virei para o lado instantaneamente*]O<sub>2</sub>, o cacique, que se intitulava o cacique, colocar o pau para trás, a madeira que ele estava na mão e foi o momento que eu também efetuei o disparo. [s.conjur.com.br]

(30) Então que eu fui na C&A do centro na hora do almoço atrás de uma calça social da coleção, mas [**no que eu chego lá**]O<sub>1</sub> [*não tinha mais (quase) NADA!*]O<sub>2</sub> (ospobrestambemcompram.wordpress.com)

A retomada traz uma ressignificação do já dito, que é colocado em outras bases pelo enunciador. Mais propriamente, a informação retomada é colocada num cenário de suspense ou expectativa, criado em torno do que vai ser dito na sequência, de modo a direcionar a atenção do interlocutor para o que estará em foco. Portanto, argumentativamente, a construção põe em evidência, dramatiza ou focaliza o conteúdo subsequente. Em outras palavras, trata-se de um modo *enfático* de dizer, que é diferente daquele das construções com *quando*. A estrutura temático-informacional dos enunciados, em termos da articulação entre tema/propósito e dado/novo, está a serviço dessa ênfase. Nesse sentido, é possível afirmar que *no que* confere à O<sub>2</sub> um peso argumentativo.

### Considerações finais

A constituição de *no que* como juntor é um processo em pleno movimento. Os dados investigados, oriundos de enunciações faladas e escritas, permitiram apreender aspectos das reanálises categorial e semântica, que pressupõem perdas e ganhos, tão fundamentais para a formação da categoria conjuncional. Mostrei que a reorganização das fronteiras constituintes, o descarte de material morfológico não relevante para a configuração do novo juntor e a expansão dos significados são indícios fortes desse movimento. Além das análises de forma e de significado, lancei mão de parâmetros relativos à progressão temática e à distribuição de informação para evidenciar a singularidade do jogo argumentativo de *no que*, que tem a propriedade pragmática de pôr em foco ou “dramatizar” o segundo membro da construção. Dado o ineditismo desse objeto de investigação, o presente trabalho pretende contribuir para os estudos do português brasileiro que, em perspectiva sincrônica, aliam junção e gramaticalização.

O trabalho corroborou as pesquisas que sustentam a categoria de Tempo como fonte produtiva para significados conjuncionais. Conforme argumentei, o tipo de relação temporal veiculado por *no que* é fundamental para explicar as implicaturas de causa e de condição. Os dados sugerem que, dentre as relações temporais instauradas, é a relação de Anterioridade Imediata (Imante) que preferencialmente alimenta a implicatura de causa; e a relação de Contingência, a implicatura de condição. Ambos os sentidos de causa e de condição são conversacionais, pragmáticos, dependentes do contexto. Considerando, juntamente com Kortmann (1997), que as relações temporais são mais primitivas, mais básicas, ao passo que as causais e condicionais são cognitivamente mais complexas e mais subjetivas, os trânsitos metafóricos Tempo>Causa e Tempo>Condição se conformam a um *cline* de gramaticalidade<sup>15</sup> que aponta para o aumento de complexidade e de subjetividade, confirmando tendências na gramaticalização de juntores (TRAUGOTT; KÖNIG, 1991; TRAUGOTT; DASHER, 2002; KORTMANN, 1997).

## Referências

- ALI, M. S. *Gramática histórica da língua portuguesa*. São Paulo: Melhoramentos, 1964.
- AMORIM, F. S. Gramaticalização em sincronia: o caso do conector *por causa que*. *Cadernos de Letras da UFF*, v. 47, 2013, p. 45-65.
- BALLY, C. *Linguistique générale et linguistique française*. 4. ed. Berne: Éditions Francke, 1965.
- BEGUELIN, M. J.; AVANZI, M.; CORMINBOEUF, G. (Eds.). *La Parataxe. Tome 1: Entre dépendance et intégration*. Berne: Peter Lang, 2010. (Collection Sciences pour la communication).
- CÂMARA, J. M. *História e estrutura da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Padrão Livraria Editora, 1979.

---

<sup>15</sup>Nos estudos em gramaticalização, a grande flutuação de forma e de função é capturada por meio de representações escalares do tipo *cline*, que têm consequências distintas, a depender da perspectiva sincrônica ou diacrônica (HOPPER; TRAUGOTT, 1993). Na sincrônica, o *cline* permite arranjar os diferentes padrões de um item ou construção em função do aumento de gramaticalidade. Neste trabalho, privilegio um *cline* de gramaticalidade que contempla os trânsitos de sentidos.

COUPER-KUHLEN, E.; KORTMANN, B. *Cause, Condition, Concession, Contrast: Cognitive and Discourse Perspective*. Berlin; New York: Mouton de Gruyter, 2000.

DIEWALD, G. A Model for Relevant Types of Contexts in Grammaticalization. In: WISCHER, I. (Ed.). *New reflections on grammaticalization*. Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2002. p.103-120.

HAGÈGE, C. Les processus de grammaticalisation. In: HASPELMATH, M.; KÖNIG, E.; ÖESTERREICHER, W.; RAIBLE, W. (Eds.). *Language Typology and Language Universals*. Berlin; New York: Walter Gruyter, 2001. p. 1609-1623.

HALLIDAY, M. A. K. *An Introduction to Functional Grammar*. London: Edward Arnold, 1985.

HEINE, B. On the Role of Context in Grammaticalization. In: WISCHER, I. (Ed.). *New Reflections on Grammaticalization*. Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2002. p. 83-102.

HEINE, B. Grammaticalization. In: JOSEPH, B.; JANDA, R. (Eds.). *The Handbook of Historical Linguistics*. Oxford: Blackwell Publishing, 2003.

HEINE, B.; KUTEVA, T. *The Genesis of Grammar: a Reconstruction*. Studies in the Evolution of Language. New York: Oxford University Press, 2007.

HOPPER, P.; TRAUGOTT, E. *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

JIMÉNEZ, A. N. *Las subordinadas adverbials impropias do español*. Málaga: Editorial Librería Ágora, 1990

KABATEK, J. Tradiciones discursivas y cambio lingüístico. *Lexis XXIX*, 2, 2005, p.151-177.

KORTMANN, B. *Adverbial Subordination: a Typology and History of Adverbial Subordinators Based on European Languages*. Berlin: Mouton de Gruyter, 1997.

LONGHIN-THOMAZI, S. R. Flutuação e gramaticalização no paradigma dos jutores em português: forma, significado e história de (na) hora que. *Filologia e linguística portuguesa*, n. 13, 2011, p.147-166.

MEILLET, A. *Linguistique historique et linguistique générale*. Paris: Librairie Honoré Champion, 1912.

MOESCHLER, J.; REBOUL, A. *Dictionnaire Encyclopédique de Pragmatique*. Paris: Éditions du Seuil, 1994. p. 447-470.

MOSCOW, V. Conditional Constructions. In: HASPELMATH, M.; KÖNIG, E.; ÖESTERREICHER, W.; RAIBLE, W. (Eds.). *Language Typology and Language Universals*. Berlin; New York: Walter Gruyter, 2001. p. 998-1011.

PAIVA, M. C.; BRAGA, M. L. Juxtaposition et coordination: deux formes de parataxe? In: BÉGUELIN, M. J.; AVANZI, M.; CORMINBOEUF, G. (Eds.). *La Parataxe. Tome 1: Entre dépendance et intégration*. Berne: Peter Lang, 2010. p. 313-332. (Collection Sciences pour la communication).

PAIVA, M. C.; PEREIRA, M. Estatuto sintático das orações introduzidas pelas construções (prep)+det+N temporal+(prep)+que. *Juiz de Fora, Veredas*, v. 8, n. 1 e 2, 2004, p. 245-258.

PRINCE, E. Toward a Taxonomy of Given/New Information? In: COLE, P. (Ed.). *Radical Pragmatics*. New York: Academic Press, 1981.

RAIBLE, W. Linking Clauses. In: HASPELMATH, M.; KÖNIG, E.; ÖESTERREICHER, W.; RAIBLE, W. (Eds.). *Language Typology and Language Universals*. Berlin; New York: Walter Gruyter, 2001. 590-617.

ROHDENBURG, G. On the History and Present Behavior of Subordinating *that* with Adverbial Conjunctions in English. In: SEONE, E.; LÓPEZ-COUSO, M. J. (Eds.). *Theoretical and Empirical Issues in Grammaticalization*. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins Publishing. Company, 2008, p.314-330.

TABOADA, M. Implicit and explicit coherence relations. In: RENKEMA, J. (Ed.). *Discourse, of Course: an Overview of Research in Discourse Studies*. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2009. p. 127-140.

TRAUGOTT, E.; KÖNIG, E. The Semantic-Pragmatics of Grammaticalization Revisited. In: TRAUGOTT, E.; HEINE, B. (Eds.). *Approaches to Grammaticalization*. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1991. p. 189-218.

TRAUGOTT, E.; DASHER, R. *Regularity in Semantic Change*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

TRAUGOTT, E. Grammaticalization and Mechanisms of Change. In: NARROG, H.; HEINE, B. (Eds.). *The Oxford Handbook of Grammaticalization*. New York: Oxford University Press, 2011. p. 19-30.

TRAUGOTT, E. The Status of Onset Contexts in Analysis of Micro-changes. In: Kytö, M. (Ed.). *English Corpus Linguistics: Crossing Paths*. Amsterdam; New York: Rodopi, 2012. p. 255-289.

ZIV, Yael. 'Causality and context dependence'. *Belgian Journal of Linguistics*, n. 8, 1993, p. 187-200.



## **Expressividade e Frequência de uso: aspectos pragmáticos e cognitivos da gramaticalização**

### ***Expressiveness and Frequency of Use: Pragmatic and Cognitive Aspects of the Grammaticalization***

Lorenzo Vitral

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil.  
lorenzovital@gmail.com

**Resumo:** O artigo busca explicitar a intuição de Meillet (1912) de que os fenômenos de gramaticalização resultam da tensão entre a expressividade e a frequência de uso das formas da língua. Tratando a expressividade por meio da noção de subjetificação (TRAUGOTT; DASHER, 2005; LANGACKER, 2006), formulamos as seguintes questões: (1) o que quer dizer *mais conteúdos* e por que (e de que maneira) mais formas implicam mais conteúdos?; (2) o que quer dizer menos conteúdos e como se explica sua relação com a redução de formas? Por meio de princípios da pragmática neo-griceana e da análise da dupla negação em português, procuramos explicar como os falantes extraem conteúdos que se associam à sua subjetividade, o que estaria no cerne do fenômeno de inovação linguística. Após discussão sobre a noção de abstração e sua relação com a subjetividade, propomos que a perda de expressividade das formas se deve a seu espraio no sistema da língua e entre os falantes.

**Palavras-chave:** Gramaticalização; Subjetificação; Pragmática; Abstração; Dupla negação.

**Abstract:** This article seeks to clarify Meillet's supposition (1912) that the phenomena of grammaticalization result from tension between the expressiveness and the frequency of use of language forms. Treating

expressiveness through the notion of subjectification (TRAUGOTT; DASHER, 2005; LANGACKER, 2006), we formulated the following questions: (1) What does *more content* mean? And why (and how) do most forms imply more content; (2) what does less content mean? And how does it explain its relation to the reduction of forms? Through the principles of Neo-Gricean pragmatism and the analysis of double negation in Portuguese, we seek to explain how speakers extract content that are associated with the subjectivity of speakers, which would be at the heart of the phenomenon of linguistic innovation. After discussing the notion of abstraction and its relation to subjectivity, we propose that the loss of expressiveness of forms is caused by its expansion in the language system and among speakers.

**Keywords:** Grammaticalization; Subjectification; Pragmatics; Abstraction; Double Negation.

Recebido em 16 de setembro de 2014.

Aprovado em 04 de novembro de 2014.

## Introdução

A intenção deste texto é explorar certas consequências teóricas da intuição central, exposta por Meillet no texto inaugural da perspectiva da gramaticalização, sobre a motivação da inovação linguística. Os seguintes trechos mostram-nos a proposta do autor de que precisamos (MEILLET, 1982, p. 139 e 140-141 (=1912)):

A constituição de formas gramaticais pela degradação progressiva de palavras anteriormente autônomas se torna possível por meio de procedimentos que consistem num enfraquecimento da pronúncia, da significação concreta das palavras e do valor expressivo das palavras. (tradução nossa)<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> La constitution de formes grammaticales par dégradation progressive de mots jadis autonomes est rendue possible par les procédés... qui consistent... en un affaiblissement de la prononciation, de la signification concrètes de mots et de la valeur expressive des mots.

As línguas seguem assim um tipo de desenvolvimento em espiral: elas acrescentam palavras acessórias para obter uma expressão intensa; essas palavras se enfraquecem, se degradam e acabam por se tornar simples instrumentos gramaticais; acrescentam-se novas palavras ou palavras diferentes buscando a expressão; o enfraquecimento recomeça e assim sem fim. (tradução nossa)<sup>2</sup>

Para ele, como se vê, os fenômenos de gramaticalização resultam da tensão entre a expressividade e a frequência de uso das formas da língua por parte dos falantes, ou seja, na medida em que sua frequência de uso aumenta, uma dada forma perde expressividade.

Supondo que a proposta de Meillet capta a essência dos processos de inovação linguística, a questão que se coloca é por que o surgimento e a evolução dos processos de gramaticalização se submetem a uma dinâmica que pode ser comparada ao movimento de uma balança, ou seja, numa ponta, a expressividade da forma e, na outra ponta, sua redução formal/semântica.

À primeira vista, essa relação entre a expressividade e a redução formal/semântica de um item parece ser de natureza icônica, ou seja, quanto mais formas são empregadas, mais conteúdos são veiculados; e, quanto menos formas são empregadas, menos conteúdos são veiculados. Essa visão dos fatos já foi explorada por Givón (1975; 1990) ao prever que informações maiores, mais importantes ou menos previsíveis tendem a ser expressas com maior quantidade de material linguístico.

Essa formulação do problema talvez possa servir de ponto de partida para tentar explicitar o que está em jogo. Tendo como baliza buscar entender a motivação da inovação linguística nos processos de gramaticalização, trata-se assim de (1) caracterizar o que quer dizer *mais conteúdos* e explicar por que e de que maneira mais formas implicam mais conteúdos; e (2) caracterizar o que quer dizer *menos conteúdos* e explicar sua relação com a redução de forma e de conteúdo.

Buscaremos, neste artigo, tratar, ainda que de forma parcial, dos dois temas supramencionados. Em relação ao tema (1), retomo

---

<sup>2</sup> Les langues suivent ainsi une sorte de développement en spirale: elles ajoutent des mots accessoires pour obtenir une expression intense; ces mots s'affaiblissent, se dégradent et tombent au niveau de simples outils grammaticaux; on ajoute de nouveaux mots ou des mots différents en vue de l'expression; l'affaiblissement recommence et ainsi sans fin.

a proposta desenvolvida em VITRAL (2012) acerca do fenômeno da inovação linguística e de sua relação com o conceito de *subjetificação*. Assim, mais conteúdos, no sentido supracitado, advêm da subjetividade dos falantes: inovações são engendradas a partir de motivações que se associam à subjetividade dos falantes, a qual, por sua vez, é chamada a se expressar devido, sobretudo, a um mecanismo psicossocial nomeado de *luta por reconhecimento* (HONNETH, 2003). Resumiremos essa proposta na seção 1, a seguir. O desenvolvimento do tema (1) procura ainda relacionar, na seção 2, o fato de extrairmos mais conteúdos a partir de mais formas com as máximas da conversação estabelecidas por Grice (1975; 1989) e exploradas pela pragmática neo-griceana de Horn (1985; 1993; 2006; 2007), Levinson (1991a; 2007) e Huang (2009). A fim de trazer alguma base empírica para nossa discussão, examinaremos, na seção 3, por meio da hipótese proposta, o fenômeno da dupla negação em português. Na seção 4, examinaremos o tema (2) acima com base numa discussão acerca da possibilidade de se tratar a noção de menos conteúdo por meio da alegada propriedade de abstratização dos processos de gramaticalização. Recusada essa hipótese e levando em conta a noção de extensão, propomos que a *impessoalização* adquirida pelas formas que se gramaticalizam advêm de seu espriamento no sistema da língua e entre os falantes. Apresentaremos, em seguida, nossas considerações finais.

## **1 VITRAL (2012): subjetificação e luta por reconhecimento**

Partimos da hipótese de que, se pretendemos entender a motivação da inovação linguística, é necessário explicitar o que quer dizer *expressar mais ou menos conteúdos*. Em VITRAL (2012), desenvolvemos a proposta de que a busca de inovação no emprego da língua advém da necessidade de o sujeito se constituir diante de um mecanismo psicossocial denominado *luta por reconhecimento*. Essa noção foi explorada a partir do texto de Honneth (2003) que, como veremos abaixo, a retoma a partir de sua origem em textos da filosofia moderna.

Para desenvolver essa proposta, nosso texto tomou como objeto empírico a criação e evolução, nas línguas em geral, das formas perifrásticas compostas por um auxiliar e um verbo lexical. Com base em análises que se iniciam por Meyer-Lubke (1914), passando por Vossler (1922); Meillet (1928); Bally (1935); Damourette e Pichon (1936); Mattoso Câmara (1956) e Coseriu (1957), Fleischman (1982)

propõe um tratamento contemporâneo para a formação do futuro perifrástico, partindo da constatação de que, acoplada à alternância de formas sintéticas e analíticas na formação dos tempos verbais, ocorre, concomitantemente, alternância no que refere à expressão dos conteúdos de temporalidade e de modalidade das formas, de maneira que a quantidade de temporalidade ou de modalidade está sujeita a flutuações. Quanto mais a forma expressar o conteúdo de tempo propriamente dito menor é a sua força modal e vice-versa, ou seja, quando mais conteúdos modais forem expressos – como obrigação, volição, permissão, certeza, probabilidade... – menos nítida é a expressão do tempo. Assim, quando a expressão da temporalidade se torna nítida, os falantes partem em busca de uma nova forma (no mais das vezes, perifrástica) que reponha a modalidade perdida no processo de temporalização. Fleischman (1982, p. 18) complementa sua proposta, elaborando a noção de *relevância do presente*, que está subjacente à formação das formas verbais compostas. Essa noção é definida da seguinte maneira:

Relevância do presente: uma noção *aspectual* que assinala o estabelecimento de uma conexão entre “agora” e “não agora”; um evento cronologicamente não presente (passado ou futuro) é visto como *psicologicamente* associado ao tempo presente. (itálicos da autora; tradução nossa)<sup>3</sup>

Além da formação do futuro, mostramos, tomando por base a análise de Kurylowicz (1966) para o *present perfect*, que a noção acima é também pertinente para a formação dos tempos perifrásticos do passado. Em resumo, a formação das formas perifrásticas dos dois tempos é alimentada correntemente pelas formas do presente, isto é, os auxiliares, cooptados, num primeiro momento, por processos de gramaticalização, estão no tempo morfológico presente. Com base ainda na noção acima, propomos, enfim, que a inovação linguística, no que se refere à formação dos tempos compostos obedece à seguinte dinâmica: visto que aquilo que deve ser enunciado pelo sujeito é, evidentemente, situado em relação ao tempo do evento, as formas de expressão do tempo, na medida em que vivem sua evolução na língua, vão sendo interpretadas gradativamente

<sup>3</sup> “Present relevance: un *aspectual* notion signaling the establishment of a connection between “now” and “not-now”; a chronologically nonpresent (past or future) event is viewed as *psychologically* linked to present time”

como se reportando a eventos situados em tempos cada vez mais distantes do presente; para trazer a enunciação para o presente, o sujeito coopta itens que originalmente exprimem o presente e os faz instrumentos de expressão do passado e do futuro. As inovações provocam, portanto, a expressão de passados e futuros sentidos como mais próximos do presente.

A questão trabalhada na sequência do que vimos até aqui foi a razão de os falantes criarem as inovações analisadas a partir do tempo presente. Partimos da noção de *subjetificação*, que retoma, como se sabe, intuições capitalizadas por Benveniste (1976), ao tratar da expressão do sujeito da enunciação e é utilizada, hoje em dia, por várias perspectivas teóricas (cf. seção 4, na qual damos mais detalhes sobre essa noção). Levamos em conta, em VITRAL (2012), a perspectiva de Langacker (1990; 2006), que destaca os recursos da linguagem que permitem ao falante exprimir conteúdos que dizem respeito à relação entre sua localização e a dos participantes do evento no que concerne às dimensões de tempo e lugar.

No nosso ponto de vista, o fundamento da relevância do presente pode se valer da proposta de Langacker no seguinte sentido: o tempo presente deve ser visto como um recurso de linguagem que funciona como um tipo de “eixo”, conectando a enunciação e o sujeito, o que determina aspectos de forma das escolhas dos falantes. O tempo presente é ainda um recurso que permite levar formas de uso normalizado a serem convertidas em formas de uso inovador.

Continuando nossa articulação de conceitos, a pergunta seguinte foi a que se deve a necessidade do falante de buscar a inovação linguística, impondo-se como sujeito na expressão de sua subjetividade. Para examinar essa questão, utilizamos a noção de *luta pelo reconhecimento* que, oriunda na história na filosofia moderna, tendo como principais referências as contribuições de Maquiavel (1515)=1983), de Hobbes (1651)=1983), Hegel (1893)=1992), é desenvolvida por Honneth (2003), que se baseou também no trabalho de Mead (1934)=2006).

Assim, na nossa visão dos fatos, ao buscar a inovação, o falante visa a se constituir como sujeito nas trocas simbólicas estabelecidas na luta pelo reconhecimento. O que o falante deseja é, em última instância, o próprio reconhecimento pelo outro de seu estatuto como sujeito. O mecanismo psicossocial da luta pelo reconhecimento tem o papel, na filosofia moderna, de estabelecer a coesão orgânica da

sociedade na medida em que permite o reconhecimento intersubjetivo da particularidade de cada indivíduo. A partir daí, valemo-nos de Mead, para quem um sujeito só pode adquirir consciência de si mesmo à medida que desenvolve a habilidade de se perceber a partir da perspectiva, simbolicamente representada, de uma segunda pessoa. Após isso, Mead preocupa-se em explicitar como se estabelecem, advindas da relação com o outro, as noções morais que introjetamos. Ele propõe uma ideia, também desenvolvida por autores de horizontes teóricos distintos<sup>4</sup> de que as normas sociais que adquirimos vêm a partir do outro: é a partir do que supomos que o outro aprova ou desaprova que formamos nossas normas morais internas. Mead chama isso de *outro generalizado*. Assim, na medida em que a criança em desenvolvimento reconhece seus parceiros de interação pela via da interiorização de suas atitudes normativas, ela própria pode saber-se reconhecida como um membro de seu contexto social de cooperação. Ocorre, assim, a inclusão e a adequação do sujeito a um grupo ou a uma comunidade. Mas há, por outro lado, uma impulsividade que leva o sujeito a divergir das normas sociais, buscando se satisfazer individualmente e reivindicando, em sua comunidade, a legitimidade de seus desejos como indivíduo; ou, em outras palavras: o sujeito procura constantemente ampliar as normas de maneira a conferir expressão social à impulsividade e à criatividade do seu eu.<sup>5</sup> Enfim, haverá sempre, no sujeito, uma tensão entre a vontade da comunidade internalizada por meio de normas e as pretensões de individuação, o que é o motor da criatividade.

Desenvolver essas propostas em profundidade exigiria explicitar o papel da noção de identificação e de suas implicações na formação do aparelho psíquico;<sup>6</sup> e também como se dá a implementação social das inovações,<sup>7</sup> mas não o faremos aqui.

Propomos, porém, um meio, que deverá ser explicitado, de transplantar essas ideias para o campo da inovação linguística. A questão que nos interessa é a seguinte: como pensar a evolução social, no sentido de Mead, e sua projeção, consequências ou implantação na evolução da língua, ou, em outras palavras, como é implementada a

<sup>4</sup> Cf. LACAN, 1966a; 1966b.

<sup>5</sup> Cf. WINNICOTT, 1975.

<sup>6</sup> Cf. BENJAMIN, 1988.

<sup>7</sup> Cf. MILROY, 1980; BORTONI-RICARDO, 2011.

correspondência entre mecanismos de organização individual e social e a evolução da língua. Essa questão é, evidentemente, bastante ampla e exige um trabalho de muito fôlego para ser desenvolvida de forma minimamente satisfatória. O que foi proposto é apenas uma direção para essa reflexão, supondo que é possível pensar a inovação linguística, que ocorre nos processos de gramaticalização e de lexicalização, como uma afirmação do *eu*, o que pode implicar uma transgressão normativa no sentido de Mead.

A nossa proposta é que a inovação linguística, advinda da subjetividade, é gerada no contexto de busca de reconhecimento. A intuição de Meillet, mencionada anteriormente, pode agora ser recolocada da seguinte maneira: na medida em que uma dada forma se espalha na língua e sua frequência de uso aumenta, ela reduz sua capacidade de ser um trunfo na luta por reconhecimento por parte de um sujeito. Assim, formas inovadoras são criadas pelos falantes de maneira a reaver a capacidade de ser trunfo na luta por reconhecimento que se reduz, ou é perdida, pelas formas conservadoras. Por outro lado, é preciso ter claro que a inovação linguística não é um processo consciente no qual o sujeito tem pretensão à verdade, construída simbolicamente por atos argumentativos. No nosso caso, o falante não pretende superar o interlocutor ao criar uma inovação e sim apenas ser reconhecido no seu papel social naquela interação e, possivelmente, nem toda violação da norma teria esse papel e sim só aquelas que inovam do ponto de vista expressivo.

Vejamos, enfim, como aliamos a proposta acima com a nossa descrição acerca da relevância do presente. Como vimos, trazer o enunciado para o *agora* da enunciação e, como consequência, para o sujeito é o mecanismo que deflagra a criação das formas inovadoras que compõem as formas perifrásticas. Podemos considerar assim que as formas conservadoras, ao descreverem eventos cada vez mais distantes do presente, perdem seu valor expressivo, o que reduz sua capacidade de ser trunfo na luta pelo reconhecimento; as formas inovadoras – que, como vimos em relação às formas perifrásticas, fundam-se a partir de conteúdos modais – trazem a descrição dos eventos para o presente e recuperam valor expressivo que as capacita a ser trunfos na luta por reconhecimento. Portanto, o valor expressivo é reinstalado na medida em que, ao trazer a descrição dos eventos para o presente, recoloca-se o sujeito enunciatador no mecanismo psicossocial do reconhecimento.

É a partir dessas ideias, enfim, que pensamos poder explicitar o ponto (1) mencionado na introdução, ou seja, caracterizar o que quer dizer *mais e menos conteúdos*. Mais e menos conteúdos não se referem, assim, à quantidade de eventos narrados ou descritos e sim ao maior ou menor envolvimento subjetivo do falante no sentido que assumimos anteriormente. A questão que se coloca, a seguir, é por que razão maior comprometimento subjetivo parece implicar maior quantidade de formas. Desenvolveremos esse ponto a partir da seção seguinte.

## 2 A pragmática neo-griceana e a inovação linguística

A proposição de que maior comprometimento subjetivo implica maior quantidade de formas autoriza-nos, seguramente, a levantar objeções. Por exemplo, a opção de um falante se silenciar diante de uma pergunta que lhe é dirigida pode ser altamente expressiva de sua subjetividade, indicando uma boa variedade de estados afetivos que deixamos a cargo da imaginação do leitor. Ora, neste caso, não há forma alguma.

É preciso, portanto, refinar nossa hipótese.

Em primeiro lugar, podemos nos interrogar se há elementos específicos reveladores de subjetividade e, caso afirmativo, quais seriam eles. A questão obviamente é bastante ampla e complexa e não poderemos neste espaço desenvolvê-la satisfatoriamente. É sabido que há formas que se prestam por excelência à expressão da subjetividade (VITRAL, 2012). Tudo indica, no entanto, que quaisquer recursos da língua podem ser utilizados com essa finalidade, ou seja, mesmo quando aparentemente os falantes descrevem ou narram eventos, podemos dizer que não há neutralidade nas expressões: o narrado ou o descrito é permeado de crenças, concepção de mundo ou conteúdos emocionais dos falantes.

A expressão da subjetividade não parece, pois, exigir necessariamente quantidade crescente de formas. No entanto, tendo em vista nossos objetivos, podemos precisar nossa hipótese da seguinte maneira: é a *criação* de formas inovadoras, as quais, na origem, como vimos, são veículos de subjetividade, que implica a execução de mais formas do que as formas conservadoras com o mesmo valor de verdade. Para desenvolvê-la, apoiamo-nos na perspectiva da pragmática lexical neo-griceana.

Essa teoria, desenvolvida, como apontamos na introdução, a partir de Grice (1975; 1989), propõe um estudo sistemático de propriedades

semânticas de itens lexicais que são dependentes do uso da língua, o que supõe que parte do significado de uma expressão não faz parte do que é codificado por ela. Reconhecemos nessa perspectiva o que precisamos, ou seja, os conteúdos advindos da subjetividade do falante não fazem parte, como se sabe, dos conteúdos atomizados que compõem a proposição que narra e descreve eventos.

Como é sabido, a teoria pragmática contemporânea teve seu início com a formulação, por Grice, das máximas ou princípios da conversação a partir dos quais se extraem as implicaturas conversacionais. Interessamos, especificamente, a combinação da *máxima da quantidade* e o item (iii) da *máxima do modo* que podem ser formulados da seguinte maneira, de acordo com Levinson (2007, p. 127):

(1) A Máxima da Quantidade:

- (i) faça com que sua contribuição seja tão informativa quanto for exigido para os presentes fins do intercâmbio;
- (ii) não faça com que sua contribuição seja mais informativa do que é exigido.

(2) A Máxima do Modo:

- Seja perspicuo e, especificamente:
- (iii) seja breve.

De acordo com a interpretação padrão dessa proposta, considera-se que esses princípios são norteadores da conversação, de forma que, quando são, à primeira vista, violados, o ouvinte supõe que ocorre adesão do falante num nível subjacente, o que lhe permite extrair um conteúdo não manifesto. Pela máxima da quantidade, o falante é instado a dizer apenas o que exigido numa interação, e não mais do que isso, e pela máxima do modo, o falante dirá o que tiver de dizer da maneira mais econômica possível, tendo em vista exatamente o volume de formas ou recursos de linguagem empregados.

Como se sabe, as propostas de Grice foram desenvolvidas pelo que se convencionou chamar de pragmática neo-griceana. Um dos mais destacados teóricos dessa perspectiva, Horn (1989; 2007) reexamina as máximas de Grice, defendendo a hipótese de que bastam dois princípios: o princípio Q (da quantidade) e o princípio R (da relação), que obtêm a seguinte formulação (*apud* HUANG, 2009, p. 122):

(3) A. O Princípio-Q:

Torne sua contribuição suficiente;

Diga tanto quanto você possa (dado o Princípio-R).

B. O Princípio-R:

Torne sua contribuição necessária;

Não diga mais do que é necessário (dado o Princípio-Q)<sup>8</sup>

(tradução nossa)

A versão dos princípios da conversação revistos por Horn dão destaque exatamente aos aspectos previstos pelas duas máximas de Grice já comentamos. Horn extrai outras consequências desses princípios – que dizem respeito, por exemplo, às implicaturas resultantes do uso de itens que exprimem escalas –, mas não nos ocuparemos desse tipo de fenômeno neste texto.

Como se vê, há compatibilidade entre as previsões da teoria pragmática e o que precisamos, ou seja, explicitar o que permite aos falantes extrair conteúdos adicionais a partir do emprego de mais formas. Assim, se o falante gera uma forma inovadora ou, ao dispor de recursos de linguagem que têm o mesmo valor de verdade, opta por utilizar a forma mais longa entre elas, o ouvinte é chamado a inferir um conteúdo adicional, subjacente, que introduz aspectos de conteúdo associados à subjetividade do falante. Na próxima seção, discutiremos o fenômeno da dupla negação com o intuito de ilustrar e comprovar nossa abordagem.

### **3 A dupla negação e a inovação linguística**

Nesta seção, analisamos o fenômeno da dupla negação com o intuito de ilustrar as hipóteses apresentadas nas seções 2 e 3. Como é sabido, esse fenômeno é de ampla produtividade nas línguas em geral e tem recebido, ao longo do tempo, tratamentos teóricos sob diversas

---

<sup>8</sup> A. The Q-principle:  
Make your contribution sufficient;  
Say as much as you can (given the R-principle).

B. The R-principle:  
Make your contribution necessary;  
Say no more than you must (given the Q-principle).

perspectivas. Vamos ilustrá-lo com os dados do português do Brasil que seguem abaixo:

(4) Maria *não* viajou **não/ coisíssima nenhuma/ porcaria nenhuma** etc.<sup>9</sup>

Em construções como (4), a partícula pré-verbal *não* (ou suas equivalentes reduzidas como *num*, *nu* e *n'* (SOUSA, 2010) se faz acompanhar por itens negativos pós-verbais, constituídos pela forma plena *não* ou por expressões negativas, bastante variadas, compostas por nomes, quantificadores, advérbios e outros itens.

A análise pioneira de Jespersen (1917), por meio da sua proposta de um ciclo diacrônico da negação, mostrou-nos que é preciso levar em conta, como uma tendência geral nas línguas, o fato de a partícula negativa pré-verbal tender à redução fônica, o que, aparentemente, de maneira concomitante e em contrapartida, incita à captação de constituintes pós-verbais que adquirem, de forma processual, valor negativo, o qual se esvaiu devido à redução da negação pré-verbal. O percurso das formas francesas *ne...pas* é, usualmente, citado como um exemplo prototípico dessa alternância entre constituintes negativos pré-verbais e pós-verbais.

Muitas das tentativas de explicitar o ciclo de Jespersen partem da constatação de que, pelo menos num determinado estágio do processo, as construções com apenas o item negativo pré-verbal e as construções com dupla ocorrência de constituintes negativos se equivalem, podendo ser vistas como variantes. Colaboram também para esse ciclo os processos de gramaticalização, tendo em vista o fato de itens, de variadas classes gramaticais, adquirirem conteúdo negativo de forma gradual e também o fato de a redução das formas negativas pré-verbais poder ser descrita

<sup>9</sup> Como se sabe, há uma multiplicidade de expressões que podem compor o fenômeno da dupla negação. Observem-se os seguintes exemplos adicionais (de ROCHA, 1992):

(i) Ele não tem **um tostão furado**; eu não entendi **patavina/picas** desse filme; ninguém sabe **porra/bosta/merda nenhuma** disso; ele não falou **gato**; você não tem **um pingo de educação**; a Márcia não me dá **a mínima (bola)**; ninguém aqui bebe **uma gota**; ela não fez **ISSO** (acentuado) pra me ajudar; não posso ficar **nem mais um minuto com você** (A. Barbosa); nenhum aluno disse **uma palavra**; você não vai sair daqui **nem fudendo/pagando/a pau**; você não vai sair **nem que a vaca tussa**.

como os estágios de cliticização e de afixação previstos nos processos desse tipo (VITRAL, 1999; KIPARSKY; CONDORAVDI, 2006).

Quando nos atemos, por outro lado, a aspectos de uso da língua, ao comparar as construções com negação única pré-verbal e as construções com dupla negação, é possível destacar, de maneira bastante nítida, que são veiculados conteúdos de natureza pragmática. Os exemplos de dupla negação que listamos anteriormente já dão uma ideia do exercício da função expressiva da língua por meio das expressões compostas de dupla negação: a composição de expressão negativa com o superlativo *coisíssima* é bastante transparente nesse sentido. Vejamos, a seguir, o que se pode destacar acerca da natureza pragmática da dupla negação.

É preciso ter em mente, em primeiro lugar, que a função expressiva do fenômeno esteve sempre em relevo nas análises propostas em várias perspectivas. Veja-se, por exemplo, a afirmação de Kröll (1952, p. 3) de que a negação múltipla, “sobretudo, na linguagem popular, é um tipo frequentíssimo de negação, testemunhando grande abundância de afecto.” Em análises contemporâneas do fenômeno, como nos mostra Schwenter (2005, p. 1429), é comum depararmos com a classificação da dupla negação como “enfática” ou “reforçadora”, o que já era previsto pela descrição do ciclo de Jespersen, e também “contrária à expectativa” (FURTADO DA CUNHA, 1996) ou “pressuposicional” (SCHWEGLER, 1991; RONCARATI, 1999). Nessa última classificação, encontramos a tentativa de nomear conteúdos de natureza pragmática já apontada também por Givón (1979, p. 109) quando afirma que “negatives are consistently more marked in terms of discourse-pragmatic presuppositions...”

No intuito de tornar discretos os conteúdos pragmáticos veiculados pela negação, pode-se partir da distinção entre negação interna e externa (DAHL, 1979; RAJAGOPALAN, 1982; HORN, 1989). Quando é considerada interna, a negação tem o papel de inverter o valor de verdade de uma proposição, ou seja, uma oração (O1) é convertida em outra (O2) de maneira que O2 é verdadeira se O1 é falsa ou vice-versa. Vejamos os exemplos de Dahl (1979 *apud* SOUSA, 2012, p. 35):

- (5) a. It is not raining.
- b. It is false that it is raining.
- c. It is not the case that it is raining.

As orações em (5) são orações negativas de acordo com a definição proposta. Porém, (5a) se distingue de (5b e c) por não conter uma oração subordinada, o que faz com que as duas últimas sejam mais bem definidas, na realidade, como *denegação*. Nesse caso, que podemos chamar de externa, a negação não nega simplesmente o evento, mas também a verdade de um conteúdo implícito, suposto pelo falante, que é a avaliação do interlocutor de que *está chovendo*.

Schwenter (2005) e Sousa (2012) dão destaque e se ocupam, em análises detalhadas, das propriedades funcionais ou pragmáticas do fenômeno da dupla negação no português do Brasil. De acordo com o primeiro, que adota o modelo de Price (1992), o *status* de um NP referencial acerca da conhecida dicotomia entre elemento *dado* e *novo* é determinante no emprego bem formado da negação simples e da negação dupla. Segundo o autor, a ocorrência de um item negativo numa posição pós-verbal, precedida por uma partícula negativa pré-verbal, é bem sucedida em contextos como o seguinte:

(6) Falante A: Você desligou o fogão, né?

Falante B: Nossa! **Não** desliguei **não**!

Em casos como (6), está implícito, como informação dada, que o falante B *desligou* ou *deveria ter desligado o fogão*, e é exatamente essa crença do falante A que é negada pelo recurso da dupla negação. A negação nesse tipo de ocorrência mostra-nos, assim, a incidência da instância subjetiva, já que se trata de o falante se dirigir ao ouvinte no intuito de infirmar o que este pressupõe como fato. Assim, a dupla negação, de acordo com Schwenter, não poderá ser bem formada em casos como o que está abaixo, situado no contexto que descrevemos entre colchetes:

(7) [A falante caminha pela rua e, de repente, se lembra de que se esqueceu de desligar o fogão]

Nossa! (Eu) não desliguei o fogão (#não)!

Como o enunciado é uma voz interna, dirigida à própria falante, o que o definiria como informação nova, o uso da dupla negação, não é bem sucedido.

Além da informação considerada elemento dado, Schwenter admite também que a dupla negação pode ainda ocorrer em contextos nos quais um conteúdo é inferido pelo falante. Veja-se um exemplo:

(8) [O falante vê o interlocutor pegando um casaco que é muito pesado para a temperatura]

Não tá muito frio não!

Em (8), o falante denega, na realidade, a crença de seu interlocutor de que está muito frio.

Independentemente da discussão acerca de quais outros contextos admitem a dupla negação, a proposta de Schwenter tem o mérito de tentar explicitar a intuição persistente, em vários trabalhos, de que o emprego da negação e, mais especificamente, como vimos, da dupla negação, está estreitamente relacionada com conteúdos pragmáticos ou não exclusivamente gerados composicionalmente pelos itens da proposição que se enuncia.

Sousa questiona os dados de Schwenter afirmando que, embora a dupla negação ocorra com mais frequência quando paira uma informação dada, também seria possível o emprego dessa estrutura em contextos nos quais teríamos informação nova, como na seguinte ocorrência:

(9) A. Tentei te ligar ontem, mas você não atendeu.

B. Meu celular não tá funcionando não.

Considerando que tanto a avaliação dos dados de Schwenter quanto a de Sousa estão corretas, e reaproveitando a ideia do ciclo de Jespersen, adotamos a proposta de que a instalação da dupla negação, com a multiplicidade de expressões negativas inovadoras e a redução de partículas negativas pré-verbais, é processual e retratável por meio de um ciclo no qual as construções com dupla negação tendem à neutralização no que concerne aos conteúdos pragmáticos. Na nossa visão, tudo se passa de acordo com as seguintes etapas:

- Etapa (1): no momento da instalação de uma expressão negativa inovadora, juntamente com outra partícula negativa pré-verbal, a interpretação da estrutura inclui conteúdos pragmáticos, como

foi o caso nas ocorrências descritas por Schwenter por meio das noções de elemento dado e proposições inferidas. Há, nesse caso, especialização das estruturas negativas na medida em que a negação simples é reservada para os contextos de elemento novo e ausência de conteúdos inferidos.

- Etapa (2): no momento seguinte, na medida em que são usadas também para contextos de informação nova, as construções com dupla negação passam a variar com aquelas que contêm negação simples. Como se percebeu, o ambiente está criado para que possa haver um processo de variação e mudança que, afinal, somos obrigados a reconhecer, como o atesta o exemplo prototípico da partícula francesa *pas* a qual substitui, na fala, a estrutura com dupla negação e inúmeras análises de processos de mudança constatados por análises em tempo real e em tempo aparente (VITRAL, 1999).

Na nossa descrição dos fatos, é importante ter em mente também que o fato de Sousa (2012, p. 73) ter apontado que a estrutura da dupla negativa ocorre com mais frequência em contextos de informação dada é um índice relevante para considerar que a neutralização da estrutura com dupla negação é posterior ao estágio em que essa estrutura era condicionada por aspectos pragmáticos.

É fundamental destacar, enfim, que é apenas na etapa inicial do processo que uma expressão que participa de uma estrutura com dupla negação tem o poder de incitar conteúdos pragmáticos, ou, em outras palavras, é apenas no momento em que são reconhecidas como formas inovadoras que as expressões de dupla negação dispõem de valor pragmático.

Nossa descrição dos fatos ajuda a entender a razão da profusão de expressões de dupla negação na nossa língua e nas línguas em geral (KRÖLL, 1952 sobre listas de expressões negativas de vários estágios do português). Ora, na medida em que expressões com dupla negação perdem seu estatuto inovador, se neutralizam e adentram o padrão linguístico, os falantes criam novas expressões com dupla negativa com o intuito de garantir o poder expressivo que se esvai. Nos termos do que propomos na seção 1, é o estatuto de trunfo no mecanismo nomeado de luta por reconhecimento que é perdido nesse processo. A recorrente cooptação de itens de variadas categorias para compor a expressão da

negação, como é característico de processos de gramaticalização desse tipo, advém, portanto, dessa perda do estatuto de trunfo, forçando os sujeitos a buscar a inovação.

Estamos agora em medida de retomar os princípios pragmáticos da Quantidade e da Relação propostos por Horn, já expostos, e relacioná-los com a descrição da negação, realizada com vistas a abordar a questão que colocamos na introdução, a saber, explicar por que e de que maneira mais formas implicam mais conteúdo.

Já vimos que mais conteúdos se referem à maior expressão subjetiva do falante. A viabilização da expressão subjetiva decorre dos princípios pragmáticos supracitados, ou seja, espera-se, numa interação discursiva, que o falante seja o mais eficiente possível e se sirva do menor número de recursos possível. Assim, se o falante, em lugar da negação simples, emprega o recurso da dupla negação no estágio em que esse recurso é inovador, ele insere, além do que se extrai da composição dos itens léxicos envolvidos, um conteúdo adicional de natureza subjetiva.

A nossa expectativa é que a inteligibilidade alcançada com essa proposta possa ser estendida a outros fenômenos de linguagem, tais como a formação das perífrases verbais, como foi explorado em Vitral (2012), as perífrases conjuncionais ou preposicionais e o redobro pronominal. São sugestões de fenômenos que talvez possam ser analisados nessa mesma perspectiva.

## **4 A operação de abstração e a redução de formas**

### **4.1 Conteúdos subjetivos *versus* conteúdos abstratos**

Vimos anteriormente que mais conteúdo é, na verdade, a expressão da subjetividade do falante. Por outro lado, subsiste a necessidade de algum encaminhamento do contraponto desse fenômeno, isto é, o tema (2) apontado na introdução: como entender a noção de menos conteúdos e sua relação com a redução de formas. Dito de outra maneira e retomando as características dos processos de gramaticalização: por que menos conteúdo é menos expressivo? Uma maneira de desenvolver esse ponto é examinar o que quer dizer menos subjetivo.

É preciso distinguir de início as duas dimensões envolvidas nos processos de gramaticalização, ou seja, alega-se que ocorrem

a redução de forma e a redução de conteúdo. Parece haver, porém, uma correspondência entre essas duas dimensões, quer dizer, menos forma, ainda que assimetricamente (VITRAL; RAMOS, 2006b), faz-se acompanhar de menos conteúdo.

À primeira vista, pode-se pensar que menos conteúdo, já que menos subjetivo, deve exprimir fatos descritos ou narrados de forma objetiva, o que pode incluir, como é usual na descrição dos processos de gramaticalização, levar em conta a *abstratização* gradual do significado, isto é, quanto mais gramaticalizado, mais abstrato é o conteúdo veiculado.

Nessa articulação de conceitos, parece se instalar uma oposição entre conteúdos subjetivos e conteúdos abstratos. Vamos explorar, então, o que parece ser uma dicotomia e nos perguntar se há sentido em dizer que um conteúdo subjetivo se opõe a um conteúdo abstrato.

Para desenvolver essa questão, é preciso, inicialmente, definir o que podemos entender como abstração. A conceituação dessa noção, como se sabe, é tão difícil quanto antiga, tendo em vista a origem grega do termo e seu desenvolvimento subsequente na história do conhecimento. Faremos uma breve discussão sobre esse tema a seguir.

## 4.2 Abstração: um pouco de história

Como é sabido, a oposição concreto/abstrato está presente em toda a história do pensamento filosófico e, como não poderia deixar de ser, tem larga influência no pensamento sobre a linguagem. Na realidade, existem, pelo menos, cinco acepções de *abstração*, que se complementam, e a partir das quais imaginamos poder derivar o mesmo tanto de acepções de *concreto*. Destacaremos as seguintes acepções de abstrato:

1. Abstração como extração: baseada na etimologia de *abstrahere* “retirar ou extrair” (utilizada pelos medievais Abelardo, Tomás de Aquino, William de Occam, entre outros), um nome abstrato decorre de uma operação mental que extrai uma propriedade ou qualidade de um outro termo e a considera – nesse ponto se instala o debate ontológico acerca da natureza dessa propriedade – como detentora, de alguma maneira, de existência independente; é caso, por exemplo, de *tristeza*, abstraída de *triste* (MATTOSO CÂMARA, 1985, p. 38; WILMET, 1996, p. 67; GREVISSE, 1980, §387)).

2. Abstração como o imaterial: essa acepção é, provavelmente, a mais persistente nos manuais gramaticais e se associa mais diretamente ao

nosso senso comum acerca dessa noção. O papel dos cinco sentidos, isto é, a visão, a audição..., é-lhe fundamental na medida em que é por exclusão que distinguimos os termos considerados abstratos. Assim, é concreto o ser ou o objeto que é ou pode ser captado por um dos sentidos e serão abstratas as entidades que não se deixam captar por eles.

3. Abstração como generalização: é quando nos referimos a uma entidade não específica como em *Um governante deve ser sensível às necessidades da população*. Como se vê, o sintagma nominal *um governante* não denota uma pessoa específica, contingente, e sim os governantes em geral.

4. Abstração como categorização: vale a pena distinguirmos a acepção (3) da que estamos apontando em (4), ou seja, neste caso, trata-se da aplicação de uma operação de categorização, ou classificação de uma entidade, como em *aquele bicho é uma ema*. O papel da categorização na história do pensamento filosófico é, evidentemente, fundamental, já que, dentre as razões principais, coloca a questão da natureza do que na idade média se chamou de *o problema dos universais* (LIBERA, 1996, p. 35; SOWA, 2005, p. 145). Como se sabe, no século III, o debate foi introduzido, por Porfírio, no *Isagoge*, um texto sem pretensões teóricas que serve de prefácio à abordagem aristotélica das categorias. A partir desse texto, os medievais elaboraram uma hierarquização de predicados que ficou conhecida como a *árvore de Porfírio*. Em resumo, a árvore pode ser transcrita da seguinte maneira:

- Substância – (corporal ou incorporeal)
  - Corpo – (animado ou inanimado)
    - Ser vivo – (sensível ou insensível)
      - Animal – (racional ou irracional)
        - Racional – (o homem)

Esses predicados são descritos como conceitos que permitem categorizar entidades, e esses conceitos – na concepção nominalista – são de natureza abstrata, ou seja, não são da mesma ordem de realidade que as entidades concretas que são categorizadas. Assim, ainda na perspectiva nominalista, categorizar uma entidade como uma *ema*, por exemplo, é reconhecer uma entidade específica como um representante da categoria *ema*, e essa categoria, sendo um incorporal, é, portanto, abstrata. A taxonomia lineana é exemplo por excelência de desenvolvimento da árvore de Porfírio.

5. Abstração como derivação: o que é abstrato, nessa acepção, é a palavra derivada por meio de um sufixo: a partir, por exemplo, dos adjetivos *rápido* e *municipal* derivamos os nomes abstratos *rapidez* e *municipalidade*; de verbos como *descobrir* e *admirar* geramos os nomes abstratos *descoberta* e *admiração*.

A interrelação entre as cinco acepções é bastante transparente. Observe-se, por meio do exemplo da categorização de um ser como *ema*, como se articulam as concepções (1), (2), (3) e (4): incluir um ser nessa categoria é uma operação mental na qual extraímos e reconhecemos certo número de propriedades da entidade categorizada que compõem um conceito abstrato, o qual é imaterial e pode ser usado também como uma generalização. A acepção (5) também se articula com as demais acepções na medida em que se trata do recurso formal – a derivação sufixal – que retrata a operação abstrativa descrita na acepção (1). Podemos chamar a acepção (5) de *morfológica*; enquanto a acepção (2) parece bem nomeada como *ontológica*; no caso de (1), chamá-la-emos de *cognitiva*, já que destaca a operação mental de abstrair; e (3) e (4) serão nomeadas *psicológicas*, pois descrevem representações mentais, conceitos, resultantes da operação abstratizante (FLAUX *et al.*, 1996).

Também são antigas as dificuldades de classificação inequívocas de itens como concretos ou abstratos: nenhum dos critérios acima é suficiente para tanto. No mais das vezes, utilizamos essas noções de maneira intuitiva numa (ou mais) das acepções expostas acima. A fim de fazer recordar essas dificuldades, basta pensar em casos de seres imaginários como o *unicórnio* ou personagens como o *saci-pererê*, que não existem fisicamente, mas que relutamos em alocá-los como nomes abstratos; ou ainda entidades imateriais como *as figuras geométricas*,

que podem ser representadas e as que não podem ser representadas como *alma* ou *amargura*; também o fato de ser derivado não garante que o nome seja abstrato e vice-versa, como é o caso de *construção*, que gostaríamos que designasse um referente concreto, e *charme*, que incluiríamos nos casos de nomes abstratos; devemos levar em conta ainda as palavras que podem designar tanto referentes concretos quanto abstratos, como por exemplo, itens como *fato* e *coisa*. Há ainda casos como *Queria um pé de jabuticaba que desse frutos todos os meses* em que *pé de jabuticaba* é concreto, mas, no exemplo, se torna imaterial.

A lista de objeções é ampla e tudo leva a crer que, em lugar de definir uma palavra como inerentemente concreta ou abstrata, vale mais a pena considerar que há gradação entre os dois extremos da dicotomia e que também devemos avaliar a possibilidade de levar em conta o emprego de palavras de maneira concreta ou abstrata. Exemplos de gradação entre os dois extremos podem ser facilmente observados em exemplos como: *levanto peso na academia*; *calculei o peso*; e *estou com peso na consciência*; ou, num procedimento de abstração hiperonímico, baseado em Porfírio, em *meu cachorro*>*canino*>*mamífero*>*animal*>*ser*. Este é o sentido da proposta pioneira de Sapir (1921) sobre graus de abstraticidade que inspira desenvolvimentos como o de Martin (1996).

Com vistas a implementar sua proposta, Martin propõe uma gradação de abstraticidade que leva em conta quatro propriedades que dizem respeito aos seguintes aspectos: 1) material; 2) representável; 3) contável; e 4) categoremático. A título de ilustração, observe-se a seguinte classificação de palavras de acordo com as propriedades acima:

Material	Representável	Contável	Categoremático	Exemplos
+	+	+	+	mesa
-	+	+	+	círculo
+	-	-	+	luz
+	-	-	-	profundidade
-	-	-	-	liberdade

Como se vê, as possibilidades combinatórias são numerosas, mas os exemplos desse quadro são suficientes para ilustrar a proposta de Martin. Bem entendido, a especificação positiva para as propriedades propostas classifica a palavra como concreta e vice-versa, ou seja,

quanto mais especificações negativas houver mais abstrata é a palavra. Precisariamos desenvolver o “peso” de cada propriedade em relação a essa escala, isto é, se, por exemplo, a especificação negativa para o traço *contável* torna a palavra mais abstrata do que uma especificação negativa para o traço *representável*. São pontos que o autor não desenvolve e também não o faremos aqui.

Independentemente da incompletude, de alguma objeção que se possa fazer em relação às propriedades escolhidas ou ainda à classificação de palavras específicas em relação a essas propriedades, a proposta de Martin tem um mérito que nos interessa em relação aos nossos objetivos. Ora, abre-se a possibilidade de tratar mais explicitamente a intuição tradicional da abstração como uma operação mental ou cognitiva. Diremos, assim, que a abstração é uma operação cognitiva por meio da qual podemos categorizar objetos representados mentalmente. Pode-se então propor que, do fato de haver gradação, dispomos de uma operação cognitiva que tem o poder de *abstratizar* (ou *concretizar*) conteúdos, isto é, de concebê-los como concretos ou abstratos. Essa operação é inerente ao nosso sistema cognitivo e funciona, de maneira involuntária, como se representa a seguir:

$$(10) X > X' > X'' > \dots$$

A fórmula acima significa que um item *X* evolui numa cadeia de abstratização na qual *X'* é mais abstrato que *X*, *X''* é mais abstrato que *X'* e assim por diante.

A operação de abstração que estamos propondo não é, evidentemente, uma novidade. Ela perpassa a teoria do conhecimento e já encontrava, em São Tomás de Aquino, uma teoria estabelecida. Para ele, o entendimento humano separa (abstrai) a “imagem intelectual” da “imagem sensível” e, dessa maneira, capta algo que está além daquilo que recebeu através da sensibilidade. São Tomás nomeia essa operação de *superção* (*excessus*): é por meio dela que a mente, ou o espírito humano, se abre para o conjunto de seus objetos possíveis. Essa visão da abstração, tratada como categorização, está subjacente em textos contemporâneos como o de Rosch (1978) quando ela propõe princípios que visam a justificar o automatismo de uma operação cognitiva que categoriza objetos. Para ela, trata-se de um recurso para disponibilizar o máximo de informação com o menor esforço cognitivo possível, o que

é também dependente da nossa necessidade de representar mentalmente informações acerca do mundo de uma maneira estruturada e orgânica, e não aleatória ou imprevisível. A operação que categoriza objetos é também fundamental na ciência cognitiva atual como, por exemplo, no que concerne à sua aplicação em sistemas computacionais (COHEN; LEFEBVRE, 2005; SOWA, 2005).

Diremos, além disso, que a operação de abstração pode resultar na categorização de um objeto, mas, como mostraremos na seção seguinte, nem sempre isso ocorre. A operação de abstração é, portanto, fundamental no entendimento humano: é a aplicação dessa operação, na medida em que ela implica a categorização de um objeto, que permite o reconhecimento e a incorporação de uma representação mental, de maneira que esta se torna uma entidade que adentra e se articula com o nosso sistema de representações mentais e se torna disponível por meio de ativação mnemônica.

#### **4.3 A operação de abstração e os processos de gramaticalização**

Podemos agora voltar à nossa questão, exposta em 4.1, a respeito da aparente oposição entre conteúdos subjetivos e conteúdos abstratos. Após concebermos a abstração não como algo inerente ao conceito de cada item e sim como resultante de um tipo de operação cognitiva, vamos agora investigar se a resultante dessa operação torna-o um conteúdo menos subjetivo.

Precisamos explicitar, de início, a natureza dos conteúdos ditos abstratos gerados pelos processos de gramaticalização. Pensando, assim, nos tipos de processos de gramaticalização descritos pela teoria, é relevante saber: (1) que conteúdos são classificados como abstratos; (2) qual (ou quais) noção(ões) de abstrato, das enumeradas na seção 4.2, corresponde(m) aos conteúdos classificados como abstratos nas análises de processos de gramaticalização. Isso feito, poderemos nos perguntar se se sustenta a oposição entre conteúdos subjetivos e conteúdos abstratos.

Também as duas tarefas que acabamos de prever são bastante amplas e exigem um trabalho historiográfico das análises gramaticais realizadas de acordo com nossa perspectiva. Faremos aqui apenas um encaminhamento desses temas que merecem análise aprofundada.

De início, já se antevê que deveremos distinguir os processos de gramaticalização dos processos de lexicalização. A distinção, com base

em Vitral e Ramos (2006), pode ser estabelecida da seguinte maneira: tendo em vista tratar-se de dois processos de inovação linguística, o que implica que se dão no tempo e por etapas, ter-se-á lexicalização quando o item, fonte do processo, pertence a uma das categorias lexicais – como nome, verbo, adjetivo, advérbio e preposição – e passa a ser empregado como um membro de uma outra das classes lexicais. Ter-se-á gramaticalização quando o item fonte pertencente a uma das classes lexicais ou a uma das classes gramaticais (ou funcionais) – como auxiliar, determinante, flexão, complementizador e negação – vem a ser usado como um item de uma das classes gramaticais (ou funcionais).

Os casos de lexicalização, assim como os de gramaticalização, não parecem homogêneos, no sentido de qual (ou quais) das acepções de abstração é (são) implementada(s). Contudo, podemos ilustrar a discussão com o exemplo de um adjetivo que passa a funcionar como advérbio, como na conhecida publicidade da cerveja que *desce redondo*. Como se sabe, na base desse processo, há uma metáfora que, para exprimir a palatabilidade do modo de consumir a bebida, utiliza a imagem da forma de um círculo. Empregou-se, assim, uma figura representável visualmente para exprimir a avaliação favorável da suposta propriedade da bebida a qual não é representável visualmente – embora seja, evidentemente, percebida, por outro sentido. Nesse caso, podemos considerar que o uso adverbial de *redondo* é mais abstrato que seu emprego como adjetivo. Retomando as noções de abstração supracitadas, parece ter sido feito uso apenas da acepção de abstração como imaterialidade, ou seja, *redondo*, como advérbio, é imaterial quando comparado com seu uso adjetival.

Os casos de gramaticalização são diferentes do exemplo de lexicalização que acabamos de comentar. Consideremos dois exemplos: o do verbo *ter* que se converte num auxiliar e o do locativo latino *locus* que passa a ser o operador lógico conclusivo *logo* da nossa língua, o qual pode ser categorizado como um *complementizador*. Nesses exemplos, não há extração de uma propriedade do item fonte que é atribuída ao uso alvo. Pode-se dizer, porém, que a natureza do conteúdo do uso gramatical dos itens é imaterial, já que corresponde a propriedades do sistema interno da linguagem. Se há categorização, por outro lado, não se trata de derivação hiperonímica e sim da mera inclusão de um item como membro de uma das categorias gramaticais.

Voltando, enfim, à nossa questão, trata-se de saber se os conteúdos abstratos veiculados nos dois tipos de processos são, na medida em que

são exteriorizados, menos associados à subjetividade do sujeito falante. É evidente que o uso do aspecto, expresso por um auxiliar, ou de um enunciado articulado por um operador lógico, como nos exemplos apresentados, pode ser revelador da subjetividade do falante. A questão, na verdade, é, se na condição de forma inovadora, gerada por abstração, torna-se uma forma distante da subjetividade do falante.

Vamos responder, enfim, pela negativa, ou seja, o uso inovador de uma forma que se abstratiza pode ser, e muitas vezes é, índice de subjetividade do falante, ou seja, não é o significado mais abstrato gerado pela operação de abstração que torna o item menos subjetivo. Para deixar claro esse último ponto, tomemos, como exemplo, a leitura *epistêmica* de verbos modais que é considerada mais abstrata do que a leitura *agentiva* desses mesmos verbos (VIANNA, 2000; TRAUGOTT; DASHER, 2005). Observem-se os enunciados:

- (11) Eu já *posso* levantar 80 quilos na academia.  
(leitura agentiva/capacidade)

- (12) Há poucas nuvens, mas eu acho que *pode* chover no fim da tarde.  
(leitura epistêmica/probabilidade)

No enunciado (12), o modal, convertido em auxiliar, indica uma avaliação subjetiva do falante e, nesse sentido, é normalmente classificado como mais abstrato por vários autores já que faz surgir o ponto de vista do falante sobre o evento (ver, por exemplo, TRAUGOTT; DASHER, 2005, p. 21). Pensando assim na gênese da inovação do modal com leitura epistêmica, é de se supor que esse uso foi inovador num determinado estágio da língua (VIANNA, 2000; LIGHTFOOT, 1979).

Não se pode dizer, pois, que a alegada redução semântica no caso de usos abstratos constitui um recuo da expressão de subjetividade dos falantes. Pelo contrário, a criação de usos inovadores, apoiados na subjetividade, se beneficia da abstratização dos conteúdos que, aliás, como vimos em (10), é inerente à nossa capacidade cognitiva.

Nossa conclusão, enfim, é compatível com o que pensa Langacker (2006, p. 18): uma expressão, ou o seu significado, não é inerentemente objetiva ou subjetiva de maneira que uma mudança semântica não implica que o significado se torne mais ou menos subjetivo. Ao invés

disso, o significado de uma expressão sempre inclui aspectos subjetivos e objetivos, e a predominância de um desses aspectos depende de como o falante concebe o que tem a dizer. Assim, a subjetividade do falante pode se exprimir por quaisquer recursos da língua; mesmo quando aparentemente os falantes descrevem ou narram eventos, podemos dizer que não há neutralidade nas expressões: o narrado ou o descrito é permeado de crenças, concepção de mundo ou conteúdos emocionais dos falantes, o que, como defendemos, é a base da inovação linguística.

#### 4.4 O espraioamento das formas

Eliminada a correlação direta entre abstração e menos subjetividade, podemos agora examinar outra hipótese:

(13) O distanciamento subjetivo da forma se deve a seu espraioamento, ou seja, na medida em que há aumento de extensão da forma, seu caráter subjetivo se esvai.

Vamos considerar, assim, que a incorporação ao sistema da língua e seu espraioamento em outros contextos, deixando a forma disponível para cada vez mais falantes, têm como resultado a perda da subjetividade.

Para detalhar essa hipótese, vamos considerar inicialmente o conceito de extensão e o uso que fazemos dele na hipótese formulada.

O termo *extensão* dispõe de, pelo menos, três acepções que se associam aos temas que estamos discutindo:

(1) De par com o conceito de *intensão*, que é a propriedade atribuída a uma “coisa”, *extensão* refere-se ao conjunto de “coisas” às quais se pode aplicar determinada propriedade (CARNAP, 1955). Essa acepção de extensão é muitas vezes utilizada como equivalente ao quarto conceito de abstração que estudamos na seção 4.2, de acordo com Heine *et al.* (1991). No entanto, o fato de se elaborar uma categoria, que servirá para identificar um conjunto com a possibilidade de ser maior que um conjunto unitário, é, na realidade, uma consequência da operação de abstração que categoriza entidades.

(2) No caso de processos de gramaticalização, extensão pode também ser pensada como o fenômeno de espraioamento de uma forma no sistema da língua, ou seja, a extensão de contextos de emprego de uma forma.

A fim de ilustrar como se dá o espraiamento mencionado em (2), consideremos alguns pontos da análise de Vitral (2006) sobre o percurso diacrônico da forma pronominal *se*, que foi analisado como um processo de gramaticalização.

Sabemos que o pronome *se*, de origem indo-europeia e com propriedades nominais, adentra o latim como pronome reflexivo e continua sua evolução no português compondo, inicialmente, a passiva pronominal e, em seguida, a construção de indeterminação do sujeito. O uso inovador de *se* para indeterminar o sujeito tem início com verbos intransitivos e, em seguida, ocorre sua expansão de acordo com os seguintes contextos (com base em NUNES, 1990, p. 95):

- (1) a) verbos intransitivos com *se* de realce (Ex. Ele riu-se);
- b) verbos transitivos diretos usados intransitivamente (Ex: Come-se muito no inverno);
- c) verbos intransitivos (Ex: Trabalha-se bastante neste lugar);
- d) verbos transitivos preposicionados (Ex: Precisa-se de empregados);
- e) verbos de ligação (Ex: É-se feliz quando se é jovem);
- f) verbos ergativos (Ex: Chegou-se tarde à reunião);
- g) verbos em construções passivas perifrásticas (Ex: Aqui se é visto por todos); e
- h) verbos transitivos (Ex: aluga-se casas).

Embora possamos conjecturar que o pronome *se*, ao ser usado, inicialmente, como diz a descrição tradicional, “em qualquer pessoa junto de verbos intransitivos, servindo para realçar a espontaneidade ou energia do estado ou ação expressa pelo verbo... *ir-se, rir-se, morrer-se...*” (MAURER, 1951, p. 49), exiba valor subjetivo, a expansão da forma em um bom número de contextos, juntamente com sua evolução semântica – altera-se o estatuto argumental de *se* (VITRAL, 2006) –, tem o poder de neutralizar o impacto subjetivo da forma, deixando-a disponível, de maneira mais ampla, no sistema da língua. Ou seja, deixa-se de ser disponível, com valor subjetivo, apenas com verbos intransitivos para adentrar o sistema, ocorrendo em construções de vários tipos.

(3) Podemos, por fim, entender extensão no sentido de ampliação do número de falantes de uma comunidade de fala que empregam determinada forma. Aferir essa ampliação depende, como se sabe, de

uma análise quantitativa que leve em conta critérios de frequência de uso e distribuição da forma de acordo com variáveis sociais.

Retornando agora à nossa hipótese, formulada em (13) acima, trata-se de saber qual (ou quais) exatamente é (ou são) a(s) acepção(ões) de extensão que estamos considerando.

Na realidade, as três acepções estão presentes e interrelacionadas na nossa hipótese. Tudo se passa da seguinte maneira: é a extensão do significado no sentido da acepção (1) – ainda que não esgote, como vimos, os sentidos de abstração que nos são relevantes – que capacita determinada forma a poder ser inserida em outros contextos da língua no sentido da acepção (2), o que, por sua vez, disponibiliza-a para ser empregada, como foi apontado na acepção (3), por maior número de falantes.

Não se trata, assim, de dizer, como conjecturamos na seção 4.1, que a abstração de um significado o torna inerentemente menos subjetivo, mas sim que, ao haver abstração, a extensão aumenta nos domínios que apontamos levando à uma neutralização do conteúdo da forma que a torna menos subjetiva. Pode-se, desse modo, falar de uma *impessoalização* da forma, na medida em que, de início, inovadora, ela se espalha na língua e torna-se disponível para os falantes de uma comunidade. Na evolução desse processo, a forma toma parte no padrão da língua, podendo, enfim, ser normalizada. Observe-se o exemplo do *se* apresentado anteriormente: o espreadimento do *se* – que em determinado estágio anterior compunha apenas passiva sintética (NARO, 1976) – tornou-se padrão, embora com transitivos diretos sem concordância com o sintagma nominal posposto, não tenha ainda encontrado legitimidade normativa.

No desenvolvimento das propostas desta seção deverá valer a pena explicitar a perda de propriedades, ou de traços, que caracteriza a extensão, no sentido (2), de cada processo de gramaticalização. Podemos pensar que, para haver aumento da extensão de um significado, traços se perdem, embora outros sejam acrescidos, o que nos leva a dizer que, na verdade, há alteração da natureza do significado da forma e não propriamente redução semântica. É interessante desenvolver assim um tratamento da perda de traços mencionada que, aparentemente, viabiliza a extensão de contextos em que determinada forma passa a poder ocorrer. São temas advindos do que avançamos, cujo desenvolvimento deixamos para outra oportunidade.

#### 4.5 A redução de forma e sua motivação

Na seção anterior, cuidamos de tentar compreender o chamado fenômeno de *redução semântica* que, aliás, recusamos na forma em que é compreendido comumente na literatura.

Resta-nos considerar o fato de, nos processos de gramaticalização, as expressões tenderem a se reduzir foneticamente. Tal propriedade desses processos é bastante saliente, já que atinge a forma, e sobre ela há muito o que fazer, sobretudo caracterizar quais são as propriedades de “queda” sonora que podem ser atribuídas à gramaticalização de um item ou de uma expressão.

Em relação ao que apontamos na introdução, interessa-nos a motivação da redução sonora com o avançar dos processos de gramaticalização. Sobre esse ponto, mencionamos apenas a proposta gerativista de um princípio de *terceiro fator* (“third factor principle”) de computação mínima, ou seja, não exclusivo da faculdade de linguagem, mas de aplicação cognitiva mais ampla, que prevê o seguinte: pronuncie o mínimo possível (“pronounce as little as possible”) (CHOMSKY, 2013, p. 41). Esse princípio nos parece útil por uma razão adicional que é a sua compatibilidade com os princípios pragmáticos Q e R elaborados por Horn e utilizados na seção 3. O fato de ser relevante em relação ao ponto de vista pragmático reforça a natureza desse princípio como de terceiro fator no sentido de Hauser *et al.* (2002) e Chomsky (2005 e 2013).

Na aplicação que imaginamos dessa proposta, a redução gradual de formas observada nos processos de gramaticalização é engatilhada pelo princípio de economia supracitado que se torna pertinente, devido à padronização e ao espriamento da forma advindos de sua impessoalização crescente.

Trata-se apenas de mais uma sugestão de análise que também não exploraremos aqui.

#### Considerações finais

A tentativa, neste artigo, foi apenas de articular algumas ideias que, caso sejam desenvolvidas, poderão trazer luz sobre as principais propriedades dos processos de gramaticalização, bem como sobre o obscuro tema das motivações da inovação linguística.

O resultado mais consistente foi a elaboração a respeito do uso da noção de subjetificação, com as consequências que dela extraímos, e dos princípios da pragmática neo-griceana na tentativa de explicitar as intuições centrais de Meillet sobre a natureza dos processos de gramaticalização.

A reflexão sobre a noção de abstração e seu papel nos processos de gramaticalização é ainda muito incipiente, o que se deve à complexidade do tema, tendo em vista sua longevidade e suas ramificações no campo da teoria do conhecimento. Avaliamos que, pelo menos, tivemos o mérito de mostrar que não podemos lidar com essa noção da maneira intuitiva que comumente se vê nos trabalhos sobre gramaticalização.

Por fim, o papel do espriamento das formas no sistema da língua e entre os falantes, assim como a correlação entre um princípio de economia e a redução das formas, são diretrizes de reflexão estimulantes sobre a natureza dos processos de gramaticalização que poderão ajudar no desenvolvimento de sua fundamentação teórica.

## Referências

- BALLY, C. *Le langage et la vie*. Zurich: Max Niehaus, 1935.
- BENJAMIN, J. *The Bonds of Love*. New York: Pantheon Books, 1988.
- BENVENISTE, E. *Problemas de linguística geral*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.
- BORTONI-RICARDO, S. M. *Do campo para a cidade. Estudo sociolinguístico de migração e redes sociais*. São Paulo: Parábola, 2011.
- CARNAP, R. *Significado e sinonímia nas linguagens naturais*. São Paulo: Abril Cultural, 1985 (=1955).
- CHOMSKY, N. Problems of Projection. *Lingua*, v. 130, p. 33-49, 2013.
- CHOMSKY, N. Three Factors in Language Design, *Linguistic Inquiry*, v. 36, n. 1, p.1-22, 2005.
- COHEN, H.; LEFEBVRE, C. (Ed.). *Handbook of Categorization in Cognitive Science*. Amsterdam: Elsevier, 2005.
- COSERIU, E. Sobre el futuro romance. *Revista Brasileira de Filologia*, n. 3, p. 1-9, 1957.
- DAHL, Ö. Typology of Sentence Negation. *Linguistics*, v. 17, p. 79-106, 1979.

DAMOURETTE, J.; PICHON, E. *Des mots à la pensée: Verbe*. Paris: Bibliothèque du Français Moderne, 1936.

FLAUX, N.; GLATIGNY, M.; SAMAIN, D. (Éd.). *Les noms abstraits. Histoire et théories*. Paris: Presses Universitaires du Septentrion, 1996.

FLEISCHMAN, S. *The Future in Thought and Language*. Diachronic Evidence from Romance. Cambridge: Cambridge University Press, 1982.

FURTADO DA CUNHA, M. A. Gramaticalização dos mecanismos de negação em Natal. In: MARTELOTTA, M.; VOTRE, S.; CEZÁRIO, M. (Org.). *Gramaticalização no Português do Brasil: uma abordagem funcional*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996. p. 167-189.

GIVÓN, T. Cause and control: on the semantics of interpersonal manipulation. In: KIMBALL, J. P. (Ed.). *Syntax and Semantics*. v. 4, New York: Academic Press, 1975. p. 59-90.

GIVÓN, T. *On Understanding Grammar*. New York: Academic Press, 1979.

GIVÓN, T. *Syntax. A Functional-Typological Introduction*. V. II. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins, 1990.

GREVISSE, M. *Le bon usage*. Grammaire Française avec des remarques sur la Langue Française d'aujourd'hui. Gembloux: Duculot, 1980 (=1936).

GRICE, P. *Studies in the Way of Words*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1989.

GRICE, P. Logic and Conversation. In: COLE, P.; MORGAN, J. (Ed.). *Syntax and Semantic*, v. 3: Speech Acts, London: Academic Press, 1975. p. 41-58.

HAUSER, M.; CHOMSKY, N.; FITCH, T. The Faculty of Language: What is it, Who has it, and How did it Evolve? *Science*, v. 298, p. 1569-1579, 2002

HEGEL, G. W. F. *Système de la vie éthique*. Paris: Payot, 1992 (=1893).

HEINE, B.; HÜNNEMEYER, B.; CLAUDI, U. *Grammaticalization: a conceptual framework*. Chicago: The University of Chicago Press, 1991.

HOBBS, T. *Leviatã*. São Paulo: Abril Cultural, 1983 (=1651). (Coleção Os Pensadores)

HONNETH, A. *Luta por reconhecimento*. A gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Editora 34, 2003.

HORN, L. Metalinguistic Negation and Pragmatic Ambiguity. *Language*, v. 61, n. 1, p. 121-174, 1985.

HORN, L. *A Natural History of Negation*. Stanford, CA: CSLI, 1989.

HORN, L. Economy and Redundancy in a Dualistic Model of Natural Language. In: SHORE, S.; VIKUNA, M. (Ed.). *Sky 1993: Yearbook of the Linguistic Association of Finland*, 1993, p. 31-74.

HORN, L. The Border Wars: a Neo-Gricean Perspective. In: von HEUSINGER, K.; TURNER, K. (Ed.). *Where Semantics Meets Pragmatics*, Oxford: Elsevier, 2006. p. 21-48.

HORN, L. Neo-Gricean Pragmatics: a Manichaeian Manifesto. In: BURTON-ROBERTS, N. (Ed.). *Pragmatics*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2007. p. 158-183.

HUANG, Y. Neo-Gricean Pragmatics and the Lexicon. *Internacional Review of Pragmatics*, v. 1, p. 118-153, 2009.

JESPERSEN, O. *Negation in English and Other Languages*. Kobenhavn: Biando Lunos Bogtrykkeri, 1917.

KIPARSKY, P.; CONDORAVDI, C. Tracking Jespersen's Cycle. In: JANSE, M.; JOSEPH, B. D.; RALLI, A. (Ed.). *Proceedings of the 2<sup>nd</sup> MGDLT*. Mytilene: Doukas, 2006.

KRÖLL, H. Sobre nada e algumas expressões equivalentes em português. *Revista Brasileira de Filologia*, t. XII, 1952.

KURYLOWICZ, J. L'Évolution des categories grammaticales. In: *Problèmes du langage*. Paris: Gallimard, 1966. p. 55-71.

LACAN, J. Fonction et champ de la parole e du langage en psychanalyse. *Écrits I*, Paris: Seuil, 1966a.

LACAN, J. Du traitement possible de la psychose. *Écrits II*, Paris: Seuil, 1966b.

LANGACKER, R. W. Subjectification. *Cognitive Linguistics*, n. 1, p. 5-38, 1990.

LANGACKER, R. W. Subjectification, Grammaticization and Conceptual Arquetypes. In: ATHANASIADOU, A.; CANAKIS, C.; CORNILLIE, B. (Ed.). *Subjectification. Various Paths to Subjectivity*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2006.

LEVINSON, S. *Presumptive Meaning: The Theory of Generalized Conversational Implicature*. Cambridge, MA: MIT Press, 1991a.

LEVINSON, S. Pragmatic Reduction of the Binding Conditions Revisited. *Journal of Linguistics*, v. 27, p. 107-161, 1991b.

LEVINSON, S. *Pragmática*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

LIBERA, A. de. *La querelle des universaux*. De Platon à fin du Moyen Age. Paris: Seuil, 1996.

LIGHTFOOT, D. *Principles of Diachronic Syntax*. Cambridge: Cambridge University Press, 1979.

MAQUIAVEL, N. *O Príncipe*. São Paulo: Abril Cultural, 1983 (=1515). (Coleção Os Pensadores)

MARTIN, R. Le fantome du nom abstrait. In: FLAUX, N.; GLATIGNY, M.; SAMAIN, D. (Éd.). *Les noms abstraits*. Histoire et theories. Paris: Presses Universitaires du Septentrion, 1996. p. 41-50.

MATTOSO CÂMARA, J. Sôbre o futuro romance. *Revista Brasileira de Filologia*, n. 3, p. 221-225, 1956.

MATTOSO CÂMARA, J. *Dicionário de linguística e gramática*. Petrópolis: Vozes, 1985.

MAURER JR., T. *Dois problemas da língua portuguesa*. O infinito pessoal e o pronome SE. São Paulo, 1951.

MEAD, G. H. *L'Esprit, le Soi et la Société*. Paris: PUF, 2006 (=1934).

MEILLET, A. L'évolution des formes grammaticales. In: MEILLET, A. *Linguistique Historique et Linguistique Générale*. Paris: Champion, 1982 (=1912). p. 130-148.

MEILLET, A. *Esquisse d'une histoire de la langue latine*. Paris: Hachette, 1928.

MEYER-LÜBKE, W. *Introducción al estudio de la lingüística romance*. Madrid: Tip. de la Revista de Archivos, Bibliotecas y Museos, 1914 (=1909).

MILROY, L. *Language and Social Networks*. Oxford: Blackwell, 1980.

NARO, A. The Genesis of the Reflexive Impersonal in Brazilian Portuguese: a Study in Syntactic Change as a Surface Phenomenon. *Language*, v. 52, n. 4, p. 779-810, 1976.

NUNES, J. O famigerado SE: uma análise sincrônica e diacrônica das construções com se apassivador e indeterminador. 1990. Dissertação (Mestrado) – Unicamp, Campinas, 1990.

PRICE, E. The ZPG Letter: Subjects, Definiteness, and Information-status. In: THOMPSON, S.; MANN, W. (Ed.). *Discourse, Description: Diverse Analyses of a Fundraising Text*. Amsterdam: Benjamins, 1992. p. 295-325.

RAJAGOPALAN, K. *Negation and Denial. A Study in the Theory of Speech Acts*. 1982. Tese (Doutorado) – PUC-SP, São Paulo, 1982.

RONCARATI, C. A negação no português falado. In: MACEDO, A. T. *et al.* (Org.). *Variação e discurso*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1999. p. 65-102.

ROSCH, E. Principles of Categorization. In: ROSCH, E.; LLOYD, B. (Ed.). *Cognition and Categorization*. New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates Publishers, 1978.

SAPIR, E. *Language: An Introduction to the Study of Speech*. New York: Harcourt, Brace, 1921.

SCHWEGLER, A. Predicate Negation in Contemporary Brazilian Portuguese: a linguistic change in progress. *Orbis*, v. 34, p. 187-214, 1991.

SCHWENTER, S. The Pragmatics of Negation in Brazilian Portuguese. *Língua*, v. 115, p. 1427-1456, 2005.

SOUSA, L. *Sintaxe e interpretação de negativas sentenciais no português brasileiro*. 2012. Tese (Doutorado) – Unicamp, Campinas, 2012.

SOUSA, L.; Formas Reduzidas do item ‘Não’ no Português Brasileiro. In: VITRAL, L.; COELHO, S. (Org.). *Estudos de processos de gramaticalização em português*. Metodologias e aplicações. Campinas: Mercado de Letras, 2010.

SOWA, J. Categorization in Cognitive Computer Science. In: COHEN, H.; LEFEBVRE, C. (Ed.). *Handbook of Categorization in Cognitive Science*. Amsterdam: Elsevier, 2005.

TRAUGOTT, E.; DASHER, R. B. *Regularity in Semantic Change*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

VIANNA, H. L. G. *A estrutura modal+infinitivo em português: gramaticalização e modalização*. 2000. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Letras da UFMG, Belo Horizonte, 2000.

VITRAL, L. A negação: teoria da checagem e mudança lingüística. *D.E.L.T.A.*, v. 15, n. 1, p. 57-84, 1999.

VITRAL, L. A evolução do se reflexivo em português na perspectiva da gramaticalização. In: LOBO, T. *et al.* (Org.). *Para a história do português brasileiro*. v. 6. Salvador: EDUFBA, 2006. p. 107-133.

VITRAL, L.; J. RAMOS. *Gramaticalização: uma abordagem formal*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro/FALE-UFGM, 2006.

VITRAL, L. A inovação linguística: subjetificação e luta por reconhecimento. *Revista de Estudos da Linguagem*, Belo Horizonte, v. 20 n. 1, p. 65-98, 2012.

VOSSLER, K. Neue Denkformen im Vulgärlatein. In: *Hauptfragen der Romanistik. Festschrift für Philipp August Becker*. Heidelberg: Winter, 1922. p. 170-191.

WILMET, M. À la recherche du *Nom Abstrait*. In: FLAUX, N.; GLATIGNY, M.; SAMAIN, D. (Éd.). *Les Noms Abstraits*. Histoire et theories. Paris: Presses Universitaires du Septentrion, 1996. p. 67-76.

WINNICOTT, D. W. *O brincar e a realidade*. Rio de Janeiro: Imago, 1975.



## Uma investigação funcional da conjunção *aunque* em dados do espanhol falado peninsular

### *A Functional Investigation of the Conjunction aunque in Spoken Iberian Spanish*

Sandra Denise Gasparini Bastos

Universidade Estadual Paulista (UNESP), São José do Rio Preto, São Paulo, Brasil.  
sandravg@ibilce.unesp.br

Beatriz Goaveia Garcia Parra<sup>1</sup>

Universidade Estadual Paulista (UNESP), São José do Rio Preto, São Paulo, Brasil.  
biagarcia.parra@hotmail.com

**Resumo:** Este trabalho tem por objetivo fazer uma descrição dos elementos que caracterizam as orações concessivas introduzidas pela conjunção *aunque* em dados do espanhol peninsular falado. Partindo da estrutura em camadas da frase proposta por Hengeveld (1988, 1989) e Dik (1989), dentro de uma perspectiva funcionalista da linguagem, e da adaptação desse modelo feita por Crevels (1998, 2000a, 2000b), especificamente para as orações concessivas, verificamos que a conjunção *aunque* pode atuar em diferentes camadas e ainda introduzir estruturas que só podem ser descritas fora dos limites da frase.

---

<sup>1</sup> Bolsa de Iniciação Científica concedida pela FAPESP (Processo 2012/20765-9) para o desenvolvimento do Projeto de Pesquisa “Uma investigação funcional da conjunção ‘aunque’ em dados do espanhol falado peninsular” (1º fev. 2013 a 31 dez. 2013).

Bolsa de Mestrado concedida pela CAPES para o desenvolvimento do Projeto de Pesquisa “Uma investigação discursivo-funcional das orações introduzidas por ‘aunque’ em dados do espanhol peninsular” (Início: 3 mar. 2014).

**Palavras-chave:** Orações concessivas; Conjunção *aunque*; Gramática Funcional; Espanhol falado.

**Abstract:** This paper aims at describing the elements that characterize the concessive clauses introduced by “*aunque*” in spoken Iberian Spanish. The analysis was based on the layered structure of the clause proposed by Hengeveld (1988, 1989) and Dik (1989), from a functional perspective of language, and on the adaptation of this model for concessive clauses (CREVELS, 1998, 2000a, 2000b). Results showed that the conjunction “*aunque*” may function in different layers, introducing structures that can only be described beyond the limits of the clause.

**Keywords:** Concessive clauses; Conjunction *aunque*; Functional Grammar; Spoken Iberian Spanish.

Recebido em 01 de junho de 2014.

Aprovado em 29 de outubro de 2014.

## Introdução

Tradicionalmente, as orações subordinadas concessivas podem ser definidas como orações que apresentam uma objeção ou dificuldade ao que é dito na outra oração, sem que isso impeça seu cumprimento (ALARCOS LLORACH, 1999).

Quirk *et al.* (1985) definem um enunciado concessivo como sendo aquele que indica que a situação expressa na oração principal é contrária à expectativa gerada à luz do que é dito na oração concessiva.

Entre as conjunções e locuções concessivas comumente apresentadas pelas gramáticas normativas do espanhol, destaca-se a conjunção *aunque*, que, conforme apontam a Real Academia Española (1931), Alarcos Llorach (1999) e Gili Gaya (2000), é a conjunção mais utilizada para introduzir orações de sentido concessivo na língua espanhola atual. Tal conjunção, segundo Ibba (2007), não provém do latim, como ocorre com a maioria das conjunções concessivas do espanhol, mas resulta de um processo de gramaticalização.

Elvira (2005) afirma que, em razão de as conjunções concessivas serem fruto da evolução da própria língua, sua incorporação ao sistema linguístico é tardia e que tais conjunções apresentam um sentido mais

literal e transparente do que as demais conjunções subordinativas. Além disso, a etimologia dessas conjunções é facilmente dedutível por meio de suas formas.

Considerando a importância da conjunção *aunque* para a produção de orações concessivas em língua espanhola, este trabalho tem por objetivo descrever, dentro de uma perspectiva funcionalista da linguagem, as orações introduzidas por essa conjunção no espanhol peninsular falado, considerando a estrutura em camadas proposta por Hengeveld (1988, 1989) e por Dik (1989) e a adaptação dessa estrutura especificamente para as orações concessivas proposta por Crevels (1998, 2000a, 2000b). Com o intuito de observar os elementos que caracterizam cada tipo oracional, utilizaremos como parâmetros de análise a camada de atuação da conjunção *aunque* e sua interação com o modo verbal, o tempo verbal e a posição da oração concessiva com relação à oração principal, elementos que se mostraram mais pertinentes para a análise.

O *corpus* adotado para esta investigação consiste em um conjunto de amostras de língua espanhola falada extraído do Projeto PRESEEA (Proyecto para el Estudio Sociolingüístico del Español de España y de América), coordenado pelo professor Francisco Moreno, da Universidade de Alcalá de Henares (Espanha). Tal projeto visa à criação de um *corpus* de língua falada que represente o mundo hispânico em sua variedade geográfica e social. Por ser um projeto amplo, o recolhimento do *corpus* ainda não está concluído em todos os países integrantes. Dessa forma, para o presente estudo, utilizamos as amostras correspondentes às cidades espanholas de Alcalá de Henares e de Granada, que estão na fase mais avançada do projeto, com dados já transcritos e publicados.

De cada cidade foram selecionadas 36 entrevistas, sendo 18 de cada nível de instrução (superior e secundário). Sendo assim, a amostra total utilizada para o levantamento das ocorrências contém 72 entrevistas, que, juntas, somam cerca de 50 horas de gravação.

Para cumprir o objetivo proposto, este trabalho organiza-se da seguinte maneira: no item 1, é apresentada a estrutura em camadas da frase, conforme proposta de Hengeveld (1988, 1989) e de Dik (1989); no item 2, são descritos os tipos de orações concessivas, de acordo com a classificação apresentada em Crevels (1998, 2000a, 2000b), a partir da proposta do modelo de Dik (1989); no item 3, são descritos e analisados os elementos que caracterizam as orações concessivas introduzidas pela conjunção *aunque* identificadas no *corpus*, com base nos parâmetros previamente estabelecidos. Seguem as considerações finais que permitem

traçar um perfil desse tipo de oração e apontar caminhos que levam a investigações futuras, de forma a contribuir para com os estudos funcionalistas e os estudos descritivos do espanhol.

## 1 A teoria da Gramática Funcional

Esta pesquisa toma como base a abordagem funcional de linha holandesa desenvolvida por Dik (1989, 1997), denominada Gramática Funcional (GF) e que, nos moldes da Escola Linguística de Praga, trabalha com a concepção do caráter teleológico da linguagem, isto é, considera que a linguagem busca atingir uma finalidade. Para a GF, a língua é definida como um instrumento de interação social entre seres humanos, cuja principal função é estabelecer a comunicação entre seus usuários.

Hengeveld (1988, 1989) e Dik (1989) sugerem uma representação em camadas para a estrutura da frase (*clause*, no original em inglês). Tal construção requer um predicado, que se aplica a certo número de termos, resultando numa predicação. Os predicados designam propriedades ou relações, os termos referem-se a entidades e as predicações designam um conjunto de estados-de-coisas, definidos como algo que acontece no mundo real ou é criado no mundo mental do falante ou do ouvinte, podendo ser percebido de alguma maneira e localizado no tempo e no espaço. Como exemplo de predicado temos o verbo *cantar*, que ao receber marcação de tempo, configura-se como um estado-de-coisas:

(1) João cantou ontem. (Camada da predicação)

Uma predicação pode, ainda, ser construída em uma estrutura de ordem mais alta, a proposição, que designa um conteúdo proposicional ou um fato possível, isto é, um construto mental que não pode ser localizado no espaço nem no tempo, mas pode ser avaliado em termos de sua verdade, como mostra o exemplo (2), cujo conteúdo está sob o escopo do modalizador *provavelmente*:

(2) Provavelmente, João cantou ontem. (Camada da proposição)

Em um nível acima da proposição está a frase, que é a designação de um ato de fala especificado pela proposição e constituído de quatro componentes: uma ilocução, um falante, um ouvinte e um conteúdo comunicado, como está ilustrado em (3):

- (3) Sinceramente, não acredito que o João tenha cantado ontem.  
(Camada da frase)

A organização em níveis configura-se, então, da seguinte maneira:

**Quadro 1** - Estrutura em camadas da frase (DIK, 1989)

Unidade estrutural	Tipo de entidade	Ordem
Frase	Ato de fala	4
Proposição	Conteúdo proposicional	3
Predicação	Estado-de-coisas	2
Predicado	Termo	1

Crevels (1998), ao analisar orações concessivas do espanhol e ao fazer uma investigação tipológica das orações concessivas (2000a, 2000b), estabelece uma relação entre esse tipo oracional e as camadas propostas por Hengeveld (1988, 1989) e por Dik (1989). A autora considera que há diferentes tipos de orações concessivas – os quais podem atuar na camada da predicação, da proposição e da frase – e identifica, ainda, a existência de um tipo de oração concessiva que não se enquadra nas camadas anteriormente apresentadas. Esse tipo de oração, como veremos, não se relaciona a uma única oração anterior ou posterior, mas a todo um conjunto de enunciados precedentes, marcando, assim, uma quebra inesperada na ordem do discurso.

Como forma de contribuir com o modelo de descrição funcionalista, Crevels (1998) propõe o acréscimo de mais uma camada à estruturação elaborada por Dik (1989), a qual denomina *Unidade textual*. Assim, tendo em vista o acréscimo proposto pela autora, a organização das expressões linguísticas em camadas apresenta-se da seguinte forma:

**Quadro 2** - Estrutura em camadas adaptada para as orações concessivas (CREVELS, 1998, p. 133)

Tipo de entidade	Descrição	Avaliação
Quinta ordem	Unidade textual	Continuidade temática
Quarta ordem	Ato de fala	Sucesso
Terceira ordem	Conteúdo proposicional	Verdade
Segunda ordem	Estado-de-coisas	Realidade
Primeira ordem	Indivíduo	Existência
Zero ordem	Propriedade ou relação	Aplicabilidade

## **2 A estrutura em camadas das orações concessivas introduzidas por *aunque***

Considerando as características da abordagem funcionalista e o modelo de estruturação em camadas proposto por Dik (1989), complementado por Crevels (1998, 2000a, 2000b), no que diz respeito às orações concessivas, observamos que essas orações podem representar todos os tipos de entidades propostos pela Gramática Funcional, exceto as de primeira ordem (indivíduos), pois, nesse nível, a expressão só se realiza por meio de sintagmas nominais.

Dessa forma, Crevels (1998, 2000a, 2000b) organiza as orações concessivas em quatro domínios: o domínio do conteúdo (segunda ordem), o domínio epistêmico (terceira ordem), o domínio ilocucionário (quarta ordem)<sup>2</sup> e o domínio textual (quinta ordem), sendo que, como afirma a autora, quanto mais alto for o domínio semântico a que uma concessiva pertence, menor será o seu grau de integração com a oração principal e mais parecida a uma estrutura paratática ela se tornará. Além disso, a autora defende que, dentro de cada domínio, podem ser encontrados diferentes subtipos de orações concessivas que manifestam distintos graus de subordinação e integração com a oração principal. Apresentaremos, na sequência, as características semânticas e sintáticas pertencentes a cada domínio semântico.

### **2.1 Concessivas de domínio do conteúdo**

Segundo Crevels (1998, 2000a, 2000b), as orações concessivas de domínio do conteúdo descrevem um evento ou estado-de-coisas que configura um obstáculo para a realização do evento ou estado-de-coisas descrito na oração principal, mas que não consegue impedir a ocorrência desse evento. Para Neves *et al.* (2008), que também fazem uma classificação das concessivas em subtipos, tendo como base o português brasileiro, nas concessivas de conteúdo ocorre a frustração de uma expectativa causal que se estabelece entre o fato expresso pela oração concessiva e o expresso pela oração principal, como podemos observar no exemplo a seguir, oferecido por Crevels (1998):<sup>3</sup>

<sup>2</sup> Também chamado de *domínio dos atos de fala* (CREVELS, 2000b, p. 318), esse subtipo é equivalente ao que Neves *et al.* (2008, p. 977) chamam de *domínio conversacional*.

<sup>3</sup> Todos os exemplos em espanhol serão acompanhados de sua tradução para o português.

- (4) Saldremos **aunque llueve**. (CREVELS, 1998, p. 133)

(Sairemos, embora esteja chovendo.)

Em (4), temos uma oração concessiva de domínio do conteúdo, pois o estado-de-coisas da oração concessiva (*llueve*) atua como um obstáculo ao estado-de-coisas expresso na oração principal (*saldremos*), mas a expectativa lógica (não sair em dias de chuva) é quebrada ao se confirmar a realização do evento.

## 2.2 Concessivas de domínio epistêmico

As orações concessivas de domínio epistêmico representam conteúdos proposicionais e combinam, nas estruturas das quais fazem parte, dois itens do conhecimento: uma premissa (expressa na oração subordinada) e uma conclusão conflitante (expressa na oração principal).

Como afirma Crevels (1998, 2000a, 2000b), essas construções expressam a ideia de que o falante, apesar de estar convencido do conteúdo da oração concessiva, chega a uma conclusão oposta, contida na oração principal. Em outras palavras, no domínio epistêmico, a conjunção concessiva marca o impedimento de uma crença ou de uma conclusão pressuposta. Logo, as concessivas epistêmicas não expressam um conflito factual, mas um conflito entre a conclusão e o possível contra-argumento expresso na oração concessiva. Vejamos o exemplo:

- (5) **Aunque no compartimos la ideología del PSOE**, preferimos que estén ellos a que haya un gobierno de derechas. (CREVELS, 1998, p. 136)

(Apesar de não compartilharmos a ideologia do PSOE, preferimos eles a um governo de direita.)

Em (5), observamos que a oração subordinada traz uma premissa (*no compartimos la ideología del PSOE*) que nos levaria a concluir que o falante é contra um governo assumido por tal partido. No entanto, a conjunção concessiva marca o impedimento dessa conclusão pressuposta

e o que se afirma na oração principal (*preferimos que estén ellos a que haya un gobierno de derechas*) é uma conclusão contrária ao que se poderia esperar a partir da premissa inicial.

### 2.3 Concessivas de domínio ilocucionário

De acordo com Crevels (2000a), a oração concessiva de domínio ilocucionário, juntamente com a principal, faz parte de uma construção única, que pode especificar ou modificar um único ato de fala precedente ou posterior. Para a autora, no domínio dos atos de fala, o conteúdo das orações concessivas não forma um obstáculo para a realização do evento ou estado-de-coisas descrito na oração principal, mas oferece um obstáculo à realização do próprio ato de fala, como observamos no exemplo (6):

- (6) **Aunque te llamo un poco tarde**, ¿qué vas a hacer esta noche?  
(CREVELS, 1998, p. 133)

(Embora eu esteja te ligando um pouco tarde, o que você vai fazer esta noite?)

Conforme aponta Crevels (2000a), as orações concessivas de domínio ilocucionário também se caracterizam por apresentar atos de fala pouco informativos, como exemplifica (7):

- (7) María, la carta se encuentra en el cajón – **aunque estoy convencida de que ya lo sabes**. (CREVELS, 1998, p. 137)

(Maria, a carta está na gaveta – embora eu esteja convencida de que você já sabe disso.)

Nesse exemplo, a oração subordinada traz um comentário que o falante se sente obrigado a fazer a respeito da violação cometida aos princípios informativos da comunicação. As circunstâncias comunicativas conduzem ao seguinte raciocínio lógico: “se eu sei que meu interlocutor está informado de que a carta está na gaveta, eu não deveria realizar um ato de fala que trouxesse tal informação.”

König (1994) identifica, dentro do grupo das construções concessivas de ato de fala, a existência de um subtipo oracional que apresenta características semânticas e sintáticas particulares: *as concessivas retóricas (rhetorical concessive)* que, segundo o autor, são tipicamente introduzidas por conectivos concessivos enfáticos, como o verbo modal *may*, em inglês, papel também desempenhado pelas conjunções concessivas *although* e *though*, que correspondem à conjunção concessiva *aunque*, no espanhol. Segundo o autor, as concessivas retóricas são usadas particularmente para admitir a afirmação trazida pela oração concessiva e enfatizar a informação presente na oração principal. Assim, é possível observar, nesse subtipo oracional, que o ato de fala expresso na oração concessiva adianta uma possível objeção por parte do ouvinte ao ato de fala referido na oração principal, como exemplifica (8), extraído de Crevels (1998):

- (8) **Aunque no se lleva ahora decirlo**, sí soy fidelista, muy fidelista. (CREVELS, 1998, p. 138)

(Embora não seja muito comum dizer isto hoje em dia, eu sou fidelista, muito fidelista [partidário de Fidel Castro].)

Observamos que em (8) o falante deseja declarar sua admiração por Fidel, mas sabe que seu ouvinte poderia rejeitar essa enunciação por considerá-la pouco adequada nos dias de hoje. Dessa forma, o falante sente a necessidade de adiantar esse possível contra-argumento por parte de seu interlocutor para expressar o ato de fala contido na oração principal.

Crevels (1998) também reconhece a existência de outro subtipo de orações concessivas de domínio ilocucionário, às quais chamou de *concessivas avaliativas (evaluating concessive)*. As concessivas avaliativas caracterizam-se por apresentar uma avaliação, realizada pelo falante, do ato de fala presente na oração principal, ao julgar que esse ato não deveria ter sido enunciado da maneira como foi. Tais concessivas, segundo a autora, ocorrem frequentemente combinadas com expressões ou partículas enfáticas, que em espanhol podem ser representadas por *lo cierto es que*, *bien es cierto*, *la verdad es que*, *está claro que*, *claro*, *si e sobre todo*, mas também podem ser introduzidas pela conjunção *aunque*, como demonstra o exemplo a seguir:

- (9) A: ¿Se considera la conciencia crítica de los poderes públicos y políticos?

B: Algunas veces sí, **aunque la verdad es que no es exactamente así.** (CREVELS, 1998, p. 138)

(A: A consciência crítica dos poderes públicos e políticos é considerada?

B: Algumas vezes sim, embora na verdade não seja exatamente assim.)

## 2.4 Concessivas de domínio textual

As orações concessivas de domínio textual correspondem às unidades textuais, entidades de quinta ordem que, como foi apresentado anteriormente, foram acrescentadas por Crevels (1998, 2000a, 2000b) ao modelo de estruturação em camadas elaborado por Dik (1989) especificamente para as orações concessivas. Segundo a autora, essas orações concessivas não formam um obstáculo à realização de uma situação descrita na oração principal, como acontece com as orações dos domínios anteriores. Elas se configuram como orações relativamente independentes, que modificam uma unidade textual precedente, composta por mais de uma oração, e excluem certa interpretação que poderia ter sido elaborada pelo ouvinte no decorrer do discurso.

Como afirma Crevels (2000a, 2000b), as concessivas textuais também se caracterizam por sinalizar um turno inesperado no contexto discursivo e auxiliar em sua organização, atuando frequentemente como adendos. Vejamos o exemplo (10):

- (10) A: La suya es una vida muy intensa y dicen que es un incorregible conquistador...

B: He vivido la vida mucho, me gusta así. Y en cuanto a eso de conquistador, tal vez lo era, pero ya... **aunque la verdad es que los hombres no ligan.** (CREVELS, 1998, p. 133)

(A: A sua vida é muito intensa e dizem que o senhor é um incorrigível conquistador...

B: Vivi muito a vida, eu gosto assim. E quanto a isso de conquistador, talvez fosse, mas agora... embora a verdade seja que os homens não se relacionam.)

Com base nas descrições apresentadas, podemos notar que a oração concessiva destacada no exemplo (10) atua como um turno inesperado no discurso e modifica uma série de pronunciamentos anteriores, pois, ao afirmar que os homens não se relacionam, o falante se contrapõe à ideia apresentada ao longo do discurso de que era um grande conquistador.

### 3 Análise das orações concessivas introduzidas por *aunque*

A partir dos níveis de atuação previstos para as orações concessivas, apresentamos, nesta seção, o resultado da análise das 211 ocorrências de orações concessivas introduzidas pela conjunção *aunque* identificadas no *corpus*. Além da camada de atuação, os resultados serão apresentados com relação aos critérios propostos para a caracterização de cada tipo oracional no âmbito deste trabalho: modo verbal, tempo verbal e posição da oração concessiva introduzida por *aunque*.

#### 3.1 Camada de ocorrência da oração concessiva

Considerando a possibilidade de as orações concessivas atuarem na segunda, na terceira, na quarta ou na quinta camada oracional, de acordo com o modelo de estruturação proposto por Dik (1989) e adaptado por Crevels (1998, 2000a, 2000b), o número percentual de ocorrências encontradas, de acordo com o nível de atuação da conjunção, está representado na tabela a seguir:

**Tabela 1** - Ocorrências de *aunque* com relação à camada de atuação

<b>Camada de atuação</b>	<b>Ocorrências</b>	<b>%</b>
Estado-de-coisas (2ª)	36	17,06
Conteúdo proposicional (3ª)	100	47,4
Ato de fala (4ª)	21	9,95
Unidade textual (5ª)	19	9,0
Orações independentes	35	16,59
<b>TOTAL</b>	<b>211</b>	<b>100</b>

Com base nos resultados, verificamos que a maior frequência dos casos de *aunque* concessivo se dá na camada do conteúdo proposicional,<sup>4</sup> nas chamadas orações concessivas de domínio epistêmico (terceira ordem). Vejamos o exemplo:

- (11) Creo que me entienden **aunque** parezca un niño de dos tres años. (32H-GR09)<sup>5</sup>

(Acho que me entendem, embora eu pareça uma criança de dois ou três anos.)

Como se nota no exemplo, a relação estabelecida entre oração principal e concessiva não se dá entre fatos ou eventos do mundo, mas entre processos mentais ou raciocínios do falante, o que corrobora a hipótese formulada por Neves *et al.* (2008, p. 977) para o português de que “as construções concessivas são usadas principalmente para negar conclusões possíveis a partir de premissas oferecidas previamente.”

A segunda camada com maior número de ocorrências é a do estado-de-coisas (segunda ordem), que, nos termos de Crevels (1998), corresponde às orações concessivas que pertencem ao domínio do conteúdo. Vejamos o exemplo:

<sup>4</sup> Resultado semelhante é verificado por Neves *et al.* (2008) nas orações concessivas do português brasileiro.

<sup>5</sup> A notação referente ao *corpus* deve ser interpretada da seguinte maneira: número do informante, sexo do informante (H=homem ou M=mulher), sigla da cidade (GR=Granada ou AH=Alcalá de Henares) e número da amostra.

- (12) Las leyes aquí se aplican tarde y mal prácticamente no se aplican **aunque están en vigor**. (33H-GR13)

(As leis aqui se aplicam tarde e mal; praticamente não se aplicam apesar de estarem em vigor.)

No exemplo (12), o fato expresso pela oração subordinada – *aunque están en vigor* – cria um obstáculo real que não logra impedir a realização do evento expresso na oração principal – *las leyes aquí se aplican tarde y mal*.

O terceiro tipo oracional mais frequente introduzido por *aunque* está representado pelas orações que correspondem a atos de fala (camada ilocucionária), chamadas de concessivas de domínio ilocucionário. Observemos o exemplo (13):

- (13) Un poco los españoles salimos un poquito perjudica(d)os **aunque parezca un poco pedante decirlo**. (33M-GR17)

(Os espanhóis saímos um pouquinho prejudicados, embora pareça um pouco pedante dizer isso.)

Nesse exemplo, a oração introduzida por *aunque* forma um obstáculo à realização do ato de fala expresso na oração anterior; nesse caso, o fato de parecer pedante poderia impedir o falante de dizer que os espanhóis saíram um pouco prejudicados na situação descrita.

A ocorrência de orações de quinta ordem nos dados analisados, apesar de pouco frequente, contribui para demonstrar a viabilidade do acréscimo proposto por Crevels ao modelo inicial da Gramática Funcional de linha holandesa. Vejamos o exemplo:

- (14) La enseñanza puedo decir que que para mí ahora mismo es un callejón sin salida no a mí me ha gusta(d)o mucho pero tal como la la veo y la estoy viviendo y lo que me está tocando padecer pues no realmente me es un peso no no no es una fuente de disfrute **aunque lógicamente hay cursos y situaciones que son agradables y que son buenas** pero que pesa mucho (32M-GR12)

(O ensino, posso dizer que para mim é uma rua sem saída. Eu já gostei muito, mas tal como o vejo hoje e o estou vivendo e o que estou padecendo, realmente é um peso, não é uma fonte de desfrute, embora logicamente haja cursos e situações que sejam agradáveis e que sejam bons, mas que pesam muito)

O exemplo (14) equivale a uma concessiva de domínio textual, uma vez que a oração em destaque não se opõe a uma única oração, mas ao conjunto de orações anteriores, atuando como uma ressalva e evitando, dessa forma, uma interpretação equivocada por parte do falante. Nesse enunciado, o falante apresenta, ao longo de sua intervenção, um posicionamento negativo a respeito do ensino, mas reconhece, mediante o uso da oração introduzida por *aunque*, que pode haver cursos e situações agradáveis.

Além das orações que correspondem às camadas oracionais anteriormente previstas, identificamos, na análise dos dados, estruturas oracionais introduzidas por *aunque* que não se enquadram exatamente em nenhum dos domínios propostos. Assim como as estruturas pertencentes à quinta camada, essas orações, que aparecem em 16,98% das ocorrências, não apresentam uma oração principal com a qual possam estabelecer uma oposição bimembre. Entretanto, diferentemente das concessivas de unidade textual, que atuam como um adendo a um conjunto de pronunciamentos anteriores ao intervir de forma inesperada no andamento do discurso, as orações pertencentes a esse novo grupo marcam o início de um novo movimento discursivo, como podemos verificar nos exemplos que seguem:

- (15) Sigue habiéndola actualmente una máquina pensada para el desayuno que le das a un botón y sale pues zumo de naranja **aunque en realidad son polvos color naranja mezclado con agua zumo de limón o zumo de piña.** (31M-GR06)

(Atualmente existe uma máquina pensada para o café da manhã que você aperta um botão e sai suco de laranja, embora na realidade seja pó cor de laranja misturado com água, suco de limão ou suco de abacaxi.)

- (16) Después de estar nueve años con una persona que más o menos **aunque el matrimonio no es lo mismo que un noviazgo** pero que sí si ya tienes mucha más confianza conoces a la persona sabes cómo es sabes... en fin. (32H-GR32)

(Depois de estar nove anos com uma pessoa que mais ou menos... embora o casamento não seja o mesmo que um noivado, mas sim se você já tem mais confiança, conhece a pessoa, sabe como ela é, sabe... enfim.)

No exemplo (15), o falante interrompe a explicação sobre o funcionamento de uma máquina de fazer sucos para dizer que o líquido produzido por essas máquinas não é propriamente suco de laranja, mas sim pó cor de laranja misturado com água. No exemplo (16), o falante faz um parêntese para comentar que casamento não é o mesmo que noivado.

Decat (1999), ao estudar as orações subordinadas no português, chamou de *orações desgarradas* o tipo oracional presente em (15) e em (16), pois, segundo a autora, a relação entre orações dessa natureza caminha para uma independência, originando, assim, orações que não estão estruturalmente integradas com outras. O papel desempenhado por essas orações seria, portanto, atuar na organização do discurso.

Garcia (2010), ao estudar as orações concessivas no português falado, encontrou orações do mesmo tipo, às quais chamou de *orações independentes*, caracterizadas como sendo um comentário do falante com relação ao conteúdo apresentado, configurando, assim, uma unidade de informação à parte.

Do mesmo modo, consideramos que as orações destacadas nos exemplos (15) e (16), que também chamaremos de *orações independentes*, não estabelecem relações sintáticas com as orações anteriores nem com as posteriores, mas assumem a forma de um parêntese, isto é, de uma inserção provocada pelo falante que gera um breve desvio do tópico discursivo que vinha sendo desenvolvido. Para Garcia (2010), a relação existente nessas orações é pragmática e interpessoal, uma vez que o falante só as enuncia por considerar pertinente que o ouvinte conheça o conteúdo comunicado na oração concessiva.

Neste trabalho, não nos deteremos na descrição desse tipo oracional, uma vez que a teoria gramatical aqui adotada não abrange

os níveis de análise em que essas orações atuam. Mas propomos que tais orações possam ser descritas com base em um modelo mais amplo de interação verbal, que ultrapasse o nível da frase e alcance o nível do discurso, como, por exemplo, a teoria da Gramática Discursivo-Funcional (GDF), proposta por Hengeveld e Mackenzie (2008).

A GDF é atualmente concebida como um modelo de interação verbal que se distingue de outras teorias de análise linguística por apresentar uma arquitetura descendente (*top-down*), isto é, organizada em níveis e em camadas hierarquicamente dispostos, que partem da intenção comunicativa do falante e vão até a articulação das formas linguísticas. Na organização interna da GDF, a pragmática governa a semântica, que, juntas, governam a morfossintaxe. E a pragmática, a semântica e a morfossintaxe, por sua vez, governam a fonologia. Com base nesse modelo de análise, as concessivas *independentes* poderiam ser descritas como pertencentes ao Nível Interpessoal, descrito na teoria como o nível das relações pragmáticas, e atuariam na camada do Movimento (*Move*), uma vez que constituem, segundo Garcia (2010), uma ação ou um movimento para introduzir ou modificar tópicos discursivos que levam a interação adiante.<sup>6</sup>

A partir das descrições sobre as camadas de atuação das orações concessivas iniciadas por *aunque*, apresentaremos, nos próximos itens, os resultados advindos da relação estabelecida entre a camada oracional e os demais parâmetros de análise.

### 3.2 Modo verbal da oração concessiva

Com relação ao modo do verbo da oração subordinada concessiva em espanhol, a Real Academia Española (1931) e gramáticos como Matte Bon (1995) e Gili Gaya (2000) afirmam que as orações concessivas introduzidas por *aunque* podem apresentar verbos tanto no modo indicativo como no modo subjuntivo. Esse emprego, contudo, não é facultativo, pois, segundo Gili Gaya (2000), a subordinada concessiva com verbo no indicativo demonstra a existência efetiva de um obstáculo ao cumprimento do que foi enunciado na oração principal, enquanto a oração concessiva com verbo no subjuntivo indica que a dificuldade

---

<sup>6</sup> Outro exemplo de análise baseada na descrição das orações subordinadas *independentes* à luz da Gramática Discursivo-Funcional pode ser visto em Stassi-Sé (2012).

expressa pela subordinada representa um obstáculo hipotético, de realização possível, mas não comprovada.

De Kock (1995) explica que as gramáticas da língua espanhola postulam uma teoria dicotômica sobre o uso dos modos verbais nas orações concessivas, segundo a qual o indicativo é destinado à expressão de fatos reais e o subjuntivo à expressão de hipóteses. No entanto, para o autor, em uma situação real de comunicação, é possível verificar casos que não seguem a regra tradicionalmente prevista, como, por exemplo, a utilização do modo subjuntivo em subordinadas concessivas que transmitem um fato real.

Ao estudar um *corpus* formado por dados do espanhol falado e escrito de diversos países que têm esse idioma como língua oficial, De Kock (1995) verificou que, no espanhol falado culto de algumas cidades como Madri, por exemplo, todas as orações concessivas que apresentavam um obstáculo hipotético traziam o verbo no modo subjuntivo, enquanto as concessivas que expressavam um obstáculo real ora traziam o verbo no indicativo, ora no subjuntivo. Comportamento semelhante foi verificado pelo autor no espanhol escrito peninsular.

A respeito do uso dos modos verbais nas orações concessivas do espanhol, Rivas (1990) ressalta que, na evolução da língua, houve a anulação de um processo de oposição mais produtivo (uso de indicativo para orações reais e de subjuntivo para orações não reais) e manteve-se a possibilidade de uso dos dois modos verbais em razão de vantagens pragmáticas e estilísticas.

Tendo em vista os casos de subjuntivo em orações concessivas que expressam conteúdos reais, podemos hipotetizar que o uso do modo verbal nas orações concessivas introduzidas por *aunque* não dependerá somente do grau de certeza, isto é, de realidade que está contido em tais construções. Dessa forma, é possível acreditar que o verbo da oração subordinada é utilizado no modo indicativo quando o falante confere ao enunciado concessivo, além do grau de [+certeza], o grau de [+novidade] e [+importância], isto é, quando o falante julga que a informação contida naquela oração é de possível ou de real ocorrência, é desconhecida pelo seu interlocutor, ou que seu conhecimento é relevante para o ouvinte. Já o modo subjuntivo é utilizado quando o falante confere à oração concessiva os graus de [-certeza], [-novidade] ou [-importância], isto é, quando o falante julga que a informação trazida pela oração subordinada possui pouca probabilidade de ocorrência ou é hipotética, já é conhecida por seu interlocutor, ou que sua enunciação não é relevante para o ouvinte.

Nos dados analisados, considerando o número total de ocorrências introduzidas por *aunque* concessivo, é possível dizer que, nessas orações, predomina o uso do modo subjuntivo (51,19% das ocorrências) frente ao modo indicativo (48,81%), embora a diferença seja relativamente pequena. Da relação estabelecida entre a camada de atuação da conjunção *aunque* com o modo verbal, temos os seguintes resultados:

**Tabela 2** - Modo verbal das orações concessivas com relação à camada de atuação

Camada de atuação	Indicativo		Subjuntivo	
	Nº	%	Nº	%
Estado-de-coisas (2ª)	9	4,27	27	12,8
Conteúdo proposicional (3ª)	42	19,9	58	27,49
Ato de fala (4ª)	11	5,21	10	4,74
Unidade textual (5ª)	17	8,06	2	0,95
Orações independentes	24	11,37	11	5,21
<b>TOTAL</b>	<b>103</b>	<b>48,81</b>	<b>108</b>	<b>51,19</b>

Vemos, na TAB. 2, que o modo subjuntivo predomina nas orações pertencentes às camadas do estado-de-coisas e do conteúdo proposicional, isto é, nas camadas mais baixas de atuação, que correspondem às orações mais dependentes sintaticamente da oração principal, como demonstram, respectivamente, os exemplos (17) e (18):

- (17) Porque mi padre no freía un huevo **aunque se muriera** de hambre. (H31-AH7)

(Porque meu pai não fritava um ovo, ainda que morresse de fome.)

- (18) Es tu personalidad así **aunque creas** que no. (M24-AH2)

(A sua personalidade é assim, embora você ache que não.)

Já o modo indicativo é mais frequente nas camadas mais altas, isto é, nas que codificam ato de fala e unidade textual, bem como nas orações

aqui denominadas *independentes*, como demonstram, respectivamente, os exemplos (19) e (20):

- (19) Pues porque se estudiaba más en el colegio te tenían más vigilado y bueno **aunque era siempre más caro** que lo oficial pero los padres se preocupan de que los hijos estén lo mejor posible. (H33-AH2)

(Porque se estudava mais no colégio, te vigiavam mais, e ainda que fosse mais caro que o oficial, mas os pais se preocupam que os filhos estejam o melhor possível.)

- (20) También el Vaticano sí si lo vimos más tranquilo fue una mañana **aunque fue rápido** también con la guía pero nos tocó una guía fue muy buena. (22H-GR26)

(O Vaticano também nós vimos mais tranquilamente, foi uma manhã, embora tenha sido rápido também com a guia, tivemos uma guia muito boa.)

Podemos observar, por meio dos exemplos, que o modo subjuntivo é usado nas orações concessivas quando a informação enunciada corresponde a uma hipótese, como observamos em (17) e em (18), em que os conteúdos “morrer de fome” e “acreditar em algo” não são reais, mas sim pressupostos pelo falante. Conforme previsto, o emprego do subjuntivo também para eventos reais é possível, como demonstra o exemplo (21):

- (21) Normalmente utilizo el coche **aunque no esté lejos el lugar de trabajo**. (33M-GR17)

(Normalmente uso o carro, embora meu local de trabalho não esteja longe.)

Nesse exemplo, o falante não tem dúvidas quanto ao seu local de trabalho, apresentado como não distante de sua casa. Essa informação real admitiria o emprego do modo indicativo em espanhol (*aunque no está lejos el lugar de trabajo*), substituído, nesse contexto, pelo subjuntivo para dar um caráter mais subjetivo à informação, o que pode justificar o número relativamente maior de ocorrências do modo subjuntivo frente ao modo indicativo.

Já o indicativo em contexto concessivo configura informações reais, isto é, as afirmações de que o colégio era caro e de que o passeio ao Vaticano foi rápido – exemplos (19) e (20) – são situações cujas ocorrências podem ser comprovadas no mundo real.

### 3.3 Tempo verbal da oração concessiva

Com relação ao tempo verbal das orações concessivas introduzidas pela conjunção *aunque*, hipotetizamos a possibilidade de ocorrência do presente e do passado, já que o futuro não parece ser um tempo verbal característico desse tipo de oração. A distribuição das ocorrências entre os tempos verbais mostra um expressivo predomínio do presente (77,25% do total de ocorrências), seguido de 22,28% de ocorrências do passado. Identificamos, ainda, uma única ocorrência de futuro (0,47% do total), conforme se pode observar na tabela a seguir:

**Tabela 3** - Tempo verbal das orações concessivas com relação à camada de atuação

Camada de atuação	Passado		Presente		Futuro	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Estado-de-coisas (2ª)	6	2,85	30	14,21	----	
Conteúdo proposicional (3ª)	23	10,9	77	36,5	----	
Ato de fala (4ª)	2	0,94	19	9,0	----	
Unidade textual (5ª)	6	2,85	12	5,69	1	0,47
Orações independentes	10	4,74	25	11,85	----	
<b>TOTAL</b>	<b>47</b>	<b>22,28</b>	<b>163</b>	<b>77,25</b>	<b>1</b>	<b>0,47</b>

De uma maneira geral, os verbos da oração subordinada introduzida por *aunque* aparecem majoritariamente no tempo presente, seguido do passado e com apenas uma ocorrência no futuro, o que confirma a hipótese inicial para o emprego dos tempos verbais. O presente do subjuntivo foi a relação modo-temporal mais frequente nos dados analisados, conforme ilustram os exemplos (22), (23), (24) e (25),

equivalentes, respectivamente, a um estado-de-coisas, a um conteúdo proposicional, a um ato ilocucionário e a uma unidade textual:

- (22) Indudablemente hay que ser agradable **aunque un día te levantes** que te duelen las muelas. (22H-GR27)

(Sem dúvida é necessário ser agradável, mesmo que um dia você se levante com dor de dente.)

- (23) Yo en el campo me sentiría mucho más atada que en la ciudad **aunque los espacios sean más libres**. (32M-GR11)

(Eu no campo me sentiria muito mais presa do que na cidade, embora os espaços sejam mais livres.)

- (24) Lo de la cocina tiene su envergadura **aunque tú digas que no** (33M-GR17)

(O assunto da cozinha tem a sua importância, embora você diga que não.)

- (25) Por lo menos es mi filosofía ¿no? el hacer lo que me gusta y enriquecerme como persona ¿no? **aunque luego el bolsillo se queje** ¿no? (H20-AH2)

(Pelo menos é minha filosofia, né? Fazer o que eu gosto e enriquecer-me como pessoa, né? Embora depois o bolso reclame, né?)

Quando consideramos as camadas de atuação da conjunção *aunque*, o predomínio do presente do subjuntivo se mostra mais frequente nas orações de segunda e de terceira ordem (estados-de-coisas

e conteúdos proposicionais, respectivamente), enquanto nas demais predomina o presente do indicativo. A alta frequência do presente do subjuntivo está relacionada ao fato de que ele expressa também valores futuros. Se considerarmos, por exemplo, a ocorrência (22), vemos que sua tradução para o português poderia levar ao emprego do futuro do subjuntivo (“mesmo que um dia você se levantar com dor de dente”), tempo verbal em desuso no espanhol contemporâneo, frequentemente substituído pelo presente do subjuntivo.

No que diz respeito ao uso do tempo futuro, não é possível fazer afirmações mais precisas, visto que apenas uma ocorrência foi identificada no *corpus* (concessiva de unidade textual). Se tomarmos essa ocorrência, ilustrada a seguir, como referência, podemos pensar que o emprego do futuro pode estar limitado às camadas mais altas e às orações que apresentem mais independência com relação a uma oração principal, mas essa afirmação carece de mais dados.

- (26) Es otro mundo es otra mentalidad y la sociedad lo que es aquí urbana pues es muy muy diferente es todo muy estresante es no hay ese sol que hay en el campo no hay ese verde la lo que es la gente en sí como la manera que se cría también **aunque bueno habrá también gente humilde**. (12M-GR23)

(É outro mundo, é outra mentalidade e a sociedade que aqui é urbana é muito diferente, é tudo muito estressante e não tem esse sol que tem no campo, não tem esse verde, o que são as pessoas em si mesmas, a maneira de se criar, embora haja gente humilde também.)

Em (26), podemos notar que o futuro é utilizado, assim como os tempos do subjuntivo, para indicar uma situação hipotética, geralmente sentida pelo falante como pouco comum ou de difícil realização. Dessa forma, o fato de existirem pessoas humildes na cidade pode acontecer, mas isso não é visto como algo comum para o falante.

Quanto às orações aqui tratadas como *independentes*, por não apresentarem relação explícita com a oração anterior nem com a posterior, o tempo verbal predominante é o presente do indicativo, tempo menos marcado, diretamente relacionado com o caráter mais independente desse

subtipo oracional, como vemos no exemplo (27), em que a informação dada pelo informante de que não se importa com o fato de não se sair bem na cozinha (*la cocina es lo que peor llevo aunque me da igual*) aparece como uma espécie de parêntese:

- (27) Pero lo que es la cocina es lo que peor llevo **aunque me da igual** yo no sé hacer un plato y digo “pues esto tiene que llevar esto esto y esto” y yo sola me lo ingenio ahí para hacerlo hago mis propias recetas. (12M-GR24)

(Mas a cozinha é o que pior faço, embora não me importe, eu não sei fazer um prato e digo “nisso tem que colocar isso isso e isso” e eu sozinha encontro meios para fazê-lo, faço minhas próprias receitas.)

O emprego do passado também é comum nesse grupo de orações, como mostra o exemplo (20), aqui repetido por conveniência em (28):

- (28) También el Vaticano sí si lo vimos más tranquilo fue una mañana **aunque fue rápido** también con la guía pero nos tocó una guía fue muy buena. (22H-GR26)

(O Vaticano também nós vimos mais tranquilamente, foi uma manhã, embora tenha sido rápido também com a guia, tivemos uma guia muito boa.)

Tanto nas orações concessivas independentes que trazem o verbo no presente como nas que trazem o verbo no passado, identifica-se um valor de comentário ou de parêntese que permite ao falante fazer uma espécie de desvio do texto original para depois retomá-lo na sequência.

### 3.4 Posição da oração concessiva com relação à principal

Sobre a posição ocupada pela oração concessiva iniciada por *aunque*, consideramos que essas orações podem vir antepostas ou pospostas à oração principal – tomando-se o verbo como referência – a depender das estratégias argumentativas do falante e do tipo de informação a ser enunciada.

Flamenco García (2000) argumenta que quando o falante antepõe a oração concessiva iniciada por *aunque* à oração principal, sua intenção comunicativa é polemizar acerca de um discurso previamente emitido ou simplesmente pressuposto por seu interlocutor. Assim, a conjunção introduz uma informação temática, ou seja, já conhecida pelos interlocutores. Por outro lado, quando o falante pospõe a oração concessiva, seu objetivo é o de adiantar e rejeitar uma possível objeção do ouvinte. Nesse caso, a informação introduzida pela conjunção é nova ou remática.

Ainda a respeito da posição das orações concessivas com relação à principal, Neves (1999) argumenta que as orações concessivas antepostas carregam a informação mais conhecida pelo interlocutor, ocupando, por isso, uma posição mais tópica. Para a autora, as concessivas pospostas ora atuam como ressalva a um ponto particular do enunciado, ora como um comentário por meio do qual “o locutor acrescenta outros conteúdos ou argumentos a um segmento linguístico aparentemente concluído” (NEVES *et al.*, 2008, p. 982). Observemos os exemplos (29) e (30):

- (29) Yo prefiero vivir en la ciudad **aunque ahora mismo el centro está imposible**. (32M-GR12)

(Eu prefiro viver na cidade, embora agora o centro esteja impossível.)

- (30) E: Y viendo su afición al té ¿ha ido a las teterías?

I: Bueno **aunque tome té a la a esta hora del desayuno por la mañana y a veces por la tarde** no significa que yo tenga afición al té. (33H-GR15)

(E: E vendo seu gosto por chá, o senhor foi às casas de chá?)

I: Bom, embora eu tome chá na hora do café da manhã e às vezes à tarde, não significa que eu seja viciado em chá.)

Em (29), observamos que a oração concessiva ocupa a posição posposta à oração principal e introduz uma informação nova no discurso (*ahora mismo el centro está imposible*). A função argumentativa da oração concessiva posposta é, segundo Flamenco García (2000), adiantar um possível contra-argumento do ouvinte, que poderia ser formulado a partir da informação anterior, expressa na oração principal.

Já no exemplo (30), vemos que a oração concessiva está anteposta à oração principal. Tal posição justifica-se pelo fato de que a informação por ela codificada já é conhecida pelos interlocutores. Assim, a intenção argumentativa do falante ao produzir o enunciado concessivo é de polemizar a respeito da informação dada pelo contexto comunicativo e compartilhada pela informação pragmática dos participantes que, no caso do exemplo em análise, corresponde ao fato de que o entrevistado toma chá frequentemente.

Na análise da posição ocupada pela oração concessiva introduzida por *aunque* não foram consideradas as 35 ocorrências que se enquadram nas orações aqui tratadas como *independentes*, uma vez que tais orações não estabelecem relações sintáticas com os enunciados anteriores nem posteriores. Por essa razão, o número total considerado para esse critério foi de 176 ocorrências. Verificamos que a posição posposta (59,1% das ocorrências) predomina sobre a anteposta (40,9%), como mostra a tabela a seguir:

**Tabela 4** - Posição das orações concessivas com relação à camada de atuação

Camada de atuação	Posposição		Anteposição	
	Nº	%	Nº	%
Estado-de-coisas (2ª)	34	19,32	2	1,13
Conteúdo proposicional (3ª)	41	23,3	59	33,52
Ato de fala (4ª)	10	5,68	11	6,25
Unidade textual (5ª)	19	10,8	----	
<b>TOTAL</b>	<b>104</b>	<b>59,1</b>	<b>72</b>	<b>40,9</b>

Considerando as camadas de atuação da conjunção *aunque*, os dados comprovam que nas orações de segunda ordem (estado-de-coisas), a posição posposta é mais frequente, como mostra o exemplo a seguir:

- (31) Porque la ciudad te acoge **aunque sea de gran tamaño**. (32M-GR11)

(Porque a cidade te acolhe ainda que seja grande.)

Tal resultado corrobora a posição de Crevels (2000a), que, ao descrever as características das concessivas de domínio do conteúdo, afirma ser a posposição um traço que as diferencia das demais concessivas. Orações concessivas de segunda ordem antepostas à oração principal são muito raras e podem ser visualizadas no exemplo a seguir:

- (32) aunque se lavaban los puestos por la noche a la hora de la verbena aquello olía a pesca(d)o. (33H-GR15)

(Embora lavassem os postos à noite na hora da festa, aquilo cheirava a peixe.)

As orações concessivas que representam conteúdos proposicionais e atos de fala, por sua vez, tendem a ocorrer antepostas à oração principal, embora a diferença no caso das orações de domínio ilocucionário entre anteposição e posposição seja pouco representativa. Os exemplos (33) e (34) ilustram, respectivamente, orações de domínio epistêmico e de domínio ilocucionário:

- (33) **Aunque [el pueblo] era pequeño** hacían unas fiestas mu(y) bonitas. (33M-GR16)

(Embora o povoado fosse pequeno, faziam umas festas muito bonitas.)

- (34) **Aunque no estés de acuerdo** dices “esto es lo que hay esto es lo que hay”. (22H-GR25)

(Embora você não esteja de acordo, diz “é o que tem, é o que tem”).

As orações concessivas que representam unidades textuais, por sua configuração específica de comentário, só podem aparecer em posição posposta, como se observa no exemplo (35):

- (35) es verdad que cuando te mueves en un círculo pues los amigos son de ese círculo eso es evidente y por eso los reyes se van con reyes y los pobres se van con pobres eso es lo normal y además creo que eso no: por lo menos aquí en España no va a cambiar así como así y sobre todo en ciudades como Alcalá menos porque en Alcalá sí que esta gente es de los de Alcalá de toda la vida: este no: **aunque ya ha cambiado todo eso por los institutos y eso [...]** (H15-AH3)

(É verdade que quando você se move em um círculo, os amigos são desse círculo, isso é evidente, e por isso os reis vão com os reis e os pobres vão com os pobres, isso é normal; além disso, acho que isso não, pelo menos aqui na Espanha, não vai mudar sem mais nem menos e em cidades como Alcalá menos ainda, porque em Alcalá sim que tem gente de Alcalá de toda a vida e gente que não, embora já tenha mudado tudo isso por causa dos institutos e tal [...])

Com base nas discussões apresentadas e tendo em vista as posições que predominam em cada camada de atuação, podemos concluir que as concessivas de segunda e de quinta ordem tendem a introduzir uma informação nova no discurso e a estratégia argumentativa da qual fazem parte é de evitar possíveis contra-argumentos do ouvinte ou interpretações equivocadas do que foi dito antes. Sendo assim, a concessiva *aunque sea de gran tamaño*, em (31), impede que o ouvinte utilize esse argumento para tentar invalidar o que é afirmado na oração principal. Também a oração *aunque ya ha cambiado todo eso por los institutos y eso*, em (35), funciona como uma espécie de ressalva que tenta evitar que o ouvinte tire conclusões equivocadas a partir do que foi dito antes, que poderia levá-lo à conclusão de que na cidade de Alcalá de Henares o comportamento social não muda.

Já as orações de terceira e de quarta ordem tendem, por sua vez, a acompanhar uma informação já conhecida pelos interlocutores e demonstrar que, embora haja o conhecimento do que nelas se afirma,

isso não impede a conclusão apresentada na oração principal. Assim, desde o início, o falante já apresenta o argumento da oração concessiva como sendo um obstáculo falho, pois ao enunciar *aunque [el pueblo] era pequeño*, como no exemplo (33), tal informação já é sentida como insuficiente para impedir que se conclua que as festas eram bonitas. Da mesma forma, a concessiva *aunque no estás de acuerdo*, em (34), é incapaz de impedir a enunciação do ato de fala principal (*dices esto es lo que hay esto es lo que hay*).

### Considerações finais

Este trabalho teve por objetivo fazer uma descrição dos elementos que caracterizam as orações concessivas introduzidas pela conjunção *aunque*, em dados do espanhol falado peninsular pertencentes ao Projeto PRESEEA. Como parâmetros de análise que nos apoiaram nessa descrição, consideramos a camada de atuação da conjunção *aunque*, o modo verbal, o tempo verbal e a posição da oração concessiva com relação ao verbo da oração principal.

À estrutura em camadas da frase proposta por Hengeveld (1988, 1989) e por Dik (1989), que permite separar diferentes unidades introduzidas pela conjunção *aunque*, consideramos o acréscimo de uma quinta camada, sugerido por Crevels (1998, 2000a, 2000b) especificamente para o caso das orações concessivas. Assim, verificamos, inicialmente, que as orações concessivas introduzidas pela conjunção *aunque* em espanhol podem pertencer a quatro grupos diferentes, considerando sua camada de atuação: orações de segunda ordem ou concessivas de domínio de conteúdo; orações de terceira ordem ou concessivas de domínio epistêmico; orações de quarta ordem ou concessivas de domínio ilocucionário; e orações de quinta ordem ou concessivas de unidade textual.

Além dos tipos inicialmente previstos, verificamos, na análise dos dados, a existência de um grupo diferenciado de orações introduzidas pela conjunção *aunque* que não se encaixa em nenhuma das categorias propostas, uma vez que não estabelece uma relação clara com as orações anteriores ou posteriores. Tratamos essas orações como as chamadas orações *independentes* descritas por Garcia (2010) e por Stassi-Sé (2012) no âmbito da Gramática Discursivo-Funcional. Dada a impossibilidade de analisarmos esse grupo oracional dentro de uma teoria que se limita

à extensão da frase, propomos que sua descrição seja feita com base numa teoria que considere estruturas que ultrapassem os limites da frase, como a Teoria da Gramática Discursivo-Funcional (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008), teoria ainda em desenvolvimento, que representa uma evolução da Gramática Funcional de Dik (1989, 1997).

Na análise das ocorrências de orações introduzidas por *aunque* nos dados do *corpus*, verificamos que tais orações representam majoritariamente conteúdos proposicionais, isto é, atuam na camada da proposição, conforme proposta de Dik (1989), equivalendo a concessivas de domínio epistêmico. Esse tipo oracional apresenta o verbo predominantemente no modo subjuntivo (presente) e ocorre com mais frequência em posição posposta com relação ao verbo da oração principal.

Ao descrevermos as características sintático-semânticas que pertencem aos demais tipos oracionais introduzidos por *aunque*, observamos que as orações de segunda ordem ou concessivas de domínio de conteúdo, segundo tipo mais frequente no *corpus*, são marcadas pelo predomínio do presente do modo subjuntivo e caracterizadas pela posição posposta, confirmando a descrição de Crevels (2000a).

Nas orações concessivas que ocupam camadas mais altas, como as concessivas de domínio ilocucionário e as concessivas de unidade textual, predomina o presente do modo indicativo. As concessivas de domínio ilocucionário parecem apresentar certa liberdade posicional, pois o número de ocorrências de orações antepostas e pospostas foi praticamente idêntico. Já as orações que representam unidades textuais, por seu caráter de adendo ou comentário, aparecem categoricamente na posição posposta.

Com relação ao modo, verificamos que, em números reais, o emprego do subjuntivo foi ligeiramente maior do que o emprego do indicativo, embora a diferença não tenha sido tão representativa. O predomínio do subjuntivo nas orações que ocupam camadas mais baixas e do indicativo nas orações que ocupam camadas mais altas permite-nos comprovar que o modo subjuntivo está relacionado às orações que são sintaticamente mais dependentes da oração principal, enquanto o modo indicativo é mais frequente em estruturas que apresentam certa independência sintática.

Quanto ao tempo verbal, em todos os tipos oracionais, o emprego mais frequente foi o do presente. Houve maior frequência de presente do subjuntivo nas orações de segunda e de terceira ordem e de presente

do indicativo nas orações que ocupam as camadas mais altas. A alta frequência do presente, em especial do presente do subjuntivo, justifica-se em grande parte em razão do desaparecimento do futuro do subjuntivo no espanhol contemporâneo e sua substituição por outros tempos verbais, como o presente do subjuntivo no caso das orações concessivas.

Com relação à posição, verificamos que as orações concessivas de segunda ordem tendem a aparecer pospostas porque geralmente introduzem uma informação nova no discurso, servindo como uma estratégia do falante para evitar possíveis contra-argumentos do ouvinte ou interpretações equivocadas do que foi expresso na oração principal. Comportamento semelhante apresentam as orações de quinta ordem (unidade textual), que só podem aparecer pospostas. As orações de terceira e de quarta ordem, por sua vez, tendem a aparecer antepostas, apresentando um obstáculo falho no impedimento da realização do evento descrito na oração principal.

Tendo em vista a análise aqui empreendida, esperamos ter contribuído para a descrição das orações concessivas introduzidas por *aunque* no espanhol peninsular falado e para os estudos funcionalistas de uma maneira geral, especialmente os que envolvem a descrição do espanhol.

## Referências

- ALARCOS LLORACH, E. *Gramática de la Lengua Española*. Madrid: Espasa, 1999.
- CREVELS, M. Concession in Spanish. In: HANNAY, M.; BOLKESTEIN, A. M. (Eds.). *Functional Grammar and Verbal Interaction*. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1998. v. 44, p. 129-148.
- CREVELS, M. *Concession: A Typological Study*. 2000. 191 f. Tese (Doutorado) – University of Amsterdam, Amsterdam, 2000a.
- CREVELS, M. Concessives on Different Semantic Levels: A Typological Perspective. In: COUPERKUHLEN, E.; KORTMANN, B. (Ed.). *Cause, Condition, Concession, Contrast Cognitive and Discourse Perspectives*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2000b. p. 313-339.
- DECAT, M. B. Por uma abordagem da (in)dependência de cláusulas à luz da noção de “unidade informacional”. *Scripta*, Belo Horizonte, v. 2, n. 4, p. 23-38, jan.-jun. 1999.
- DE KOCK, J. Aunque con indicativo o subjuntivo en España y América, en español escrito y hablado. *Lenguaje y Textos*, Valencia, n. 6-7, p. 145-160, 1995.

DIK, S. *The Theory of Functional Grammar*. Dordrecht: Foris, 1989. v. 1.

DIK, S. *The Theory of Functional Grammar*. In: HENGEVELD, K. (Ed.). Berlin; New York: Mouton de Gruyter, 1997. v. 2.

ELVIRA, J. Metonímia y enriquecimiento pragmático: a propósito de “aunque”. *Dicenda. Cuadernos de Filología Hispánica*, Madrid, n. 23, p. 71-84, 2005.

FLAMENCO GARCÍA, L. Las construcciones concesivas y adversativas. In: BOSQUE, I.; DEMONTE, V. (Org.). *Gramática descriptiva de la lengua española*. Madrid: Espasa-Calpe, 2000. v. 3: Entre la oración y el discurso, p. 3805-3878.

GARCIA, T. S. *As relações concessivas no português falado sob a perspectiva da Gramática Discursivo-Funcional*. 2010. 176 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto, 2010.

GILI GAYA, S. *Curso superior de sintaxis española*. 15. ed. Barcelona: Vox, 2000.

HENGEVELD, K. Illocution, Mood and Modality in a Functional Grammar of Spanish. *Journal of Semantics*, n. 6, p. 227-269, 1988.

HENGEVELD, K. Layers and Operators in Functional Grammar. *Journal of Linguistics*, n. 25, p. 127-157, 1989.

HENGEVELD, K.; MACKENZIE, L. *Functional Discourse Grammar*. Oxford (UK): Oxford University Press, 2008.

IBBA, D. Oraciones concesivas y gramaticalización: el caso de aunque y maguer (que). *Intralingüística*, n. 17, p. 493-502, 2007. Disponível em: <<http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2317374>>. Acesso em: 23 mar. 2013.

KÖNIG, E. Concessive Clauses. In: ASHER, R. E. (Ed.). *The Encyclopedia of Language and Linguistics*. v. 2. Oxford: Pergamon, 1994. p. 679-681.

MATTE BON, F. *Gramática comunicativa del español*. Madrid: Edelsa, 1995. t. 2.

NEVES, M. H. M. As construções concessivas. In: \_\_\_\_\_. (Org.). *Gramática do português falado*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP; Campinas: Editora da UNICAMP, 1999. v. 7: Novos estudos, p. 545-591.

NEVES, M. H. M. *et al.* As construções hipotáticas. In: ILARI, R.; NEVES, M. H. M (Org.). *Gramática do português culto falado no Brasil*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2008. v. 2: Classes de palavras e processos de construção, p. 937-1015.

QUIRK, R. *et al.* *A Comprehensive Grammar of the English Language*. London: Longman, 1985.

REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. *Gramática de la Lengua Española*. Madrid: Espasa-Calpe, 1931. p. 396-401.

RIVAS, E. A propósito de condicionales y concesivas reales: referencias diacrónicas en torno a estas últimas. *Verba*, n. 17. p. 159-169, 1990.

STASSI-SÉ, J. C. *Subordinação discursiva no português à luz da gramática discursivo-funcional*. 2012. 194 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto, 2012.

**Organização da fala-em-interação: o dispositivo para o gerenciamento de fala sobreposta na conversa cotidiana em dados de português brasileiro**

***The Overlap Management Device for Ordinary Conversation in Brazilian Portuguese Data***

Pedro de Moraes Garcez

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil.

[pmgarcez@pq.cnpq.br](mailto:pmgarcez@pq.cnpq.br)

Fabiola Stein

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil.

[fabiola\\_stein@hotmail.com](mailto:fabiola_stein@hotmail.com)

**Resumo:** Na fala-em-interação social, é comum que os participantes falem em sobreposição. Por vezes, isso se torna problemático para as suas ações, o que exige gerenciamento e resolução da fala sobreposta. Apresentam-se aqui os resultados de estudo sobre fala simultânea e o dispositivo para o seu gerenciamento em interações cotidianas em que a língua de interação é o português brasileiro. Com o intuito de verificar se a ocorrência do fenômeno e o funcionamento do dispositivo se dão conforme a descrição seminal feita por Schegloff (2000a), que tem como base dados de conversa entre falantes de inglês norte-americano, dois encontros entre três participantes conversando em português brasileiro foram gravados, transcritos e analisados sequencialmente sob a perspectiva teórico-metodológica da Análise da Conversa Etnometodológica (ACE). Após revisão, à luz da análise dos nossos dados, dos principais aspectos de ocorrência de fala sobreposta não problemática, bem como de fala

sobreposta problemática e seu gerenciamento, conclui-se que a descrição de Schegloff (2000a) aplica-se aos dados de conversa em português brasileiro examinados.

**Palavras-chave:** Conversa; Fala-em-interação; Sobreposição; Interrupção; Tomada de turnos.

**Abstract:** Overlapping talk is a common occurrence in talk-in-interaction, even if at times participants may find it problematic while carrying out their actions, and will thus work to manage and resolve it. Results are reported here of an investigation of overlapping talk and the overlap management/resolution device component of turn-taking for ordinary conversation in Brazilian Portuguese. With the aim of verifying the adequacy of Schegloff's (2000a) description of such phenomena, which was based on conversation among speakers of American English, two encounters among three participants having conversations in Brazilian Portuguese were recorded, transcribed and analyzed following conversation analytic methods. We conclude that Schegloff's (2000a) description of overlapping talk and the overlap management/resolution device applies to our Brazilian Portuguese conversation data.

**Keywords:** Conversation; Talk-in-Interaction; Overlap; Interruption; Turn-Taking.

Recebido em 18 de fevereiro de 2014.

Aprovado em 03 de junho de 2014.

## Introdução<sup>1</sup>

Quando as pessoas falam umas com as outras em interação, elas normalmente falam uma de cada vez e uma após a outra. Quando sua fala não é produzida serialmente

---

<sup>1</sup> O trabalho de pesquisa relatado aqui foi realizado com apoio do CNPq mediante bolsas PQ (processos n° 304311/2007-3 e n° 306133/2010-5) e IC (PIBIC-Propesq/UFRGS).

dessa maneira, elas geralmente agem rapidamente para restabelecer a “ordem”; alguém rapidamente preenche o silêncio; alguém para de falar (ou vários alguéns param) para resolver a fala simultânea; ou, se dois ou mais participantes continuam a falar, suas falas tomam um caráter especial de “competitividade”. Esses estados especiais de silêncio ou competitividade, contudo, são rapidamente resolvidos em favor da “normalidade” do fala um de cada vez, nada mais, nada menos (SCHEGLOFF, 1987, p. 207).<sup>23</sup>

É pelo uso da linguagem na fala-em-interação que as pessoas conduzem grande parte de suas atividades conjuntas. Contudo, embora a linguagem humana em si tenha sido desde há milênios considerada passível de descrição por sua natureza evidentemente regrada, apenas nas últimas décadas alcançou-se um entendimento de que a fala-em-interação social é organizada sistematicamente e, portanto, também passível de descrição. De fato, “a organização das práticas para a tomada de turnos na fala-em-interação está entre aqueles elementos da vida social que, por estarem tão arraigados na prática do senso comum cotidiano, desafiam a consciência articulada e a descrição explícita, disciplinada” (SCHEGLOFF, 2000a, p. 2).<sup>4</sup>

A Análise da Conversa Etnometodológica (doravante ACE – ver GARCEZ, 2008), perspectiva teórico-metodológica que orienta este trabalho, tem como meta principal “a descrição e explicação das competências que falantes quaisquer usam e das quais dependem ao

---

<sup>2</sup> As citações deste e demais trechos de obras sem publicação anterior conhecida em português aparecem aqui em nossa tradução para os fins deste trabalho. Os trechos na língua original seguem apresentados em notas.

<sup>3</sup> “When persons talk to each other in interaction, they ordinarily talk one at a time and one after the other. When their talk is not produced serially in this manner, they generally act quickly to restore the ‘order’; someone quickly steps in to fill the silence; someone stops talking (or several someones do) to resolve the simultaneous talk; or if two or more of the participants continue talking, their talk takes on a special character of ‘competitiveness’. These special states of silence or competitiveness, however, are quickly resolved in favor of ‘normality’ one at a time, no more, no less.”

<sup>4</sup> “The organization of turn-taking practices in talk-in-interaction is among those features of social life that are so deeply embedded in ordinary common-sense practice that they challenge articulate awareness and explicit, disciplined description.”

participar de interação inteligível socialmente organizada”<sup>5</sup> (ATKINSON; HERITAGE, 1984, p. 1). Consiste, portanto, no estudo dos procedimentos empreendidos pelos participantes da interação para co-construírem suas ações sociais, “para produzir o próprio comportamento e para entender e lidar com o comportamento dos outros” (GARCEZ, 2008, p. 18).<sup>6</sup> Sendo “a distribuição ordenada de oportunidades para participar de interações sociais uma das mais fundamentais pré-condições para a organização social viável”<sup>7</sup> (SCHEGLOFF, 2000a, p. 1), o estudo da organização das práticas da tomada de turnos na fala-em-interação é também fundamental para quem estuda a ação humana pelo uso da linguagem em interação social.

Já Sacks, Schegloff e Jefferson (2003 [1974], doravante SSJ (2003 [1974])) apontavam que a sobreposição de vozes, isto é, mais de um participante produzindo atividade vocal ao mesmo tempo, é fenômeno recorrente na fala-em-interação, mesmo que a grande maioria das ocorrências seja breve e, conforme veremos, pouco ou nada problemáticas para a interação. Antes de SSJ (2003 [1974]), nos primórdios da tradição hoje conhecida como ACE, as *lectures* reunidas em Sacks (1992) já tratavam das bases sistemáticas para ocorrência de sobreposições, assim como Jefferson (1973; 1983; 1984; 1986), que deu grande contribuição para os estudos do fenômeno da sobreposição de vozes na conversa. Nossa atenção aqui se volta, contudo, para o primeiro de dois artigos publicados no início da década passada sobre fenômenos relativos à fala sobreposta: Schegloff (2000a) e Schegloff (2002).

Schegloff (2000a) produziu uma nova e minuciosa descrição sobre o fenômeno da fala simultânea na conversa cotidiana, complementando e agregando grande precisão ao entendimento relatado em SSJ (2003 [1974]), sobretudo ao adicionar à sistemática da tomada de turnos mais um componente:<sup>8</sup> o dispositivo para o gerenciamento de fala

<sup>5</sup> Tradução revisada de Garcez (2008, p. 18): “[...] the description and explication of the competence that ordinary speakers use and rely on in participating in intelligible, socially organized interaction”.

<sup>6</sup> “[...] produce their own behavior and understand and deal with the behavior of others”.

<sup>7</sup> “The orderly distribution of opportunities to participate in social interaction is one of the most fundamental preconditions for viable social organization.”

<sup>8</sup> Os componentes descritos em SSJ (2003 [1974]) são: composição de turnos, que diz respeito às unidades com que o turno é construído, e alocação de turnos, referente às possibilidades de selecionar quem será o próximo falante.

sobreposta.<sup>9</sup> Além disso, esse trabalho adquire especial importância, já que a sobreposição de vozes seria “a ‘estrela social’ da família da organização da tomada de turnos, aquela que desperta o interesse popular” (SCHEGLOFF, 1995, p. 40).<sup>10</sup> Esse fenômeno vem sendo tratado em muitos trabalhos de maneira imprecisa e precipitada, atribuindo-se, como em Coates (1997), a grande presença de sobreposições à “conversa de mulheres” e o respeito ao “fala-um-de-cada-vez” à “conversa de homens”.

Schegloff (2000a) descreve a ocorrência e gerenciamento de sobreposições. Schegloff (2002) propõe a distinção definitiva entre fala sobreposta e interrupção,<sup>11</sup> pondo em xeque trabalhos como os de West

---

<sup>9</sup> Chamamos de “dispositivo” os conjuntos de práticas e recursos sistematicamente empreendidos que podem ser observados nas interações. Na literatura analítica da conversa, encontramos dispositivos de diversas espécies, como o da tomada de turnos ou de categorização de pertencimento (SCHEGLOFF, 2007a), esse último composto por uma coleção de categorias e suas regras de aplicação.

<sup>10</sup> “[...] the “social star” of the turn-taking family, the one which excites wide popular interest.”

<sup>11</sup> Segundo Schegloff (2002, p. 301), “‘Interrupção’ é, em primeira instância, um termo não especializado; um termo comum de descrição na atividade prática da fala cotidiana. Diferentemente de ‘sobreposição’, não é um termo forjado para fazer o trabalho de ‘mera descrição’, nem é bem forjado para servir como instrumento para a análise ‘disciplinada’. É um termo de reclamação, e a sua invocação pode comumente servir para implementar a ação de reclamar. Dado que os termos ‘sobreposição’ e ‘interrupção’ fazem parte de domínios tão contrastantes, a equivocidade de ‘interrupção’ para fala sobreposta é equívoca para além das fontes de equivocidade já mencionadas. Além disso, para as várias dimensões de análise pelos participantes que podem informar as posições que eles assumem quanto ao tratamento de uma sobreposição como interrupção, há a questão prática da sua “reclamabilidade” para essas partes, naquele momento, com aquelas elocuções sobrepostas e assim por diante”. [“Interruption” is in the first instance a vernacular term; a term of vernacular description in the practical activity of ordinary talk. Unlike “overlap”, it is not designed to do the work of “mere description”, nor is it well-designed to serve as a tool for “disciplined” analysis. It is a term of complaint, and its invocation can ordinarily serve to implement the action of complaining. Because the terms “overlap” and “interruption” are part of such contrastive domains, the equivocality of “interruption” to overlapping talk is equivocal over and above the sources of equivocality already mentioned. Furthermore, to the several dimensions of analysis by the parties that may inform the stance they take up to the treatment of an overlap as an interruption there is the practical matter of its “complainability” for those parties, at that moment, with those overlapping utterances, and so forth].

e Zimmerman (2010 [1983]) e de West (1998), entre tantos outros que, por não atentarem em bases tão precisas como as que estão formuladas em Schegloff (2000a) para os elementos da organização da tomada de turnos acionados regularmente no gerenciamento de sobreposições problemáticas, tomaram ocorrências de sobreposição de vozes como interrupção (sobre isso, ver também DREW, 2009, p. 70). Esses trabalhos atribuíram indiscriminadamente o “desrespeito ao fala-um-de-cada-vez” a categorizações em esferas de poder, gênero, etnia, classe etc. Criticando esses estudos, o autor mantém, no conjunto, o “fala-um-de-cada-vez” como orientação básica da organização para a conversa, constituinte de todas as ações e categorias sociais construídas na fala-em-interação social. Aponta, portanto, que, nas relativamente raras ocasiões em que alguém interrompe um interlocutor, de fato questões de categorização de pertencimento estão em jogo, às vezes até mesmo na ausência de fala sobreposta propriamente, o que coloca a sobreposição de vozes como um fenômeno distinto. Com efeito, Drew (2009) propõe que se abandone por inteiro o emprego do termo “interrupção” “como categoria técnica na análise da interação” (p. 92).<sup>12</sup>

Todos esses estudos em ACE sobre a organização da tomada de turnos para a conversa têm como base dados de interação em inglês norte-americano. Assim, uma questão de potencial interesse é se essas descrições operariam também em dados de conversa em outras línguas de interação. Pesquisadores como Wong (2000), Sidnell (2001) e McCleary e Leite (2013), por exemplo, investigaram o funcionamento de aspectos da sistemática de tomada de turnos mediante o exame de dados de fala-em-interação em outras línguas e comunidades que não as de falantes do inglês norte-americano. Nosso interesse aqui, portanto, é verificar, assim como, de certa maneira, fizeram Gardner e Mushin (2007) com dados de conversa em uma língua australiana aborígine, se a descrição em Schegloff (2000a) é suficientemente adequada para ocorrências do fenômeno na fala-em-interação em que a língua de interação é o português brasileiro.<sup>13</sup> Também pretendemos com este trabalho ilustrar os principais aspectos do fenômeno, apresentando análises que se pretendem mais acessíveis ao leitor/pesquisador brasileiro do que as do

---

<sup>12</sup> “[...] as a technical category in analyzing interaction”.

<sup>13</sup> Marega e Jung (2011) examinam a sobreposição de falas em conversa cotidiana em português brasileiro com vistas ao exame geral do fenômeno, sem levar em conta a descrição de Schegloff (2000a; 2002).

artigo original (SCHEGLOFF, 2000a), tanto pela síntese quanto pelo fato de apresentarmos análises de dados em português.

Para tanto, expomos primeiramente algumas questões relacionadas à relevância da língua de interação para a organização da fala-em-interação, nossos dados de análise e o lugar da fala sobreposta na organização da fala-em-interação. A seguir, procedemos a uma exposição dos pontos mais centrais da descrição seminal de Schegloff (2000a) à luz dos nossos dados e discutimos a operação do dispositivo de gerenciamento de sobreposições em uma ocorrência de fala sobreposta prolongada.

Entendemos que a verificação que empreendemos aqui é relevante para o conhecimento, sobretudo em língua portuguesa, acerca do fenômeno da sobreposição de vozes em si e do dispositivo para seu gerenciamento como elementos constituintes da organização da fala-em-interação humana. Chamamos a atenção ainda para o fato de que a fala sobreposta tem sido muitas vezes tomada como indício de categorias analíticas de interesse dos pesquisadores, como gênero e poder, sobretudo quando equacionada com interrupção. Neste artigo, entretanto, examinamos tão somente a sobreposição de vozes e seu gerenciamento, seguindo Schegloff (2002) em tomar a sobreposição de vozes como fenômeno que pertence à ordem da organização elementar da fala-em-interação humana e que tem relação, mas é distinto da noção e da atividade interacional de “interrupção”.<sup>14</sup>

## **1 Língua de interação e organização da fala-em-interação**

Tendo em vista que “a estrutura linguística entra em cena na medida em que as características de uma determinada língua proporcionam recursos diferentes e restrições particulares ao modo como as práticas interacionais são implementadas” (ZIMMERMAN, 1999, p.

---

<sup>14</sup> Apesar de não enfocar essa distinção no que segue, acreditamos que a compreensão da sobreposição de vozes e seu gerenciamento na fala-em-interação é também relevante para uma compreensão apurada de ocorrências, bem menos frequentes, em que um participante da fala-em-interação efetivamente interrompe outro. Também acreditamos ser relevante um emprego mais cauteloso e em bases mais sólidas dessa noção como ferramenta analítica para tratar de temas relativos a categorias de pertencimento social, para além da organização da fala-em-interação em si, ou ainda mais interessantemente, quando fala sobreposta e pertencimento a categorias sociais estão em jogo concomitantemente para a realização de ações em um dado momento interacional.

197),<sup>15</sup> entendemos que os elementos linguísticos da estrutura gramatical de uma determinada língua de interação são importantes recursos em que os participantes se baseiam para projetar o desenho apropriado de seus turnos (SIDNELL, 2001; OCHS; SCHEGLOFF; THOMPSON, 1996, p. 34). Com efeito, SSJ (2003 [1974], p. 41-47) já apontavam que são de natureza sobretudo sintática as unidades de construção de turnos que estão na base da sistemática elementar para a troca de turnos na conversa. Ainda que recursos prosódicos tenham sido enfatizados, tal entendimento não se alterou substancialmente décadas mais tarde, quando vários analistas da conversa se debruçaram sobre a organização, dessa feita com base em dados de fala-em-interação em outras línguas além do inglês (OCHS; SCHEGLOFF; THOMPSON, 1996). Assim, dado que a sintaxe varia de uma língua natural humana para outra, é preciso assegurar-se de que os elementos da organização da fala-em-interação, descritos com base em dados de determinada língua, de fato se configuram do mesmo modo quando é outra a língua de interação, antes de podermos tomá-los como válidos universalmente, ou mesmo para esse domínio de linguagem natural específico. Em outras palavras, procuramos ter cautela ao examinar a adequação do entendimento atual acerca da fala sobreposta, analisando como ela ocorre na conversa entre brasileiros que interagem em português.

Schegloff (2000b) argumenta que há “um lugar sócio-interacional já moldado por uma série de estruturas de práticas que parecem transcender os limites culturais e linguísticos de forma relativamente robusta” (SCHEGLOFF, 2000b, p. 234).<sup>16</sup> Assim, até haver prova em contrário, a organização da fala-em-interação seria estável através dos limites linguísticos e culturais e, ao mesmo tempo, adaptável a suas especificidades. Assim como fizeram Garcez e Loder (2005) com a descrição da organização de reparo, nosso objetivo, agora em relação às sobreposições de vozes, é averiguar se a descrição de Schegloff (2000a) se mostra ou não “estável através dos limites culturais e linguísticos”

---

<sup>15</sup> “Linguistic structure enters in to the extent that the features of a given language provide differing resources and particular constraints on how interactional practices are implemented.”

<sup>16</sup> Tradução de Garcez e Loder (2005, p. 281): “[...] a social-interaction site already shaped by a range of structures of practices which seem to transcend cultural and linguistic boundaries in a relatively robust way”.

entre participantes de fala-em-interação em inglês norte-americano e participantes de fala-em-interação em português brasileiro.

## **2 Dados de análise**

A organização da tomada de turnos para a conversa cotidiana é o sistema elementar e fundador da fala-em-interação, a pedra fundamental da socialidade (SSJ, 2003 [1974], p. 55; ATKINSON; HERITAGE, 1984, p. 12; GARCEZ, 2008, p. 25-27). Consideramos a conversa “a forma básica de sistema de troca de fala, com outros sistemas na disposição representando uma gama de transformações do sistema de tomada de turnos da conversa, para se alcançarem outros tipos de sistemas” (SSJ, 2003 [1974], p. 55). Além disso, a conversa cotidiana em interação social face a face é o uso da linguagem presente em todas as sociedades humanas, não requerendo habilidade ou treinamento especial, além da própria socialização inicial em um grupo humano e constituindo o ambiente interacional em que se dá a própria aquisição da linguagem (CLARK, 2000 [1996]).

Podemos encontrar, portanto, diferentes sistemas de troca de falas em atividades institucionais como uma aula, palestra ou conferência, uma consulta médica, uma audiência ou julgamento – com diferentes organizações de tomada de turnos. Esses diferentes sistemas parecem ser “produto de transformações ou modificações do sistema da conversa cotidiana, que é a organização primordial da fala-em-interação”<sup>17</sup> (SCHEGLOFF, 1987, p. 222), constituindo-se como institucionais pelas modificações observáveis em alguns aspectos que organizam a conversa cotidiana (GARCEZ, 2002), especialmente no que diz respeito às sistemáticas centrais para a conversa, nomeadamente, tomada de turnos e reparo.

Devido à primordialidade da conversa sobre os diversos sistemas de troca de fala, fazer primeiramente uma descrição sistemática de um componente da tomada de turnos, como o dispositivo de gerenciamento de sobreposições, com dados de conversa cotidiana, parece-nos necessário. Schegloff (2000a) faz isso com dados de conversa em inglês norte-americano. Assim, para verificar a propriedade dessa descrição em relação a sua operação em uma outra língua de interação, o português brasileiro, precisamos ter como base o mesmo sistema de troca de fala,

---

<sup>17</sup> “[...] product of transformations or modifications of the one for conversation, which is the primordial organization for talk-in-interaction.”

a conversa cotidiana. Para isso, tendo obtido o consentimento informado dos participantes, fizemos o registro audiovisual de duas conversas cotidianas, totalizando cerca de uma hora e meia de gravação. Em ambos os casos, são grupos de amigos, três jovens do mesmo sexo e com níveis de escolaridade semelhantes, que estão sentados, na sala de estar de um deles, antes de uma refeição. Segmentamos os dados, atentos à ocorrência de sobreposições, encontrando diversas ocorrências do fenômeno, o que gerou, assim, dados para examinar boa parte dos aspectos mais elementares descritos em Schegloff (2000a). Utilizamos pseudônimos para preservar as identidades dos participantes cujas produções aparecem nos segmentos transcritos, segundo as convenções Jefferson (ver LODER, 2008). Além disso, o registro da conversa também em vídeo nos permite, como aos participantes, explorar o caráter multimodal da interação.

### 3 Organização da fala-em-interação e sobreposições de vozes

Conforme já mencionado, em Sacks, Schegloff e Jefferson (2003 [1974]) temos a descrição seminal da sistemática para a organização da tomada de turnos para a conversa. Essa sistemática funciona como um dispositivo organizacional que permite às partes da conversa “a conquista da arquitetada característica de uma-parte-por-vez, mesmo em face de uma mudança recorrente quanto a quem seria a parte a falar, e ainda assim prevendo ocasiões de multiplicidade de falantes e lapsos na fala (isto é, silêncios) que as partes podem empreender em conjunto”<sup>18</sup> (SCHEGLOFF, 2000a, p. 2). A organização da conversa se baseia em um conjunto de orientações normativas que governam a própria construção do turno e são responsáveis pela “alocação de um turno seguinte a uma parte [...] [e] que coordenam a transferência, de modo a minimizar *intervalos e sobreposições*” (SSJ, 2003 [1974], p.16, grifo nosso), afastamentos da orientação básica da conversa, “fala-um-de-cada-vez”.

Schegloff (2000a) descreve um componente da organização da tomada de turnos que não havia sido tratado em SSJ (2003 [1974]): o dispositivo para o gerenciamento de fala sobreposta. A renovada

<sup>18</sup> “An organizational device that would allow parties to achieve the design feature of one-party-at-a-time in the face of a recurrent change in who the speaking party was, while providing as well for such occasions of multiple speakership and lapses in the talk (i.e. silence) as the parties might undertake to co-construct.”

atenção analítica do autor para tal componente levou à articulação precisa de aspectos da sistemática da tomada de turnos para a conversa que em SSJ (2003 [1974]) eram apenas mencionados. Assim, ao analisar se ocorrências de sobreposições de vozes são tratadas pelos participantes como problemáticas ou não, que recursos eles mobilizam para o gerenciamento e resolução, quando e como, Schegloff (2000a) explicita o que vem a ser “breve” quando SSJ (2003 [1974]) afirmam que “ocorrências de mais de um falante de cada vez são comuns, mas breves” (SSJ, 2003 [1974], p. 19). Disso resulta uma compreensão bastante apurada de como apenas uma parcela muito pequena dessas sobreposições compromete o andamento da interação, conforme os dados de Schegloff (2000a) e os nossos demonstram.

#### **4 Sobreposições de vozes**

Quando dois participantes se encontram falando em sobreposição, depois da primeira batida rítmica de fala simultânea,<sup>19</sup> cada parte precisa tomar posição quanto à sobreposição em desenvolvimento, podendo “desistir”, parar de falar; continuar como se não houvesse outra pessoa falando; ou promover a produção da competição pela mobilização de um ou mais recursos para o gerenciamento da sobreposição (SCHEGLOFF, 2002, p. 292). Nesse ponto, cada parte pode considerar a posição tomada pelo coparticipante e reagir frente a isso. Observamos que nisso se coloca como relevante um outro nível de granularidade,<sup>20</sup> pois a orientação não é somente para o “turno a turno” e sim para a “batida a batida”, isto é, para a decisão que cada parte toma a cada nova batida de fala sobreposta.

Tendo em vista essas diferentes posições que os participantes podem tomar frente à sobreposição de vozes, podemos pensar em ocorrências que não tomam um caráter de competitividade, com um participante parando de falar e outro continuando, e ocasiões em que uma ou as duas partes mobilizam recursos, como aumento de volume ou

---

<sup>19</sup> Conforme Schegloff (2000a, p.19; ver também nota 22 de SCHEGLOFF, 2000a, p. 51-52), o que constitui uma batida rítmica ainda não está totalmente entendido. No entanto, pensar na correspondência entre batida e sílaba não está de todo equivocado.

<sup>20</sup> A noção de granularidade tem a ver com a magnitude ou escopo do que os participantes formulam ou demonstradamente notam, como no caso do gerenciamento de sobreposições (SCHEGLOFF, 2000c).

velocidade da fala, para gerenciar a sobreposição e assim resolvê-la, ou seja, colocando em funcionamento o dispositivo para o gerenciamento de fala sobreposta. Temos, então, dois tipos de sobreposições de vozes: sobreposições não problemáticas e sobreposições problemáticas (para o andamento da interação).

Observemos a seguir, mais detidamente, cada tipo de sobreposição. Primeiro, examinaremos algumas ocorrências de sobreposições não problemáticas que, já em um primeiro momento, podemos excluir do domínio da operação do dispositivo para o gerenciamento de fala sobreposta. Em seguida, examinaremos dados de sobreposições problemáticas, em que observamos o empreendimento de recursos para o gerenciamento da sobreposição.

#### 4.1 Sobreposições não problemáticas

Há ocorrências de sobreposição tratadas como não problemáticas na conversa que não precisam de práticas especiais para seu gerenciamento, isto é, os falantes em sobreposição não parecem estar competindo pelo turno, nem demonstram que a ocorrência de sobreposição é obstáculo às suas ações. Nesses casos, “a conduta dos participantes não demonstra que essas ocorrências são tomadas como problemáticas para eles, e é essa característica que rege o tratamento que damos a elas como analistas”<sup>21</sup> (SCHEGLOFF, 2000a, p. 4). Privilegiamos, portanto, a perspectiva dos interagentes, pois “parece sustentado empiricamente o fato de que os participantes precisam demonstrar entendimento do que foi dito e feito ao agirem aqui e agora” (GARCEZ, 2008, p. 28). É sobre esse procedimento de articulação da análise dos participantes que tomamos uma sobreposição como problemática ou não.

É importante destacar que consideramos a fala sobreposta como fenômeno que requer atenção organizacional dos participantes somente quando as vozes sobrepostas se encontram em uma única conversa, isto é, quando há falas sobrepostas de falantes que são participantes da mesma conversa. Nos casos de conversas distintas, porém espacialmente próximas, não temos sobreposições de vozes nos termos organizacionais que nos interessa

---

<sup>21</sup> “[...] the conduct of the participants does not show these occurrences to be taken as problematic by them, and this feature governs their treatment by us as analysts.”

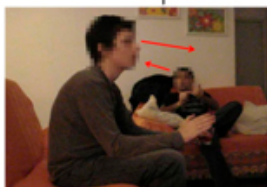
aqui compreender e descrever, pois a orientação dos participantes para o “fala-um-de-cada-vez” se restringe ao universo do encontro em cada conversa.<sup>22</sup>

Mesmo em sobreposições de vozes em uma mesma conversa, contudo, há quatro tipos de ocorrências em que, em uma primeira instância, a sobreposição de voz não é problemática em relação à tomada de turnos, ou seja, não é um obstáculo interacional para o que os participantes estão fazendo (SCHEGLOFF, 2000a, p. 4-7):

- a. Sobreposições terminais – ocorrem quando um falante inicia sua fala antes que o outro acabe, por projetar precocemente o término do turno do interlocutor. Nesse caso, a sobreposição acaba uma batida após o começo, autoliquidando-se;

### Excerto (1): Sobreposição terminal<sup>23</sup>

1		(0,3) ((Carlos volta o olhar para Ricardo))
2	Carlos	a pesso[a ] que] TE] LI]GOU:]i,
3	João	[só] pra] bo]tar] o - ]
4		(0,3)
5	Carlos	e marcou um horário aquele lá deve tá-
6		(0,5) ((Carlos mantém a boca fechada como se estivesse retendo a fala))
7	João	>>ela- [ela-<<]
8	Carlos	[pre:]cizando ela tá- não, é que tá
9		precisando mas tá definindo que quer a prestação
10		do teu serviço °não [do] ou]tro°]
11	João	→ [i:n]di]f]e]rente do custo que
12		
13		tu vai:: fazer



<sup>22</sup> É também comum em conversas com quatro ou mais participantes ocorrerem momentos de cisma, ou seja, o que era uma conversa com quatro participantes, por exemplo, se torna duas conversas com dois participantes cada uma. É importante estar atento a isso em transcrições e análises de dados, separando as duas conversas para que não se busquem relações sequenciais entre duas conversas distintas.

<sup>23</sup> As convenções utilizadas para transcrição de todos os excertos reproduzidos neste trabalho encontram-se no apêndice.

Nesse dado, encontramos três ocorrências de sobreposição de vozes: linhas 2 e 3; linhas 8 e 9; e linhas 11 e 12. Nessa conversa, três amigos, Carlos, João e Ricardo, estão discutindo prestação de serviços de informática e de estética. Carlos, que é cabeleireiro, está nesse momento argumentando sobre a relação entre a qualidade do serviço e a cobrança feita. João entra em sobreposição à fala de Carlos em três momentos para contribuir com a argumentação do amigo. A sobreposição que nos interessa examinar agora é a terceira. Carlos, na linha 11, poderia terminar seu turno em “do teu serviço”, onde já encontramos uma unidade de construção de turno completa. Contudo, Carlos ainda produz um adendo a essa produção em volume de voz mais baixo, “não do outro”, voltando o olhar para João. Na linha 12, João, já tendo anteriormente tentado contribuir com a argumentação de Carlos, trata “do teu serviço” como o final do turno do interlocutor. Ao produzir “não do outro”, Carlos não apresenta quaisquer perturbações na sua elocução e direciona o olhar para João. Assim, essa ocorrência de sobreposição não é considerada como problemática pelas partes, pois se configura apenas como uma projeção precoce de João do término do turno de Carlos que, mesmo durando mais de uma batida, possui a ratificação de Carlos, que nesse momento volta o olhar para João, como se “concedesse” o turno.

São comuns as sobreposições que ocorrem pela projeção precoce do término da fala do interlocutor que se autoliquidam, pois o interlocutor logo completa seu turno sem reclamar pelo espaço de turno, sem competir pela vez de falar.

- b. Continuadores – demonstrações de atenção do interlocutor para a fala em andamento;

### **Excerto (2): Continuadores**

1	Camila	=é a gente ainda tava com o pai da Ema então
2		quando vê a gente po[dia de]scer e ir a pé mas=
3	Sabrina	→ [m: hm]
4	Camila	=ele tu vai ter que esperar ele estacionar o
5		carro
6	Sabrina	sim.

Outro caso de sobreposição não problemática pode ser visto nas linhas 2 e 3, em que Sabrina entra em sobreposição ao turno de Camila, demonstrando atenção ao que a amiga está dizendo. Camila está tentando

convencer Sabrina sobre a impossibilidade de chegar a tempo para um grande *show* de circo devido ao trânsito. Para isso, ela faz o relato de quando foi a esse *show* em outra oportunidade. Assim, Camila, durante os momentos de relato, dá demonstrações de entendimento, como se estivesse acompanhando o ponto que a amiga está defendendo para convencê-la. Podemos ver que esse tipo de sobreposição não requer nenhum tipo de prática especial para o seu gerenciamento.

- c. Acesso condicional ao turno – casos de busca de palavras e construção colaborativa de um turno;

**Excerto (3):** Acesso condicional ao turno

1	Sabrina	=ela é Cassia Eller [da nova geração]
2	Gabi	[aquela guria que botou a:]
3		(0,3)
4	Gabi	botou a música na formatura de vocês
5		(0,9)
6	Camila	eu [não sei]
7	Gabi	→ [TCH&U] I have to go [n o w ]
8	Sabrina	→ [a Bibi]
9		(0,4)
10	Gabi	a Bibi.



Falando sobre músicas para receber o diploma em formaturas, Gabi, na linha 7, faz um adendo à sua iniciação de reparo, começa a cantar a música que “uma guria colocou na formatura”, olhando para Sabrina (conforme está indicado no quadro de imagem), para que a amiga saiba de quem ela está falando e, assim, possa ajudá-la na busca de palavra. Sabrina, logo ao ouvir a música, lembra-se do nome e fala em sobreposição (linha 8), olhando para Gabi e oferecendo o nome, que Gabi, na linha 10, confirma. Como Gabi estava construindo aquele turno para que Sabrina a ajudasse a lembrar o nome de alguém, uma vez oferecido o item, a amostra da música já fora suficiente antes do fim da frase da

canção (e do turno). Logo, ao entrar em sobreposição, auxiliando na busca de palavra ao responder à pergunta, Sabrina não estaria competindo pelo turno e sim levando a cabo o reparo, respondendo às expectativas da interlocutora, e isso não precisaria ser feito necessariamente após a completude da frase (da música) no turno de adendo da iniciação de reparo para busca de palavra. De fato, Schegloff (2000a, p. 5-6) aponta sequências de reparo autoiniciado e levado a cabo pelo outro em busca de palavras e a construção de elocuções colaborativas como as duas instâncias mais familiares de ocorrências de sobreposições não problemáticas desse tipo.

- d. Vozes em coro – risos, saudações coletivas, despedidas, parabenizações, cantorias etc. Atividades que são tratadas pelos participantes como produções a ser feitas deliberadamente em simultaneidade;

**Excerto (4) (continuação do excerto (3)): Vozes em coro**

11	Gabi	[[foi essa música] o tempo inteiro.=
12	Camila	[[(era agora, )]
13	Gabi	→ =tchau.[I have to go now.[I have to go now. (0,3) <u>tcha:u</u> =
14	Sabrina	→ [I have to go now.[I have to go now. (0,3) <u>tcha:u</u> =
15	Camila	→ [I have to go now. (0,3) <u>tcha:u</u> =
16	Gabi	=[[e) ficou todo °o tempo (assim)°]
17	Sabrina	=[[eu só queria ficar [nã nã °naia °]
18	Camila	[>de quem é essa música<]

Esse excerto, que é uma continuação do anterior, apresenta vozes em coro em uma atividade que parece ser tratada pelas participantes como propositalmente a ser feita em produções simultâneas, um coro de uma música. Gabi, na linha 13, não mais procurando uma palavra, mas apenas cantando a música para reforçar seu incômodo com ela, “convida” Sabrina e Camila para essa atividade. As duas participantes, uma após a outra, engajam-se na cantoria. Conforme previsto, não observamos gerenciamento de sobreposições.

## 4.2 Sobreposições de vozes problemáticas

No curso particular da ação em um dado momento da fala-em-interação, a tomada de turnos em sobreposição pode ser um obstáculo para

os participantes. Se for mesmo assim, a sobreposição se caracteriza como um conflito ou obstáculo para o que está sendo feito. Nesse momento, então, as partes recorrem a um dispositivo para o gerenciamento de sobreposições a fim de dar prosseguimento à ação obstaculizada pelo desencadeamento das falas sobrepostas.

A seguir, temos a transcrição de um dado exemplar desse fenômeno. Nessa interação, temos três participantes, Carlos, João e Ricardo, conversando sobre negócios relacionados ao ramo de serviços de informática (nos quadros de imagem estão designados somente Carlos e João, pois Ricardo se encontra fora da área de captura da câmera de vídeo). No momento, Carlos está explicando a localização da *LAN house* de um conhecido, e João entra em sobreposição para fazer uma pergunta relacionada à localização do estabelecimento.

#### Excerto (5): Sobreposição de vozes problemática

- |   |        |  |
|---|--------|--|
| 1 | Carlos | é: (.) o cara tinha assim ó mas num- (.) tinha que   |
| 2 |        | entrar no edifício pegar um corredor que vai até     |
| 3 |        | → o final dobrar a esquerda [e aí a Ú::LTIMA] SALA== |
| 4 | João   | → [onde é que o Ivo-]                                |
| 5 | João   | =onde é que o Ivo tinha um negócio de videogame      |
| 6 |        | há alguns anos atrás véio                            |
| 7 | Carlos | não mas o Ivo tinha numa casinha                     |



Carlos, logo após o início da fala simultânea de João, aumenta o volume de sua fala e prolonga um som, “ÚL::TIMA SALA-”, cortando abruptamente sua fala em “SALA-” e direcionando seu olhar para João com a mão na boca, como pode ser visto no quadro de imagem. Diferentemente dos quatro casos apresentados na seção anterior ou de casos em que temos alguém desistindo de falar logo após a primeira batida de fala simultânea, podemos ver que nesse dado há o empreendimento de práticas para resolver a sobreposição. O dispositivo para o gerenciamento de sobreposições é acionado pelo emprego, orientado às batidas de fala simultânea, de determinadas práticas em determinados lugares. Assim, o gerenciamento da sobreposição não ocorre de maneira aleatória. Sobre isso nos deteremos a seguir.

## 5 O dispositivo para o gerenciamento de fala sobreposta

Tendo em vista que há sobreposições problemáticas e não problemáticas para a interação e que aquelas que se constituem como problemáticas, isto é, aquelas em que os participantes competem pelo turno, deflagram o acionamento de um dispositivo para o seu gerenciamento, vejamos no que se constitui esse dispositivo. Conforme foi descrito por Schegloff (2000a, p. 11), o dispositivo para o gerenciamento de sobreposições é composto por:

- a. um conjunto de recursos de produção de turno;
- b. um conjunto de lugares onde tais recursos são mobilizados;
- c. uma “lógica” interacional em que tais recursos, em tais lugares, constituem “jogos” de uma espécie que pode ser descrita em uma topografia sequencial.

### 5.1 Conjunto de recursos de produção de turno

Os recursos empreendidos pelos participantes para o gerenciamento da sobreposição dividem-se nos chamados contratempos e perturbações.<sup>24</sup> Os contratempos estão ligados à progressividade da fala em curso; por exemplo, cortes da fala em curso, prolongamento de um segmento da fala e repetição de algum elemento prévio. Já as perturbações estão ligadas a afastamentos do caráter prosódico da fala que está sendo articulada naquele ponto,<sup>25</sup> como aumento de volume e aumento ou diminuição da velocidade.

<sup>24</sup> Nossa tradução para *hitches e perturbations*.

<sup>25</sup> Couper-Kuhlen e Selting (1996) afirmam “que a prosódia pode ser vista como um dos ‘detalhes’ ordenados da interação, um recurso do qual os interlocutores se valem para realizar a ação social e um meio para conduzir processos inferenciais” (COUPER-KUHLEN; SELTING, 1996, p. 25). Além disso, sugerem que os recursos prosódicos funcionariam como dispositivos dos participantes, projetados para a organização e o gerenciamento da fala-em-interação, operando como “parte de um sistema de sinalização que – juntamente com a sintaxe, a léxico-semântica, a cinestesia e outras pistas de contextualização – é usado para construir e interpretar unidades de construção de turno e turnos de fala” (COUPER-KUHLEN; SELTING, 1996, p. 25). Em relação ao dispositivo para o gerenciamento de sobreposição, os recursos prosódicos se constituem como recursos de produção de turno. “[...prosody can be seen as one of the orderly ‘details’ of interaction, a resource which interlocutors rely on to accomplish social action and as a means of steering inferential processes [...] part of a signalling system

Esses recursos, empreendidos na produção do turno em sobreposição, evidenciam que aquela fala simultânea está sendo tratada pelos participantes como um obstáculo interacional. Ao empregar esses recursos, portanto, os participantes sinalizam que estão competindo pela vez de falar, ou seja, há um esforço, por pelo menos uma das partes, para chegar a produções de fala em modo solo dos turnos sobrepostos.

Registre-se, contudo, que esses recursos só se constituem como tais por estarem estrategicamente posicionados. Uma hesitação, por exemplo, pode ser prática constituinte de uma ação despreferida (POMERANTZ, 1984; BILMES, 1988),<sup>26</sup> como na rejeição a um convite. Nesse caso, essa prática (de hesitar) não se constituiu como um recurso para o gerenciamento de uma sobreposição, e sim como um constituinte da ação despreferida. Assim, as práticas de que os participantes lançam mão para gerenciar a sobreposição são recursos que estão a serviço da organização da tomada de turnos.

## **5.2 Conjunto de lugares onde tais recursos são mobilizados**

As partes de uma conversa parecem se orientar para a trajetória temporal da sobreposição, identificando-se fases: pré-início, pós-início, pré-resolução e pós-resolução. Isso é relevante, pois o modo como uma prática é empregada (por exemplo, velocidade da fala em aceleração/

---

which – together with syntax, lexico-semantics, kinesics and other contextualization cues – is used to construct and interpret turn-constructual units and turns-at-talk.”]

<sup>26</sup> “É o trabalho interacional maior que certas ações acarretam o que evidencia a orientação dos participantes para o seu caráter de ações despreferidas” (LODER; SALIMEN; MULLER, 2008, p. 51). Pomerantz (2008) sustenta que “o modo como uma ação é executada permite que os outros infiram a perspectiva do ator quanto ao caráter de tal ação como desejável ou indesejável. A realização de uma ação de caráter preferido permite aos participantes inferir que o ator tem gosto em executar a ação. A realização de uma ação de caráter despreferido permite aos participantes inferir que o ator está hesitante e que vê a ação como indesejável e/ou desagradável” (POMERANTZ, 2008, p. 9). [“The way in which an action is performed allows others to infer the actor’s stance regarding the status of action as desirable or undesirable. Preferred status enactment of an action allows participants to infer that the actor is enthusiastic about performing the action. Dispreferred status enactment allows participants to infer that the actor is hesitant and regards the action as undesirable and/or unpleasant.”]

desaceleração) difere conforme a fase da sobreposição.

- a. Pré-início – recursos mobilizados antes do começo efetivo da sobreposição, por uma projeção de que o outro está para iniciar um turno.

**Excerto (6) (já reproduzido antes como excerto (1)): Pré-início**

1		(0,3) ((Carlos volta o olhar para Ricardo))
2	Carlos	a pesso[a] que] TE] LI]GOU:] ,
3	João	[só] pra] bo]tar] o - ]
4		(0,3)
5	Carlos	e marcou um horário aquele lá deve tá-
6		(0,5) ((Carlos mantém a boca fechada como se
7		estivesse retendo a fala))
8	João	>>ela- [ela-<<]
9	Carlos	[pre:]cisando ela tá- não é que tá
10		precisando mas tá definindo que quer a prestação
11		do <u>teu</u> serviço °não [do] ou]tro°]
12	João	[i:n]di]fe]rente do custo que
13		tu vai:: fazer



Reproduzimos novamente esse excerto, agora focando os turnos de João e Carlos nas linhas 8 e 9. Carlos corta sua fala na linha 4, talvez procurando por uma palavra. João toma o turno, com perturbações, aceleração e cortes, em antecipação à retomada de produção do turno por Carlos, que, nos 0,5 segundos de silêncio e enquanto João produz “>>ela- ela-<<”, mantém a boca fechada como se estivesse retendo a fala, direciona o olhar para Ricardo e segue gesticulando com a mão. Assim, o emprego dessas práticas específicas, antes do efetivo início da sobreposição,<sup>27</sup> não é aleatório, mas uma tentativa de “não deixar

<sup>27</sup> McCleary e Leite (2013, p. 132-136) analisam ocorrência semelhante em dados de conversa em Libras, o que envolve grande desafio analítico, uma vez que, por se tratar

espaço em que outro participante possa começar”<sup>28</sup> (SCHEGLOFF, 2000a, p. 16).

A projeção de que o outro está para iniciar um turno é feita pelo comportamento corporal do interlocutor, como vimos nos dados anteriormente apresentados, ou por práticas pré-início de turno, como, por exemplo, inspirações audíveis antes do turno. Estamos então tratando de uma fase da sobreposição de vozes, em que, na verdade, não há vozes sobrepostas. O que ocorre é que “um tal falante que já está a falar pode valer-se de práticas que de resto estão disponíveis para lidar com fala sobreposta para tratar da expectativa de fala sobreposta incipiente e possivelmente impedi-la, nessa fase de pré-início” (SCHEGLOFF, 2000a, p. 15).<sup>29</sup>

b. Pós-início – recursos mobilizados logo após o começo da sobreposição.

#### Excerto (7) (já reproduzido antes como excerto (5)): Pós-início

- |   |        |  |
|---|--------|--|
| 1 | Carlos | é: (.) o cara tinha assim ó mas num- (.) tinha que   |
| 2 |        | entrar no edifício pegar um corredor que vai até     |
| 3 |        | → o final dobrar a esquerda [e aí a Ú::LTIMA] SALA== |
| 4 | João   | → [onde é que o Ivo-]                                |
| 5 | João   | =onde é que o Ivo tinha um negócio de videogame      |
| 6 |        | há alguns anos atrás véio                            |
| 7 | Carlos | não mas o Ivo tinha numa casinha                     |



Conforme já analisamos anteriormente, ocorre aqui o gerenciamento de sobreposição de Carlos e João. Na linha 3, enquanto

---

de dados em uma língua de interação de modalidade espaço-visual, é difícil distinguir as práticas de pré-início.

<sup>28</sup> “[...] as if to leave no room in which a new speaker could begin.”

<sup>29</sup> “Such an already-speaking speaker may deploy the practices otherwise available for dealing with overlapping talk to address the prospect of incipiently overlapping talk, and possibly to interdict it, in this ‘pre-onset’ phase.”

Carlos faz a descrição de como chegar até um estabelecimento comercial, João começa a falar em sobreposição (linha 4). Carlos, então, logo após o início dessa sobreposição, aumenta o volume da voz e alonga a vogal em “Ú::LTIMA SALA”. O empreendimento dessas práticas, logo após o início da sobreposição, registra a resposta de uma ou das duas partes em sobreposição para o fato de que há outro falando ao mesmo tempo. Carlos compete pela vez de falar, o que tem efeito, pois João, após o início da produção competitiva, corta sua fala, deixando Carlos terminar o turno.

c. Pré-resolução – contratempos e perturbações mobilizados pouco antes da completude possível do turno.

#### Excerto (8): Pré-resolução

1	Gabi	=[[acho que não se não a Camila vai dizer?] (0,6)
2		EU TENHO ALGUMA COISA CONTRA ESSE CASAMENTO
3	Sabrina	hh
4		(0,4)
5	Camila	todo mundo vai me olhar o que daí eu
6		(1,4)
7	Sabrina	<é meu marido>=
8	Gabi	→ =>> ela [tinha falado que eu ia casar << com ele]
9	Camila	→ ((*)) >ela não que- ela disse que-< era isso]=

\*((boca em gesto de fala))

Adiante, analisaremos mais detalhadamente esse dado, em que vemos as três amigas em enquadre de brincadeira, encenando o que poderia ser dito no momento do casamento em resposta à pergunta “Alguém tem alguma coisa contra esse casamento?”. Aqui vemos o empreendimento de práticas em posição de pré-resolução pela participante Camila. Podemos ver que, enquanto Gabi e Camila se aproximam da completude possível das unidades de construção de turno produzidas em sobreposição (linhas 8 e 9), cada uma pode escutar que a outra está chegando a uma completude possível. Assim, podemos observar Camila mobilizando recursos pouco antes da completude possível do turno de Gabi, em uma posição de pré-resolução da sobreposição, antes que a sobreposição efetivamente termine. Dessa maneira, Camila mantém sua fala até Gabi terminar o turno para poder realizar a contribuição no claro, isto é, sem sobreposição. Cortes e repetições seriam frequentes nessa fase por “manterem” o turno de quem busca continuar a falar logo em seguida

à resolução da sobreposição.

d. Pós-resolução – ajustes da fala ao ambiente sem sobreposição após a fala emergir no claro, não havendo mais sobreposição.

**Excerto (9) (já reproduzido antes como excertos (1) e (6)): Pós-resolução**

1		(0,3) ((Carlos volta o olhar para Ricardo))
2	Carlos	→ a pesso[a ] que] TE] LI]GOU:] ,
3	João	[só] pra] bo]tar] o - ]
4		(0,3)
5	Carlos	→ e marcou um horário aquele lá deve tá-
6		(0,5) ((Carlos mantém a boca fechada como se
7		estivesse retendo a fala))
8	João	>>ela- [ela-<<]
9	Carlos	[pre:]cisando ela tá- não é que tá
10		precisando mas tá definindo que quer a prestação
11		do <u>teu</u> serviço °não [do] ou]tro°]
12	João	[i:n]di]f e ]rente do custo que
13		tu vai:: fazer

Olhando agora para as sobreposições que ocorrem nas linhas 2 e 3, vemos algo semelhante ao que ocorre no excerto (5)/(7), em que há o empreendimento de práticas para resolução da sobreposição, aumento de volume e alongamento de vogal, em uma posição de pós-início. Logo após Carlos iniciar sua produção competitivamente, em corte abrupto, João desiste do turno. Após um pequeno silêncio (linha 4), Carlos continua a frase, mas agora em volume normal, sem alongar vogais ou enfatizar sílabas. Numa fase de pós-resolução da sobreposição, linha 5, é necessário ajustar a fala para o ambiente sem sobreposição. Em nosso dado, imediatamente após a sobreposição se resolver, já não há mais perturbações na fala. Também é possível encontrar casos, como mostra Schegloff (2000a), em que o empreendimento das práticas persiste mesmo após a resolução da sobreposição, ou seja, o ajuste para o volume ou velocidade normal de fala se estende pelo turno seguinte feito no claro. O importante dessa fase de pós-resolução é que, se o ajuste não ocorresse, a produção de Carlos em volume mais alto poderia ser ouvida como raiva ou reclamação (SCHEGLOFF, 2000a, p. 17). Desse modo, observa-se um ajuste da produção “competitiva” para produção solo na fase de pós-resolução da sobreposição.

Apresentado o conjunto de recursos para o gerenciamento de sobreposições e os lugares em que podem ser mobilizados, cabe, então, compreender a lógica interacional do dispositivo para que tais recursos, em tais lugares, constituam “jogos” de uma espécie que pode ser descrita em uma topografia sequencial.

### 5.3 “Lógica” interacional

Schegloff (2000a, p. 19-22) sustenta que, quando se veem produzindo falas sobrepostas, os participantes da fala-em-interação atentam para um nível ainda mais detido do que aquele que normalmente opera no restante da sistemática para a tomada de turnos. Haveria, pois, uma orientação não somente para a forma como o turno é construído em relação ao turno anterior, ou em relação às unidades sintáticas que permitem a projeção de completude dos turnos, mas também para as batidas rítmicas, basicamente a marcação silábica da fala. Na operação do dispositivo para o gerenciamento de sobreposição na tomada de turnos para a conversa (e outros sistemas de trocas de fala com tomada de turnos gerenciada localmente), essa característica especial configura uma lógica interacional particular para o dispositivo. Desse modo, em relação à sobreposição, os participantes não se orientam somente para o que está sendo feito turno a turno, “falante corrente/próximo falante”, e sim para o nível da batida. “A topografia da organização sequencial e interacional na sobreposição de voz” (SCHEGLOFF, 2000a, p. 20)<sup>30</sup> é fornecida pelas sucessivas batidas que a compõem. Podemos observar essa orientação no dado de sobreposição problemática analisado anteriormente.

#### Excerto (10) (detalhe do excerto (1)/(6)/(9)): Lógica interacional

1		(0,3) ((Carlos volta o olhar para Ricardo))
2	Carlos	→ a pesso[a ] que] TE] LI]GOU:]:,
3	João	[só] pra] bo]tar] o - ]
4		(0,3)
5	Carlos	→ e marcou um horário aquele lá deve tá-

Após duas batidas de fala simultâneas, linhas 2-3, a fala de Carlos adquire um caráter de competitividade, pelo empreendimento de práticas como aumento de volume e prolongamento de sons. Após três batidas, em

<sup>30</sup> “The topography of sequential and interactive organization in overlapping talk.”

que Carlos apresenta perturbações e contratempos em sua fala, João para de falar. Carlos também para de falar por um breve momento e continua sua fala do ponto onde parou, agora em produção solo.

A lógica interacional batida-a-batida se torna crucialmente operante no dispositivo para a resolução de fala sobreposta quando os participantes, ao se ouvirem em produção de fala simultânea durante a extensão de uma batida rítmica, não desistem de continuar e tampouco ouvem o interlocutor desistir. Observamos, como Schegloff (2000a, p. 22), que, “das sobreposições que sobrevivem à primeira batida, uma grande quantidade é cessada até uma batida após um dos falantes acirrar a fala para produção competitiva”,<sup>31</sup> conforme pode ser visto no excerto (10) (linhas 2-3). Ou seja, “a vasta maioria das sobreposições se resume a um só falante ao cabo da terceira batida” (SCHEGLOFF, 2000a, p. 24).<sup>32</sup> De fato, no *corpus* cuja análise relatamos aqui, são poucas as ocorrências que exibem fala sobreposta além disso. A raridade desse tipo de sobreposição extensa em si manifesta a lógica interacional e a eficiência do dispositivo de resolução de sobreposição. Analisaremos, em seguida, uma ocorrência de sobreposição prolongada, que exige um exame mais detido pela particularidade de persistir por várias batidas.

## **6 O dispositivo para o gerenciamento de fala sobreposta em uma ocorrência de sobreposição de vozes prolongada na conversa cotidiana em português brasileiro**

O excerto que voltamos a examinar abaixo já foi apresentado como ocorrência de sobreposição de vozes problemática que ilustra o acionamento do dispositivo em posição de pré-resolução no excerto (8). Voltamos a esse dado outra vez por ele ter uma particularidade: a sobreposição persiste por seis batidas. Trata-se de um dado de interação face a face em que as três amigas, Camila, Gabi e Sabrina, estão conversando sobre o convite para a festa de casamento do irmão de Gabi. Nesse momento, as amigas, em enquadre de brincadeira, estão encenando o que Camila diria no momento da cerimônia de casamento diante da pergunta “Alguém tem alguma coisa contra esse casamento?”, pois a

---

<sup>31</sup> “Of the overlaps that survive the first beat, a great many are stopped within one beat after one of the speakers upgrades the talk to competitive production.”

<sup>32</sup> “[...] the vast majority of overlaps are resolved to a single speaker by the third beat.”

brincadeira consistiria na possibilidade de Camila se casar com o irmão da amiga. A sobreposição ocorre justamente quando Gabi e Camila tomam o turno para fazer a encenação de qual seria a resposta para a pergunta.

**Excerto (11) (transcrição detalhada do excerto (8)): Sobreposição de vozes prolongada**

- 1 Gabi =[[acho que não se não a Camila vai dizer?] (0,6)  
 2 EU TENHO ALGUMA COISA CONTRA ESSE CASAMENTO  
 3 Sabrina hh  
 4 (0,4)  
 5 Camila todo mundo vai me olhar o que daí eu  
 6 (1,4)  
 7 Sabrina <é meu marido>=  
 8 Gabi → =>>ela [tinha falado que eu ia casar]<< com ele]  
 9 Camila → ((\*))>ela não que- ela disse que-< era isso]=  
 10 =que eu ia falar agora  
 11 (0,5)  
 12 Camila <ela não quer °que você case°>  
 13 Gabi é tão tão tão tá: (é) eu acho que tô grávida de ti

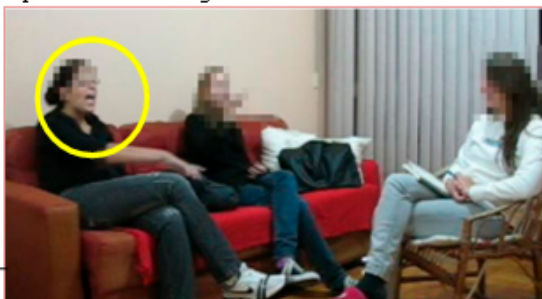


\*(*(boca em gesto de fala)*)

Nesses quadros parados, podemos primeiramente observar Camila e Gabi em sobreposição, linhas 8-9, ambas apresentando diversas perturbações em suas falas. Gabi, antes do começo efetivo da sobreposição de vozes, fala em um tom mais agudo e de maneira acelerada, possivelmente por projetar que Camila está por iniciar um turno (marcamos com um asterisco na transcrição o momento em que Camila abre a boca para falar, o que ocorre no momento em que Gabi inicia seu turno). Já Camila apresenta aceleração e cortes da fala durante a sobreposição. Em microanálise, identificamos as batidas de fala sobreposta na fala das participantes, que por vezes não se resumem a sílabas de palavras.

**Excerto (12) (detalhe do excerto (11)): Sobreposição de vozes prolongada**

8 Gabi → [= >>]ela [tinha fal]lado que] eu ia] casar; <<] com] e l e ]  
 9 Camila → [ { ( \* ) } ] >e l a ] não que-] e l a ] disse que- <] e ]ra isso]=  
 10 =que eu ia falar agora



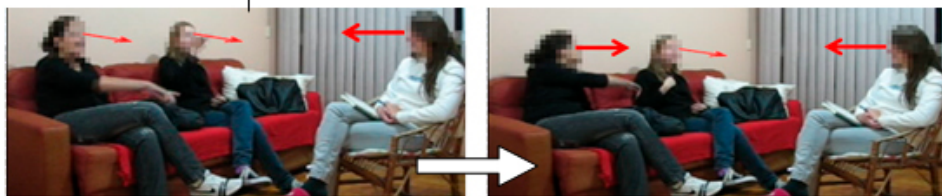
\*((boca em gesto de fala))

Ao observar as batidas de fala simultânea e os lugares/fases da sobreposição em que diferentes recursos estão sendo mobilizados, podemos ver de que maneira os participantes estão gerenciando a sobreposição. Da mesma maneira que analisamos o excerto (6), podemos ver na aceleração de Gabi, em uma posição de pré-início, uma tentativa de “não deixar espaço em que outro participante pudesse começar” (SCHEGLOFF, 2000a, p. 16). Gabi mantém a aceleração por toda sua fala, “brigando” pelo turno. Já Camila parece estar em busca da resolução da sobreposição. Isso fica claro pelos recursos que empreende: duas vezes corta sua fala, tentando manter o seu turno até Gabi terminar. Como foi analisado anteriormente, Gabi e Camila se aproximam da completude possível das unidades de construção de turno que estão produzindo em sobreposição. Cada uma pode escutar que a outra está chegando a uma completude possível. Camila mobiliza recursos pouco antes da completude possível do turno de Gabi, em uma posição de pré-resolução da sobreposição, antes que a sobreposição efetivamente termine.

Além de analisar os recursos e em que lugares eles estão sendo mobilizados, verificamos que o comportamento corporal dos participantes revela suas orientações para o gerenciamento da sobreposição. Primeiro, observemos o direcionamento de olhar:

**Excerto (13) (detalhe do excerto (11): Sobreposição de vozes prolongada**

8 Gabi =>>ela [tinha falado que eu ia casar] << com ele]  
 9 Camila → ((\*)) [>ela não que- ela disse que-< era isso]=  
 10 =que eu ia falar agora  
 \*((boca em gesto de fala))



Nesses dois quadros parados podemos observar primeiramente Camila e Gabi olhando para frente, quando começam a se sobrepor. Já em “ela disse que-”, Camila direciona o torso e o olhar para Gabi, orientando-se para a fala da coparticipante, enquanto Gabi, persistindo em sobreposição, continua a olhar para frente na mesma postura. Sabrina parece estar olhando para frente, mas não é possível ver para quem exatamente ela está olhando.

De modo semelhante, os gestos também indicam a orientação dos participantes para a sobreposição, acompanhando o direcionamento de olhar e os recursos empreendidos na fala para produção do turno. Vemos que o gesto de Camila começa apontado para frente, mas se volta para Gabi, sendo também um possível indicador de orientação para o turno da amiga. Os gestos de Gabi estão intimamente ligados ao que ela está encenando.

**Excerto (14) (detalhe do excerto (11)): Sobreposição de vozes prolongada**

8 Gabi =>>↑ela [tinha falado que eu ia casar|<< com ele]  
 9 Camila → ((\*)) [>ela não que- ela disse que-< era isso]=  
 10 =que eu ia falar agora  
 \*((boca em gesto de fala))



De fato, sobreposições estendidas do tipo que acabamos de examinar não são, portanto, nada comuns. Esse é um caso em que, como observa Schegloff (2000a, p. 27), mais do que um esbarrão na tomada de turnos, as participantes parecem ter interesses especiais. O que podemos observar nesse dado é que as duas participantes parecem estar comprometidas a dizer o que querem dizer nesse exato momento, nessa posição de turno, e não mais tarde. Ambas consideram oportuna sua encenação de resposta a “Alguém tem alguma coisa contra esse casamento?”, já que as duas poderiam responder a essa pergunta, devido aos papéis que desempenham na situação imaginária. Assim, as duas mobilizam recursos para gerenciar a sobreposição, a fim de levar a cabo suas ações.

Entender as razões para a ocorrência de uma sobreposição prolongada pode levar ao diagnóstico sobre “os projetos interacionais que alimentam essa sobreposição” (SCHEGLOFF, 2000a, p. 29).<sup>33</sup> Por fim, o interesse por essas ocorrências surge mais pela dramaticidade que pode estar atrelada a elas do que por sua frequência. Assim, pela raridade de sobreposições problemáticas, “não é verdade que ‘falar de sobreposição é falar de luta pela palavra’” (SCHEGLOFF, 2000a,

<sup>33</sup> “[...] the interactional projects that fuel it [...]”.

p. 29).<sup>34</sup> Isso é importante para que tenhamos em vista que, nessas ocasiões interacionais singulares, há um dispositivo para gerenciamento e resolução de sobreposições. Mesmo aqui, portanto, não se trata de usurpação dos direitos interacionais de outrem, de “ruptura, caos ou desordem interacional”, nem de que algum falante está “sendo desatento ou desleixado” (DREW, 2009, p. 72).<sup>35</sup> Trata-se do funcionamento regular da organização da fala-em-interação.

### **Considerações finais**

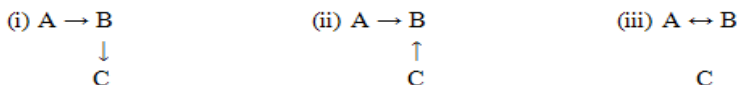
Na investigação relatada aqui, encontramos nos dados de conversa entre falantes de português brasileiro ocorrências de sobreposições tal como foi previsto a partir da descrição feita por Schegloff (2000a) para dados de conversa entre falantes de inglês (norte-americano). Se pudemos, nessa primeira incursão, encontrar boa parte dos fenômenos de fala sobreposta, cabe dizer que elas envolvem considerável complexidade. Acreditamos ter oferecido uma descrição em que ilustramos os principais aspectos do fenômeno, apresentando análises mais acessíveis ao leitor brasileiro do que as do artigo original de Schegloff (2000a). Contudo, ainda que baseada em nosso melhor entendimento da descrição e dos próprios fenômenos, nossa análise ainda é exploratória e pode vir a ser aprimorada.

Um aspecto saliente quanto a isso diz respeito ao fato de nossos dados envolverem três participantes. Schegloff (1995, p. 39; 2000a, p. 10) observa que “é certamente possível que dois participantes vão lidar diferentemente com as falas sobrepostas que dirigem um ao outro, dependendo se há outros coparticipantes ratificados, ou se os dois são os únicos presentes”.<sup>36</sup> Com efeito, o autor aponta ainda três configurações para a ocorrência de sobreposições em conversas com mais de dois participantes:

<sup>34</sup> “It is not the case that ‘who says overlap says fight for the floor’.”

<sup>35</sup> “[...] interactional breakdown, chaos or disorder [...] is being inattentive or sloppy.”

<sup>36</sup> “It is surely possible that two participants will deal with their overlapping talk to each other differently, depending on whether there are other ratified co-participants, or whether these two are the only ones present.”



**Figura 1** - Configurações para ocorrência de sobreposições de vozes

**Fonte:** Schegloff (1995, p. 39; 2000a, p. 10).

Na primeira configuração, vemos dois participantes, (A) e (B), em sobreposição: (A) endereça sua fala para (B), e (B) para (C). Já na segunda, vemos os participantes (A) e (C) em sobreposição, pois ambos direcionam sua fala para o participante (B). Na terceira configuração, um participante (A) endereça sua fala a um participante (B), e vice-versa, sem um terceiro participante envolvido na alocação de turnos. Segundo Schegloff (2000a), para compreender o fenômeno de sobreposição de vozes e verificar como ela é resolvida, deveríamos enfocar primeiramente essa terceira configuração, o caso mais geral de sobreposição, pois ela teria o número mínimo de participantes necessários para interação, que é dois (além de esse ser o número de participantes que geralmente estão falando ao mesmo tempo).<sup>37</sup>

Já sobreposições nas configurações (i) e (ii), por envolverem três participantes, podem ter suas trajetórias determinadas como problemáticas ou não em relação à ratificação de interlocutores endereçados. Em Schegloff (2000a), encontramos análises de gerenciamento de sobreposições problemáticas em ocorrências de configuração (i) e (ii) em que isso não entra em questão. Não obstante, em estudo anterior (STEIN; GARCEZ, 2011), encontramos casos em que a sobreposição nessas configurações não requer gerenciamento, pois a fala sobreposta não é problemática, justamente pela ratificação de um interlocutor endereçado. Analisamos ocorrências de sobreposições em conversas entre cinco participantes e atestamos que, nesses casos, o direcionamento de olhar é determinante para a resolução da sobreposição, pois os participantes estabelecem qual turno ou ação sobreposto(a) será ratificado(a) pela atenção de um mesmo interlocutor endereçado, tornando desnecessário o empreendimento de práticas para o gerenciamento da fala simultânea.

<sup>37</sup> Schegloff (2000a) sustenta que, em relação ao gerenciamento de sobreposição, os participantes somente se orientam a um outro único falante no trabalho de resolver a sobreposição.

Assim, de fato, casos de sobreposição nas configurações (i) e (ii) não entram em questão quando se está falando em *gerenciar* sobreposições.

No entanto, nos dados apresentados aqui, encontramos sobreposições problemáticas de fato mesmo nessas configurações e que se mostraram adequados para observação dos principais aspectos do fenômeno conforme foram apresentados por Schegloff (2000a, p. 10) como “as práticas de conduta pelas quais os falantes em sobreposição lidam com as suas falas simultâneas são formadas em primeiro lugar para lidar com fala entre dois, um para o outro”.<sup>38</sup> Dados os nossos objetivos e o propósito mais amplo de desenvolver um conhecimento firme da descrição seminal sobre o dispositivo de gerenciamento de sobreposições com vistas a construir bases sólidas para sua observação também em fala-em-interação com múltiplos participantes (como a fala-em-interação de sala de aula), pareceu-nos adequado o exame de conversas entre três participantes,<sup>39</sup> em configurações variáveis e, muitas vezes, de difícil discriminação. Não resta dúvida, entretanto, que cabem estudos adicionais com apenas dois participantes, conversando exclusivamente entre si, para confirmação ou refutação do que apresentamos aqui.

Confiemos, portanto, que o trabalho que empreendemos pode servir como alicerce para estudos futuros, tanto em conversa cotidiana como em cenários institucionais de fala-em-interação, para que pesquisadores da interação social promovam análises rigorosas e precisas do gerenciamento de fala sobreposta e da organização da fala-em-interação.

---

<sup>38</sup> “[...] practices of conduct by which overlapping speakers deal with their simultaneous talk are formed in the first place to deal with talk by two, to each other.”

<sup>39</sup> Note-se que o próprio Schegloff (2000a) se vale de dados com três participantes para análise, por exemplo, de sobreposição prolongada interacionalmente delicada (p. 25-27) e também para descrição das fases da sobreposição em que se observa mobilização de diferentes práticas de gerenciamento (p. 16-17), nesse caso em dado que ele mesmo atesta como alternante entre as configurações (i) e (ii) (ver p. 9-11).

## Referências

- ATKINSON, J. M.; HERITAGE, J. (Org.). *Structures of Social Action*. Cambridge (MA): Cambridge University Press, 1984.
- BILMES, J. The Concept of Preference in Conversation Analysis. *Language in Society*, v. 17, p. 161-181, 1988.
- CLARK, H. O uso da linguagem. *Cadernos de Tradução*, Porto Alegre, v. 9, p. 49-71, jan.-mar. 2000.
- COATES, J. One-at-a-time: The Organization of Men's Talk. In: JOHNSON, S.; MEINHOF, U. H. (Org.). *Language and Masculinity*. Oxford (UK): Blackwell, 1997. p. 107-129.
- COUPER-KUHLEN, E.; SELTING, M. (Org.). *Prosody in Conversation: Interactional Studies*. Cambridge (UK)/New York: Cambridge University Press, 1996.
- DREW, P. "Quit Talking While I'm Interrupting": A Comparison between Positions of Overlap Onset in Conversation. In: HAAKANA, M.; LAAKSO, M.; LINDSTRÖM, J. (Org.). *Talk in Interaction: Comparative Dimensions*. Helsinki: Finnish Literature Society, 2009. p. 70-93.
- GARCEZ, P. M. Formas institucionais de fala-em-interação e conversa cotidiana: elementos para a distinção a partir da atividade de argumentar. *Revista paLavra*, Rio de Janeiro, v. 8, p. 54-73, 2002.
- GARCEZ, P. M. A perspectiva da Análise da Conversa Etnometodológica sobre o uso da linguagem em interação social. In: LODER, L. L.; JUNG, N. M. (Org.). *Fala-em-interação social: introdução à Análise da Conversa Etnometodológica*. Campinas: Mercado de Letras, 2008. p. 17-38.
- GARCEZ, P. M.; LODER, L. L. Reparo iniciado e levado a cabo pelo outro na conversa cotidiana em português do Brasil. *DELTA: Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada*, São Paulo, v. 21, n. 2, p. 279-312, jul.-dez. 2005.
- GARDNER, R.; MUSHIN, I. Post-start-up Overlap and Disattentiveness in Talk in a Garrwa Community. *Australian Review of Applied Linguistics*, v. 30, p. 1-14, 2007.
- JEFFERSON, G. A Case of Precision Timing in Ordinary Conversation: Overlapped Tag-positioned Address Terms in Closing Sequences. *Semiotica*, v. 9, p. 47-96, 1973.

JEFFERSON, G. On a Failed Hypothesis: “Conjunctionals” as Overlap-vulnerable. *Tilburg Papers in Language and Literature*, v. 28, p. 1-33, 1983.

JEFFERSON, G. Notes on Some Orderlinesses of Overlap Onset. In: D'URSO, V.; LEONARDI, P. (Org.). *Discourse Analysis and Natural Rhetorics*. Pádua: CLEUP, 1984. p. 11-38.

JEFFERSON, G. Notes on “Latency” in Overlap Onset. *Human Studies*, v. 9, p. 153-83, 1986.

LODER, L. L.; JUNG, N. M. (Org.). *Fala-em-interação social: introdução à Análise da Conversa Etnometodológica*. Campinas: Mercado de Letras, 2008.

LODER, L. L.; SALIMEN, P.; MÜLLER, M. Noções fundamentais: sequencialidade, adjacência e preferência. In: LODER, L. L.; JUNG, N. M. (Org.). *Fala-em-interação social: introdução à Análise da Conversa Etnometodológica*. Campinas: Mercado de Letras, 2008. p. 95-126.

LODER, L. O modelo Jefferson de transcrição: convenções e debates. In: LODER, L. L.; JUNG, N. M. (Org.). *Fala-em-interação social: introdução à Análise da Conversa Etnometodológica*. Campinas: Mercado de Letras, 2008. p. 127-160.

MAREGA, L. M. P.; JUNG, N. M. A sobreposição de falas na conversa cotidiana: disputa pela palavra? *Veredas*, Juiz de Fora, v. 15, p. 321-337, 2011.

MCCLEARY, L. E.; LEITE, T. A. Turn-taking in Brazilian Sign Language: Evidence from Overlap. *Journal of Interactional Research in Communication Disorders*, v. 4, p. 123-154, 2013.

OCHS, E.; SCHEGLOFF, E. A.; THOMPSON, S. (Org.). *Interaction and Grammar*. Cambridge (UK): Cambridge University Press, 1996.

POMERANTZ, A. Agreeing and Disagreeing with Assessments: Some Features of Preferred/Dispreferred Turn Shapes. In: ATKINSON, J. M.; HERITAGE J. (Org.). *Structures of Social Action: Studies in Conversation Analysis*. Cambridge (UK): Cambridge University Press, 1984. p. 57-101.

POMERANTZ, A. Preference Organization Revisited: Displaying Speaker's Stance toward Performing an Action. Trabalho submetido à Associação Norte-Americana de Sociologia, 2008. Disponível em: <[http://www.allacademic.com/meta/p\\_mla\\_apa\\_research\\_citation/2/3/7/4/6/pages237466/p237466-1.php](http://www.allacademic.com/meta/p_mla_apa_research_citation/2/3/7/4/6/pages237466/p237466-1.php)>. Acesso em: 17 fev. 2014.

SACKS, H. *Lectures on Conversation*. Oxford (UK)/Cambridge (UK): Blackwell, 1992. v. 1-2.

SACKS, H.; SCHEGLOFF, E. A.; JEFFERSON, G. Sistemática elementar para a organização da tomada de turnos para a conversa. *Veredas*, Juiz de Fora, v. 7, p. 9-73, 2003. [Tradução de SACKS, H.; SCHEGLOFF, E. A.; JEFFERSON, G. A Simplest Systematic for the Organization of Turn-taking for Conversation. *Language*, v. 50, p. 696-735, 1974.]

SCHEGLOFF, E. A. Between Micro and Macro: Contexts and Other Connections. In: ALEXANDER, J. C.; GIESEN, B.; MÜNCH, R.; SMELSER, N. J. (Org.). *The Micro-macro Link*. Berkeley: University of California Press, 1987. p. 207-234.

SCHEGLOFF, E. Parties and Talking Together: Two Ways Numbers are Significant. In: TEN HAVE P.; PSATHAS, G. (Org.). *Situated Order*. Washington: University Press of America, 1995. p. 31-42.

SCHEGLOFF, E. Overlapping Talk and the Organization of Turn-taking for Conversation. *Language in Society*, v. 29, p. 1-63, 2000a.

SCHEGLOFF, E. When 'Others' Initiate Repair. *Applied Linguistics*, v. 21, p. 205-243, 2000b.

SCHEGLOFF, E. On Granularity. *Annual Review of Sociology*, v. 26, p. 715-720, 2000c.

SCHEGLOFF, E. Accounts of Conduct in Interaction: Interruption, Overlap, and Turn-taking. In: TURNER, J. H. (Org.). *Handbook of Sociological Theory*. New York: Kluwer Academic/Plenum, 2002. p. 287-321.

SCHEGLOFF, E. A Tutorial on Membership Categorization. *Journal of Pragmatics*, v. 39, p. 462-482, 2007a.

SCHEGLOFF, E. A.; JEFFERSON, G.; SACKS, H. The Preference for Self-correction in the Organization of Repair in Conversation. *Language*, v. 53, p. 361-383, 1977.

SIDNELL, J. Conversational Turn-taking in a Caribbean English Creole. *Journal of Pragmatics*, v. 33, p. 1263-1290, 2001.

STEIN, F.; GARCEZ, P. M. Direcionamento de olhar como prática organizacional da tomada de turnos e o gerenciamento de fala sobreposta em conversa cotidiana entre múltiplos participantes. In: SALÃO DE

INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 23., 3-7 out. 2011, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/48446>> (resumo e pôster). Acesso em: 14 fev. 2014.

WEST, C. When the Doctor is a 'Lady': Power, Status and Gender in Physician-patient Encounters. In: COATES, J. (Org.). *Language and Gender: A Reader*. Oxford (UK): Blackwell, 1998. p. 396-412.

WEST, C.; ZIMMERMAN, D. H. Pequenos insultos: estudo sobre interrupções em conversas sobre pessoas desconhecidas e de diferentes sexos. In: OSTERMANN, A. C.; FONTANA, B. (Org.). *Linguagem, gênero, sexualidade: clássicos traduzidos*. Tradução de Ana Cristina Ostermann e Beatriz Fontana. São Paulo: Parábola, 2010 [1983]. p. 49-66.

WONG, J. Delayed Next-turn Repair-initiation in Native/Non-native Speaker English Conversation. *Applied Linguistics*, v. 21, p. 244-267, 2000.

ZIMMERMAN, D. H. Horizontal and Vertical Comparative Research in Language and Social Interaction. *Research on Language and Social Interaction*, v. 32, p. 195-203, 1999.

## **Efeito de *Wordlikeness* no processamento de não-palavras por falantes do português brasileiro**

### ***Effect of Wordlikeness in Processing of Nonwords by Brazilian Portuguese Speakers***

Christina Abreu Gomes

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.  
christina-gomes@uol.com.br

Suzana do Couto Mendes

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.  
suzaninha\_15@yahoo.com.br

Marcela Branco Silva

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro – Rio de Janeiro / Brasil.  
tchelarj@yahoo.com.br

Clara Oliveira Esteves

Universidade Estadual da Bahia (UNEB), Salvador, Bahia, Brasil.  
clarinhaesteves@yahoo.com.br

Gastão Coelho Gomes

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.  
gastao@im.ufrj.br

**Resumo:** O presente estudo aborda a questão da emergência de uma competência fonológica abstraída das formas das palavras representadas no léxico, conforme estabelecido nos Modelos baseados no Uso, considerando resultados de um teste de aceitabilidade de não-palavras.

Efeito de wordlikeness, o grau de semelhança entre uma não-palavra e uma palavra real, tem sido observado em diversos estudos. Não-palavras formadas por sílabas de alta e baixa probabilidade e de diferentes tamanhos foram especialmente elaboradas para testar o efeito de seu grau de semelhança com as palavras reais no julgamento do falante. A frequência das sílabas foi obtida de uma amostra *online* de textos do português brasileiro. Os estímulos foram julgados por 22 adultos universitários. Os resultados mostraram que os julgamentos se basearam nas propriedades probabilísticas dos estímulos. Os resultados constituem evidência adicional da relação entre conhecimento fonológico e inferência estatística no léxico.

**Palavras-chave:** Wordlikeness; Não-palavra; Léxico; Gramática emergente; Modelos baseados no Uso.

**Abstract:** The present study addresses the issue of the emergent phonological competence abstracted from the wordforms represented in the lexicon, as stated in the Usage-based Models, considering the results of an acceptability test of nonwords. Effect of wordlikeness, the degree of similarity between a nonword and a real word, has been observed in several studies. Nonwords formed by syllables of high and low probability and of different length were especially elaborated in order to check the effect of their wordlikeness in the speaker judgment. The frequency of the syllables were obtained from an online database of texts of Brazilian Portuguese. The stimuli were judged by 22 university speakers. The results showed that judgments were based on the probabilistic properties of the stimuli. The results constitute further evidence for the relationship between phonological knowledge and statistical inference in the lexicon.

**Keywords:** Wordlikeness; Nonword; Lexicon; Emergent grammar; Usage-based Models.

Recebido em 23 de maio de 2014.

Aprovado em 13 de outubro de 2014.

## Introdução

Neste artigo, são apresentados os resultados relativos a um teste de julgamento de *wordlikeness* de não-palavras, grau de semelhança entre a não-palavra e palavras existentes no léxico, aplicado a falantes adultos do português brasileiro.<sup>1</sup> Há poucos estudos sobre reconhecimento de palavra falada tendo como língua de estudo o português brasileiro; portanto, há diversas lacunas a serem preenchidas, e o estudo proposto pode contribuir com evidências para um debate importante relativo ao conhecimento linguístico abstraído pelo falante no que diz respeito à relação entre gramática fonológica e léxico, gerenciamento probabilístico do conhecimento linguístico e seu efeito na produção, processamento e aquisição.

Diversos trabalhos que focalizam a maneira como os falantes reconhecem as palavras faladas têm mostrado que há vários fatores que afetam a percepção e o processamento dos estímulos linguísticos, tais como o grau de semelhança sonora entre os itens lexicais, frequência de uso do item e relação entre os segmentos que compõem a palavra. Também tem sido observado o efeito da densidade de vizinhança, relação entre palavras no léxico que compartilham segmentos, como também o efeito de semelhanças que envolvem relações morfológicas entre os itens lexicais (LUCE; PISONI, 1998; VITEVITCH; LUCE, 1999; VITEVITCH; STAMER, 2006).

No entanto, para evitar a interferência dessas variáveis, há estudos que utilizam estímulos de não-palavras formados por sequências fonotáticas tanto existentes quanto não existentes na língua para avaliar o conhecimento fonológico dos falantes. Esses estudos abordaram a aquisição fonológica em crianças com desenvolvimento típico e população clínica (GATHERCOLE, 1995; ARCHIBALD; GATHERCOLE, 2006; BECKMAN; MUNSON; EDWARDS, 2007), como também o conhecimento fonológico de adultos (FRISCH; LARGE; PISONI, 2000; SAITO *et al.*, 2003) e sua relação com aspectos do acesso lexical (VITEVITCH; LUCE, 2005). Nos estudos linguísticos, não-palavras formadas por sequências possíveis na língua são também denominadas pseudopalavras (BROWN; HILDUM, 1956, *apud* FRISCH; LARGE; PISONI, 2000). Os estímulos baseados em pseudopalavras

---

<sup>1</sup> Essa pesquisa foi financiada pelo CNPq (Processo no. 304400/2010-6) e pela FAPERJ (Processo no. 26/102.405/2009).

variam o grau de similaridade em relação às palavras de uma língua. Esse grau de semelhança é tratado sob o rótulo de *wordlikeness* nos diversos estudos que envolvem reconhecimento de não-palavras.

Diversos trabalhos têm mostrado que o grau de *wordlikeness* tem uma forte influência na maneira como as palavras são processadas em tarefas de repetição, julgamento de aceitabilidade, reconhecimento e memória. Segundo Frisch, Large e Pisoni (2000), os estudos sobre o efeito de *wordlikeness* são de dois tipos: ou focam a semelhança entre palavras do léxico e estímulos de pseudopalavras ou examinam a influência da estrutura fonotática da pseudopalavra. Por exemplo, Greenberg e Jenkins (1964, *apud* FRISCH; LARGE; PISONI, 2000), em uma das primeiras investigações sobre a influência da similaridade de pseudopalavras em relação a palavras do léxico, mediram a distância entre pseudopalavras monossilábicas do tipo CCVC e palavras do inglês, usando o método de substituição de fonema. O resultado obtido para os julgamentos que os falantes fizeram dos estímulos mostrou estar relacionado ao escore de distância obtido entre não-palavras e palavras do inglês. Assim, Greenberg e Jenkins propuseram que há um espaço fonológico no qual as palavras são organizadas no léxico de acordo com a sua estrutura sonora, medido em função do número e da frequência de outras palavras que ocupam a similaridade de vizinhança nesse espaço. Assim, combinações de segmentos que são mais comuns normalmente ocorrem em vizinhança densa no léxico, ao passo que combinações não comuns se situam em vizinhanças com densidade esparsa.

Frisch, Large e Pisoni (2000) conduziram três experimentos para avaliar o efeito da estrutura das não-palavras na percepção de adultos. Os estímulos dos experimentos correspondiam a pseudopalavras de duas, três e quatro sílabas com padrão CV nas sílabas iniciais e mediais e CVC na sílaba final (CV.CVC; CV.CV.CVC; CV.CV.CV.CVC). O padrão acentual foi o mais comum do inglês para cada tamanho de item. Além disso, cada pseudopalavra era composta inteiramente ou por difones (dois sons adjacentes na mesma palavra independentemente de ocuparem a mesma sílaba) com relação fonotática de alta frequência ou de baixa frequência na língua. Os resultados indicaram que os estímulos com sequências de alta probabilidade foram julgados mais semelhantes a itens do léxico do que os com baixa probabilidade nos 3 tamanhos de estímulos, havendo um decréscimo na aceitabilidade em função do tamanho, e, ainda, que pseudopalavras com constituintes de alta

probabilidade foram reconhecidos mais acuradamente do que padrões de pseudopalavras com baixa probabilidade.

Esse design de experimento se baseia no fato de que há evidências de que padrões fonotáticos probabilísticos têm influência no processamento e na produção fonológica. Coleman e Pierrehumbert (1997) propuseram que a aceitabilidade dos julgamentos de pseudopalavras envolve uma avaliação completa da composição da pseudopalavra, calculada na probabilidade fonotática cumulativa, não sendo, portanto, o resultado de um julgamento categórico que recusa como palavra possível de uma língua um estímulo formado por combinações não possíveis de segmentos da língua. Eles observaram que estímulos formados por sequências não existentes no inglês, mas incluindo também sequências fonotáticas de alta frequência, não foram rejeitados pelos falantes; ao contrário, receberam um escore avaliativo semelhante ao dos estímulos formados somente com sequências fonotáticas de baixa frequência. Esses resultados indicam que os falantes têm uma percepção das relações fonotáticas em termos probabilísticos e não de forma categórica e que essa probabilidade tem um papel importante nos julgamentos de aceitabilidade.

Segundo Frisch *et al.* (2000), uma gramática estocástica, que gerencia probabilisticamente as relações entre os constituintes, pode prover uma maneira de unificar a influência da probabilidade fonotática e da vizinhança lexical, essa última definida como a quantidade de itens que compartilham semelhança de pelo menos um segmento com outras palavras no léxico. Uma vez que a probabilidade métrica esperada leva em consideração a composição total da pseudopalavra, a gramática estocástica reflete o número de palavras no léxico que são semelhantes à pseudopalavra em algum grau. Uma pseudopalavra que agregue diversos constituintes de baixa probabilidade estará localizada numa região esparsa no espaço de similaridade do léxico, ao passo que uma pseudopalavra formada por constituintes de alta frequência estará situada em uma região densa. A hipótese principal para os autores é a de que padrões abstraídos do léxico provêm a base de uma competência fonológica emergente, que permite o processamento de não-palavras.

Susan Gathercole (1995) também investigou em que medida a performance de crianças com desenvolvimento típico entre 4 e 5 anos em teste de repetição de não-palavra é condicionada pela memória de trabalho fonológica ou pelas representações lexicais de longo termo. A autora também observou que a acurácia de repetição foi melhor para

estímulos classificados com alta probabilidade de *wordlikeness*. O escore de *wordlikeness* foi obtido em estudo realizado em Gathercole, W.; Emslie e Baddelly (1991). A autora argumenta que a repetição de pseudopalavras com baixo grau de *wordlikeness* depende da memória fonológica, ao passo que as com alto grau de *wordlikeness* são mediadas pelas representações lexicais de longo termo e, portanto, menos afetadas por restrições da memória fonológica.

Este artigo se estrutura da seguinte maneira: na seção a seguir apresentamos as hipóteses e a metodologia utilizada na elaboração das não-palavras, a descrição dos sujeitos e a aplicação do teste. Em seguida, são apresentados e discutidos os resultados obtidos, seguidos das considerações finais.

## **1 Hipótese e metodologia**

A hipótese básica da pesquisa é a de que a gramática fonológica é probabilística e gradiente. As informações relativas à forma sonora das palavras, às relações fonotáticas e morfofonológicas estão organizadas em um conjunto de representações com diferentes graus de abstração, que correspondem a diferentes tipos de conhecimento fonológico: representação fonético-paramétrica das propriedades acústicas e articulatórias dos sons que compõem as formas das palavras, representação detalhada das palavras no léxico e níveis mais abstratos que envolvem as relações fonotáticas, a prosódia e as relações morfofonológicas (PIERREHUMBERT, 2003). Nessa perspectiva, a gramaticalidade, ou a percepção do falante em relação às formas de sua língua, não é uma questão de pertencer ou não a uma categoria de forma categórica (gramatical vs. agramatical), mas se dá de forma probabilística e também gradiente, baseada nas distribuições de sequências de segmentos abstraídas das representações das palavras no léxico. Em outras palavras, o conhecimento gramatical probabilístico é derivado do léxico, mas também é independente deste, no sentido de que diferentes tipos de abstração são estabelecidos, com base nas representações. Diversos trabalhos têm mostrado que essa gramática que contém inferências probabilísticas é capaz de acessar a probabilidade de uma sequência independentemente de sua existência nas palavras estocadas no léxico, conforme foi mencionado na seção anterior em referência aos trabalhos de Coleman e Pierrehumbert (1997) e Frisch, Large e Pisoni (2000).

Conforme se postula nos Modelos baseados no Uso (BYBEE, 2001, 2010; PIERREHUMBERT, 2003, 2012), o léxico é concebido de forma dinâmica e redundante. Nele estão representadas todas as ocorrências dos itens lexicais que fazem parte da experiência do falante de produzir e ouvir. Estão também representadas tanto as palavras irregulares quanto as formações regulares, formas de singular e de plural, formas flexionadas verbais e *chunks*, unidades maiores que as palavras e que funcionam como uma unidade lexical. Além disso, o léxico é concebido não como uma lista não estruturada de itens, mas como uma rede de relações lexicais baseadas em similaridade sonora e semântica entre os itens representados. As relações morfofonológicas, relações fonotáticas e a gramática fonológica são emergentes das representações no léxico. Observa-se, segundo os Modelos baseados no Uso, que a frequência de ocorrência do item tem impacto na representação e que a produtividade em que um padrão é aplicado a novos itens incorporados no léxico e aos neologismos tem relação com a frequência de tipo das estruturas abstratas emergentes.

Assim, o esperado no processamento de não-palavras por falantes do português brasileiro através de uma tarefa de aceitabilidade é que o julgamento dos falantes reflita as distribuições probabilísticas observadas para os constituintes dos estímulos utilizados no teste. Essas hipóteses se inserem no quadro teórico dos Modelos baseados no Uso ou Modelos Multirrepresentacionais, que propõem, conforme foi apresentado anteriormente, uma organização probabilística do conhecimento linguístico para dar conta da representação mais detalhada da forma sonora dos itens lexicais. O conhecimento linguístico é entendido não como um conjunto mínimo de restrições ou regras categóricas, mas como um conjunto redundante de informações gradientes, que podem ser caracterizadas por uma distribuição estatística. Assim, as estruturas emergem do sistema de armazenagem e não são apriorísticas.

Um teste de não-palavras com sequências de sílabas possíveis do português foi elaborado por Esteves (2013), de acordo com a metodologia proposta por Frisch, Large e Pisoni (2000) com o objetivo de avaliar o conhecimento fonológico de crianças com desenvolvimento típico e atípico. Esses estímulos foram avaliados quanto à aceitabilidade para testar o grau de *wordlikeness*, isto é, se o grau de semelhança com palavras do léxico tem relação com o julgamento de falantes adultos.

Para elaboração do teste foi realizado um levantamento na Base Aspa/UFMG ([www.projetoaspa.org](http://www.projetoaspa.org)) da frequência de ocorrência de todas as combinações de consoantes e vogais do português em todas as posições prosódicas de dissílabas, trissílabas e palavras de quatro sílabas do português com estrutura silábica CV (consoante e vogal) e acentuação paroxítona. Optou-se por trabalhar com a frequência fonotática da sílaba e não de difones. Também optou-se, primeiramente, por estímulos com pseudopalavras estritamente formadas por sílabas CV, devido às restrições de sílabas com travamento silábico (que terminam em consoantes) ou formadas por grupos consonantais no português brasileiro. A frequência foi utilizada para calcular a probabilidade de cada sílaba, tomando o total de palavras que contêm aquela sílaba particular dividido pelo total de palavras que contêm aquele tipo de sílaba naquela posição prosódica (tônica ou átona) de acordo com a metodologia de Frisch *et al.* (2000). A métrica final (probabilidade da pseudopalavra) foi obtida através da multiplicação da probabilidade de cada sílaba que compõe o estímulo.

Para cada um dos três tamanhos considerados de pseudopalavras, há 5 pseudopalavras com combinações inteiramente de sílabas de alta frequência de tipo e 5 pseudopalavras com combinações de sílabas de baixa frequência, totalizando 30 estímulos (Anexo I). Estão previstas etapas futuras de ampliação dos estímulos com inclusão de todas as estruturas silábicas da língua. O total de estímulos será ampliado, mas não será possível atingir a mesma quantidade de estímulos por tipo (tamanho x frequência) do teste de Frisch *et al.* (2000) que foi constituído por estímulos com um molde lexical que inclui sílaba final do tipo CVC, o que amplia as possibilidades de combinação entre segmentos em três posições, considerando-se ainda o fato de que há mais possibilidades de ocorrência de consoantes na coda tendo como base a língua inglesa, se comparado com o português. Além disso, também concorre para uma menor quantidade de estímulos no presente teste o fato de o molde lexical para os três tamanhos ser de estímulos com acentuação na penúltima sílaba, sendo, portanto, a última sílaba átona, já que há restrição, no português brasileiro, do tipo de vogal que ocorre nesta posição, reduzindo as possibilidades de combinação de consoantes e vogais. Não houve o uso de distratores no teste devido ao tipo de estímulo usado. O teste já foi aplicado na avaliação de crianças com desenvolvimento atípico (ESTEVES, 2013), adultos com afasia (SENNA, 2013), crianças com desenvolvimento típico entre 5 e 9 anos

(MENDES, 2014) e em estudo longitudinal de crianças com aquisição tardia (SILVA, 2014).

Os limites de alta e baixa frequência foram estabelecidos através da distribuição dos valores probabilísticos em quartis para cada posição prosódica da sílaba em cada tamanho considerado. Uma métrica probabilística foi obtida através da multiplicação das probabilidades de cada sílaba da pseudopalavra, o que resulta em um contínuo de probabilidades que decresce em função do tamanho da palavra (COLEMAN e PIERREHUMBERT, 1997).

Além disso, conforme já foi mencionado anteriormente, as pseudopalavras são todas com acentuação paroxítona, molde lexical mais frequente no português para os 3 tamanhos considerados segundo a pesquisa realizada na Base Aspa. O levantamento indicou ser o padrão de acentuação paroxítona predominante nos 3 tamanhos de palavras considerados, conforme pode ser observado na Tabela 1, a seguir.

**Tabela 1** - Frequência de padrão acentual em função do número de sílabas da palavra

	2 SÍLABAS	3 SÍLABAS	4 SÍLABAS
TOTAL	13.929	35.427	39.986
PROPÁROXÍTONA		2.278	3.881
PAROXÍTONA	<b>8.427</b>	<b>23.858</b>	<b>29.776</b>
OXÍTONA	5.502	9.293	6.270

Foram excluídas as pseudopalavras cujas combinações de sílabas se assemelhavam a morfemas do português para evitar sequências que podem contribuir para uma análise morfológica da palavra, sobrepondo-se à frequência de tipo das sílabas ou competindo com esta, como, por exemplo, [pade'nava] com a terminação –ava, que poderia ser analisada morfológicamente como um verbo da 1ª conjugação no pretérito imperfeito na terceira pessoa do singular, como *cantava*. Também foram descartadas as pseudopalavras que formam “pares mínimos” com palavras do léxico, como ['bada]/bata e ['kaba]/cada, e sequências com

segmentos repetidos, como [patu'tuva].<sup>2</sup>

Os estímulos foram gravados por uma mulher de 22 anos em um estúdio de gravação com equipamento digital. Na gravação, a forma fonética das pseudopalavras se acomodou às realizações fonéticas presentes na variedade dos sujeitos testados (p. ex. redução de vogal átona final, realização de africada pós-alveolar seguida de [i]).

O teste foi aplicado a 22 sujeitos falantes do português brasileiro, alunos de graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). A aplicação individual do teste foi feita através do Programa PsyScope, que apresenta uma ordenação aleatória dos itens para cada julgador.

Os sujeitos foram expostos a 5 estímulos (também pseudopalavras) na fase de treino e, em seguida, aos estímulos do teste. Cada sujeito foi solicitado a aceitar ou rejeitar se o estímulo ouvido se assemelha a uma palavra existente na língua, respondendo sim ou não e apertando a tecla correspondente do teclado. Embora, como hipótese, tenhamos definido a aceitabilidade de forma gradiente, a aplicação do piloto do teste considerou somente respostas do tipo sim vs. não, considerando que a gradualidade poderia emergir das variáveis controle: frequência dos constituintes e tamanho dos estímulos.

## 2 Resultados

Os resultados obtidos se referem ao efeito das duas variáveis controladas, tamanho da pseudopalavra e da frequência das sílabas constituintes da pseudopalavra, e as variáveis dependentes são o tipo de resposta (sim vs. não) e o tempo de resposta.<sup>3</sup> Com relação ao tempo de resposta não houve diferença significativa entre os tempos de resposta e as variáveis analisadas. O teste ANOVA não se revelou significativo para tempo de resposta e tamanho ( $p(>f)$  0.1613), tempo de resposta e frequência da sílaba ( $p(>f)$  0.3813) e para a correlação entre ambas as variáveis ( $p(>f)$  0.5921). Esse resultado pode se dever ao fato de que não está em jogo uma tarefa de decisão que envolve palavras do léxico e pseudopalavras, mas o grau de semelhança entre estímulos e palavras reais. No teste em questão todos os estímulos são da mesma natureza, ou seja, inexistentes na língua.

<sup>2</sup> Não foi possível, no entanto, evitar a situação de par mínimo para algumas das pseudopalavras de duas sílabas. É o caso de [tʃibə], que forma par com tina.

<sup>3</sup> Frisch *et al.* (2000) não consideraram tempo de resposta como variável dependente.

Por outro lado, os resultados do teste de  $X^2$  (chiquadrado) indicaram que as variáveis tamanho dos estímulos (2, 3 ou 4 sílabas) e a frequência de ocorrências das sílabas CV (alta ou baixa) foram significativas em relação à resposta apresentada ( $X\text{-squared} = 32.25$ ,  $df = 1$ ,  $p\text{-value} = 1.356e-08$ ). Conforme pode ser observado na Tabela 2 a seguir, pseudopalavras formadas com sílabas de alta frequência foram mais aceitas do que aquelas com constituintes de baixa frequência.

**Tabela 2** - Tipo de resposta em função do número de sílabas

FREQUÊNCIA DAS SÍLABAS	SIM		NÃO		TOTAL
BAIXA	102	31%	228	69%	330
ALTA	175	53%	155	47%	330
TOTAL	272	41%	382	59%	660

Com relação ao tamanho das pseudopalavras, o teste do  $X^2$  revelou ser significativo o efeito do tamanho da pseudopalavra na avaliação dos estímulos ( $X\text{-squared} = 57.4952$ ,  $df = 2$ ,  $p\text{-value} = 3.274e-13$ ). Os resultados obtidos, e apresentados na Tabela 3 abaixo, indicaram que estímulos com 2 sílabas foram mais aceitos que os de três sílabas, que, por sua vez, foram mais aceitos que os de 4, ou seja, palavras menores foram mais aceitas que palavras maiores.

**Tabela 3** -Tipo de resposta em função do tamanho

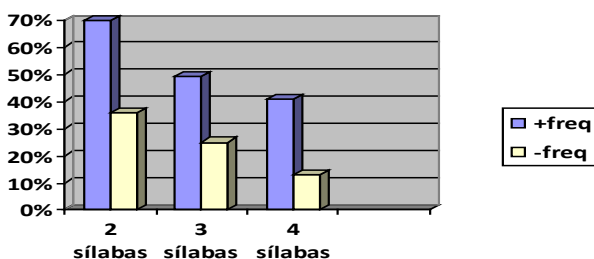
TAMANHO	SIM		NÃO		TOTAL
2 SÍLABAS	136	62%	84	38%	220
3 SÍLABAS	81	37%	139	63%	220
4 SÍLABAS	60	28%	160	72%	220
TOTAL	277	42%	383	58%	660

Os resultados obtidos fornecem evidências sobre o gerenciamento probabilístico de relações fonotáticas na gramática fonológica. A hipótese principal é a de que padrões abstraídos do léxico provêm a base de uma

competência fonológica emergente, que permite o processamento de pseudopalavras. Ou seja, padrões recorrentes no léxico, que constituem a memória de longo termo, fornecem evidência para o processamento das pseudopalavras. Esses resultados se assemelham aos encontrados por Frisch, Large e Pisoni (2000) para o inglês.

O efeito do tamanho do estímulo no julgamento de aceitabilidade da pseudopalavra para o português brasileiro também segue o mesmo padrão observado para o inglês, em que palavras menores são mais aceitas que palavras maiores. No entanto, é importante ressaltar que o levantamento realizado na Base ASPA/UFMG, para estabelecer o padrão acentual mais recorrente para cada conjunto de palavras reais em função do número de sílabas, revelou que as palavras de 2 sílabas são menos frequentes no léxico (3.929) do que as de 3 (35.427) e 4 sílabas (39.986), que apresentam uma quantidade aproximada de itens. Embora o molde lexical com 2 sílabas seja menos frequente no léxico se comparado com o das palavras de 3 e 4 sílabas, a probabilidade de ocorrência de cada pseudopalavra obtida através da métrica probabilística (multiplicação das probabilidades de cada sílaba) indica que quanto maior a palavra menor sua probabilidade de ocorrência, uma vez que as palavras maiores multiplicam mais probabilidades. Assim, palavras maiores de alta probabilidade podem ter uma métrica probabilística menor que palavras menores de baixa probabilidade. De fato, conforme pode ser observado no Gráfico 1, a seguir, há um decréscimo na aceitabilidade do estímulo gradativamente em função do tamanho e da probabilidade de ocorrência. Esse gráfico sumariza os resultados apresentados nas Tabelas 2 e 3.

**Gráfico 1** - Aceitabilidade dos estímulos em função do tamanho e da frequência



No Gráfico 1 estão os percentuais de respostas “sim” para o tamanho e a frequência dos constituintes dos estímulos, indicando que pseudopalavras com constituintes mais frequentes foram mais aceitas que as com constituintes de baixa frequência e que estímulos menores foram mais aceitos que constituintes maiores. A distribuição observada no Gráfico 1 também indica que o efeito do tamanho do estímulo parece ter como base a probabilidade de ocorrência daquele estímulo em função das probabilidades de suas subpartes e não a frequência do molde lexical, definido em função da quantidade de palavras com o mesmo número de sílabas no léxico.

### **Considerações finais**

Estudos como os descritos neste artigo fornecem evidências acerca da natureza do léxico e da relação entre léxico e fonologia. Segundo Pierrehumbert (2003), estudos de percepção sustentam a proposição teórica de uma fonologia emergente em diversos níveis de abstração, a partir da experiência do falante com sua língua em ouvir e produzir e do léxico armazenado. De acordo com a autora, um léxico adulto é de tamanho suficiente para permitir a abstração de todas as estruturas relevantes para a produção e a percepção.

Esses resultados podem ser tomados como evidência de que o conhecimento fonotático emerge de padrões segmentais inferidos no léxico mental e tem relação com sua probabilidade de ocorrência no léxico (COLEMAN; PIERREHUMBERT, 1997).

Os resultados obtidos nessa etapa de trabalho subsidiarão a continuidade do projeto de constituição de um instrumento de avaliação do conhecimento fonológico, tanto de adultos quanto de crianças, com possibilidade de aplicação na clínica fonoaudiológica. A ampliação do teste em número de estímulos dos tipos utilizados no presente estudo e com outros tipos silábicos do português permitirá avaliar melhor a inferência probabilística de estruturas fonológicas abstraídas no léxico.

### **Referências**

ARCHIBALD, L. M. D.; GATHERCOLE, S. Nonword Repetition: a Comparison of Tests. *Journal of Speech, Language and Hearing Research*, v. 49, p. 970-983, 2006.

BYBEE, J. *Phonology and Language Use*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

BYBEE, J. *Language, Use and Cognition*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

BECKMAN, M. E.; MUNSON, B.; EDWARDS, J. The Influence of Vocabulary Growth on Developmental Changes in Types of Phonological Knowledge. In: COLE, J. & HUALDE, J. (Eds.). *Laboratory Phonology*, 9, p. 241-264. New York: Mouton de Gruyter, 2007.

COLEMAN, J.; PIERREHUMBERT, J. B. Stochastic Phonological Grammars and Acceptability. *Computational phonology. 3rd Meeting of the ACL Special Interest Group in Computational Phonology: Proceedings of the Workshop*, 12 July 1997. Association for Computational Linguistics, Somerset, NJ, p. 49-56, 1997.

ESTEVES, C. O. *O conhecimento fonológico de crianças com dislexia, desvio fonológico e distúrbio específico da linguagem: uma análise multirrepresentacional da linguagem*. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

FRISCH, S. A.; LARGE, N. R.; PISONI, D. B. Perception of Wordlikeness: Effects of Segment Probability and Length on the Processing of Nonwords. *Journal of Memory and Language*, 42, p. 481-549, 2000.

GATHERCOLE, S. Is Nonword Repetition a test of Phonological Memory or Long-term Knowledge? It All Depends on Nonwords. *Memory & Cognition*, 23 (1), p. 83-94, 1995.

GATHERCOLE, W. C.; EMSLIE, H.; BADDELLY, A. D. The Influence of Number of Syllables and Word-likeness on Children's Repetition Nonword. *Applied Psycholinguistics*, 12, p. 349-367, 1991.

LUCE, P; PISONI, D. Recognizing spoken words: The neighborhood activation model. *Ear and Hearing*, n. 19, p. 1-36, 1998.

MENDES, S. do C. *Habilidades do processamento auditivo e conhecimento fonológico em crianças com desenvolvimento típico*. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

PIERREHUMBERT, J. Probabilistic Phonology. In: BOD, R.; HAY, J.; JANNEDY, S. (Eds.). *Probabilistic Linguistics*. Cambridge, MA: MIT Press, 2003. p. 177-228.

PIERREHUMBERT, J. B. The Dynamic Lexicon. In: COHN, A.; HUFFMAN, M.; FOUGERON, C. (Eds.). *Handbook of Laboratory Phonology*. Oxford: Oxford University Press, 2012. p. 173-183.

SAITO, A.; YOSHIMURA, T.; ITAKURA, T.; LAMBOM, R. Demonstrating a Wordlikeness Effect on Nonword Repetition Performance in a Conduction Aphasic Patient. *Brain and Language*, 85, p. 222-230, 2003.

SENNA, F. D. *Acesso e representação lexical na produção de afásicos sob a ótica da Fonologia de Uso*. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

SILVA, M. B. *Aquisição fonológica em crianças falantes tardios: um estudo de caso*. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

VITEVITCH, M. S.; LUCE, P. A. Probabilistic Phonotactics and Neighborhood Activation in Spoken Word Recognition. *Journal of Memory and Language*, 40, p. 374-408, 1999.

VITEVITCH, M. S.; LUCE, P. A. Increases in Phonotactic Probability Facilitate Spoken Nonword Repetition. *Journal of Memory and Language*, 52, p. 193-204, 2005.

VITEVITCH, M.; STAMER, M. The Curious Case of Competition in Spanish Speech Production. *Language Cognitive Processes*, 21 (6), p. 760-770, 2006.

## ANEXO 1

Teste de repetição de pseudopalavras (ESTEVEs, 2013, p. 128)

### **Dissílabas Não-Frequentes**

- 1- gɔfɯ
- 2- ʒefə
- 3- feɹɯ
- 4- nɔɹɿ
- 5- zɯɿ

### **Dissílabas Frequentes**

- 1- tʃibə
- 2- haɖʒɿ
- 3- sebə
- 4- masɿ
- 5- mibə

### **Trissílabas Não-Frequentes**

- 1- zigefə
- 2- mɔʒəpɿ
- 3- gufoʃɯ
- 4- vubohɿ
- 5- geɾɔnə

### **Trissílabas Frequentes**

- 1- kopizə
- 2- tareku
- 3- mesivə
- 4- vabitɯ
- 5- detukə

### **4 sílabas Não-frequentes**

- 1- ketonisu
- 2- givɛpɔfɯ
- 3- vurehupə
- 4- zeʃɔfubɿ
- 5- ʒɔpɛgefə

### **4 sílabas Frequentes**

- 1- helanitu
- 2- kovitunə
- 3- dʒimerɔtə
- 4- mekulivə
- 5- moliratu

**Estudo sobre um parâmetro de tarefa e um parâmetro amostral para experimentos com julgamentos de aceitabilidade temporalizados<sup>1</sup>**

***Inquiry of a Task Parameter and a Sampling Parameter for Speeded Acceptability Judgments Experiments***

Ricardo Augusto de Souza

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil.  
ricsouza.ufmg@gmail.com

Cândido Samuel Fonseca de Oliveira

Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG), Contagem, Minas Gerais, Brasil.  
coliveira.ufmg@gmail.com

Jesiel Soares-Silva

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil.  
fassiedojeb@yahoo.com.br

Alberto Gallo Araújo Penzin

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil.  
albertopenzin@hotmail.com

Alexandre Alves Santos

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil.  
alexandreaves\_santos@yahoo.com

---

<sup>1</sup> Este estudo contou com financiamentos da CAPES (BEX 4087/10-0), do CNPq (485285/2013-4) e da FAPEMIG (APQ 20038). Os autores manifestam seus agradecimentos.

**Resumo:** A tarefa de julgamento de aceitabilidade de sentenças temporalizadas é uma das técnicas de eliciação de julgamentos na qual se impõem restrições temporais aos juízes. Propõe-se que essa técnica proporciona observações mais fidedignas de conhecimento implícito e processos automatizados. Este estudo explora a definição de tetos temporais mínimos para a execução dessa tarefa por falantes nativos das línguas dos estímulos, assim como avalia o impacto do recrutamento de amostras de conveniência, formadas por participantes com treinamento em estudos de linguagem, sobre esse tipo de experimento. Os resultados indicam não haver impacto crítico dessa forma de amostragem de conveniência, e que efeitos de gramaticalidade são detectáveis com janelas temporais de 4 segundos para cada sentença.

**Palavras-chave:** Aceitabilidade; Gramaticalidade; Julgamentos temporalizados; Amostragem de conveniência.

**Abstract:** The speeded sentence acceptability judgment task is a technique for the elicitation of judgments in which temporal constraints are imposed on judges. It is suggested that such technique provides more reliable observations of implicit knowledge and automatic processes. This study explored the setting of minimal temporal ceilings for performance in the speeded acceptability judgment task by native speakers of the stimuli languages, and it also assessed the impact of convenience sampling where participants with language studies backgrounds are recruited. The results show that there is no critical impact of this kind of convenience sampling, and they also show that grammaticality effects are detectable within a time window of 4 seconds per sentence.

**Keywords:** Acceptability; Grammaticality; Speeded Judgments; Convenience Sampling.

Recebido em 18 de março de 2014.

Aprovado em 28 de maio de 2014.

## **Introdução**

A demonstração de que construções e arranjos de unidades linguísticas potencialmente realizáveis tendem a ser rejeitadas pelos falantes oferece pistas sobre as restrições em operação no conhecimento linguístico. Assim, não é surpreendente que a observação de julgamentos sobre o estatuto de gramaticalidade, ou aceitabilidade, de dados linguísticos constitui uma matriz metodológica importante em várias abordagens sobre a natureza do conhecimento linguístico, conhecimento esse cujo desvendamento é uma das tarefas primeiras da ciência linguística. A partir especialmente do surgimento do movimento gerativista, a aceitação dessa matriz atingiu por vezes patamares extremos, passíveis de caracterização como pleno introspeccionismo subjetivista, com os julgamentos individuais do próprio proponente de análises como dados apresentados, sem problematização, como suficientes para a justificativa dessas propostas (HARRIS, 1995; WASOW; ARNOLD, 2005). Não obstante, tal como foi relatado em Schütze (1996), questionamentos sobre a validade e a confiabilidade dos julgamentos de aceitabilidade individuais, como base empírica para o avanço da teoria linguística, têm sido levantados desde os primórdios da proliferação de estudos neles prioritariamente fundamentados.

A busca de refinamento metodológico, em bases empíricas consistentes, da coleta e tratamento de dados oriundos da observação de julgamentos de aceitabilidade gerou, em anos recentes, um intenso debate sobre seus limites e potencialidades. Gibson e Fedorenko (2013), por exemplo, argumentam haver evidências de que a ausência de rigor metodológico no tratamento de julgamentos de gramaticalidade resultou em propostas espúrias em teoria da gramática. Os autores defendem a utilização de desenhos experimentais rigorosos, assim como tratamento estatístico criterioso, como estratégia indispensável para que estudos baseados em tais julgamentos atinjam níveis aceitáveis de confiabilidade, validade e cientificidade. Esses argumentos vêm ao encontro de outras propostas de adequação do julgamento de aceitabilidade ao método experimental, o que é por vezes denominado “sintaxe experimental” (COWART, 1997; MAIA, 2012).

O presente estudo tem por objetivo geral trazer contribuições ao empreendimento de fomento à articulação de bases rigorosas para a investigação das representações linguísticas dos falantes através da

observação sistemática de julgamentos sobre o estatuto de gramaticalidade de dados linguísticos. Entendemos, portanto, que se trata de um estudo alinhado ao movimento direcionado à busca de construção do julgamento de aceitabilidade como desenho experimental para a pesquisa linguística.

Especificamente, um outro objetivo buscado através deste estudo foi a exploração de um parâmetro da tarefa experimental de julgamento de aceitabilidade: a imposição de uma restrição do teto temporal dentro do qual um participante deve emitir seu julgamento. Ao ser configurada com tal restrição, a tarefa fica caracterizada como uma variante que é denominada neste artigo “julgamento de aceitabilidade temporalizado”. Tal variante é comumente empregada em estudos psicolinguísticos, nos quais, além do julgamento em si, há interesse na investigação do grau de dificuldade, ou custo cognitivo, imposto pela própria tarefa de julgamento de tipos particulares de estímulos (COOK, 1994). Nosso interesse na exploração desse parâmetro de configuração da tarefa foi a determinação de uma janela temporal tão restrita quanto possível para a emissão de julgamentos confiáveis. Nossa motivação para essa exploração foi a hipótese de que uma tarefa de eliciação de julgamentos rápidos, em associação à recomendação de Schütze (1996) sobre o treinamento prévio dos participantes para a tarefa, permitiria a aproximação mais confiável de respostas convergentes com a materialidade mais estritamente linguística dos estímulos; portanto, tais respostas mais adequadamente filtradas de impressões oriundas de conhecimentos não relevantes.<sup>2</sup>

Por fim, um outro objetivo específico deste estudo foi a exploração de um parâmetro amostral, ou seja, relativo ao recrutamento de participantes para estudos experimentais. Tal parâmetro amostral diz respeito à prática, por nós conjecturada como sendo de razoável frequência, de recrutamento de amostras de conveniência, compostas por estudantes e pessoal das próprias instâncias onde os pesquisadores atuam. Assim, acreditamos ser prevalente nos estudos linguísticos a

---

<sup>2</sup> Em um estudo com julgamentos de aceitabilidade não temporalizados, realizado há alguns anos por um dos autores do presente trabalho, os dados de um dos participantes foram descartados porque tal participante anotou em folha de respostas que seu julgamento de uma das sentenças como inaceitável fora motivado por sua interpretação de que o conteúdo proposicional da sentença refletia uma situação de abuso de poder. É a possibilidade de sobreposição desse tipo de conhecimento à resposta eliciada pela estruturação gramatical do estímulo que acreditamos poder diminuir com restrição temporal e treinamento para a execução da tarefa.

seleção de participantes que recebem ou receberam instrução explícita em análise e descrição linguística, ou seja, participantes com formação na área de Letras e Linguística. Se tal conjectura for representativa dos fatos, então há provavelmente a seleção de amostras que não poderiam ser caracterizadas como sujeitos plenamente inocentes, ou leigos, em relação aos objetos dos estudos. No estudo ora relatado, manipulamos diretamente o perfil de formação dos participantes, com vistas a colocar em teste a hipótese de que os participantes com formação na área de Letras e Linguística fariam julgamentos de aceitabilidade diferentes dos participantes com formação em áreas diferentes.

Na próxima seção, apresentaremos mais detalhes sobre as questões suscitadas pela adoção dos julgamentos de aceitabilidade como base empírica da pesquisa linguística, assim como de propostas de sua adequação aos controles típicos dos métodos experimentais. Em seguida, explicitaremos o desenho metodológico de dois experimentos a partir dos quais buscamos atingir os objetivos acima delineados. A terceira seção do artigo se destina à análise e à discussão das observações feitas em relação a esses dois experimentos. Por fim, concluiremos com a retomada dos objetivos que nortearam este estudo e com as considerações sobre a modalidade de tarefa de eliciação de julgamentos de aceitabilidade ora investigada.

## **1 Julgamentos do estatuto de aceitabilidade como metodologia experimental na pesquisa linguística**

Tal como foi comentado acima, dentre as diversas formas de se estudar a linguagem humana, os métodos introspectivos são empregados com alta frequência em algumas subáreas da linguística (SCHÜTZE, 1996; FERREIRA, 2005; MYERS, 2009a). Dentre tais métodos, julgamentos informais acerca da aceitabilidade de sentenças são amplamente utilizados como fonte de dados em campos como a sintaxe e a semântica. Geralmente, as hipóteses são defendidas a partir de dados oriundos da introspecção do próprio linguista/autor sobre o *status* de aceitabilidade de um par mínimo de sentenças.

Tal prática tem sido alvo de uma série de discussões metodológicas no campo dos estudos linguísticos. Por um lado, alguns autores argumentam que os próprios linguistas podem fornecer dados mais confiáveis devido ao conhecimento técnico acerca da linguagem (PHILIPS; WAGERS, 2007

*apud* MYERS, 2009a; DEVITT, 2006 *apud* CULBERTSON; GROSS, 2009; PHILIPS, 2009 *apud* GIBSON; FEDORENKO, 2013). Além da confiabilidade que tal conhecimento poderia conferir a esses dados, esses autores ainda afirmam que os métodos introspectivos são mais práticos e funcionais, do ponto de vista da implementação e do gerenciamento. Por outro lado, existem autores que questionam tal procedimento, salientando os riscos do interpretativismo subjetivo para a confiabilidade das bases de construção do conhecimento científico (SCHÜTZE, 1996; COWART, 1997; FERREIRA, 2005; GIBSON; FEDORENKO, 2013). Myers (2009a, p. 406) assevera que os “julgamentos informais inspiram horror em muitos pesquisadores, devido ao fato de que eles claramente violam os protocolos metodológicos que são padrão no resto da ciência cognitiva empírica”.<sup>3</sup>

Do ponto de vista da ciência experimental, o método da introspecção individual apresenta problemas como: (i) número reduzido e falta de controle de itens; (ii) número reduzido de participantes; e (iii) participantes familiarizados com os itens (CULBERTSON; GROSS, 2009; GIBSON; FEDORENKO, 2013). Assim, há críticos que afirmam que a utilização da introspecção como fonte principal de dados tem resultado no enfraquecimento dos laços que uniam algumas subáreas da linguística. De acordo com Ferreira (2005), por exemplo, tal prática foi um dos motivos pelos quais a psicolinguística e a sintaxe formal se distanciaram, principalmente após o surgimento do Programa Minimalista (PM). Segundo a autora, além de o PM ser incompatível com alguns fatos que já foram investigados por estudos psicolinguísticos – os processos de reanálise e, entre outros, o parseamento incremental da esquerda para a direita –, a principal fonte de dados que corroboram seus princípios são oriundos de julgamentos de aceitabilidade realizados pelos próprios teóricos.

Não obstante, a reflexão do linguista teórico e seus postulados sobre a organização da linguagem costumam ser os únicos pontos de partida para a explicitação de hipóteses cujas previsões serão, subsequentemente, submetidas a teste em bases empíricas mais consistentes e generalizáveis. Vários experimentos já confirmaram

---

<sup>3</sup> Nossa tradução para: “Informal judgments inspire horror in many scholars, as they so clearly violate the methodological protocols standard in the rest of the empirical cognitive sciences.”

hipóteses oriundas da teoria da gramática de base introspeccionista que testavam, sendo exemplos Cowart (1997), Clifton *et al.* (2006) e Myers (2009b). Por outro lado, tal como foi demonstrado por Myers (2009a) e Gibson; Fedorenko (2013), várias dessas hipóteses, quando testadas empiricamente, foram falseadas.

Tais resultados contraditórios, em nosso entender, somente realçam a relevância do aprimoramento dos métodos de eliciação de julgamentos sobre dados linguísticos dos falantes. Ao se conferir a tais métodos máximo rigor e controle, acreditamos que será oferecida aos pesquisadores das mais diversas áreas e subáreas da linguística uma ferramenta poderosa e que é suplementar a outras metodologias relevantes para a edificação da linguística como ciência empírica. Portanto, é pertinente uma delimitação de características da abordagem experimental dos julgamentos de aceitabilidade, assim como de suas especificações.

Inicialmente, chamamos a atenção sobre a natureza do construto que as técnicas de eliciação de julgamentos visam a capturar. A denominação dessas técnicas oscila entre julgamento de aceitabilidade e julgamento de gramaticalidade. Embora ambas as terminologias por vezes sejam tratadas como sinônimas, elas não se referem necessariamente aos mesmos construtos. O termo *gramaticalidade* se refere a um construto teórico dentro da teoria linguística, ou seja, uma característica postulada como inerente às construções ou arranjos de unidades linguísticas, e da qual resulta a boa formação das mesmas, de acordo com tal postulação teórica. Já o termo *aceitabilidade* faz referência a um construto perceptual, ou seja, que se manifesta na percepção de um falante, acerca das construções ou arranjos de unidades linguísticas (BARD; ROBERTSON; SORACE, 1996). Em outras palavras, a aceitabilidade se refere a uma sensação consciente do participante, enquanto a gramaticalidade, a uma consequência lógica das premissas da teoria linguística, não sendo necessariamente acessível através da consciência (MYERS, 2009a).

A diferença entre esses dois construtos é comumente exemplificada em frases em inglês com múltiplas orações subordinadas, tais como “*the mouse the cat the dog saw chased ate*” (o rato que o gato que o cachorro viu perseguiu comeu). Do ponto de vista de alguns quadros da teoria da gramática, tal sentença é classificada como gramatical, uma vez que pode ser logicamente derivada de premissas desses quadros sobre a boa formação de arranjos sintáticos. Por outro lado, essa sentença dificilmente

será percebida como aceitável, provavelmente devido ao seu alto custo de processamento (CULBERTSON; GROSS, 2009).

Assim, o termo *juízo de aceitabilidade* parece descrever de maneira mais acurada o procedimento metodológico no qual são as repostas dos falantes, a sua percepção sobre unidades linguísticas, que são efetivamente observadas. Myers (2009a) demonstra que os termos *juízo de gramaticalidade* e *juízo de aceitabilidade* surgiram, com a mesma frequência, na literatura linguística em língua inglesa, entre meados da década de 1970 e meados da década de 1990. Porém, a autora demonstra que em anos mais recentes parece haver emergido uma nítida prevalência do termo *juízo de aceitabilidade* na literatura científica em língua inglesa. Em consonância com essa tendência, neste estudo, utilizar-se-á doravante apenas o termo *juízo de aceitabilidade*.

Em termos gerais, o juízo de aceitabilidade de sentenças como paradigma experimental consiste na observação, em uma amostra representativa de uma comunidade de fala, das avaliações intuitivas sobre a boa formação de sentenças, em uma determinada língua (KELLER, 1998). Os participantes do experimento são tipicamente apresentados a um conjunto de sentenças, devendo manifestar-se sobre o quão aceitável cada uma delas é. Em outras palavras, usualmente os participantes devem dizer se cada uma das sentenças soa bem ou mal (CULBERTSON; GROSS, 2009).

Obviamente, tal paradigma experimental pressupõe que a emissão da percepção sobre o bem ou mal “soar” de uma sentença está pautada em algum critério comum a toda a amostra de participantes, critério esse que pode ser delimitado através de instruções e treinamento sobre o que deve ser o foco da atenção de cada participante. Uma outra forma de realização do pressuposto de que um critério básico permeará as manifestações da amostra de participantes é a apresentação de vários itens representativos de condições linguísticas que modulam a hipotética diferença de gramaticalidade entre as sentenças. Adota-se, então, procedimentos analíticos de estatística inferencial, considerando-se se há diferenças entre medidas de tendência central (ex. média), em associação a medidas de dispersão (ex. desvio padrão) das manifestações observadas, o que revelaria efeitos da manipulação das condições linguísticas e, portanto, um efeito da gramaticalidade.

De acordo com Gibson e Fedorenko (2013), é imprescindível que os estudos experimentais baseados em julgamentos de aceitabilidade

sigam alguns parâmetros importantes. Um desses parâmetros diz respeito à configuração da amostra de participantes. Segundo os autores, é importante incluir na amostra diversos tipos de participantes, inclusive aqueles que são “ingênuos”, ou leigos, em relação à linguagem como objeto de estudo.

Um dos efeitos possíveis da experiência com os estudos da linguagem é a perda de sensibilidade à agramaticalidade. Por exemplo, Barile e Maia (2008) e Maia (2013) relatam um estudo no qual julgamentos foram obtidos experimentalmente de um grupo de participantes formado por estudantes de Letras que haviam concluído um curso de teoria de sintaxe, no qual um tema específico foi precisamente o tipo de sentenças alvo dos julgamentos. Os julgamentos desse grupo foram comparados com julgamentos emitidos por estudantes de outros cursos. Nesse estudo, foi observado que os sujeitos que tiveram exposição prévia ao tipo de violação gramatical presente nas sentenças do experimento recusaram tais sentenças significativamente menos que os participantes “ingênuos”.

Não obstante, é importante notar que tampouco tal orientação quanto à amostragem é plenamente consensual. Culbertson e Gross (2009), por exemplo, argumentam que não há diferenças relevantes entre participantes com conhecimento de linguística ou não, mas sim diferenças relacionadas à familiaridade com a tarefa à qual são apresentados os participantes.

Compreendemos que tal parâmetro amostral pode constituir-se em anátema para parte da comunidade dos pesquisadores em linguística, uma vez que percebemos como relativamente frequente a realização de estudos com amostragem de conveniência, ou amostragem acidental (COZBY, 2009). A amostragem por conveniência é uma técnica não probabilística de amostragem,<sup>4</sup> caracterizada pelo recrutamento de participantes no qual o critério é a disponibilidade mais fácil e pronta dos mesmos. A amostragem por conveniência guarda genericamente um risco considerável de viés, uma vez que exclui do recrutamento participantes que não são membros das comunidades específicas onde ele ocorre. Essa situação pode trazer prejuízos severos para a possibilidade de generalização dos resultados de uma pesquisa experimental.

---

<sup>4</sup> As técnicas de amostragem probabilística asseguram que todos os membros de uma população ou estrato populacional tenham chances iguais de ser selecionados para a composição da amostra.

Entendemos que a amostragem por conveniência é prevalente quando o pesquisador recruta seus participantes nas instituições de ensino superior onde atua. Na situação de pesquisa por nós evocada, o risco mais iminente de viés é o fato de que o recrutamento de estudantes e egressos de cursos de graduação da área de Letras e Linguística acarreta o risco de que as amostras observadas tenham maior treinamento, capacidade metalinguística e acuidade na avaliação de casos de agramaticalidade do que a população geral de pessoas com nível educacional semelhante.

Ainda do ponto de vista das decisões metodológicas que devem ser tomadas, há também um parâmetro da tarefa de julgamento de aceitabilidade que pode ter impacto sobre a fidedignidade das inferências sobre as observações apoiadas nesse paradigma experimental: a temporalização da tarefa. A temporalização dessa tarefa é manipulada em uma variante da mesma, na qual impõem-se aos participantes limitações no tempo de exposição aos estímulos e/ou na emissão dos julgamentos. Ainda é possível apenas demandar aos participantes que cheguem a um julgamento tão rápido quanto possível. Essa variante é denominada julgamento de aceitabilidade temporalizado (*speeded acceptability judgment* ou *timed acceptability judgment*, em inglês).

Normalmente subjaz ao julgamento de aceitabilidade temporalizado a concepção de que a percepção de aceitabilidade de uma sentença pressupõe o processamento da mesma. Assim, segundo Jiang (2012), diferenças no tempo de emissão de julgamentos podem, segundo os proponentes do paradigma experimental, refletir a interpolação de diferentes estratégias e mecanismos de processamento (por exemplo, a reanálise de uma sentença ambígua). Além disso, tal como sugerem Ellis (2005), Bowles (2011) e Gutiérrez (2013), o julgamento de aceitabilidade temporalizado pode ser considerado um instrumento psicométrico que captura a ativação de conhecimento implícito e rotinas de ativação de representações linguísticas automatizadas, contrariamente ao julgamento de aceitabilidade não temporalizado, que melhor reflete conhecimento explícito e reflexão metalinguística.

Assim, entendemos que a manipulação do teto temporal para a emissão de julgamentos acarreta um aumento da possibilidade de que essa percepção se aproxime do processamento linguístico. Especificamente, entendemos que através da imposição de um teto temporal na tarefa, busca-se restringir o escopo de informações disponíveis aos participantes para a emissão de seus julgamentos, na tentativa de maximamente

limitá-las àquelas estritamente associadas à representação mental do sistema linguístico e, portanto, ao estatuto de gramaticalidade teoricamente conferido à sentença julgada. Em outras palavras, buscase, com a temporalização, evitar a possibilidade de que os julgamentos sejam motivados por impressões aleatórias, oriundas de reflexões idiossincráticas<sup>5</sup> e livres associações em torno do estímulo linguístico, o que poderia ocorrer quando períodos de tempo suficientemente amplos transcorrem antes da emissão dos julgamentos.

Considerando a clara relevância do parâmetro amostral e dos parâmetros das tarefas ora discutidos para a validade das interpretações sobre a competência linguística advindas de experimentos com julgamentos de aceitabilidade, neste estudo, realizamos uma investigação que buscou definir uma mínima janela temporal para a emissão de julgamentos de aceitabilidade temporalizados, bem como o impacto da seleção de amostras formadas por estudantes ou egressos de cursos superiores na área de Letras e Linguística.

Passamos, a seguir, à descrição dos métodos e, em seguida, aos resultados deste estudo.

## **2 Métodos**

No presente estudo, tendo em vista nosso objetivo geral de exploração dos limites temporais mínimos para a resolução de um julgamento sobre o estatuto gramatical de sentenças, assim como a exploração do impacto da amostragem por conveniência dentre segmentos populacionais caracterizados por formação na área de Letras e Linguística, conduzimos dois experimentos. As tarefas empregadas em ambos os experimentos foram variantes da tarefa de julgamento de aceitabilidade temporalizado. Os dois experimentos foram conduzidos em contexto monolíngue, o que implicou a seleção de participantes falantes nativos das línguas dos estímulos.

O primeiro experimento (doravante “experimento um”) teve por objetivo específico a estimativa da janela temporal média mínima para a formação de julgamentos. Caracterizou-se, portanto, como um estudo exploratório do parâmetro de tarefa almejado neste estudo. Para tal estudo

---

<sup>5</sup> Entendemos que postulados de quadros teóricos em linguística certamente poderiam estar no rol das idiossincrasias que poderiam enviesar a emissão de um julgamento.

exploratório, os participantes realizaram uma única tarefa de julgamento de aceitabilidade em computador, sendo a variável independente por nós controlada a tipologia das sentenças que compunham o *corpus* de estímulos experimentais. Nessa tarefa, a primeira variável dependente de interesse foi a latência temporal para reação a cada um dos estímulos, ou seja, o tempo de reação (TR) para a emissão de julgamentos para cada sentença. A segunda variável dependente por nós observada no experimento um foi a convergência dos julgamentos emitidos pelos participantes com a previsão de aceitabilidade ou não-aceitabilidade dos itens, feita com base na literatura linguística.

A tarefa do experimento um eliciou julgamentos binários (aceitação ou rejeição da sentença), através do acionamento de botões específicos do teclado do computador. A opção por julgamentos binários foi motivada pelo fato de nosso interesse majoritário ter sido a exploração do TR mínimo médio para a emissão de um julgamento. É nossa compreensão que uma tarefa que estimulasse a emissão de julgamentos graduais, ainda que potencialmente melhor adaptada à percepção de aceitabilidade, seria, por outro lado, uma tarefa cuja maior complexidade mascararia nossa intenção de obtenção de estimativas sobre o tempo mínimo de exposição a uma sentença simples para a formação de julgamentos sobre ela.

O segundo experimento (doravante “experimento dois”) eliciou julgamentos graduais, ou seja, de grau ou nível de aceitabilidade, através de uma escala de tipo Likert de 5 pontos. Esse experimento teve por objetivo específico testar a hipótese de que o desempenho de participantes com formação na área de Letras e Linguística discrepa do desempenho de participantes sem tal treinamento específico em tarefas de julgamento de aceitabilidade, haja vista seu treinamento específico em modelos e métodos de análise linguística. Portanto, no experimento dois a hipótese de que diferenças de temporalização da tarefa de julgamento de aceitabilidade causam diferenças nos resultados de tais julgamentos foi igualmente testada. Desse modo, foi com o experimento dois que efetivamos o estudo do parâmetro de tarefa (temporalização) e do parâmetro amostral (perfil de treinamento profissional dos participantes selecionados) ora proposto, tendo sido o experimento um o seu preâmbulo.

A seguir, detalharemos o perfil dos participantes, os materiais e os procedimentos de cada um dos dois experimentos.

## **2.1 Participantes**

### **2.1.1 Participantes do experimento um**

Participaram do experimento um 16 falantes monolíngues do inglês americano, estudantes de graduação no Queens College da City University of New York. Todos eram residentes na cidade de Nova Iorque, nos EUA. A média de idade dos participantes era 19,1 anos de idade. Esse grupo de participantes foi recrutado entre alunos de uma disciplina de introdução à Psicologia, em nível de graduação, ofertada na instituição de ensino superior na qual eles eram estudantes. A disciplina compõe o currículo básico de trajetórias de formação em várias áreas de ciência básica e aplicada, assim em como artes e humanidades. Esses fatos asseguram que a amostra de participantes ora descrita não era composta unicamente por estudantes em formação específica em área correlata aos estudos em Letras/Linguística no Brasil.

### **2.1.2 Participantes do experimento dois**

Participaram do experimento dois um total de 48 falantes nativos do português do Brasil, recrutados nas cidades de Belo Horizonte, Goiânia e Brasília. Desse total de participantes do experimento dois, 24 eram pessoas com formação na área de Letras e Linguística (estudantes de graduação, graduados, estudantes de pós-graduação e pós-graduados) e 24 pessoas com formação em áreas diferentes de Letras e Linguística. Os participantes com formação na área de Letras e Linguística eram estudantes ou egressos de cursos oferecidos na Universidade de Brasília, Universidade Federal de Goiás e Universidade Federal de Minas Gerais. A média de idade do grupo de participantes com formação na área de Letras e Linguística era de 25,6 anos de idade. A média de idade do grupo de participantes com formação em áreas diferentes de Letras e Linguística era de 30,7 anos de idade.

## **2.2 Materiais e procedimentos**

### **2.2.1 Materiais e procedimentos do experimento um**

Os materiais empregados constituíram um *corpus* experimental contendo 56 sentenças em inglês, das quais 16 apresentavam violações

gramaticais na língua inglesa. Tais violações agrupavam-se em duas categorias, cada uma contendo 8 sentenças: violações morfossintáticas e violações de subcategorização verbal. Na primeira categoria, agruparam-se instâncias de ausência de concordância e instâncias de violações de dependências de longa distância entre palavras WH e possíveis antecedentes (HAEGEMAN, 1991; HAEGEMAN; GUÉRON, 1999). Na segunda categoria, houve instâncias de violação na transitividade verbal, nas quais falsas sentenças transitivas foram configuradas a partir de verbos inergativos.

Para a produção de contrastes com essas categorias de sentenças agramaticais, realizamos comparações diretas com sentenças que incluíam verbos que podem ocorrer no inglês, tanto em construções transitivas quanto em construções intransitivas: verbos de modo de movimento<sup>6</sup> em construções causativas denominadas por Levin (1993) alternância de movimento induzido; e verbos de mudança de estado, que tipicamente não têm restrições para ocorrência em construções transitivas causativas, segundo Levin; Rappaport Hovav (1995). A opção por verbos de transitividade ambígua no inglês foi motivada por nossa expectativa de que tal ambiguidade poderia acarretar alguma dubiedade sobre a aceitabilidade da sentença em análise, evitando-se assim um contraste excessivamente óbvio.

As sentenças (1) a (4) são exemplos dos quatro tipos de sentenças críticas do experimento um. Cada exemplo é seguido de tradução para o português e é marcado de acordo com o estatuto de gramaticalidade esperado a partir da literatura linguística.

(1) The instructor ran the boys around the park.

“O instrutor fez os meninos correrem ao redor do parque.”

(TIPO: Alternância de movimento induzido)

---

<sup>6</sup> Nos estímulos do experimento foram empregados verbos de modo de movimento cuja participação na alternância de movimento induzido foi proposta por Levin (1993) e Ritter e Rosen (2000). Trata-se de verbos que, na proposta dessas autoras e também na de Levin e Rappaport Hovav (1995), podem ocorrer em construções transitivas com leitura causativa, desde que denotem leitura télica, o que pode ser obtido através de adjuntos.

- (2) The girls melted the cheese in the bowl.  
“As meninas derreteram o queijo na vasilha.”  
(TIPO: Causativa com verbo de mudança de estado)
- (3) \*The farmer fell the apple from the tree.  
“O fazendeiro caiu a maçã (sic) da árvore.”  
(TIPO: Falsa causativa com verbo inergativo)
- (4) \*What did Steven read the book that Helen talked about?  
“O que Steven leu o livro do qual Helen falou?”  
(TIPO: Violação de dependência de longa distância)

As sentenças eram apresentadas em ordem aleatória, para julgamentos binários, ou seja, elas eram julgadas apenas como bem ou mal formadas. A apresentação do conjunto de sentenças era contínua, sendo os julgamentos emitidos através de acionamento de dois botões específicos do teclado do computador destinado à tarefa, que foram modificados através da colagem de adesivos nas cores verde (botão situado mais à direita do teclado) e vermelho (botão situado à esquerda do teclado). O botão verde representava a aceitação da sentença como bem formada, ao passo que o botão vermelho representava a rejeição da sentença, ou seja, seu julgamento como mal formada. A sessão era iniciada com instruções através das quais os participantes eram orientados a julgarem a forma das sentenças, e não se elas poderiam ou não ter sentido em algum contexto, seguidas de fase de treinamento. Após as instruções e a fase de treinamento, os participantes executavam a tarefa em seu próprio ritmo, sem a presença do experimentador. O tempo médio para conclusão da sessão era de 4 minutos. A apresentação dos estímulos, o gerenciamento da randomização de itens e o registro dos tempos de reação para cada item foram feitos através do software DMDX, funcionando em um computador portátil (*laptop*) com sistema operacional produzido pela empresa Microsoft (Windows).

### 2.2.2 Materiais e procedimentos do experimento dois

Os materiais empregados constituíram um *corpus* experimental, contendo 60 sentenças em português, 21 das quais constituíram as

sentenças alvo do experimento dois, divididas em 3 categorias de violação da língua portuguesa. As demais sentenças eram gramaticais.

As 3 categorias contendo violações da gramática da língua portuguesa eram formadas por: (1) sentenças que forçavam para a língua portuguesa a alternância de movimento induzido, apresentando, portanto, verbos de modo de movimento em construção transitiva de provável leitura causativa; (2) sentenças falsas causativas com verbos intransitivos inergativos em construções com objeto direto; e (3) sentenças com violações de concordância e de movimento de ilhas. Portanto, as categorias de foco do experimento um encontravam-se reproduzidas, com a modificação do estatuto de gramaticalidade das sentenças com verbos de modo de movimento em construções transitivas, de gramatical (no inglês) para agramatical (no português).<sup>7</sup> Os exemplos (5) a (8) ilustram as 3 categorias de agramaticalidade, e uma sentença distratora (gramatical) do *corpus* experimental do experimento dois, sendo os tipos e o estatuto de gramaticalidade indicados.

- (5) \*Os pesquisadores correram os ratos pelo labirinto.  
(TIPO: Alternância de movimento induzido)
- (6) \*O bebê sorriu a mulher na loja de eletrodomésticos.  
(TIPO: Falsa causativa com verbo inergativo)
- (7) \*Quem o vendedor de carro conversou com o cliente?  
(TIPO: Violação de dependência de longa distância)
- (8) Vou enviar os dois trabalhos para ela imprimir.  
(TIPO: Sentença distratora).

O experimento dois foi delineado como um estudo entre-sujeitos com dois fatores amostrais e dois fatores de constituição temporal da tarefa experimental. Portanto, para executá-lo selecionamos dois grupos de participantes, diferenciados por se tratarem de indivíduos com formação na

---

<sup>7</sup> A agramaticalidade de verbos de modo de movimento em construções transitivas no português do Brasil é analisada em Cambrussi (2009), e atestada por dados empíricos em Souza (2011).

área de Letras/Linguística (grupo 1) ou não (grupo 2). A tarefa de julgamento, por sua vez, foi dividida em duas variantes, divisão através da qual foi manipulado o parâmetro temporal e a exposição a treinamento. Assim, em uma das condições a tarefa era ora realizada com a exposição a cada sentença em tempo mínimo para emissão de julgamentos (estimado como sendo 4 segundos através do experimento um, como será discutido adiante) e, após sessão de treinamento, com 10 sentenças. Na outra condição, os julgamentos eram emitidos com o dobro de tempo de exposição a cada sentença e após a realização do mesmo tipo de tarefa com exposição de 4 segundos às sentenças, ou seja, após uma longa sessão de treinamento.

Antes do início das sessões de treinamento, os participantes passavam por uma sessão de instruções através de texto apresentado em tela de computador, com a presença do experimentador para a resolução de eventuais dúvidas. Na sessão de instruções, os participantes eram informados de que a tarefa em questão requeria julgamentos sobre a ordem e a seleção de palavras que compunham as sentenças. Eles eram instruídos a apenas considerar esses dois fatores, buscando ignorar, em seus julgamentos, se as sentenças poderiam ou não fazer sentido, ou ser ouvidas ou lidas em circunstâncias excepcionais.

As sentenças eram apresentadas em ordem aleatória e em apresentação contínua. Para a emissão de seus julgamentos, os participantes selecionavam as teclas numéricas de 1 a 5 de um teclado de computador. A codificação dos graus de agramaticalidade era enfatizada na sessão de instruções, na qual os participantes eram expostos, em dois momentos distantes, ao esquema de codificação reproduzido na Figura 1.

Tecla numérica	Julgamento
1	Totalmente inaceitável.
2	Bastante mal formada, quase inaceitável.
3	Mal formada, mas talvez aceitável.
4	Ligeiramente mal formada, quase perfeita.
5	Totalmente perfeita.

**Figura 1** - Esquema de codificação para julgamentos de aceitabilidade do experimento dois

As sessões de instrução e de treinamento, a apresentação dos estímulos, o gerenciamento da randomização de itens e o registro dos julgamentos para cada item foram feitos por meio do software DMDX, funcionando em computadores portáteis (*laptops*) com sistema

operacional produzido pela empresa Microsoft (o Windows).

Passemos, agora, aos dados observados nos dois experimentos deste estudo.

### 3 Análises e discussão de resultados

Os dados obtidos através dos arquivos de registros gerados pelo DMDX foram tabulados em planilhas geradas pelo Excel, da empresa Microsoft. As análises foram realizadas através dos pacotes estatísticos SPSS versão 21, da empresa IBM, e do software livre R. Os gráficos foram gerados através do Graphpad Prism 6, da empresa Graphpad.

#### 3.1 Experimento um

As médias dos tempos de reação (TRs) para a emissão de julgamentos dos 16 sujeitos, para cada um dos quatro tipos críticos de sentenças do experimento um, foram submetidos ao teste de Kolmogorov-Smirnov para verificação de sua adequação à distribuição normal. Os resultados do teste atestaram a normalidade das médias de TR. Essas médias, assim como os desvios-padrão observados, encontram-se expostas da Tabela 1.

**Tabela 1** - Médias e desvio-padrão de tempo de reação para a emissão de julgamentos, por tipo de sentença.

Tipos de Sentenças	Médias de TR (em milissegundos)	DP
Movimento induzido	3231	709
Falsa transitiva	3294	474
Causativas com verbos de mudança de estado	3181	607
Violações sintáticas	3804	472

A análise de variância dos TRs observados nos quatro grupos de sentenças revelou um efeito principal do tipo de sentença, com significância no tratamento dos sujeitos como fator aleatório ( $F(3,45)=6,59$ ,  $p<0,01$ ), e com significância marginal no tratamento

dos itens como fator aleatório ( $F_2(3,21)=2,92$ ,  $p=0,058$ ). Pós-testes pareados, ajustados com a correção de Bonferroni, demonstraram não haver diferença estatisticamente significativa entre os tempos médios observados nos julgamentos das sentenças com verbos de modo de movimento na alternância de movimento induzido e nas sentenças causativas com verbos de mudança de estado, ambos os tipos de sentenças previstos como gramaticais no inglês. Não houve tampouco diferença estatisticamente significativa entre os TRs médios observados nos julgamentos das sentenças gramaticais e nos julgamentos emitidos para as sentenças que eram falsas transitivas com verbos inergativos, essas últimas agramaticais. Entretanto, houve diferença estatisticamente significativa entre os TRs médios para a emissão de julgamentos para as sentenças com violações de concordância e dependências de longa distância e as sentenças com a alternância de movimento induzido ( $p<0,05$ ), as falsas transitivas com verbos inergativos ( $p<0,05$ ) e as sentenças causativas com verbos de mudança de estado ( $p<0,01$ ).

Observamos, portanto, que as sentenças apresentando violações morfossintáticas produziram latências para emissão de julgamentos maiores que as sentenças com violações estritamente relacionados a restrições de âmbito semântico-lexical, assim como maiores que as latências para a emissão de julgamentos de sentenças aceitáveis.

Tendo tal observação em vista, conduzimos análises com vistas à estimativa do TR médio mínimo para a resolução de julgamentos, a partir de uma nova amostra das sentenças usadas no experimento. Essa nova amostra de sentenças foi composta pelas oito sentenças com violações de natureza morfossintática e oito sentenças plenamente gramaticais que instanciavam diversos tipos de construção, retiradas aleatoriamente entre os dois tipos de sentenças gramaticais críticas da primeira análise e entre as sentenças distratoras que compunham o restante do conjunto dos estímulos usados no experimento um.

Procedemos com a comparação do tamanho médio das sentenças gramaticais e das sentenças agramaticais, com vistas a verificar se uma discrepância de TR entre os dois grupos poderia ser motivada por diferenças sistemáticas entre o tamanho dos estímulos verbais utilizados. A unidade de medida de tal tamanho foi o caractere alfabético, sem inclusão de espaços na contagem. As sentenças agramaticais tiveram tamanho médio de 36,62 caracteres ( $DP=3,77$ ); as sentenças gramaticais tiveram tamanho médio de 37 caracteres ( $DP=6,80$ ). A comparação das médias

não revelou diferenças estatisticamente significativas ( $t=0,13$ ;  $GL=14$ ,  $p>0,05$ ), indicando, portanto, tratar-se de um único grupo amostral do ponto de vista do tamanho das sentenças em número de caracteres. Não obstante, o TR médio para emissão de julgamentos das sentenças gramaticais foi de 2.939 milissegundos ( $DP= 646$  milissegundos), enquanto o TR médio de emissão de julgamentos das sentenças agramaticais foi de 3.804 milissegundos ( $DP= 472$  milissegundos). Essa diferença foi significativa levando-se em consideração tanto os sujeitos como fator aleatório ( $t_1=4,32$ ;  $GL=30$ ,  $p<0,001$ ), quanto os itens como fator aleatório ( $t_2=3,45$ ;  $GL=14$ ,  $p<0,01$ ).

Observamos, portanto, a manutenção de um padrão confiável de diferenciação entre o TR médio para a emissão de julgamentos de sentenças com violações morfossintáticas e o TR médio para emissão de julgamentos de sentenças gramaticais. Tal como anteriormente verificado, esse padrão é caracterizado pela tendência da latência entre a visualização do estímulo e a emissão de um julgamento de aceitabilidade se a sentença com esse tipo de violação for maior do que aquela envolvida na decisão sobre a aceitabilidade de uma sentença. Esse não é um padrão surpreendente se considerarmos o TR como um indicador de custo de processamento. Essa consideração levaria logicamente à previsão de que, efetivamente, o julgamento de rejeição da sentença somente se daria após tentativas de processamento bem sucedido da mesma, através de reanálises.

A estimativa final da média de tempo para a emissão de julgamentos de aceitabilidade, considerando-se as sentenças gramaticais e agramaticais aglomeradas por sujeitos, foi de 3.372 milissegundos ( $DP=709$  milissegundos). Ao considerarmos as sentenças gramaticais e agramaticais aglomeradas por itens, a média observada foi de 3,375 milissegundos ( $DP=653$  milissegundos). Levando-se em conta a incorporação de um desvio-padrão para cima nesses dois cálculos de TRs médios, propomos que 4 segundos seria tempo suficiente, em média, para a emissão de julgamentos de aceitabilidade para sentenças redigidas com cerca de 40 caracteres alfabéticos, por um falante nativo adulto e com nível instrucional posterior à conclusão da educação básica, em sua língua materna.

### **3.2 Experimento dois**

Na primeira análise do experimento dois, buscou-se examinar

se a percepção de aceitabilidade era um fator observável nos dois grupos de perfis de sujeitos, participantes com formação na área de Letras e Linguística e participantes com formação em áreas diferentes. Igualmente, buscou-se examinar se esse fator seria observável tanto na condição na qual a janela temporal para a resolução da tarefa era de 4 segundos, quanto na condição na qual essa janela temporal era ampliada para 8 segundos. Para esta análise, os quatro tipos de sentenças descritos anteriormente foram tomados como variáveis independentes. Assim, houve a possibilidade de investigar não somente se os estímulos construídos com violações da gramática da língua portuguesa eram percebidos como distintos dos estímulos sem essas violações, mas também se haveria diferenciação entre os dois tipos de violação relacionados a configurações semântico-lexicais e à violação primariamente sintática.

Como já foi mencionado, as tarefas do experimento dois requeriam que os participantes emitissem julgamentos de aceitabilidade através de uma escala Likert de 5 pontos, em que o ponto 1 representava a percepção de completa inaceitabilidade e o ponto 5 representava completa aceitabilidade. Há divergências na literatura estatística sobre a adequação do tratamento de dados obtidos através de escalas Likert, que podem ser interpretados como medidas ordinais, através de testes estatísticos paramétricos, tais como o teste t e a ANOVA, que se adequam a medidas de grandezas contínuas. Porém, autores como Dancey e Reidy (2006) e Norman (2010) defendem esse tipo de tratamento, argumentando que a robustez desses testes os torna eficientes mesmo para os dados das escalas Likert. Com base nesses autores, as médias dos pontos na escala atribuídos a cada um dos quatro tipos de sentença usados neste experimento, pelos sujeitos dos dois grupos, foram submetidos ao teste de Kolmogorov-Smirnov para verificação de sua adequação à distribuição normal. Os resultados do teste atestaram a normalidade dessas médias, que foram subsequentemente tratadas com testes estatísticos paramétricos.

A Tabela 2 apresenta as médias e desvios-padrão dos julgamentos dos dois perfis de participantes, referidos como LL (formação na área de Letras e Linguística) e ≠LL (formação em área diferente de Letras e Linguística). Na Tabela 2 essas médias são apresentadas para as duas condições de latência temporal máxima e para os três tipos críticos de sentenças: sentenças com verbos de modo de movimento em construção transitiva (movimento induzido), falsas sentenças transitivas com verbos intransitivos inergativos (falsa transitiva), sentenças com violações de

concordância e de dependências de longa distância (violação sintática) e sentenças gramaticais.

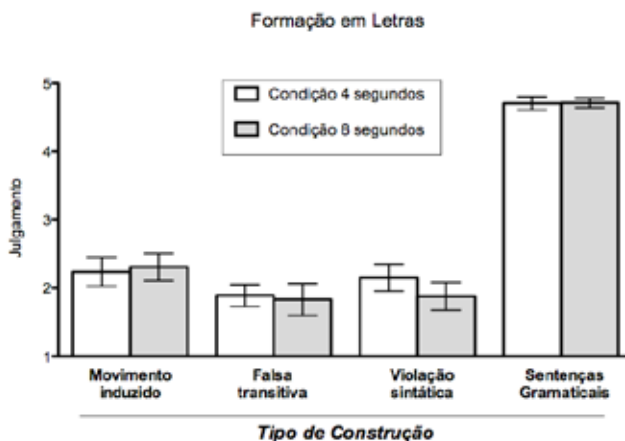
**Tabela 2** - Médias e desvio-padrão de julgamentos de aceitabilidade por tipo de sentença, perfil dos participantes e condição de latência máxima para emissão de julgamentos.

TIPO	LL (4 segundos)	≠LL (4 segundos)	LL (8 segundos)	≠LL (8 segundos)
Movimento induzido	2,19 (0,48)	2,40 (0,91)	2,31 (0,60)	2,00 (0,58)
Falsa transitiva	1,88 (0,36)	2,46 (0,94)	1,83 (0,35)	1,82 (0,57)
Violação sintática	2,16 (0,66)	2,84 (0,93)	1,89 (0,49)	2,02 (0,74)
Sentenças gramaticais	4,68 (0,31)	4,28 (0,67)	4,71 (0,26)	4,45 (0,49)

O Gráfico 1 sintetiza a comparação entre as médias de julgamentos atribuídos aos quatro tipos de sentenças pelos participantes com formação na área de Letras e Linguística, nas condições de janela temporal de 4 segundos (Condição 1) e de janela temporal de 8 segundos (Condição 2) para a emissão do julgamento.

**Gráfico 1** - Médias de julgamentos emitidos por participantes com formação na área de Letras e Linguística, por tipo de sentença e por condição.

Observamos um efeito principal do tipo de sentença na Condição 1 (4 segundos), ao considerarmos tanto os sujeitos ( $F(3,33)=123,59$ ,  $p<0,001$ ) quanto os itens ( $F(3,18)=51,86$ ,  $p<0,001$ ) como fatores



aleatórios. Houve um efeito principal da mesma natureza na Condição 2 (8 segundos), igualmente confirmado tanto na análise por sujeitos ( $F(3,33)=160,32, p<0,001$ ), quanto na análise por itens ( $F(3,18)=56,84, p<0,001$ ). Pós-testes pareados, ajustados pela correção de Bonferroni, revelaram que, na Condição 1, os julgamentos atribuídos às sentenças gramaticais foram significativamente diferentes dos julgamentos atribuídos às demais sentenças ( $p<0,001$ ), tendo os julgamentos atribuídos às sentenças com verbos de modo de movimento em construção transitiva atingido diferença marginalmente significativa na comparação com as falsas sentenças transitivas com verbos intransitivos inergativos ( $p=0,063$ ). Na condição 2, os mesmos pós-testes indicaram que os julgamentos atribuídos às sentenças com verbos de modo de movimento em construção transitiva diferenciaram-se significativamente tanto dos julgamentos das sentenças com falsas sentenças transitivas com verbos intransitivos inergativos, quanto daquelas com violações de concordância e de dependências de longa distância ( $p=0,017$  e  $p=0,007$ , respectivamente). Não obstante tal diferenciação, é bastante claro que a média dos julgamentos atribuídos às sentenças com verbos de modo de movimento em construção transitiva revela que eles permaneceram no polo da percepção de agramaticalidade, uma vez que tal média (2,31) foi menos do que a metade, além de ter sido significativamente diferente ( $p<0,001$ ) da média dos julgamentos atribuídos às sentenças gramaticais (4,71).

Passamos, agora, ao exame da questão do impacto do parâmetro temporal da tarefa de julgamento de aceitabilidade sobre as médias dos níveis de julgamento atribuídos pelos participantes com formação na área de Letras e Linguística na condição 1 (janela temporal de 4 segundos) e na condição 2 (janela temporal de 8 segundos). Procedemos tal exame através da condução de testes *t* de Student para a comparação das médias de cada um dos quatro tipos críticos de sentença, nas duas condições do parâmetro temporal. Os resultados encontram-se sintetizados na Tabela 3.

**Tabela 3** - Comparação entre condições de latência máxima para emissão de julgamentos. Participantes com formação em Letras e Linguística

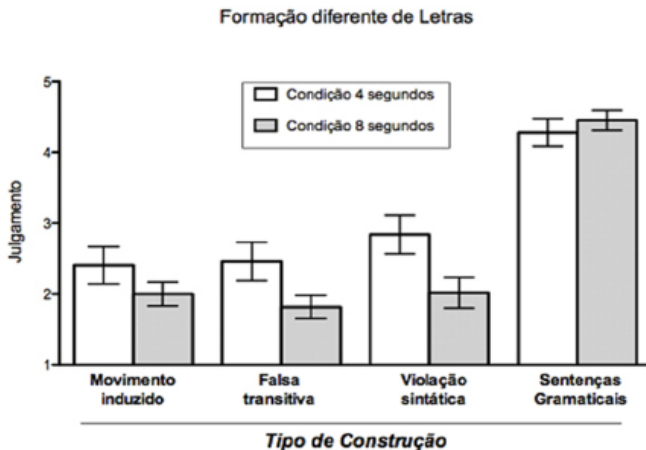
TIPO	Estatística	Valor-p
Movimento induzido	$t = -0,29$ (GL=11)	0,78
Falsa transitiva	$t = 0,18$ (GL=11)	0,86
Violação sintática	$t = 1,1$ (GL=11)	0,29
Sentenças gramaticais	$t = -0,56$ (GL=11)	0,96

Verifica-se, portanto, que entre os participantes com formação em Letras e Linguística não houve diferenças significativas nas médias de julgamentos observadas nas duas condições de temporalização da tarefa. Portanto, a partir das informações obtidas, através de análise de variância dos julgamentos emitidos em cada condição de latência da tarefa de julgamento e através da comparação das médias de julgamento para cada tipo crítico de sentença em cada uma das duas condições temporais, emerge um quadro sobre esse grupo de participantes. Esse quadro sugere que esses participantes são capazes de perceber diferenças de gramaticalidade e emitir julgamentos que refletem tal percepção dentro de uma janela temporal mínima, sendo que tais julgamentos mantêm-se razoavelmente estáveis com a ampliação do tempo alocado para sua emissão.

Passamos, então, à análise dos julgamentos emitidos pelo outro perfil amostral enfocado neste estudo. No Gráfico 2, apresentamos as médias totais dos julgamentos atribuídos por participantes com formação em áreas diferentes de Letras e Linguística. Mais uma vez, são apresentadas médias dos julgamentos eliciados pelos quatro tipos críticos de sentenças, nas condições de janela temporal de 4 segundos (Condição 1) e de janela temporal de 8 segundos (Condição 2).

**Gráfico 2** - Médias de julgamentos emitidos por participantes com formação

em áreas diferentes de Letras e Linguística, por tipo de sentença e por condição



Um efeito principal do tipo de sentença foi observado na condição 1 (4 segundos), na análise tanto das médias por sujeitos ( $F(3,33)=18,18$ ,  $p<0,001$ ) quanto das médias por itens ( $F(3,18)=31,64$ ,  $p<0,001$ ). Mais uma vez, um efeito principal semelhante foi observado na condição 2 (8 segundos), na análise tanto por sujeitos ( $F(3,33)=90,65$ ,  $p<0,001$ ), quanto por itens ( $F(3,18)=10,83$ ,  $p<0,001$ ). Através de pós-testes pareados ajustados pela correção de Bonferroni, observamos que, na condição 1, os julgamentos atribuídos às sentenças gramaticais foram significativamente diferentes dos julgamentos atribuídos aos outros três tipos de sentenças contendo violações ( $p<0,01$ ). Por outro lado, as sentenças com violações não produziram médias de julgamentos estatisticamente diferentes entre si. Esse padrão foi integralmente preservado através da aplicação dos mesmos pós-testes aos julgamentos dos participantes com formação em áreas diferentes de Letras e Linguística na condição 2. Ou seja, a média dos julgamentos atribuídos às sentenças gramaticais é significativamente diferente da média dos julgamentos atribuídos aos três grupos de sentenças com violações ( $p<0,001$ ), ao passo que as médias dos julgamentos atribuídos a cada grupo de sentenças com violações não apresenta diferença estatística. A Tabela 4 sintetiza a comparação dos dois parâmetros de configuração

temporal da tarefa de julgamento nos quais realizamos observações com participantes de áreas diferentes de Letras e Linguística, ou seja, latências máximas de 4 ou 8 segundos para a emissão dos julgamentos. Mais uma vez, a tabela apresenta a comparação, através do teste t, das médias para os quatro tipos críticos de sentenças.

**Tabela 4** - Comparação entre condições de latência máxima para emissão de julgamentos. Participantes com formação em áreas diferentes de Letras e Linguística

TIPO	Estatística	Valor-p
Movimento induzido	t = 1,24 (GL=11)	0,24
Falsa transitiva	t = 2,22 (GL=11)	<0,05*
Violação sintática	t = 2,40 (GL=11)	<0,05*
Sentenças gramaticais	t = -0,72 (GL=11)	0,48

\* Estatisticamente significativo

Assim, para os participantes com formação em áreas diferentes de Letras e Linguística, chegamos a um quadro de informações, obtidas através da análise de variância das médias de julgamentos em cada uma das duas condições de latência para emissão de julgamentos e da comparação entre médias por tipo crítico de sentença entre cada uma das duas condições. Verifica-se, nesse quadro, que esses participantes compartilharam com os participantes com formação na área de Letras e Linguística a capacidade de emitir julgamentos que refletem uma diferenciação clara do estatuto de aceitabilidade de sentenças em sua língua materna. Porém, os participantes com formação em áreas diferentes de Letras e Linguística parecem ter obtido alguma vantagem da latência maior (8 segundos) para a execução da tarefa. Tal como foi verificado na Tabela 2, suas médias de julgamentos das sentenças agramaticais nessa condição refletem uma rejeição levemente mais acentuada, diferença que atinge significância estatística para as sentenças falsas transitivas com verbos inergativos e sentenças com violações de concordância e de dependências de longa distância.

Tal padrão de diferenciação motivou um exame comparativo mais detalhado do desempenho dos dois perfis de participantes, já que eles constituíam o parâmetro amostral cuja comparabilidade era alvo de escrutínio do presente estudo. Assim, prosseguimos a análise com a comparação das médias de julgamentos obtidas em cada um dos tipos críticos de sentenças,

para cada um dos dois grupos de participantes, em cada uma das condições de latência para emissão dos julgamentos. Os resultados dessa comparação entre médias encontra-se sintetizado na Tabela 5.

**Tabela 5** - Comparação entre médias de julgamento dos participantes com formação na áreas de Letras e Linguística e com formação em áreas diferentes de Letras e Linguística, por tipo de sentença e por condição de latência

TIPO/CONDIÇÃO TEMPORAL	Estatística	Valor-p
Movimento induzido (4 segundos)	t = -0,52 (GL=11)	0,61
Falsa transitiva (4 segundos)	t = -1,58 (GL=11)	0,14
Violação sintática (4 segundos)	t = -1,89 (GL=11)	0,09
Sentenças gramaticais (4 segundos)	t = 2,20 (GL=11)	0,05*
Movimento induzido (8 segundos)	t = 1,25 (GL=11)	0,24
Falsa transitiva (8 segundos)	t = 0,05 (GL=11)	0,96
Violação sintática (8 segundos)	t = 0,47 (GL=11)	0,65
Sentenças gramaticais (8 segundos)	t = 1,69 (GL=11)	0,12

Na comparação das médias de julgamentos dos dois perfis de participantes que compõem o parâmetro amostral almejado neste estudo, para cada tipo de sentença examinado e em ambas as condições que compõem o parâmetro de tarefa, verificamos que as diferenças entre essas médias não atingiram genericamente significância estatística. A única exceção foram as médias atribuídas às sentenças gramaticais na condição de latência de 4 segundos, na qual a superioridade das médias dos julgamentos atribuídos pelos participantes com formação na área de Letras e Linguística (4,68 contra 4,28) foi estatisticamente confiável. É plenamente cabível observar que, não obstante a significância estatística dessa diferenciação, ambos os grupos julgaram essas sentenças em consonância com sua aceitabilidade, atingindo médias na metade superior da escala, na qual se encontrava representada a aceitabilidade.

Portanto, a comparação dos julgamentos entre os perfis amostrais, nas duas condições de execução da tarefa de julgamento, claramente apontam para o fato de que os dois grupos de participantes são capazes de distinguir o estatuto de aceitabilidade das sentenças precocemente. Restamos, entretanto, examinar se há diferenças na natureza da execução da tarefa na condição de latência reduzida (4 segundos), para os dois grupos, uma vez que foi nessa condição que as diferenças apontadas foram observadas.

Como foi mencionado anteriormente, foram observados efeitos

principais do tipo de sentença em ambas as condições de latência para emissão de julgamentos, para os dois perfis de participantes. Entretanto, a inspeção do desvio-padrão das médias de julgamentos observadas revela a ocorrência de maior variabilidade nos julgamentos dos participantes com formação em áreas diferentes de Letras e Linguística na condição de latência máxima de 4 segundos. A maior variabilidade é paralela a uma diferença verificada entre o tamanho do efeito observado, para esse grupo de participantes, nessa condição específica, e o tamanho do efeito observado nas demais combinações de perfil de participantes e condições de latência.

Os tamanhos do efeito foram estimados através do cálculo de eta parcial ao quadrado ( $\eta_p^2$ ). O  $\eta_p^2$  é um estimador do grau de associação entre variável independente (tipo de sentença, no caso do presente estudo) e variável dependente (julgamento, no caso do presente estudo) (RICHARDSON, 2011). Os tamanhos de efeito observados encontram-se sintetizados na Tabela 6.

**Tabela 6** - Comparação do tamanho do efeito observado por grupo de participantes em cada uma das duas condições temporais

CONDIÇÃO TEMPORAL	LL	≠LL
4 segundos	$\eta_p^2 = 0,92$	$\eta_p^2 = 0,62$
8 segundos	$\eta_p^2 = 0,92$	$\eta_p^2 = 0,89$

Nota-se, através da inspeção da Tabela 6, que tamanhos de efeito robustos foram observados nas duas condições de temporalização da tarefa e com os dois grupos amostrais. Entretanto, nota-se igualmente que o efeito verificado nas duas condições de temporalização para a amostra composta por participantes com formação na área de Letras e Linguística manteve-se constante, ao passo que foi quase 50% maior na condição de 8 segundos do que na condição de 4 segundos para o grupo amostral formado por participantes com formação em áreas diferentes.

Além do tamanho do efeito, consideramos a frequência de ocorrência de julgamentos não emitidos por ultrapassagem do tempo limite, nas duas condições de temporalização. Tais ocorrências foram interpretadas por nós como um índice da dificuldade da tarefa em cada uma das condições temporais, uma vez que equivalem a erros na ação de emissão de uma resposta aos estímulos. A frequência total dessas

ocorrências foi negligenciável para os dois grupos amostrais na condição de 8 segundos (uma única ocorrência entre os participantes com formação na área de Letras e Linguística; e três ocorrências para os participantes com formação em outras áreas, em um total de 336 observações). Na condição de 4 segundos, a frequência de tais ocorrências foi maior entre os participantes com formação em outras áreas (43 ocorrências em 336 observações) do que entre os participantes com formação em Letras e Linguística (28 ocorrências em 336 observações). Entretanto, essa diferença de frequência não atingiu significância estatística ( $\chi^2=3,17$ ; GL=1,  $p>0,05$ ).

É possível afirmar, portanto, que tanto os participantes com formação em Letras e Linguística quanto os participantes com formação em áreas diferentes demonstraram igualmente a capacidade de emitir julgamentos de aceitabilidade coerentes com expectativas advindas da teoria linguística em tarefas temporalizadas. Cabe ressaltar que essa capacidade foi demonstrada por ambos os grupos amostrais tanto em desempenho em janela temporal bastante restrita e com pouco treinamento prévio na tarefa, quanto com janela temporal um pouco maior e maior treinamento na tarefa. Na circunstância de menor janela temporal, foram observadas mais ocorrências de ausência de respostas por ultrapassagem do teto temporal entre os participantes com formação em áreas diferentes de Letras e Linguística, mas, ainda assim, a proporção dessas respostas falhas foi baixa e não difere, com significância estatística, de falhas cometidas pelos participantes com formação na área de Letras e Linguística, na mesma circunstância. Logo, não é possível afirmar confiavelmente que um dos grupos tem maior probabilidade do que o outro de enfrentar dificuldades na emissão de julgamentos na janela temporal maximamente restrita. A única diferença palpável entre os dois grupos de participantes por nós investigados é que, para aqueles com formação em áreas diferentes de Letras e Linguística, o tamanho do efeito produzido pela diferenciação entre sentenças gramaticais e agramaticais é menor na execução da tarefa de julgamento com menor teto de tempo, o que reflete uma menor sistematicidade nos julgamentos observados nessa condição.

Passemos, a seguir, aos comentários de conclusão do presente estudo.

## 4 Conclusão

Este estudo foi norteado por dois objetivos. Primeiramente, buscamos delimitar a janela temporal mínima para que sujeitos monolíngues fossem capazes de emitir julgamentos de aceitabilidade com acurácia em relação às previsões sobre o estatuto de gramaticalidade de sentenças advindas da teoria da gramática. Igualmente, buscamos comparar o desempenho de sujeitos monolíngues leigos (com formação superior em áreas diferentes dos estudos em Letras e Linguística) com sujeitos não leigos (com formação na área de Letras e Linguística) em tarefas de julgamento de aceitabilidade temporalizadas, com vistas a avaliar o impacto do recrutamento de amostras de conveniência por pesquisadores da área de Linguística.

Ambos os objetivos foram plenamente alcançados. Estimamos o tempo de 4 segundos como uma janela temporal dentro da qual sujeitos monolíngues, com nível superior de instrução, são capazes de emitir julgamentos de aceitabilidade. Observamos, ainda, que após o recebimento de instruções que orientaram a atenção para a ordem e a escolha de palavras e uma sessão de prática com 8 itens de treinamento, tanto os participantes não leigos quanto os leigos de nosso estudo foram capazes de executar a tarefa de julgamento de aceitabilidade.

Nossos resultados, além disso, foram genericamente convergentes com as hipóteses da teoria da gramática sobre o estatuto de gramaticalidade dos tipos de construções empregadas nos dois experimentos. Assim, especificamente em relação às construções por nós analisadas, não foram replicadas as observações de Myers (2009a) e Gibson e Fedorenko (2013), que indicaram o falseamento de hipóteses sobre a gramaticalidade da teoria da gramática.

Nossas observações indicaram claramente efeitos do estatuto de gramaticalidade dos tipos de sentenças por nós escolhidos, efeitos esses constatados tanto com o parâmetro temporal mínimo quanto com seu dobro e nos dois perfis de participantes que compunham nosso parâmetro de amostragem. Desse modo, a partir de nossos resultados com julgamentos de aceitabilidade temporalizados, podemos afirmar que a percepção como inaceitáveis de sentenças, cuja agramaticalidade em uma dada língua é real, é um efeito robusto, de rápida detecção e não estritamente condicionado pela formação dos juízes nos estudos sobre a linguagem.

Por outro lado, nossos resultados convergem com a proposta de Culbertson e Gross (2009), no que diz respeito ao ponto de vista defendido por esses autores de que não há diferenças relevantes entre participantes com conhecimento de linguística ou não, mas sim diferenças relacionadas à familiaridade com a tarefa de julgamento de aceitabilidade. A única diferença por nós observada entre os sujeitos leigos e não leigos de nosso estudo foi o tamanho do efeito da agramaticalidade, menor na observação dos julgamentos emitidos pelos sujeitos leigos dentro da janela temporal mínima estabelecida (4 segundos). Não obstante, tal diferenciação de tamanho do efeito desapareceu quando os sujeitos leigos executaram a tarefa com 8 segundos para a emissão de seus julgamentos e após mais treinamento na mesma.

Nossos resultados são díspares do mencionado relato de Barile e Maia (2008) e Maia (2013) sobre a comparação entre julgamentos de sujeitos recém-egressos de um curso de teoria sintática e julgamentos de sujeitos ingênuos. Entretanto, cabe a ressalva de que a questão abordada no relato dos autores era o efeito de saturação produzido pela exposição ostensiva a um tipo de construção agramatical, o que pode levar sujeitos que recebem esse tipo de exposição a tornarem-se menos sensíveis à agramaticalidade em questão. Até onde vai nosso conhecimento, nenhum dos participantes dos nossos dois grupos havia recebido qualquer espécie de treinamento específico nos tipos de sentenças que compuseram os estímulos de nossos experimentos. Portanto, não é plausível supor-se que eles demonstrariam o efeito de saturação à exposição ostensiva em questão.

Diante de tais resultados, julgamo-nos capazes de opinar que estudos experimentais baseados em julgamento de aceitabilidade temporalizados não são afetados de modo significativo quando são conduzidos com amostragem de conveniência, em que ocorre recrutamento de participantes com formação na área de Letras e Linguística. É seguro afirmar que, no caso de hipótese sobre o estatuto de gramaticalidade serem confirmáveis empiricamente, efeitos de gramaticalidade serão experimentalmente produzidos tanto nesse segmento populacional específico, quanto na população em geral de mesma faixa etária e nível instrucional.

A associação mais forte entre a gramaticalidade e os julgamentos observados dos participantes da área de Letras e Linguística, mensurada pelo tamanho do efeito maior, sugere que esses participantes têm alguma vantagem apenas na emissão de julgamentos em janela temporal

restrita. Entendemos que essa vantagem é irrelevante para estudos cujos objetivos contemplam tão somente a confirmação da gramaticalidade de construções, através da observação experimental de sua aceitabilidade. Entretanto, certamente é possível conceber situações nas quais a aparente maior destreza de um tipo de população possa porventura ser uma variável a ser controlada, como, por exemplo, em estudos planejados com vistas à inspeção de mecanismos psicolinguísticos subjacentes (ou anteriores) à emissão de julgamentos. Nessa situação, em casos onde houvesse recrutamento de participantes sem formação específica em estudos de linguagem, recomendamos uma ampliação do teto temporal mínimo por nós adotado em julgamentos temporalizados, acoplada a sessão de treinamento mais prolongada antes do início das observações críticas.

## Referências

- BARD, E. G.; ROBERTSON, D.; SORACE, A. Magnitude Estimation of Linguistic Acceptability. *Language*, v. 72, n. 1, p. 32-68, 1996.
- BARILE, W.; MAIA, M. Aspectos Prosódicos do Qu in situ no Português Brasileiro. *Revista Virtual de Estudos da Linguagem*, v. 6, no. 11, p. 1-21, 2008.
- BOWLES, M. Measuring Implicit and Explicit Linguistic Knowledge – What can Heritage Language Learners Contribute? *Studies in Second Language Acquisition*, 33, p. 247-271, 2011.
- CAMBRUSSI, M. F. *A alternância causativa de verbos inergativos no português brasileiro*. Tese (Doutorado em Linguística). Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2009.
- CLIFTON, C; FANSELOW, G; FRAZIER, L. Amnestying Superiority Violations: Processing Multiple Questions. *Linguistic Inquiry*, v. 37, p. 51-68, 2006.
- COOK, V. Timed Grammaticality Judgments of the Head Parameter in L2 Learning. In: Bartelt, G. (Org.). *The Dynamics of Language Processes – Essays in Honour of Hans W. Dechert*. Tübingen: Gunter Narr, 1994. p. 155-180.
- COSBY, P. *Métodos de Pesquisa em Ciências do Comportamento*. São Paulo: Atlas, 2009.
- COWART, W. *Experimental Syntax: Applying Objective Methods to*

Sentence Judgments. Thousand Oaks: Sage Publications, 1997.

CULBERTSON, J.; GROSS, S. Are Linguists Better Subjects? *British Journal for the Philosophy of Science*, v. 60, p. 721-736, 2009.

DANCEY, C.; REIDY, J. *Estatística sem Matemática para a Psicologia – Usando SPSS para Windows*. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DEVITT, M. Intuitions in Linguistics. *British Journal for the Philosophy of Science*, v. 57, p. 481-513, 2006.

ELLIS, R. Measuring Explicit and Implicit Knowledge of a Second Language – A Psychometric Study. *Studies in Second Language Acquisition*, v. 27, p. 141-172, 2005.

FERREIRA, F. Psycholinguistics, Formal Grammars, and Cognitive Science. *The Linguistic Review*, v. 22, p. 365-380, 2005.

GIBSON, E.; FEDORENKO, E. The Need for Quantitative Methods in Syntax and Semantics Research. *Language and Cognitive Processes*, v. 28, n. 1/2, p. 88-124, 2013.

GUTIÉRREZ, X. The Construct Validity of Grammaticality Judgment Tests as Measures of Implicit and Explicit Knowledge. *Studies in Second Language Acquisition*, v. 35, p. 423-449, 2013.

HAEGEMAN, L. *Introduction to Government and Binding Theory*. 2. ed. Oxford, UK; Malden, MA: Blackwell Publishers, 1994.

HAEGEMAN, L.; GUÉRON, J. *English Grammar – A Generative Perspective*. Oxford, UK; Malden, MA: Blackwell Publishers, 1999.

HARRIS, R. A. *The Linguistics Wars*. Oxford; New York: Oxford University Press, 1995.

JIANG, N. *Conducting Reaction Time Research in Second Language Studies*. New York: Routledge, 2012.

KELLER, F. Grammaticality Judgments and Linguistic Methodology. Centre for Cognitive Science – University of Edinburgh. *Research Paper*. EUCCS-RP, 1998.

LEVIN, B. *English Verb Classes and Alternations*. A Preliminary Investigation. Cambridge, MA: The MIT Press, 1993.

LEVIN, B.; RAPPAPORT HOVAV, M. *Unaccusativity – At the Syntax-Lexical Semantics Interface*. Cambridge, MA: The MIT Press, 1995.

MAIA, M. Sintaxe experimental: uma entrevista com Marcus Maia. *Revista Virtual de Estudos da Linguagem*, Belo Horizonte, v. 10, n. 18, p. 184-193, 2012.

MAIA, M. Linguística experimental: aferindo o curso temporal e a profundidade do processamento. *Revista de Estudos da Linguagem*, Belo Horizonte, v. 21, n. 1, p. 9-42, 2013.

MYERS, J. Syntactic Judgment Experiments. *Language and Linguistics Compass*, v. 3, n. 1, p. 406-423, 2009a.

MYERS, J. The Design and Analysis of Small-scale Syntactic Judgment Experiments. *Lingua*, n. 119, p. 425-444, 2009b.

NORMAN, G. Likert Scales, Levels of Measurement, and the “Laws” of Statistics. *Advances in Health Science Education*, v. 15, n. 5, p. 625-632, 2010.

PHILIPS, C. Should we Impeach Armchair Linguists? In: IWASAKI, H.; CLANCY S.; SOHN, O. (Eds.). *Japanese-Korean Linguistics*, Stanford, CA: CSLI Publications, 2009. v. 17. p. 116-145.

PHILIPS, C.; WAGERS, M. Relating Structure and Time in Linguistics and Psycholinguistics. *Handbook of psycholinguistics*, ed. by Gareth Gaskell. Oxford, UK: Oxford University Press, 2007. p. 739-756.

RICHARDSON, J. T. E. Eta Squared and Partial Eta Squared as Measures of Effect Size in Educational Research. *Educational Research Review*, v. 6, n. 2, p. 135-147, 2011.

RITTER, E.; ROSEN, S. Event Structure and Ergativity. In: TENNY, C.; PUSTEJOVSKY, J. (Orgs.). *Events as Grammatical Objects – The Converging Perspectives of Lexical Semantics and Syntax*. Stanford, CA: CSLI Publications, 2000.

SCHÜTZE, C. T. *The Empirical Base of Linguistics – Grammaticality Judgments and Linguistic Methodology*. Chicago: University of Chicago Press, 1996.

SOUZA, R. A. L2 Argument Structure in L2 Acquisition: Language Transfer Revisited in a Semantics and Syntax Perspective. *Ilha do Desterro*, n. 60, p. 153-187, 2011.

WASOW, T.; ARNOLD, J. Intuitions in Linguistic Argumentation. *Lingua*, n. 115, p. 1481-1496, 2005.

## **O uso de parafraseamento na escrita pelos surdos**

### ***The Use of Paraphrases in the Writing of the Deaf***

Wagner Teobaldo Lopes de Andrade

Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa, Paraíba, Brasil.

wagner\_teobaldo@yahoo.com.br

Marígia Ana de Moura Aguiar

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, Pernambuco, Brasil.

marigia.aguiar@gmail.com

Francisco Madeiro

Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Pernambuco, Brasil.

madeiro@dei.unicap.br

**Resumo:** Os surdos têm dificuldade em desenvolver a oralidade, e a escrita apresenta-se como uma importante forma de comunicação desses sujeitos. Em se tratando de escrita, as marcas de oralidade estão diretamente relacionadas à coesão textual. Este estudo objetivou investigar a ocorrência de parafraseamentos, uma das principais marcas de oralidade, na escrita de surdos. Surdos oralizados e não-oralizados, além de ouvintes, responderam a um questionário e tiveram sua escrita analisada quantitativa e qualitativamente. Foi verificada a realização de parafraseamentos pelos surdos oralizados e ouvintes. Conclui-se que a relação oralidade/escrita ocorre apenas nos sujeitos que possuem oralidade (surdos oralizados e ouvintes).

**Palavras-chave:** Surdez; Oralidade; Língua de Sinais; Escrita.

**Abstract:** The deaf have difficulty in developing speech and written language plays an important role in their communication. As for written language, oral cues exert a strong role in textual cohesion. This research aimed to investigate the occurrence of paraphrases, one of the main oral cues known in the literature, in the writing of the deaf. Oralized deaf individuals, non-oralized-deaf individuals and listeners answered a questionnaire in order to have the oral marks analyzed both on quantitative and qualitative grounds. The results showed the use of paraphrases by oralized-deaf individuals and listeners. It was concluded that speaking/writing relation occurs only in people who develop orality (oralized-deaf individuals and listeners).

**Keywords:** Deafness; Orality; Sign Language; Writing.

## Introdução

O mundo dos surdos não permite a percepção dos sons da comunicação sem o uso da tecnologia, o que dificulta ou, muitas vezes, impossibilita o falar. Mas a comunicação natural existe através da língua de sinais, uma linguagem diferente, feita com as mãos e o corpo.

A dificuldade dos surdos em aprender a ler e escrever em língua portuguesa tem explicitamente chamado a atenção dos educadores. Hoje, com a concepção de língua de sinais como primeira língua para a população surda e instrumento de acesso ao conhecimento do mundo, a modalidade escrita assume o papel de alternativa à instrução formal e uma das fontes de conhecimento da cultura ouvinte, na qual o surdo também se insere.

Ouve-se muito, principalmente por parte dos pais de crianças surdas, que as dificuldades de aprendizagem, especialmente da escrita (na língua padrão do país), são um problema secundário em relação à aquisição da linguagem oral. Isso, no entanto, pode tomar grandes proporções se tivermos em mente que uma criança surda, além de apresentar grandes dificuldades ou, algumas vezes, não desenvolver a fala, aprende a ler apenas pequenos textos, frases simples e apresenta inúmeras complicações na escola.

As habilidades de escrita são um importante complemento para a língua de sinais e para a aquisição do conhecimento dos estudantes surdos. É quase impossível imaginar alguém que se oponha à afirmação de que todo cidadão tem o direito de participar da vida social, política e econômica da nação. Da mesma maneira, todos parecem partilhar

o sentimento de que é responsabilidade da escola dar ao cidadão o instrumental mínimo para que ele exerça seu direito de avançar profissional e socialmente.

Tendo em vista a dificuldade que os surdos apresentam em desenvolver a língua oral, o presente estudo parte da constatação da grande importância da escrita para esses sujeitos. Além de ser o *continuum* oralidade-escrita um agente determinante e transformador da língua (CALADO, 2004) e esta ser, em sua modalidade oral, muitas vezes, de difícil utilização pelos surdos, a escrita na língua padrão do país, como já foi referido, torna-se um instrumento importante para a inserção desse indivíduo na sociedade e um meio importante de registro de ideias e pensamentos (QUADROS, 1993).

A relação entre a oralidade e a escrita é consensual na literatura; no entanto, até o presente momento, não foram encontrados estudos que identifiquem essa relação nos surdos, sujeitos que não possuem acesso natural à modalidade oral da língua.

Dessa forma, a pergunta norteadora deste estudo é: o fato de ser oralizado faz com que o surdo utilize mais marcas de oralidade, especialmente, parafraseamentos, na sua escrita (tenha um texto mais coeso) do que o surdo não-oralizado, mesmo não utilizando a língua oral de forma corrente?

Sabendo que os surdos podem apresentar seu funcionamento linguístico marcado pelo uso exclusivo da oralidade, uso exclusivo da língua de sinais ou uso de ambas, o objetivo deste estudo foi investigar a ocorrência de parafraseamentos na escrita em língua portuguesa de estudantes surdos e comparar os achados aos de ouvintes de mesmo grau de escolaridade.

## **1 Fundamentação teórica**

Este trabalho assume como pressuposto o conceito apresentado por Marcuschi (2001, 2005) de que a língua é muito mais um conjunto de práticas discursivas do que somente uma série de regras ou um sistema de formas simbólicas. Nessa perspectiva, a língua se manifesta e funciona como atividade oral e como atividade escrita.

Para Marcuschi (1995, 2004) e Cavalcante e Marcuschi (2005), a fala e a escrita, enquanto práticas interativas e complementares no contexto das práticas sociais e culturais, não devem ser tratadas de

forma estanque e dicotômica. Marcuschi (2004) destaca que a oralidade e a escrita são práticas e usos da língua com características próprias que permitem a construção de textos coesos e coerentes, a elaboração de raciocínios abstratos e exposições formais e informais, variações estilísticas, sociais e dialetais, entre outras. O uso da língua, segundo Marcuschi (2005), ocorre num *continuum* de relações entre modalidades, gêneros textuais e contextos socioculturais.

Apesar de se considerar a existência de diferenças entre o falar e o escrever, neste trabalho, foi considerada a perspectiva de análise de Collins e Michaels (1991) e Marcuschi (1998, 2004), segundo os quais a fala e a escrita não formam dois extremos, mas um *continuum* distribuído numa escala de parâmetros empiricamente detectáveis, cuja identificação permite a inferência de que as características presentes na fala podem estar presentificadas também na escrita.

Na visão de Marcuschi (1995), é mais razoável olhar a relação entre a fala e a escrita sob o aspecto das características de cada modalidade do que apenas das diferenças. Desta forma, as modalidades falada e escrita da língua devem ser analisadas em função das suas relações de semelhança e diferença dentro de um quadro de categorias da mesma ordem de observação de fenômenos, pois alguns desses fenômenos atribuídos à fala ou à escrita não são próprios de uma ou outra, mas propriedades gerais da própria linguagem enquanto fenômeno social (MARCUSCHI, 1998, 2004, 2005).

A partir da proposta marcuschiana de que a relação entre a fala e a escrita se funda num *continuum*, é de se esperar que características de uma modalidade linguística estejam presentes na outra. Dessa forma, tendo em vista a importância da coesão textual para os surdos pela dificuldade que possuem em desenvolver a língua oral e, conseqüentemente, produzir escrita de textos na língua padrão, as marcas de oralidade, por estarem diretamente relacionadas à coesão do texto, podem ser um elemento auxiliar do processo de organização textual, proporcionando maior coesividade ao texto produzido pelo surdo.

Segundo Marcuschi (2002), as principais marcas de oralidade são os marcadores discursivos, a repetição, a correção e o parafraseamento. Neste trabalho, detivemo-nos na análise dos parafraseamentos.

De acordo com Güliche e Kotschi (1987, *apud* FÁVERO; ANDRADE; AQUINO, 2006), na paráfrase, há a especificação ou generalização de um termo, determinando uma progressão textual e gerando novos sentidos.

O parafraseamento é uma estratégia realizada pelos interlocutores para produzirem dinamicamente referências textuais, levados pelos propósitos da ação interativa. Tannen (1985) afirma que, por natureza, a paráfrase é um tipo de repetição.

Hilgert (2006) define o parafraseamento como uma estratégia de construção textual que se situa entre as atividades de reformulação, em que novos enunciados remetem a anteriores, modificando-os parcial ou totalmente, mantendo uma relação de equivalência semântica entre os enunciados e retomando, geralmente, de forma resumida, o conteúdo anteriormente exposto (JUBRAN *et al.*, 1996).

Como já foi mencionado, o parafraseamento sempre implica algum deslocamento de sentido, com uma relação de equivalência semântica entre o enunciado-origem ou matriz e outro enunciado linguístico (a paráfrase) que o reformula (HILGERT, 1997). Segundo Fuchs (1982, *apud* KOCH *et al.*, 2002, p. 139), a paráfrase implica uma atividade efetiva de reelaboração, pela qual o locutor “bem ou mal, na totalidade ou em parte, fielmente ou não, restaura o conteúdo de um texto-fonte, primitivo, num texto derivado”.

Além disso, segundo Gülich e Kotschi (1983, *apud* HILGERT, 2006), existe a relação de predicação de identidade, através da qual dois enunciados são produzidos e encadeados de tal forma que podem ser compreendidos como idênticos.

Quanto à atuação na estruturação textual, Hilgert (2006) afirma que as paráfrases não-adjacentes mantêm a centração tópica, enquanto as paráfrases adjacentes realizam a aproximação lexical no processo de escolha do termo mais adequado para os propósitos comunicativos.

Para Hilgert (1997), na passagem da matriz para a paráfrase, manifestam-se dois tipos de movimentos semânticos: a especificação e a generalização. A especificação (condensação ou redução parafrástica) ocorre quando a abrangência da matriz é maior do que a da paráfrase, ou seja, o movimento semântico vai do geral para o específico. Na generalização (expansão parafrástica), acontece o contrário: a abrangência da matriz é menor do que a da paráfrase, em um movimento semântico que vai do específico para o geral.

O autor destaca, ainda, que, além desses movimentos semânticos, a paráfrase pode manter a mesma dimensão formal da matriz (paralelismo parafrástico), registrando-se uma simples variação lexical, o movimento semântico paralelo.

Sabendo que, em função da falta de *feedback* auditivo, o surdo pode apresentar alteração no desenvolvimento fonológico, vocabulário receptivo e expressivo, sintaxe e morfologia, além da compreensão (SANTOS; NAVAS, 2002), a escrita, especialmente, a coesão textual, se configura em uma habilidade imprescindível para a comunicação desses sujeitos. A paráfrase, nesse contexto, apresenta-se como uma das estratégias linguísticas de que pode dispor o sujeito para promover maior coesão no seu texto.

A literatura em Audiologia Educacional e Educação Especial destaca, entre as filosofias para a educação do surdo, o oralismo e o bilinguismo, que tem como objetivo proporcionar o desenvolvimento pleno de suas capacidades (LACERDA, 1998).

A corrente oralista tem como pressuposto que as crianças surdas devem desenvolver como primeira forma comunicativa a língua oral (HARRISON; LODI; MOURA, 1997), enfatizando essa língua em termos terapêuticos (COUTO-LENZI, 1997).

Segundo Perdoncini (1996), o oralismo apresenta um profundo desejo de sempre pensar nas crianças surdas em termos de audição. A filosofia oralista tem como objetivo fazer a reabilitação da criança surda em direção à normalidade e é considerada uma imposição social de uma maioria linguística (os ouvintes) sobre uma minoria linguística (os surdos) sem expressão diante da comunidade ouvinte (SÁNCHEZ, 1990; LANE, 1992; FERREIRA-BRITO, 1993; SKLIAR; MASSONE; VEINBERG, 1995; BUENO, 1998).

Perdoncini e Couto-Lenzi (1996) afirmam que às crianças surdas falta o sentido auditivo e a função auditiva. Por isso, os estudiosos e profissionais que realizam o oralismo costumam chamar as crianças de “deficientes auditivas” ou, simplesmente, “deficientes”. A surdez, de forma semelhante, é chamada de “deficiência auditiva”. Nessa concepção, a criança não é vista como um surdo, mas um sujeito que pode perceber sons (PERDONCINI, 1996). Essa perspectiva encontra base no fato de que a grande maioria das crianças surdas apresenta algum tipo de resíduo auditivo, dificilmente utilizado naturalmente. Segundo Couto-Lenzi (1997), os surdos de grau severo e profundo têm audição residual aproveitável, o que significa a possibilidade de atingir os sons da fala. Esse potencial auditivo, no entanto, é otimizado através da protetização auditiva e de uma adequada estimulação terapêutica (ou educação auditiva) em direção à fala.

No entanto, os resultados dessas tentativas de oralização se mostraram frágeis ao longo dos anos. Considerando, então, que a maior parte das crianças com surdez profunda adquire apenas fragmentos linguísticos através da linguagem oral, um número cada vez maior de profissionais defende o modelo de educação bilíngue, que se diferencia do modelo oralista por considerar o canal viso-gestual como fundamentalmente importante para a aquisição da linguagem da criança surda (LACERDA, 1998).

Essa proposta pressupõe que os surdos desenvolvam competência em duas línguas: a língua padrão do país (no caso do Brasil, o português) e a língua de sinais, que é uma língua de modalidade viso-gestual (SANTOS; DIAS, 1998), multicanal (uso da face, olhos, cabeça, corpo e mãos) (FELIPE, 1988) e um sistema linguístico independente do sistema de línguas orais (QUADROS, 1997), ao qual se equivale em qualidade e importância (CICCONE, 1996).

Para os defensores dessa corrente, a língua de sinais é importante para o surdo, permitindo-lhe um desenvolvimento de linguagem satisfatório em termos de efetividade comunicativa (QUADROS, 1997; SALLES *et al.*, 2004), assim como a exposição à língua portuguesa promove o desenvolvimento linguístico do ouvinte. A língua de sinais, por outro lado, passa a atuar como um estigma, na medida em que evidencia a surdez.

O bilinguismo permite duas formas de implantação (dependendo da segunda língua utilizada pelo surdo), coincidentes apenas quanto à primeira língua: a língua de sinais (GOLDFELD, 2002; SOUZA, 1998; FERNANDES, 2003). A segunda língua, no caso do Brasil, corresponde à língua portuguesa (FERNANDES, 1990), seja na modalidade oral e escrita ou apenas escrita.

A língua de sinais para os surdos, assim como o português falado para os ouvintes, fornecerá todo o aparato linguístico-cognitivo necessário à utilização de estratégias de interpretação e produção de textos escritos (BRASIL, 1997). O seu objetivo é que a criança surda possa ter um desenvolvimento linguístico-cognitivo adequado, assim como acontece com a criança ouvinte, e que possa desenvolver uma relação harmoniosa também com ouvintes, tendo acesso a duas línguas: a de sinais e a do grupo majoritário (LACERDA, 2000).

Dessa forma, posicionamo-nos favoravelmente ao bilinguismo como filosofia educacional para o desenvolvimento da linguagem do

surdo, assim como à perspectiva de análise da sua escrita sob o ponto de vista da coesão e da coerência, sem nos prendermos a possíveis equívocos que os sujeitos possam apresentar na área da morfologia ou da sintaxe.

Acreditamos que essa postura favorecerá o desenvolvimento da escrita do surdo, pois teremos como foco o conteúdo e não apenas a forma, que, apesar de importante, não deve ser priorizada no processo de escolarização desses sujeitos.

## **2 Método**

O presente estudo foi realizado em uma escola da rede pública da cidade de Recife/PE, onde ocorre o ensino integrado entre surdos e ouvintes. Na escola, existiam, no ano de 2006, 34 alunos surdos nas turmas diurnas e noturnas do Ensino Médio. Intérpretes de língua de sinais atuam na sala de aula, fazendo a interpretação dessa língua para o português e vice-versa e facilitando, assim, a comunicação entre surdos e ouvintes.

Participaram do estudo 45 sujeitos de ambos os sexos, entre 17 e 38 anos de idade, estudantes do Ensino Médio. Destes, 15 são ouvintes e 30 são surdos bilíngues, que apresentam surdez de grau severo ou profundo bilateral e pré-lingual (antes dos três anos, segundo MONREAL *et al.*, 1995). Dos 30 participantes surdos, 15 são oralizados e 15 não-oralizados.

Os sujeitos da pesquisa foram solicitados a responder algumas perguntas de natureza pessoal a respeito da surdez (uso de prótese auditiva e realização de terapia fonoaudiológica para o desenvolvimento da linguagem oral e/ou escrita) e a responder a um questionário contendo seis perguntas acerca do seu dia a dia na escola. A ajuda dos intérpretes da escola foi solicitada sempre que houve o surgimento de dúvidas, especialmente com relação ao que o surdo queria expressar. Esses profissionais, no entanto, não interferiram no processo de escrita do surdo.

Os participantes ouvintes responderam a um questionário similar com conteúdo análogo e mesma quantidade de questões, adaptadas ao fato de não serem surdos.

Anteriormente à realização da coleta dos dados, o projeto de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Católica de Pernambuco.

Os dados foram analisados em função da ocorrência de parafraseamentos na escrita entre os grupos, através do teste estatístico de *T-student*, utilizado para realizar comparações de médias entre dois grupos (surdos oralizados x ouvintes), pelo fato de não ter sido verificada a ocorrência da marca de oralidade em questão na escrita dos surdos não-oralizados.

A diferença entre as médias dos grupos foi considerada estatisticamente significativa quando o p-valor fornecido pelo teste estatístico se mostrou menor ou igual a 0,05 ( $p \leq 0,05$ ). O p-valor foi arredondado para até três casas decimais.

### **3 Resultados e discussões**

Todos os surdos oralizados participantes do estudo já fizeram uso de prótese auditiva. O tempo de utilização do aparelho de amplificação sonora variou entre cinco e dezessete anos. Já entre os surdos não-oralizados, apenas oito afirmaram haver feito uso de prótese auditiva, com tempo de uso que variou entre um e seis anos. Alguns surdos, no entanto, não souberam precisar o tempo de utilização da prótese auditiva.

Dessa forma, mais surdos oralizados fazem ou fizeram uso de prótese auditiva em relação aos não-oralizados, além de ser o tempo de uso do equipamento, em geral, maior entre os oralizados. O menor tempo de utilização ou a não-utilização da prótese auditiva é compatível com o fato de os surdos não serem oralizados, pois, segundo Tye-Murray (1998), o não-uso do equipamento de amplificação sonora individual dificulta ou, muitas vezes, impossibilita o acesso à modalidade oral da língua. Pode-se inferir, ainda, que quanto menor o tempo de uso da prótese auditiva, menor é o contato do surdo com a língua oral e, conseqüentemente, menores serão suas habilidades linguísticas orais.

A terapia fonoaudiológica para o desenvolvimento da linguagem oral e/ou escrita é (foi) realizada por doze surdos oralizados, por um período de tempo que variou entre dois e doze anos. Entre os surdos não-oralizados, nenhum fazia fonoterapia no momento, enquanto nove afirmaram já a ter realizado anteriormente. O tempo de realização de terapia fonoaudiológica dos surdos não-oralizados variou de três meses a cinco anos. Alguns surdos oralizados e não-oralizados não souberam fornecer a informação referente ao tempo de realização da terapia.

A terapia fonoaudiológica é um importante instrumento para o desenvolvimento e otimização das habilidades linguísticas orais e escritas do surdo (BELTRÁN e VILLALOBOS, 1998), o que torna natural a verificação de que, em relação aos surdos oralizados, um maior número de surdos não-oralizados nunca realizou fonoterapia, além de nenhum fazê-la no momento da coleta dos dados.

O fato de um maior número de surdos oralizados realizar ou ter realizado terapia fonoaudiológica e usar ou ter usado prótese auditiva em relação aos surdos não-oralizados permite a sugestão de que, possivelmente, aqueles sujeitos apresentam, de fato, habilidades linguísticas orais mais desenvolvidas que estes.

De acordo com a Tabela 1, percebe-se que o parafraseamento foi realizado em maior quantidade pelos ouvintes em relação aos surdos oralizados. Como já foi mencionado, não se verificou a ocorrência de parafraseamentos na escrita dos surdos não-oralizados, ou seja, esses sujeitos não manifestaram relação entre enunciados na sua escrita, um processo que acontece natural e corriqueiramente na fala.

Tendo em vista o fato de a quantidade máxima de paráfrases por sujeito ter sido quatro, os participantes tiveram a frequência de paráfrases classificada em baixa (quando produziram entre um e dois parafraseamentos) e alta frequência (quando a ocorrência foi de três a quatro parafraseamentos).

Pôde-se perceber, a partir da Tabela 2, que a ocorrência dessa marca de oralidade foi, predominantemente, de baixa frequência. Apenas um sujeito (surdo oralizado) realizou mais de duas paráfrases em sua produção escrita.

As paráfrases foram classificadas com relação ao tipo segundo Hilgert (1997, 2006) (Tabela 3). Mesmo sendo pequeno o número de surdos oralizados que realizaram parafraseamento, prevaleceu, nesse grupo, a especificação ou condensação parafrástica, enquanto um maior número de ouvintes realizou movimento semântico paralelo.

A generalização ou expansão parafrástica não foi produzida sequer por um participante da pesquisa. Hilgert (1997, 2006), em publicações que enfocam o parafraseamento na fala, afirma que as generalizações parafrásticas são as mais frequentes entre os três tipos, representando 56% dos movimentos semânticos realizados, o que vai de encontro aos achados deste estudo, focado na escrita.

As especificações parafrásticas são, ainda segundo Hilgert (1997, 2006), as menos ocorrentes na fala, totalizando 18% dos parafraseamentos produzidos. Esse tipo de paráfrase, no entanto, prevaleceu no grupo de surdos oralizados, diferindo do autor citado, apesar de os estudos desse autor voltarem-se, como já foi citado, à produção do parafraseamento na linguagem oral.

A correlação estatística entre a ocorrência de parafraseamentos pelos surdos oralizados e ouvintes não mostrou diferença estatisticamente significativa entre essas duas populações (Tabela 4). O p-valor (0,818) mostra que a utilização de parafraseamento pelos dois grupos foi bastante próxima.

**Tabela 1** - Distribuição quantitativa dos participantes segundo o uso de parafraseamentos

	ORALIZADOS		NÃO-ORALIZADOS		OUVINTES		TOTAL	
	<i>N</i>	%	<i>N</i>	%	<i>N</i>	%	<i>N</i>	%
Sim	3	20,00	0	0	5	33,33	8	17,78
Não	12	80,00	15	100,00	10	66,67	37	82,22
Total	15	100,00	15	100,00	15	100,00	45	100,00

**Tabela 2** - Distribuição quantitativa dos participantes segundo a frequência do parafraseamento

	ORALIZADOS		OUVINTES		TOTAL	
	<i>N</i>	%	<i>N</i>	%	<i>N</i>	%
Baixa	2	66,67	5	100,00	7	87,50
Alta	1	33,33	0	0	1	12,50
Total	3	100,00	5	100,00	8	100,00

**Tabela 3** - Distribuição quantitativa dos parafraseamentos segundo o tipo

	ORALIZADOS		OUVINTES		TOTAL	
	<i>N</i>	%	<i>N</i>	%	<i>N</i>	%
General.	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Especif.	2	66,67	2	40,00	4	50,00
Paralel.	1	33,33	3	60,00	4	50,00
Total	3	100,00	5	100,00	8	100,00

**Legenda:**

General. = Generalização parafrástica

Especif. = Especificação parafrástica

Paralel. = Paralelismo parafrástico

**Tabela 4** - Correlação estatística entre as médias de quantidade de parafraseamentos utilizada pelos surdos oralizados e ouvintes (Teste T-student).

	ORALIZADOS	OUVINTES
Média	0,333	0,4
p-valor	0,818	

**Conclusões**

A análise do material permite a conclusão de que os parafraseamentos se mostraram presentes na escrita dos surdos oralizados e ausentes entre os surdos não-oralizados participantes do estudo.

A ocorrência de parafraseamentos se deu em maior quantidade pelos ouvintes, seguidos pelos surdos oralizados. Apesar da pouca ocorrência de parafraseamentos nos dois grupos, verificou-se maior realização de especificação parafrástica entre os surdos oralizados e de paralelismo parafrástico entre os ouvintes.

Além disso, a correlação estatística entre a utilização de parafraseamento pelos surdos oralizados e pelos ouvintes mostrou que a média dos dois grupos foi parecida.

Diante do exposto, sugere-se ocorrência do *continuum* oralidade-escrita nos surdos oralizados, assim como ocorre naturalmente nos ouvintes.

Este estudo sugere que, pelo fato de as marcas de oralidade constituírem um fator de coesão textual, o uso desses recursos pode se configurar em mais uma frente de trabalho com a escrita do surdo, especialmente o não-oralizado, a fim de estimular a coesão das produções desses sujeitos.

## Referências

BELTRÁN, L.F.; VILLALOBOS, P.B. *El niño sordo de edad preescolar: identificación, diagnóstico y tratamiento – guía para padres, médicos y maestros*. 2. ed. México: Trillas, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Especial. *Programa de capacitação de recursos humanos do ensino fundamental: A educação dos surdos*. v. II. Brasília: MEC/SEESP, 1997.

BUENO, J. G. S. Surdez, linguagem e cultura. *Cadernos CEDES*, Campinas, v. 46, n. 19, p. 41-56, set. 1998.

CALADO, L. C. *Variações linguísticas no contexto de escolas públicas: fatores intervenientes*. 2004. 112 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Linguagem) – Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2004.

CAVALCANTE, M. C. B.; MARCUSCHI, B. Formas de observação da oralidade e da escrita em gêneros diversos. In: MARCUSCHI, L. A.; DIONÍSIO, A. P. *Fala e escrita*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p. 123-143.

CICCONE, M. M. C. *Comunicação Total – introdução, estratégia, a pessoa surda*. 2. ed. Rio de Janeiro: Cultura Médica, 1996.

COLLINS, J.; MICHAELS, S. A fala e a escrita: estratégias de discurso e aquisição da alfabetização. In: COOK-GUMPERZ, J. (Org.). *A construção social da alfabetização*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991. p. 242-258.

COUTO-LENZI, A. *Percepção da fala: teste*. Rio de Janeiro: Timing, 1997.

FÁVERO, L. L.; ANDRADE, M. L. C. V. O.; AQUINO, Z. G. O. Correção. In: JUBRAN, C. C. A. S.; KOCH, I. G. V. *Gramática do português culto falado no Brasil*. Campinas: UNICAMP, 2006. p. 255-273.

FELIPE, T. A. *O signo gestual-visual e sua estrutura frasal na língua de sinais dos centros urbanos do Brasil (LSCB)*. 1988. 105 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1988.

FERNANDES, E. *Problemas lingüísticos e cognitivos dos surdos*. Rio de Janeiro: Agir, 1990.

FERNANDES, E. *Linguagem e surdez*. Porto Alegre: Artmed, 2003.

FERREIRA-BRITO, L. *Integração social & educação de surdos*. Rio de Janeiro: Babel, 1993.

GOLDFELD, M. *A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sócio-interacionista*. 2. ed. São Paulo: Plexus, 2002.

HARRISON, K. M. P.; LODI, A. C. B.; MOURA, M. C. Escolas e escolhas: processo educacional dos surdos. In: LOPES FILHO, O. (Ed.). *Tratado de Fonoaudiologia*. São Paulo: Roca, 1997. p. 359-400.

HILGERT, J. G. As paráfrases na construção do texto falado: o caso das paráfrases em relação paradigmática com suas matrizes. In: KOCH, I. G. V. (Org.). *Gramática do português falado*. 2. ed. v. 6. Campinas: UNICAMP/FAPESP, 1997. p. 131-147.

HILGERT, J. G. Parafraseamento. In: JUBRAN, C. C. A. S.; KOCH, I. G. V. *Gramática do português culto falado no Brasil*. Campinas: UNICAMP, 2006. p. 275-299.

JUBRAN, C. C. A. S. *et al.* Organização tópica da conversação. In: ILARI, R. (Org.). *Gramática do português falado*. 3. ed. v. 2. Campinas: UNICAMP, 1996. p. 351-375.

KOCH, I. G. V. *et al.* Aspectos do processamento do fluxo de informação no discurso oral dialogado. In: CASTILHO, A. T. (Org.). *Gramática do português falado*. 4. ed. v. 1. Campinas: UNICAMP, 2002. p. 121-154.

LACERDA, C. B. F. Um pouco da história das diferentes abordagens na educação de surdos. *Cadernos CEDES*, Campinas, v. 46, n. 19, p. 68-80, set. 1998.

LACERDA, C. B. F. A prática pedagógica mediada (também) pela língua de sinais: trabalhando com sujeitos surdos. *Cadernos CEDES*, Campinas, v. 50, n. 20, p. 70-83, abr. 2000.

LANE, H. *A máscara da benevolência: a comunidade surda amordaçada*. Lisboa: Horizontes pedagógicos, 1992.

MARCUSCHI, L. A. Contextualização e explicitude na relação entre fala e escrita. Encontro Nacional sobre Língua Falada e Ensino, 1, 1994, Maceió. *Anais...*, Maceió: UFAL, 1995. p. 27-48.

MARCUSCHI, L. A. Nove teses para uma reflexão sobre a valorização da fala no ensino da língua. *Revista da ANPOLL*, v. 4, n. 3, p. 325-332. 1998.

MARCUSCHI, L. A. Letramento e oralidade no contexto das práticas sociais e eventos comunicativos. In: SIGNORINI, I. *et al.* (Org.). *Investigando a relação oral/escrito e as teorias do letramento*. Campinas: Mercado das Letras, 2001. p. 23-74.

MARCUSCHI, L. A. A presença da repetição na fala e algumas perspectivas de tratamento. *Investigações: Linguística e Teoria Literária*, Recife, v. 2, p. 31-47, dez. 2002.

MARCUSCHI, L. A. *Da fala para a escrita: atividades de retextualização*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

MARCUSCHI, L. A. Oralidade e letramento como práticas sociais. In: MARCUSCHI, L. A.; DIONÍSIO, A. P. *Fala e escrita*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p. 31-55.

MONREAL, S. T. (Coord.) *et al.* *Deficiencia auditiva: aspectos psicoevolutivos y educativos*. Granada: Aljibe, 1995.

PERDONCINI, G. Prefácio. In: PERDONCINI, G.; COUTO-LENZI, A. *Audição é o futuro da criança surda*. Rio de Janeiro: Aipeda, 1996. p. 7-10.

QUADROS, R. M. Linguística contrastiva – o ensino da língua escrita para surdos via língua de sinais. *II Congresso Latino-Americano de Bilingüismo para Surdos*. Rio de Janeiro, 1993.

QUADROS, R. M. *Educação de surdos: a aquisição da linguagem*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

PERDONCINI, G.; COUTO-LENZI, A. *Audição é o futuro da criança surda*. Rio de Janeiro: Aipeda, 1996.

SALLES, H. M. M. L. *et al.* *Ensino de língua portuguesa para surdos: caminhos para a prática pedagógica*. Brasília: MEC/SEESP, 2004.

SÁNCHEZ, C. M. *La increíble y triste historia de la sordera*. Caracas: CEPROSORD, 1990.

SANTOS, L. H. M.; DIAS, M. G. B. B. Compreensão de textos em adolescentes surdos. *Psicologia: teoria e pesquisa*, Brasília, v. 14, n. 3, p. 241-249, set./dez. 1998.

SANTOS, M. T. M.; NAVAS, A. L. G. P. Distúrbios de leitura e escrita. In: SANTOS, M. T. M.; NAVAS, A. L. G. P. (Org.). *Distúrbios de leitura e escrita: teoria e prática*. Barueri: Manole, 2002. p. 27-74.

SKLIAR, C.; MASSONE, M.; VEINBERG, S. El acceso de los niños sordos al bilingüismo y al biculturalismo. *Revista Infancia y Aprendizaje*, Madrid, v. 2, n. 69/70, p. 85-100, 1995.

SOUZA, R. M. Língua de sinais e língua majoritária como produto de trabalho discursivo. *Cadernos CEDES*, Campinas, v. 46, n. 19, p. 57-67, set. 1998.

TANNEN, D. *Repetition and variation as spontaneous formulaicity in conversation*. Georgetown University, 1985 (mimeo).

TYE-MURRAY, N. *Foundations of Aural Rehabilitation: Children, Adults and their Family Members*. San Diego: Singular, 1998.

## **Teletandem: enfoque na forma e o desenvolvimento do professor de língua estrangeira**

### ***Teletandem: Focus on Form and the Development of the Foreign Language Teacher***

Aline Mara Fernandes

Universidade Estadual Paulista (UNESP), Assis, São Paulo, Brasil.

alinemaraf@yahoo.com.br

João Antonio Telles

Universidade Estadual Paulista (UNESP), Assis, São Paulo, Brasil.

tellesjoao@uol.com.br

**Resumo:** Teletandem é um contexto virtual, autônomo e colaborativo, com *webcam* (imagem, voz e texto), no qual dois estudantes ajudam um ao outro na aprendizagem de suas respectivas línguas nativas (ou de proficiência), por meio da colaboração intercultural e linguística *online*. Neste trabalho, voltamos nossa atenção para episódios com enfoque na forma durante uma interação de teletandem em português. Os participantes foram uma aluna brasileira (professora pré-serviço de inglês) e seu parceiro americano (um aluno universitário de português). A análise dessa interação consistiu na procura de episódios incidentais com enfoque na forma (aqueles que surgiam a partir de conversa espontânea ou que não eram previamente definidos pelos parceiros de teletandem). A análise revelou (a) a prevalência do enfoque na forma centrado no léxico, e (b) quatorze ações colaborativas entre os parceiros que proporcionaram momentos de explicações sobre vocabulário. Concluímos o trabalho com uma discussão acerca do uso da metalinguagem pelos professores; no caso deste estudo, ao ensinarem Português como Língua Estrangeira.

**Palavras-chave:** Enfoque na forma; Formação de professores de línguas; Teletandem; Português-língua estrangeira.

**Abstract:** Teletandem is a virtual autonomous webcam-based context (image, voice and text), where two students help each other learn their native (or other) language through intercultural and linguistic collaboration. In this paper, we turned our attention to episodes of focus on form during a teletandem interaction in Portuguese. The participants were a Brazilian student (a pre-service teacher of English) and her American teletandem partner (a university student of Portuguese). The analysis of this interaction consisted in looking for focus on form episodes that were incidental (they emerged from conversation spontaneously or they were not previously defined by the teletandem partners). The analysis revealed (a) the prevalence of the focus on form concerning lexicon treatment; and (b) fourteen collaborative actions that provided moments of vocabulary explanation between the partners. We conclude with a discussion on teachers' use of metalanguage; in the case of this study, when teaching Portuguese as a foreign language.

**Keywords:** Focus on form; Teletandem; Foreign language teacher development; Portuguese as a foreign language.

Recebido em 13 de dezembro de 2013.

Aprovado em 14 de abril de 2014.

## Introdução

A realidade na qual vivemos é marcada por mudanças rápidas e que exigem novas formas de comunicação global, ou seja, a interação entre as pessoas precisa ser realizada por meio de ferramentas inovadoras que superem os limites de tempo e de espaço.

No âmbito educacional, novas ferramentas de interação via meios digitais, de maneira síncrona ou assíncrona, promovem novos meios de ensinar e aprender a partir do encurtamento das distâncias entre os aprendizes e entre estes e o conhecimento. O ensino tende a ser menos centrado no professor e mais voltado para a interação e para o diálogo

entre aprendizes e professores. A colaboração se torna uma palavra-chave nessa nova concepção de aprendizagem. Para Braga (2007), essa nova prática de construção de saberes é mais democrática, já que as escolhas envolvidas no processo são feitas em interação e não por imposição. Nessa perspectiva, professor e aluno assumem novos papéis na co-construção do conhecimento. O modelo tradicional de ensino, no qual o professor é detentor do saber e responsável pelo controle das interações em sala de aula e o aluno, um mero receptor, já não representa o tipo de relação estabelecida entre aluno e professor nos contextos de ensino e aprendizagem atuais, especialmente no que diz respeito à aprendizagem colaborativa em meios digitais.

Em meios virtuais de aprendizagem, o conceito de telecolaboração, conforme foi definido por Belz (2002), refere-se à aplicação de redes de comunicação global à formação e à aprendizagem de língua estrangeira (doravante LE). Em atividades telecolaborativas “são levados em conta aspectos diversos, como as intenções, os propósitos e as reflexões dos aprendizes, vistos como pessoas capazes de agir no mundo, sendo (inter) agentes de ações sociais” (KANEOKA, 2008, p. 124).

Frente às novas concepções de ensino e aprendizagem de línguas instauradas pelo uso dos meios digitais, a formação docente envolve fatores diversos os quais vão desde as configurações do contexto social e institucional até a organização curricular, passando por visões e crenças sobre ensino e aprendizagem, educação e papel do professor e do aluno. Há, ainda, muito a ser discutido e pesquisado em relação à formação do professor para atuar competentemente nos atuais contextos colaborativos de aprendizagem *online* (TELLES, 2009). Entre as questões a serem abordadas sobre esses contextos estão aquelas introduzidas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais de 2002, de acordo com as quais a formação do professor deve incluir, entre outros aspectos, a preparação do docente para o uso das tecnologias da informação e comunicação e de metodologias, estratégias e materiais de apoio inovadores (Resolução CNE/CP nº 1, de 18 de fevereiro de 2002, art. 2º, inciso VI). Sendo assim, o teletandem, além de ser uma ferramenta tecnológica para comunicação e troca de informações entre aprendizes e entre professores e aprendizes, configura-se como um meio que exige o desenvolvimento de novas metodologias de ensino para atender às especificidades desse contexto e às necessidades de aprendizes fisicamente distantes. Nasce novas práticas sociais e novos usos da linguagem que requerem do

professor o desenvolvimento de habilidades cognitivas e práticas de modo a se alinharem às habilidades de uso das tecnologias digitais que são praticamente inatas às novas gerações.

Como foi levantado por Funo (2011), a partir dos estudos de Sontag (2010), o letramento digital dos docentes é necessário para que

[...] (a) não se acentue o distanciamento entre a realidade docente e discente frente às novas tecnologias de interação e comunicação e (b) se reflita sobre as vantagens que o uso desses recursos pode trazer para a aprendizagem significativa da geração mais acostumada ao uso das novas tecnologias em seu cotidiano (FUNO, 2011, p. 31).

Neste trabalho, em linhas gerais, são tratadas questões relacionadas à formação do professor de línguas no contexto do Projeto Teletandem Brasil (TELLES, 2006; 2009), um contexto virtual, autônomo e colaborativo de aprendizagem de línguas à distância.

A aprendizagem de línguas *in-tandem*, além de ser um meio alternativo, autônomo e colaborativo, constitui um contexto inovador para o tratamento de questões relacionadas à formação profissional de futuros professores de línguas. Além disso, as práticas interativas no teletandem abrem possibilidades reais de implementação das tecnologias na formação do professor de línguas e nos cursos de Letras. Constitui, também, um exercício de compreensão das manifestações culturais das línguas aprendidas, como preveem as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores (BRASIL, 2002).

As atividades atualmente desenvolvidas no teletandem incluem: (a) *sessões de orientação*; (b) *sessões de interação* entre falantes de duas línguas distintas; e (c) *sessões de mediação*. Ministradas aos grupos estrangeiro e brasileiro, antes das parcerias terem início (CANDIDO, 2010), as *sessões de orientação* (com duração de 60') objetivam apresentar aos grupos certas estratégias de aprendizagem, estabelecimento de objetivos e explicitação clara (ao parceiro) das habilidades linguísticas que se deseja desenvolver. Já as *sessões de interação* têm duração de 60' (30' em cada uma das línguas), nas quais dois interagentes conversam sobre assuntos diversos, por eles preestabelecidos ou decididos no momento da interação, podendo ser um desses assuntos aspectos específicos das línguas-alvo. Finalmente, as *sessões de mediação* são momentos que se seguem às interações em teletandem, frequentemente

com duração de 30'. A atividade de mediação permite aos envolvidos refletir sobre as experiências de ensino e aprendizagem, especialmente em relação às experiências via novos meios digitais e à distância. As sessões de mediação são desenvolvidas por cada professor, com seu grupo de alunos, em seu país, preferencialmente na língua-alvo. Nelas, os interagentes têm a oportunidade de dialogar e trocar experiências com um *mediador* – um professor de línguas estrangeiras ou mesmo um futuro professor (aluno de Letras), mais experiente, que já atuou como interagente em processos prévios de interação em teletandem. As *sessões de mediação* visam à autoavaliação e à reflexão compartilhada e mediada pelo professor acerca: (a) do processo de colaboração, de reciprocidade e de aprendizagem entre os parceiros e (b) dos conteúdos das conversas durante a interação (informações linguísticas e culturais). Frequentemente, perguntas deflagradoras de reflexão utilizadas pelo professor-mediador são: (a) O que você aprendeu na sessão de hoje, em termos de língua e de cultura? (b) Que informações linguísticas e culturais vocês trataram na sessão de hoje? Que diferenças foram encontradas e de quais modos elas foram tratadas? Com relação ao uso que você faz da língua-alvo, como você se sentiu na primeira sessão de teletandem e nesta última?

De acordo com o que foi exposto, o desenvolvimento profissional de professores no contexto do Projeto Teletandem Brasil é visto como uma construção compartilhada de conhecimentos entre os professores em formação inicial (no caso, alunos de Letras – Línguas Estrangeiras que realizam sessões de teletandem) e os professores-mediadores (VIEIRA-ABRAHÃO, 2007).

No caso deste trabalho o professor-mediador foi um professor universitário. Ele assume o papel de “coformador” dos (futuros) professores de línguas, juntamente com a universidade. A ele cabe levantar reflexões acerca do processo de ensino e da aprendizagem *intandem*, nas sessões de mediação com os interagentes. O mediador é, também, visto como um *formador em formação*, no trabalho conjunto com os interagentes e nas demais atividades do projeto do teletandem.

O aluno-professor tem como suas primeiras concepções aquelas construídas como aprendiz de LE, sobre as quais ele refletirá criticamente, a partir do contato com teorias e práticas pedagógicas (ver ABRAHÃO, 2011). Com a reflexão sobre sua prática docente compartilhada com um par mais experiente, o licenciando em Letras é capaz de construir suas próprias teorias e redimensionar aquelas adquiridas anteriormente, de

acordo com as necessidades e características de cada contexto, ao invés de ser um mero implementador de teorias prontas.

Em se tratando da aprendizagem de línguas por meio do teletandem, no qual aprendizes brasileiros de línguas estrangeiras interagem com aprendizes de outros países interessados em aprender a língua portuguesa, o ensino de português como língua estrangeira (doravante PLE) torna-se bastante relevante, já que, em muitos momentos, o interagente brasileiro adquire a posição de tentar explicar sua própria língua e cultura ao interagente estrangeiro.

Tendo em vista a representação significativa do Brasil no cenário econômico mundial e, conseqüentemente, o crescente interesse dos estrangeiros em aprender o português, há cada vez mais a necessidade de se formarem profissionais capacitados para atuar em contextos de ensino de PLE. A bibliografia sobre o assunto ainda é pequena e merece ser desenvolvida. Este trabalho traz, entre os seus objetivos, a discussão de aspectos relacionados à formação do professor de PLE para ensino da língua à distância. Esperamos suscitar questões importantes para o atual cenário de ensino de PLE nos contextos educacionais brasileiros, sejam eles presenciais ou à distância.

De acordo com Almeida Filho (2007), ensinar PLE inclui “estudar os processos de ensinar e aprender PLE em distintos e específicos contextos” (p. 34). O professor de PLE deve se equipar de conhecimentos sobre o próprio processo de ensino e aprendizagem de LE, sobre a natureza da língua e sobre a cultura na qual a língua está inserida.

Além de discutir questões gerais sobre o uso do contexto do teletandem para o ensino e aprendizagem de línguas, julgamos necessário a seleção de um aspecto específico a ser analisado no desenvolvimento da proficiência linguística do aprendiz da língua estrangeira: o enfoque na forma. Entendemos como enfoque na forma uma noção que extrapola o tradicional foco na forma, tal como é definido por SPADA (1997), “um esforço pedagógico para chamar a atenção do aluno a focalizar a estrutura linguística de maneira implícita ou explícita” (p. 73). O enfoque na forma pressupõe “um ensino que integra forma e significado dentro de um contexto comunicativo” (LONG, 1991). Observamos que a atenção à forma na interação selecionada para análise neste trabalho envolve não apenas o focalizar a estrutura da língua no nível morfosintático, mas também o enfoque no significado, ao tratar do léxico da língua dentro de determinadas estruturas linguísticas. O enfoque, portanto, significa a ação

do professor de oferecer correções ou reestruturação da fala do aprendiz, que pode recair sobre a morfossintaxe, o léxico ou a pronúncia da língua.

O enfoque na forma é visto aqui como parte do processo de ensino e importante para que o aprendiz desenvolva um nível mais elevado de proficiência na LE. Sendo assim, o professor deve ser preparado para ensinar e tratar das formas da língua durante a interação com os alunos, principalmente quando o objetivo é melhorar o nível de proficiência destes, o qual se refere aos domínios de linguagem necessários para comunicação em diversos contextos. Proficiência pode, então, ser entendida como a demonstração concreta da competência linguístico-comunicativa do falante em contextos específicos de uso da língua (SCARAMUCCI, 2000). A competência linguístico-comunicativa e pedagógica do professor permitirá que ele aja de uma maneira ou de outra, de acordo com as especificidades da situação e do contexto.

A interação de teletandem selecionada para análise neste trabalho é parte do banco de dados do projeto “Teletandem Brasil: Línguas estrangeiras para todos” (TELLES, 2006; 2009; TELLES; VASSALLO, 2006). Trata-se de uma interação com duração de 52 minutos, que foi gravada em áudio e vídeo e, subsequentemente, transcrita. Os interagentes são uma estudante de Letras de uma universidade pública brasileira e um estudante de relações internacionais de uma universidade de um país anglofalante. Embora os dados selecionados para este trabalho sejam apenas uma pequena amostra do tipo de interação que acontece no teletandem, acreditamos que este estudo possa contribuir para reflexões iniciais sobre a natureza dos episódios com enfoque na forma e sobre a formação do professor de LE.

Feitas as colocações iniciais, os objetivos deste estudo são:

(a) verificar os modos pelos quais os episódios com enfoque na forma podem contribuir para a competência linguístico-comunicativa do aprendiz (interagente estrangeiro);

(b) observar como a interagente brasileira, participante deste estudo, lida com os momentos de enfoque na forma.

## **1 O Projeto Teletandem Brasil**

O Projeto Teletandem Brasil: Línguas Estrangeiras para Todos foi financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São

Paulo (FAPESP) como projeto temático<sup>1</sup> que realiza pesquisas de iniciação científica, mestrado e doutorado da Universidade Estadual Paulista (UNESP), desde 2006. Possui um grupo de pesquisa certificado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).<sup>2</sup> As pesquisas envolvem dados de interações entre estudantes brasileiros e estrangeiros falantes de diferentes línguas estrangeiras, de diversas universidades no mundo.<sup>3</sup>

O contato entre os alunos é estabelecido pela equipe coordenadora do projeto, composta por docentes dos departamentos de línguas estrangeiras dos *campi* da UNESP de Assis e São José do Rio Preto, e por docentes dos departamentos de português das universidades estrangeiras. As interações são supervisionadas pelos docentes das instituições parceiras e por pesquisadores, alunos de pós-graduação da UNESP, os quais atuam como mediadores do trabalho dos interagentes. As interações ocorrem de forma síncrona por meio do uso de ferramentas de comunicação *online*, como Skype e MSN, que permitem aos aprendizes interagir por meio da escrita, da fala e de suas próprias imagens por meio de *webcams*. Essa multimodalidade proporciona o desenvolvimento das habilidades orais, escritas e paralinguísticas dos interagentes.

O papel dos mediadores é importante, principalmente para que os interagentes brasileiros, estudantes do curso de Letras, possam refletir criticamente acerca do processo de ensino e aprendizagem de línguas e desenvolver as competências necessárias para atuarem como professores de LE.

Entre as ações do projeto Teletandem Brasil está a formação de professores-mediadores para o uso do teletandem. Com o grande número de pesquisas realizadas no escopo do projeto e de pesquisadores envolvidos, conta-se, atualmente, com um número significativo de especialistas que podem atuar como mediadores e multiplicadores da aprendizagem em teletandem (FUNO, 2011). Até o momento da redação deste trabalho, o projeto expandia o uso do teletandem como contexto de aprendizagem colaborativa *online* de línguas estrangeiras entre

---

<sup>1</sup> Ver <<http://www.bv.fapesp.br/pt/auxilios/1222/teletandem-brasil-linguas-estrangeiras-para-todos>>.

<sup>2</sup> Ver <<http://dgp.cnpq.br/buscaoperacional/detalhegrupo.jsp?grupo=0330801NX9IQZT>>.

<sup>3</sup> Informações sobre o projeto e a produção científica resultante dele podem ser encontradas no site <[www.teletandembrasil.org](http://www.teletandembrasil.org)>.

adolescentes e professores, brasileiros e americanos, das redes públicas de educação dos respectivos países.

Uma sessão regular de teletandem é composta de três fases básicas: (1) conversação sobre um ou mais tópicos; (2) *feedback* linguístico; e (3) reflexão compartilhada sobre a sessão (TELLES; VASSALLO, 2006).

A aprendizagem de línguas *in-tandem* acontece a partir da interação colaborativa e da ajuda recíproca entre pares de falantes nativos de diferentes línguas de modo que um possa aprender a língua do outro e ensinar sua língua materna (ou de proficiência). Em alguns casos, o teletandem é realizado entre parceiros, falantes de duas línguas diferentes, que desejam praticar uma terceira, como língua franca; por exemplo, um italiano e um brasileiro que praticam e se comunicam em inglês como língua franca.

As interações via teletandem permitem aos aprendizes trocas linguísticas, culturais, sociais e profissionais.

São três os princípios fundamentais da aprendizagem *in-tandem*: bilinguismo, reciprocidade e autonomia (TELLES; VASSALLO, 2006). O bilinguismo refere-se à divisão da sessão de interação em duas partes, cada uma delas dedicada a uma língua, de modo que os interagentes sejam desafiados a usar a língua que estão aprendendo. A reciprocidade está relacionada ao princípio “o que faço para você, espero que faça o mesmo para mim”. Tal princípio favorece a troca de conhecimento linguístico e cultural entre os interagentes. Esse princípio também inclui procedimentos de *feedback* que os interagentes podem receber do seu parceiro sobre seu desempenho na interação. A autonomia, por sua vez, refere-se à responsabilidade, ao comprometimento e ao poder de decisão dos interagentes acerca de seus processos de aprendizagem, ou seja, a liberdade de escolha de conteúdos e objetivos da interação, aprendizagem “autodirigida” (TELLES, 2006; 2009; CAVALARI, 2009).

Neste trabalho, o teletandem é visto mais especificamente como um contexto interacional e multimodal *online* (escrita, leitura pelo *chat*, produção e compreensão oral pelos recursos de voz e imagens, por meio da *webcam*). Quando os próprios professores de línguas estrangeiras praticam o teletandem, esse contexto pode contribuir para a formação do professor de línguas no sentido de desenvolver suas habilidades linguísticas e interculturais para, futuramente, no caso do aluno de Letras, atuar como mediador de um processo colaborativo de ensino e aprendizagem de seus alunos. Conforme afirma Kaneoya (2008, p.

234), a construção da prática docente em teletandem é marcada pela ressignificação do sentido de ensinar línguas. Nesse contexto, cada interagente é responsável por ajudar o outro a aprender.

A colaboração e a reciprocidade entre os interagentes de teletandem são concretizadas na tomada de decisões sobre as metas e gerenciamento da aprendizagem, tais como assuntos a serem tratados, maneiras e momentos de se fazer correção sobre os usos linguísticos, tipos de mídia a serem utilizados como subsídios para as interações.

## 2 O enfoque na forma

De uma perspectiva interacionista, a conversação em LE é fonte de informações sobre a língua que está sendo aprendida. É na interação que o aprendiz percebe o que pode ou não fazer na língua-alvo, além de praticar e testar suas próprias hipóteses sobre as formas e os usos da língua (GASS; MACKEY, 2006 *apud* BELL, 2012; SANTOS, 2008). Não obstante, de uma perspectiva sociocultural, a aprendizagem ocorre na interação e não como um resultado dela. A colaboração entre os aprendizes promove oportunidades para que eles alcancem além daquilo que fariam se estivessem sozinhos.

A partir da abordagem sociocultural, Swain (2000), em uma extensão da sua Hipótese da Produção (*Output Hypothesis*), propõe que a aprendizagem de línguas acontece no diálogo colaborativo. Assim, a atenção na produção individual passa para a produção dialógica interativa. É no diálogo colaborativo que os aprendizes co-constroem o conhecimento sobre a língua e resolvem problemas linguísticos (SWAIN; BROOKS; TOCALLI-BELLER, 2002).

A interação permite que o aprendiz relacione forma e significado mais facilmente, uma vez que a produção significativa do diálogo espontâneo (com temas escolhidos pelos próprios parceiros do teletandem) o envolve em processos cognitivos necessários para a consolidação das conexões forma-significado.

A conversação focada exclusivamente no significado não promove o desenvolvimento de um nível de proficiência linguística alto no que concerne especialmente à precisão gramatical (SWAIN, 1985). Por isso, o enfoque na forma é importante na interação e permite que o aprendiz note as diferenças entre sua produção linguística e a produção de falantes mais proficientes.

Tradicionalmente, os episódios linguísticos<sup>4</sup> com foco na forma são definidos como partes de um diálogo em que os aprendizes falam sobre a língua que estão produzindo, questionam o seu uso, ou corrigem a si mesmos ou a outros (SWAIN; LAPKIN, 1998). O conceito pode ser utilizado em pesquisas em sala de aula de línguas para identificar a frequência e a maneira como os aprendizes lidam com características problemáticas da língua-alvo. Elas podem ser do tipo gramatical, ortográfico, semântico ou até mesmo fonológico em situações de interação oral entre aprendizes.

O foco na forma pode ser planejado ou incidental (ELLIS, 2001). As atividades de foco na forma planejado são aquelas desenvolvidas de modo a conscientizar o aprendiz sobre formas pré-selecionadas da língua. Já o foco na forma incidental refere-se à atenção espontânea para a forma que aparece durante as atividades focadas no significado. Um exemplo de foco na forma incidental acontece quando um aprendiz questiona a pronúncia de uma palavra na LE durante a conversação. Além disso, estudos mostram que esse tipo de foco na forma aparece mais em atividades centradas no significado do que em atividades mecânicas (SANTOS, 2008; LEONE, 2012).

A noção de percepção consciente de aspectos linguísticos (*noticing*) (SCHMIDT; FROTA, 1986), juntamente com as considerações sobre o foco na forma levantadas nesta seção, parece alinhar-se à noção de enfoque na forma que buscamos. Para Schmidt (1990, 2001), não há aprendizagem sem que haja uma atenção consciente e focada no insumo linguístico. Assim, a percepção consciente de aspectos relacionados à morfossintaxe e à semântica da língua estrangeira é que permite ao aprendiz criar e confirmar hipóteses sobre o funcionamento da língua e usar as estruturas e o léxico da LE de maneira adequada.

### 3 Discussão dos dados

Na análise da interação, que é objeto deste estudo, foi feito primeiramente um levantamento das ocorrências de episódios com enfoque na forma. Consideraram-se como enfoque na forma momentos nos quais os interagentes estão tratando explicitamente de questões sintáticas, lexicais, morfológicas, semânticas, ortográficas ou fonológicas

---

<sup>4</sup> *Language related episodes*, em inglês.

da língua portuguesa. Embora a interação de teletandem contenha uma parte na qual os interagentes conversam em inglês e outra parte na qual eles usam o português, o ponto central deste estudo está na formação do professor de PLE, como já foi dito. Por tal razão, serão analisados os momentos nos quais os interagentes se comunicam em português. Nosso objetivo é, portanto, observar como a interagente brasileira, aluna de graduação em Letras, futura professora de língua estrangeira, lida com o enfoque na forma.

Na interação de teletandem selecionada para este estudo, os casos de episódios com enfoque na forma são, em sua maioria, referentes às questões lexicais. Entre as 28 ocorrências de enfoque na forma identificadas, 25 foram classificadas nessa categoria. Apenas 2 ocorrências são de ordem gramatical (uso de forma verbal e uso de advérbio) e 1 ocorrência de ordem fonológica (pronúncia de palavra). Tal fato confirma afirmações anteriores (SANTOS, 2008) de que grande parte do insumo linguístico do teletandem está relacionada a itens lexicais, provavelmente pela centralidade das sessões de teletandem na comunicação e na discussão de conteúdos interculturais por meio de contrastes entre as duas culturas dos parceiros de teletandem.

No trecho abaixo, observa-se que Gabi, a interagente brasileira e professora em formação, fornece a palavra em português que Will, o interagente americano, busca dizer, mas não consegue. A dificuldade de Will em encontrar a palavra correta é vista por suas tentativas em espanhol e inglês, além do uso da expressão exclamativa “nossa”. Gabi imediatamente diz a palavra “relação” em português e a escreve no *chat*. Will, então, repete a palavra em português corretamente e Gabi confirma dizendo “isso”.

Excerto (1):

- Will: Não... e quando... hum... aqui nos Estados Unidos quando eu hum... eu vi um brasileiro, quando eu escuto o português, imediatamente eu vou a... a pessoa e... chat... huh... não sei... falo um pouquinho sobre... com... com ele ou ela e huh... não, porque... eles... vocês... são tan... tão carinhosos, então eu quando... vocês... estão aqui, nos Estados Unidos, eu quero... huh... ser carinhoso também. E, então, é... é uma... uma maneira... para huh... compartilhar isso... huh... **relación... relationship...**
- Gabi: **Nossa!**
- Will: **Relação!** (escreve no *chat*)
- Will: **Relação**, si.
- Gabi: Isso.

No segundo excerto, observa-se que Will utiliza a estratégia da tradução para dizer que assiste a aulas ou faz cursos para aprender mais sobre a cultura de outros países. Ele usa “toma cursos ou aulas” como equivalente a *take courses* na sua língua materna. Gabi faz uma correção explícita, dizendo que em português a frase é “assistir aulas” (no registro coloquial do português). Em seguida, ela faz uma pergunta ao seu parceiro, incluindo a frase “fazia algum curso”, o que pode ser uma maneira de ela sinalizar, indiretamente (correção implícita), que no português utiliza-se também a frase “fazer cursos”. Esse exemplo é capaz de suscitar a reflexão do professor sobre a correção da produção do aprendiz.

Excerto (2):

- Will: acho que cada pessoa quer.. aprender um pouco mais... mas, no... não... trabalha para aprender, para entender outra pessoa. Eh.. então, não sei. Eu **toma** huh... **cursos o aulas** como isso, para aprender um pouco mais.
- Gabi: Ah, entendi. A gente diz “**assistir aulas**».
- Will: Assistir, **assistir**, sim.
- Gabi: Mas antes de vir pro Brasil você já queria aprender português, você já fazia algum curso ou não? Foi só depois?

Ainda como uma forma de corrigir desvios na fala de Will, Gabi utiliza a reformulação como uma estratégia de correção. Sua reformulação é feita de maneira direta, em uma pergunta. Essa pergunta pode ser entendida como reformulação e/ou como uma maneira de esclarecer o que Will queria dizer, já que ele responde afirmativamente, confirmando a ideia que ele queria expressar. A pura reformulação poderia ocorrer ainda inserida em uma sentença mais completa, do tipo “você começou seu aprendizado”.

Excerto (3):

- Will: Agora, acho que a música é o meu... foi o meu... o minha coisa favorita de Brasil e foi como huh... a coisa que huh... comecei o meu... huh... aprendendo do português.
- Gabi: Seu aprendizado?
- Will: Sim, sim.

O segundo exemplo de reformulação encontra-se no excerto (4). Nesse caso, Will apresenta um desvio fonológico ao pronunciar a palavra “antiga”. Gabi responde à pergunta de Will, pronunciando a palavra da maneira correta, embora ele não demonstre se atentar para o desvio de pronúncia. Entende-se que, mesmo que Will não tenha direcionado sua atenção para a correção do seu desvio de pronúncia feito por Gabi, ainda assim houve a ocorrência de um episódio linguístico. Sendo assim, o episódio linguístico não será necessariamente compartilhado pelos interlocutores, uma vez que a intenção de reformulação da interagente brasileira, como falante mais competente do português, mantém-se.

Excerto (4):

- Gabi: Sim. Ah, que legal! Então você tem um bom gosto musical.  
Eu gosto de tudo que você falou.  
Will: Sim (ri). Esse... (incompreensível).. é a música mais antiga,  
não? Ou mais huh....  
Gabi: Mais antiga, sim!  
Will: Mas, há outros como... você sabe *As garotas suecas*?

Há momentos em que Will busca a ajuda de sua parceira para produzir a palavra correta, como se pode ver nos excertos (5) e (6) a seguir. Nesse caso, Gabi funciona como um “andaime” ou suporte para a aprendizagem de Will, conforme a conceituação vygostkiana. Ela auxilia o parceiro a aprofundar sua compreensão das nuances de sentido e de uso das palavras “engraçado” e “cômico”. Gabi, como o membro do par mais competente da interação, fornece estruturas de apoio para que Will, o membro menos competente em português, atinja aquilo que está além das suas possibilidades individuais de produção.

Excerto (5):

- Will: Muito mais fácil. Sim. Paulo, ou algo assim. Mas, quando no... na Argentina o meu huh... mãe de casa... como huh... eu... vivia como uma... uma Argentina huh... o... Arge... uma mãe da Argentina. Huh... Então, ela huh... sempre... huh... me... me disse como: «Paul! Paul! (risos) como o meu nome no mal e foi um pouco... huh... não sei... cômico! Huh... Como se diz? En...  
Gabi: Engraçado? (escreve no *chat*)

- Will: Engraçada, si.  
Gabi: Isso. Engraçado (continua escrevendo)  
Will: Engraçado.  
Gabi: Mas, cômico está certo também (escreve cômico). Cômico.  
Will: Ah, sim?  
Gabi: Mas, a gente usa mais «engraçado».  
Will: Engraçado é mais popular para dizer?  
Gabi: Isso. É mais popular. «Cômico» não é todo mundo que entende.  
Will: Ok. Si, sim...

Will demonstra conhecer que há um sinônimo para “cômico” em português e arrisca a usar a palavra “engraçado”. Gabi imediatamente completa a palavra iniciada por ele e a escreve no *chat*. Ela ainda afirma que usar “cômico” é correto, no entanto “engraçado” é um uso mais frequente e popular entre os falantes de português. Em casos como esse, cabe ao professor de línguas considerar os usos e os contextos de uso dos registros linguísticos e explicitá-los aos aprendizes.

No excerto (6), novamente o interagente americano tenta encontrar a palavra adequada no português por meio do uso das línguas espanhola e inglesa e recorre à ajuda da sua parceira para chegar às palavras “mercearia” e “chefe”. Gabi diz as palavras corretas e as escreve no *chat*, uma estratégia recorrente na sua prática nessa interação. Mais uma vez, ela atua como um “andaime” ao ajudar o outro, seu parceiro, a completar a tarefa, ou seja, a construção de uma mensagem em língua estrangeira.

Excerto (6):

- Will: Sim, a faculdade... eu trabalho numa... numa... tienda?  
Huh... numa... huh... tienda de «grocery»? Como se diz «groceries»... Isso (escreve a palavra no *chat*)  
Gabi: (repetindo o que lê) Grocery...  
Will: Você sabe como?  
Gabi: Eu acho, assim... eu acho que é uma mercearia (escreve no *chat*).  
Will: Mercearia! Sim!  
Gabi: Mercearia, é isso?  
Will: Mercearia.  
Gabi: Ah, você trabalha em uma mercearia?

- Will: Sim, mas é uma mercearia huh... de... qual... onde...  
 cados... hum... cada os trabalhadores são estudantes.  
 Então, como eu... não s... eu não sou uma... como ...  
 trabalhador básico eu... como... eu sou huh... o... boss!  
 Huh... como se diz isso? (rindo)
- Gabi: O chefe! (rindo e escrevendo)
- Will: O chefe (rindo). Sim.

Em alguns momentos, Will se arrisca a produzir palavras das quais ele não tem certeza. No excerto (7), ele utiliza “dançaroa” e “dançadora” para a palavra “dançarina”. Gabi escreve a palavra correta no *chat*, mas dessa vez não a pronuncia.

No excerto (8), Gabi corrige a fala de Will com relação às palavras “madura” e “maturidade”, uma vez que ele novamente se arrisca ao dizer “matureza”. Nesse caso, Gabi interrompe Will para esclarecer o uso da palavra correta. Seu esclarecimento aparece em forma de exemplos contextualizados em sentenças de modo a mostrar a diferença em se dizer “madura” ou “maturidade”.

Excerto (7):

- Will: Sim... e se... você não huh... não quer... ser... uma huh...  
 professora huh... depois, você pode trabalhar como uma  
 dançaroa? Dançadora do ventre, não?
- Gabi: (Escreve a palavra correta no *chat* – «dançarina») Ah, não!!!  
 (ri)
- Will: (Lendo o que ela escreveu no *chat*) Dançarina. (rindo)

Excerto (8):

- Will: Mas, acho que... no Brasil, você é mais huh... matur...  
 matureza? Você tem mais matureza? Porque... prá ser...
- Gabi: Pera aí (escrevendo no *chat*). Ma... é mat... A gente diz  
 «madura», «Você é mais madura» ou «Você tem maturidade.»
- Will: Maturidade, si. Madura... huh... Não sei se é verdade,  
 mas... parece que sim, às vezes.

O enfoque na forma aparece também quando há necessidade de se esclarecer o significado do que foi dito pelos interagentes ou por dificuldade de compreensão da parte de um deles. No excerto (9),

a confusão se dá pela semelhança de grafia e pronúncia das palavras “anterior” e “interior”. Gabi resolve a confusão enfatizando que disse “anterior”, o que pode ser observado pelo uso das letras maiúsculas na transcrição da interação. Além disso, ela escreve a palavra no *chat*.

Excerto (9):

- Gabi: Mas, eu voto, eu sempre voto. Eu gosto de fazer o meu dever. E... eu voto... voto na... o ano passado eu não votei porque eu não tava aqui, mas eu votei no Lula... nas outras eleições e eu apoio a Dilma, também. Porque... eu acho que... que a política deles é mais liberal... (parceiro anota o que ela diz) exatamente como você falou... (sorriso) Porque a política anterior, que era do PSDB, o outro partido.
- Will: Sim... heh... a política do interior é distinto... huh... distinta ou muito diferente que a política das cidades?
- Gabi: (Pausa) A política das cidades?
- Will: O... I... você... huh... diz que... a política do interior... do país é um pouco mais...
- Gabi: Ah, não, não!!! A política ANTERIOR (escrevendo a palavra no *chat*).
- Will: Oh, anterior..., ANterior...
- Gabi: Isso! (pausa) É... o outro, o outro presidente, antes do Lula.
- Will: Ah, sim.

Há ainda ocorrências nas quais as explicações sobre itens lexicais são mais detalhadas, como acontecem nos excertos (10) e (11).

No excerto (10), a partir da incompreensão da palavra “quietinho” por Will, Gabi procura utilizar a metalinguagem e a tradução em inglês para explicar a formação da palavra. Will apresenta dificuldades em pronunciar a palavra corretamente, por isso Gabi escreve a palavra no *chat* várias vezes.

Excerto (10):

- Gabi: Você tem cara de ser super quietinho.
- Will: Cara copotino?
- Gabi: (escrevendo) Quietinho.
- Will: Quietino.
- Gabi: Quietinho... Isso. Very quiet.
- Will: Ah, sim?

- Gabi: Sim. Você conhece... é... é o que só trabalha e vai para a faculdade. (...) Ou não? (ri)  
 Will: (Rindo) Quietinho? E o que significa «quinentinha»?  
 Gabi: Quietinha? Huh... (escrevendo no *chat*) Quiet? Mas é...  
 Will: Si, sim. Então...  
 Gabi: Então, é quietinho. A palavra é quieto (escrevendo no *chat*).  
 Will: Quietto (escrevendo)  
 Gabi: Isso. Quietinho é... «little quiet».  
 Will: Ok, ok (ri). Sim, sim. Eu acho que sim.

No excerto (11), Gabi e Will falam sobre a falta de tempo em função de suas atividades na faculdade. Gabi fala, então, sobre o estágio que deve fazer para a sua formação como professora. Will desconhece o significado da palavra “estágio” e Gabi explica. Logo em seguida, Will tem dúvida sobre como usar o advérbio “também”, equivalente a *either* para dizer que sua parceira também não tem muito tempo livre. Gabi apenas diz que “também” equivale a *either* ou *neither*, mas não fornece exemplos, o que poderia facilitar o entendimento do seu parceiro e enriquecer seu vocabulário e conhecimento de estruturas da língua portuguesa.

Excerto (11):

- Gabi: Também. Eu... eu dou aula, né? Mas.... Eh...O problema é que as minhas aulas são estágio... você entende «estágio»?  
 Will: «Estágio»? Não.  
 Gabi: Estágio... (escrevendo no *chat*) Hum... Quando a gente faz faculdade, no meu curso, aqui no Brasil, de Letras... a gente precisa trabalhar, assim, dar aulas, assim, é obrigatório, faz parte da faculdade, pra aprender.  
 Will: Ok, ok.  
 Gabi: Entendeu? Então, eu comecei a dar aula o ano passado, mas agora, é porque é obrigatório. Eu estudo... de manhã e trabalho à tarde, dou aula à tarde.  
 Will: Ah... então, sim, você não tem muito tempo a ninguém ou huh... «neither»... huh... sim, você não tem...  
 Gabi: Não. Também (escrevendo). Huh huh... Também (escrevendo no *chat*). Também pode ser «neither» ou «either» – também. Tanto na negativa como na afirmativa.  
 Will: Ah, é ambos, não?  
 Gabi: Ambos. Sim (sorri). Não, também não tenho muito tempo.

O excerto (12) mostra uma única ocorrência na qual Gabi, para sanar a dúvida de Will sobre a frase “falta de emprego”, recorre à consulta da tradução da frase para o inglês e não procura explicar o seu significado utilizando a própria língua portuguesa.

Excerto (12):

- Gabi: E o que mudou, assim? Os... os problemas dos Estados são só em... são as empregos... a falta de emprego, ou não? O que mudou na sua vida?
- Will: Falta de emprego?
- Gabi: Hum... (procura no Google Translator e encontra) Un... Unply... Unply... (riso embaraçado porque não consegue pronunciar «unemployment»!)
- Will: Oh!
- Gabi: (Sorrindo) Sorry!
- Will: Não não não não! Izo é uma... problema muito grande.. hum...mas... acho que também... hum... nossas huh... nos poli... nossos políticos não están hum... fazendo cada coisa que... que podem

Por fim, o excerto (13) corresponde ao enfoque na forma referente a um aspecto gramatical. Nesse exemplo, Will apresenta dificuldade em encontrar a forma do pretérito imperfeito do verbo “ter”. Gabi, ao perceber a hesitação de Will para dizer o verbo na forma correta, a fornece de maneira oral e escrita.

Excerto (13):

- Will: Huh... (pausa para pensar) ainda assim. Mas... ele... huh... não sei. Não sei se eu tenho a confiança muito que... que... huh... tim... tiv... que eu... (tentando achar a forma verbal).
- Gabi: que você TINHA! (escreve no *chat*).
- Will: Sim! Tinha... huh... ao passado... no passado... sim, sim.

#### 4 Conclusões sobre a análise dos dados

Pela descrição dos episódios com enfoque na forma nessa interação, pode-se interpretar que a alta recorrência de episódios em que há o tratamento do léxico da língua portuguesa se dá em função de algumas limitações de conhecimento da LE do aprendiz. Will apresenta um bom nível de proficiência em português, já que ele consegue conduzir

uma conversa na língua-alvo e falar sobre diversos assuntos. No entanto, ele ainda precisa da mediação de sua parceira para produzir o vocabulário adequado em alguns momentos. A aquisição de vocabulário permanece um ponto a ser constantemente desenvolvido, mesmo quando o aprendiz já possui conhecimento das estruturas básicas da língua estrangeira.

Assim como foi demonstrado no estudo de Williams (1999), os dados deste trabalho mostram que o enfoque na forma iniciado espontaneamente pelo aprendiz referente ao léxico e ao significado é muito mais recorrente do que qualquer outro aspecto da língua. Nas interações de teletandem analisadas neste estudo, o enfoque na forma é incidental, uma vez que as dúvidas sobre e as dificuldades na LE emergem do próprio uso da língua estrangeira para a comunicação. Nesse caso, a atenção às formas da língua não é previamente definida pelos interagentes. No caso da interação deste estudo, a análise dos dados revela que o enfoque sobre a forma se deu, principalmente, em nível lexical. Tentamos elencar pelo menos quatorze ações colaborativas entre os parceiros pelas quais se dá esse enfoque. Nesses casos, o parceiro:

- fornece uma palavra da língua-alvo ao outro;
- escreve as palavras novas no *chat*;
- fornece tradução de uma palavra desconhecida para explicar sua formação, consulta e discute a tradução com o parceiro mais proficiente;
- faz correções explícitas e implícitas;
- usa a reformulação como estratégia de correção;
- retifica, de maneira explícita ou implícita, a pronúncia de uma palavra pronunciada incorretamente;
- busca a ajuda do parceiro de teletandem para produzir a palavra correta;
- auxilia o parceiro a aprofundar sua compreensão das nuances de sentido e de uso das palavras de sua língua;
- completa a palavra iniciada pelo parceiro e a escreve no *chat*;
- considera os usos e os contextos de usos dos registros linguísticos e os explicita;
- tenta encontrar a palavra adequada com a ajuda do parceiro;
- esclarece ao parceiro o uso da palavra de modo correto,

- padrão ou não padrão;
- fornece exemplos contextualizados em sentenças, para mostrar as diferenças entre formas e palavras e esclarecer o significado do que foi dito;
- utiliza a metalinguagem para explicar a formação da palavra.

No que concerne à formação do professor, depreende-se, então, que o professor de LE precisa estar preparado para lidar com a metalinguagem na língua-alvo e com as estratégias necessárias para o tratamento do léxico. Além disso, a partir desses dados, verifica-se que ao professor cabe, também, refletir sobre as maneiras adequadas de fazer a correção da produção do aluno.

Do ponto de vista interacional, nota-se que o teletandem, por ser um contexto no qual os aprendizes utilizam a LE para conversar livremente sobre diferentes assuntos, permite identificar as reais necessidades do aprendiz e as maneiras adequadas de lidar com tais necessidades. O resultado é a potencialização desse contexto de aprendizagem para o desenvolvimento da competência linguístico-comunicativa do aprendiz, a partir da conscientização da relação entre forma e significado (desenvolvimento sintático e semântico) e da negociação de significados, o que é inerente a qualquer contexto comunicacional.

## **5 Implicações para os cursos de formação de professores de línguas**

No curso de Licenciatura em Letras, o teletandem pode ser uma ferramenta auxiliar na formação do futuro professor de línguas para atuar nos novos contextos de ensino e aprendizagem de línguas, instaurados pelo uso das novas tecnologias, principalmente da internet. A participação dos alunos (professores em formação) em interações de teletandem como parte constituinte das aulas de prática de ensino permite que estes reflitam sobre sua prática docente diante das novas realidades dos contextos de ensino à distância e sobre as competências que lhes são necessárias para a atuação nesses contextos. Assim, além de terem a chance de melhorar seus níveis de proficiência na língua estrangeira que vão ensinar, os futuros professores constroem sua própria prática.

A partir da descrição de uma interação de teletandem feita neste trabalho, observa-se a importância de se estudarem e discutirem

as maneiras de fazer a correção da produção do aluno e o impacto da correção para o aprendizado, avaliando-se os resultados obtidos. Esse seria um aspecto a ser tratado nas sessões de mediação, nas quais os professores em formação interagem com profissionais mais experientes tanto na língua-alvo quanto na prática de ensino da mesma.

O enfoque na forma também merece atenção nas sessões de mediação. Nelas, podem ser criados contextos reflexivos e colaborativos nos quais os professores em formação possam refletir sobre *como* e em *quais momentos* fazer explicitações sobre a língua-alvo, a partir de exemplos retirados das interações. O enfoque na forma e a reflexão sobre o seu uso no processo de ensino e aprendizagem de LE podem contribuir para o desenvolvimento da competência metalinguística dos professores. Isso porque o domínio da terminologia e da metalinguagem dos conteúdos a serem ensinados constitui uma das habilidades específicas do professor de línguas, juntamente com a competência discursiva para o tratamento dos conteúdos da língua.

A capacidade do professor de LE de falar sobre a forma e o uso da língua é um dos aspectos definidores do domínio específico de uso da língua para esse profissional, segundo Elder (1994) e Martins (2005). Não obstante, ele deve ter a capacidade para produzir insumo estruturado e adequado na língua-alvo e modificá-lo sempre que necessário, de modo a ser compreensível ao aprendiz.

A formação do professor de línguas deve buscar a interação entre conhecimento teórico e conhecimento prático. A construção pessoal da prática pedagógica de cada um se dá, além de outras maneiras, pelas oportunidades de o futuro professor ter “explicitado para si próprio suas concepções sobre linguagem, ensinar e aprender” (VIEIRA-ABRAHÃO, 2004), proporcionadas por suas experiências relevantes como aprendiz e como professor.

## **Considerações finais**

Neste trabalho, foram discutidas questões relacionadas ao ensino e à aprendizagem de línguas via teletandem, do ponto de vista da formação do professor de LE e do desenvolvimento da competência linguístico-comunicativa dos interagentes. Buscou-se traçar considerações sobre a realidade imposta pelo uso das novas tecnologias no ensino de línguas estrangeiras e as consequências para a formação didática e linguística dos futuros professores.

A análise proposta pautou-se na descrição dos episódios com enfoque na forma da língua portuguesa. Na interação selecionada para este estudo, pudemos observar o prevalecimento do enfoque na forma referente ao tratamento do léxico por meio de, pelo menos, 14 ações colaborativas entre os pares que propiciam momentos de explicitação sobre o vocabulário do português. São momentos nos quais a interagente brasileira auxilia seu parceiro na produção da palavra adequada, seja fornecendo a palavra correta, elucidando significado, estabelecendo distinções e nuances de significados, seja corrigindo os desvios de vocabulário do interagente americano (momentos em que o interagente americano utiliza vocábulos considerados inadequados pela interagente brasileira). A presença da correção dos desvios levou à discussão da necessidade de refletir sobre esse aspecto nas sessões de mediação no teletandem e, de maneira mais ampla, na formação do professor de línguas.

As experiências com o teletandem possibilitam a reflexão do futuro professor a respeito do que faz nesse novo contexto de aprendizagem de línguas. A mediação, por sua vez, leva interagentes e mediadores a trabalharem em colaboração para sua emancipação profissional, de modo a atuarem seja em contextos de ensino de línguas presenciais, seja à distância.

Há duas limitações importantes deste nosso estudo a serem, por fim, consideradas. A primeira diz respeito ao fato de termos focado nossa análise somente nos dados de uma interação entre uma brasileira e um americano e não, também, o reverso, já que estávamos tratando de colaboração *online* entre parceiros. A segunda limitação diz respeito ao fato de mencionarmos a importância das sessões sobre mediação sem trazermos dados sobre elas. Embora desejássemos ter trazido ambos os dados para análise, por questões de espaço, optamos pelos recortes que aqui apresentamos para tratar da complexidade do tema. No entanto, acreditamos que, na primeira limitação, o exemplo trazido para análise (entre uma brasileira e um americano) ainda apresenta, de modo satisfatório e provocador, os fenômenos que optamos por focar neste artigo. Certamente, não desejando encerrar as questões aqui apresentadas com apenas um artigo, procuramos abrir espaço para futuros estudos acerca do reverso (o americano interagindo com a brasileira) e dos fenômenos inerentes às sessões de mediação constantes na base de dados do projeto Teletandem Brasil. Ambas as limitações, porém, são aqui apontadas para consideração de nossos leitores.

## Referências

ABRAHÃO, M. H. V. Uso da tecnologia na formação inicial do professor de línguas no Projeto Teletandem Brasil – Línguas estrangeiras para todos. In: BARCELOS, A. M. F. (Org.). *Linguística Aplicada: reflexões sobre ensino e aprendizagem de língua materna e língua estrangeira*. Campinas: Pontes, 2011.

ALMEIDA FILHO, J. C. P. Maneiras de credenciar-se na área de ensino de português a falantes de outras línguas. In: ALMEIDA FILHO, J. C. P.; CUNHA, M. J. C. (Org.). *Projetos iniciais em português para falantes de outras línguas*. Campinas, Pontes: 2007. p. 33-37.

BELL, N. Comparing Playful and Nonplayful Incidental Attention to Form. *Language Learning*, v. 62, n. 1, p. 236-265, 2012.

BELZ, J. A. Social Dimensions of Telecollaborative Language Study. *Language Learning and Technology*, v. 6, n. 1, p. 60-81, 2002.

BRAGA, D. B. Práticas letradas digitais: considerações sobre possibilidades de ensino e de reflexão social crítica. In: ARAÚJO, J. C. (Org.). *Internet & ensino: novos gêneros, outros desafios*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. *Diretrizes curriculares nacionais para a formação de professores de educação básica*. Brasília (DF): Conselho Nacional de Educação, 2002.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CP nº 1, de 18 de fevereiro de 2002. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/res1\\_2.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/res1_2.pdf). Acesso em: 29 abr. 2013.

CANDIDO, J. *Sessões de orientação e suas perspectivas para o curso de Letras*. 2010. 230 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto, 2010. Disponível em: <<http://www.teletandembrasil.org/site/docs/CANDIDO.pdf>>. Acesso em: 9 jan. 2015.

CAVALARI, S. M. S. *A auto-avaliação em um contexto de ensino-aprendizagem de línguas em tandem via chat*. 2009. 269 f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto, 2009. Disponível em: <<http://www.teletandembrasil.org/site/docs/SPATI.pdf>>. Acesso em: 9 jan. 2015.

ELDER, C. Performance Testing as a Benchmark for LOTE Teacher Education. *Melbourne Papers in Language Testing*, v. 3, n. 1, p. 1-25, 1994.

ELLIS, R. Investigating Form-focused Instruction. *Language Learning*, v. 51, suppl. 1, p. 1-46, 2001.

FUNO, L. B. A. *Teletandem e formação contínua de professores vinculados à rede pública de ensino do interior paulista: um estudo de caso*. 2011. 195 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto, 2011. Disponível em: <[http://base.repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/93894/funo\\_lba\\_me\\_sjrp.pdf?sequence=1](http://base.repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/93894/funo_lba_me_sjrp.pdf?sequence=1)>. Acesso em: 9 jan. 2015.

KANEOYA, M. L. C. K. *A formação inicial de professoras de línguas para/em contexto mediado pelo computador (teletandem): um diálogo entre crenças, discurso e reflexão profissional*. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto, 2008.

LEONE, P. Leadership in Multimodal Computer-mediated Second Language Communication for Reciprocal Learning. *Journal of E-Learning and Knowledge Society*, v. 8, n. 3, p. 55-66, 2012. Disponível em: <[http://services.economia.unitn.it/ojs/index.php/Je-LKS\\_EN/article/viewFile/642/641](http://services.economia.unitn.it/ojs/index.php/Je-LKS_EN/article/viewFile/642/641)>. Acesso em: 29 nov. 2013.

LONG, M. Focus on Form: A Design Feature in Language Teaching Methodology. In: DEBOT, K.; GINSBERG, R.; KRAMSCH, C. (Ed.). *Foreign Language Research in Cross-cultural Perspective*. Amsterdam: John Benjamins, 1991.

MARTINS, T. H. B. *Subsídios para a elaboração de um exame de proficiência para professores de inglês*. 2005. 115 f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

SANTOS, G. R. *Características da interação no contexto de aprendizagem in-tandem*. 2008. 197 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto, 2008. Disponível em: <<http://www.teletandembrasil.org/site/docs/DissertacaoGersonRossi.pdf>>. Acesso em: 9 jan. 2015.

SCARAMUCCI, M. Proficiência em LE: considerações terminológicas e conceituais. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, Campinas, v. 36, n. 11, p. 11-22, 2000.

SCHMIDT, R. The Role of Consciousness in Second Language Learning. *Applied Linguistics*, n. 11, p. 129-158, 1990.

SCHMIDT, R. Attention. In: ROBINSON, P. (Ed.). *Cognition and Second Language Instruction*. Cambridge (UK): Cambridge University Press, 2001.

SCHMIDT, R.; FROTA, S. Developing Basic Conversational Ability in a Second Language: A Case Study of an Adult Learner of Portuguese. In: DAY, R. (Ed.). *Talking to Learn: Conversation in Second Language Learning*. Rowley: Newbury House, 1986.

SONTAG, D. M. *A Learning Theory for 21st Century Students*. Disponível em: <<http://www.editlib.org/d/104246>>. Acesso em: 9 jan. 2015.

SPADA, N. Form-focussed Instruction and Second Language Acquisition: A Review of Classroom and Laboratory Research. *Language Teaching*, v. 30, p. 73-87, 1997.

SWAIN, M. Communicative Competence: Some Roles of Comprehensible Input and Comprehensible Output in its Development. In: GASS, S.; MADDEN, C. (Ed.). *Input in Second Language Acquisition*. Rowley: Newbury House, 1985. p. 235-253.

SWAIN, M. The Output Hypothesis and Beyond: Mediating Acquisition through Collaborative Dialogue. In: LANTOLF, J. P. (Ed.). *Sociocultural Theory and Second Language Learning*. Oxford (UK): Oxford University Press, 2000.

SWAIN, M.; BROOKS, L.; TOCALLI-BELLER, A. Peer-peer Dialogue as a Means of Second Language Learning. *Annual Review of Applied Linguistics*, n. 22, p. 171-185, 2002.

SWAIN, M.; LAPKIN, S. Interaction and Second Language Learning: Two Adolescent French Immersion Students Working Together. *Modern Language Journal*, v. 82, n. 3, p. 320-337, 1998.

TELLES, J. A. *Teletandem Brasil: línguas estrangeiras para todos*. Projeto apresentado ao CNPQ nº 061/2005 (Seleção pública de projetos de pesquisa nas áreas de Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas). Faculdade de Ciências e Letras, Departamento de Educação, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2006.

TELLES, J. A. *Teletandem: um contexto virtual, autônomo e colaborativo para a aprendizagem de línguas estrangeiras do século XXI*. Campinas: Pontes, 2009.

TELLES, J. A.; VASSALLO, M. L. Foreign Language Learning In-tandem: Teletandem as an Alternative Proposal in CALLT. *The ESPECIALIST*, v. 27, n. 22, p. 189-212, 2006.

VIEIRA-ABRAHÃO, M. H. Crenças, pressupostos e conhecimentos de alunos-professores de língua estrangeira e sua formação inicial. In: VIEIRA-ABRAHÃO, M. H. (Org.). *Prática de ensino de língua estrangeira: experiências e reflexões*. Campinas: Pontes/ArteLíngua, 2004.

VIEIRA-ABRAHÃO, M. H. A formação inicial e continuada do professor no Teletandem Brasil: línguas estrangeiras para todos. CONFERENCIA INTERNACIONAL DE EDUCACIÓN A DISTANCIA, 2007, Monterrey. *Anais...* Monterrey: Instituto Tecnológico de Monterrey, 2007.

WILLIAMS, J. Learner-generated Attention to Form. *Language Learning*, v. 49, suppl. s1, p. 583-625, 1999.



## **La poétique et les études du langage : vers l'inconnu**

### ***Poetics and Language Studies: Towards the Unknown***

Daiane Neumann

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil.

daiane\_neumann@hotmail.com

La théorie est critique. C'est son aventure. La théorie du langage est une aventure de l'anthropologie. Elle ne peut pas ne pas se hasarder comme théorie du sens, mettre à l'épreuve sa propre historicité, et celle du langage. D'où à la fois elle est particulière, et déborde ses limites.

*Henri Meschonnic*

**Résumé:** La poétique proposée par Henri Meschonnic se construit à partir de l'épistémologie dans le domaine des études du langage, notamment à partir de la linguistique de Ferdinand de Saussure et d'Émile Benveniste. La notion de système chez F. de Saussure et la discussion sur la notion de rythme, la subjectivité dans le langage, la sémantique sans sémiotique chez É. Benveniste donnent les bases sur lesquelles se développe cette théorie. Sans omettre l'historicité de la poétique, ce travail propose de débattre des questions qu'elle peut poser aux études du langage actuelles, surtout celles relatives au domaine de la linguistique de l'énonciation et du discours. C'est le discours qui prime pour la poétique, ce qui amène à un rapprochement entre les études du langage et les études de la littérature,

donc à une modification du point de vue et de l'objet d'étude. Réfléchir à ce changement de point de vue et aux nouveaux objets que nous pouvons y trouver c'est ce que nous nous proposons de faire.

**Mots-clés:** Poétique; Études du langage; Linguistique de l'énonciation.

**Abstract:** Henri Meschonnic's poetics is built considering the epistemology from language studies, especially from the Linguistics of Ferdinand de Saussure and Émile Benveniste. The notion of system established by Saussure and the discussions about rhythm, subjectivity in language, the semantic without semiotic, proposed by Benveniste are the basis to this theory. Regarding this historicity, this paper discusses some questions which can be addressed to the Linguistics of Enunciation and of Discourse. The study of discourse is primary to poetics. Therefore it approaches language and literature studies, thus changing the point of view and the object of study. We propose, in this article, to discuss this change of point of view and these new objects of study which can arise from this change.

**Keywords:** Poetics; Languages studies; Linguistics of enunciation.

Recebido em 27 de maio de 2014.

Aprovado em 15 de setembro de 2014.

La poétique proposée par Henri Meschonnic est construite à partir de la pensée de Ferdinand de Saussure et d'Émile Benveniste.<sup>1</sup> Ce premier développe une théorie du langage dans la continuité de la pensée de ces deux grands linguistes, non seulement parce qu'il fait

---

<sup>1</sup> Selon Jürgend Trabant (2005), les trois auteurs de H. Meschonnic sont Wilhelm von Humboldt, Ferdinand de Saussure et Émile Benveniste. Je ne discuterai pas ici de l'influence de W. von Humboldt dans le développement de la pensée de H. Meschonnic, mon but étant de réfléchir sur les effets de la poétique dans les études du langage occidentales, surtout celles qui se constituent à partir du *Cours de linguistique générale*, soit pour nier soit pour accepter les idées présentées, parfois en relation avec le travail d'É. Benveniste.

preuve de fidélité envers les idées et concepts présentés, mais aussi parce qu'il pense toujours le langage dans son rapport à l'homme, la pensée, la société, la littérature, la culture et d'autres systèmes de signification tels la musique et les arts.

Dans le texte « L'avenir est au sens du langage », publié dans l'oeuvre *Dans le bois de la langue*, H. Meschonnic affirme que Benveniste a inventé un « nouveau concept, celui de discours, dans un vieux mot » (MESCHONNIC, 2008a, p. 189). Pour lui, cela est la « seule invention majeure » (MESCHONNIC, 2008a, p. 189) dans la pensée du langage au XX<sup>e</sup> siècle, après celle de système de F. de Saussure.

À partir de la notion de discours d'Émile Benveniste et de la discussion sur la subjectivité dans le langage, le sémantique sans sémiotique et la reconstruction sémantique du mot « rythme », H. Meschonnic construit la poétique du rythme. La poétique de H. Meschonnic est donc développée dans la continuité de l'œuvre d'É. Benveniste et la notion de système de F. de Saussure.

Elle propose un nouveau paradigme dans le domaine des études du langage donnant la priorité aux études du discours. En effet, elle observe le langage à partir du discours, et non du système de la langue, ce qui amène à un changement de logique de la scientificité qui vise à la reconstitution du domaine sémiotique de la langue, au travers de la classification, de la construction de règles et qui s'inscrit dans le domaine de la métaphysique.

Si nous pensons le langage à partir du discours, des systèmes de discours, comme le dit H. Meschonnic, nous percevons le fonctionnement du continu qui masque le signe. Cela veut dire que, lorsque nous observons le langage à partir du discours, nous ne modifions pas seulement le paradigme scientifique, sinon également le point de vue, l'objet sur lequel nous travaillons.

Je propose ici de réfléchir sur des questions que la poétique pose aux études du langage, notamment celles qui traitent du discours, en linguistique de l'énonciation. Il s'agit de réfléchir sur la manière dont la poétique, construite à partir d'une épistémologie dans le champ des études linguistiques, peut susciter le débat afin de reconsidérer la recherche dans ce domaine.

Pour ce faire, je partirai de la poétique envisagée par H. Meschonnic, surtout des idées abordées dans l'œuvre *Critique du rythme*, permettant de mettre en lumière son historicité. Puis, je soulèverai

plusieurs interrogations adressées aux études du langage pour repenser et remettre en question les idées et conceptions de ce domaine d'étude.

## 1 Historicité de la poétique

La poétique de Henri Meschonnic naît de la problématisation du rythme. Le théoricien montre que le rythme est généralement conçu comme une structure, un niveau, et non comme une notion sémantique. Par conséquent, la distinction faite entre forme et sens, rythme et sens est homologue aux distinctions de catégorisation grammaticale entre lexique, syntaxe et morphologie.

Pourtant, É. Benveniste déstabilise la notion de rythme dans son article « La notion de 'rythme' dans son expression linguistique », publié dans l'ouvrage *Problèmes de linguistique générale 2*. Il sort de la discussion du rythme, appartenant à la théorie du signe, pour rentrer dans celle du discours. Même si Benveniste n'a pas développé la poétique du rythme, il a été le seul à l'avoir rendue possible.

Dans le texte d'É. Benveniste, celui-ci affirme que le verbe « tropos » était utilisé par les présocratiques pour désigner le va-et-vient de l'eau dans la clepsydre, rendant indissociables l'idée de flux et l'idée de périodicité. Le « rhuthumos » est conçu comme « caractère, disposition » et le terme « tropos » comme celui d'« habitus ». Le verbe « tropos » induit ce sens de récurrence. Le terme « kuma » présente la métaphore de la vague que Platon a appliquée au mot « rhuthumos ». Ainsi, É. Benveniste montre qu'il existait déjà l'idée du régulier, du mesuré avant Platon, mais cette idée figurait dans le mot « kuma », non dans « rhuthumos ».

« Rhuthumos » signifie « organisation formelle ». Le travail d'É. Benveniste révèle un sens « endormi » du mot qui était, selon S. Mallarmé repris par H. Meschonnic (2008b, p. 376), un « nœud rythmique », résultant du rapport retrouvé entre le langage et le temps, le langage et le mouvement.

Selon H. Meschonnic, dans son texte « Crise du signe » toujours dans l'œuvre *Dans le bois de la langue*, Platon a transformé la notion de rythme, en ce sens qu'il a inventé la notion courante, conçue comme naturelle. Ainsi, Platon a fait du continu le discontinu, ce même discontinu que nous observons aujourd'hui dans les représentations du langage, comme les notions de signe, mot, phrase, lexique, morphologie, syntaxe

et de rythme au sens classique, où nous percevons une opposition entre vers et prose. Cette idée du discontinu nous empêche de penser le continu.

Penser le continu dans le langage signifie penser l'effet et le concept ensemble, la relation entre le corps et le langage, entre la langue et la pensée. Pour la poétique, sur le modèle du paradigme linguistique, il y a les paradigmes anthropologique, philosophique, théologique, social et politique qui, ensemble, constituent le signe. Si nous partons du rythme comme organisation du mouvement de la parole dans le langage, nous verrons qu'un autre système émerge.

Si le rythme est une organisation du mouvement de la parole, cette organisation est une activité et un produit du sujet. Comme le dit H. Meschonnic à juste titre, « le rythme n'est plus l'alternance d'un temps fort et d'un temps faible, sur le plan phonique ; le rythme est l'organisation du mouvement de la parole par un sujet » (MESCHONNIC, 2008d, p. 59).

Avec la récupération du « sens endormi » du mot « rythme », le théoricien du langage développe la théorie du rythme. Pour lui, ce dernier organise le mouvement de la parole dans l'écriture et dans l'oralité, mais non comme une opposition entre l'oral et l'écrit, sinon comme une primauté du rythme et de la prosodie en tant que manières de signifier.

Les travaux d'É. Benveniste ne visent pas uniquement à penser la question de la notion de rythme, dans le développement de la poétique, comme sortant du domaine du signe pour rentrer dans le discours. Ils permettent également de réfléchir sur la notion de sujet, de subjectivité dans le langage.

Dans son texte intitulé « De la subjectivité dans le langage » et publié dans l'oeuvre *Problèmes de linguistique générale 2*, É. Benveniste présente le langage comme constitutif de l'homme. Renvoyer à la langue en tant qu'instrument signifie mettre en opposition l'homme et la nature. Le langage n'est donc pas fabriqué par l'homme, mais il est dans la nature de l'homme qui ne peut être atteint si séparé du langage. Selon le linguiste, on ne peut pas concevoir l'homme séparé du langage. L'homme est parlant ; le langage est la définition même de l'homme.

C'est *dans* et *par* le langage que l'homme se constitue comme sujet. Cette subjectivité dont parle l'auteur est liée à la capacité du locuteur de se proposer comme sujet. C'est l'émergence dans l'être d'une propriété fondamentale du langage. « Est 'ego' qui *dit* 'ego' » (BENVENISTE, 1966a, p. 260).

À partir de la discussion d'É. Benveniste, H. Meschonnic développe une anthropologie historique du langage dans la poétique

du rythme. Pour lui, le sens est une activité du sujet, le rythme est une organisation du sens dans le discours, par conséquent, le rythme est une organisation ou configuration du sujet dans son discours. Une théorie du rythme dans le discours est donc une théorie du sujet dans le langage, le sujet est pour H. Meschonnic « comparable à l'origine du langage » (MESCHONNIC, 2009, p. 71).

Le rythme mène la théorie du signe vers une théorie du discours. L'unité du rythme, sa seule unité, est le discours comme inscription d'un sujet. Cela nous permet de dire qu'il est l'élément anthropologique capital dans le langage. La subjectivité découle alors de la transformation des sens ou des valeurs dans la langue en valeurs du discours, et seulement du discours, à tous les niveaux. La subjectivité est donc différentielle, systématique ; le rythme est système.

Une fois que l'écriture peut produire une reprise indéfinie de lecture, la subjectivité devient une intersubjectivité, une transsubjectivité, mais pas une intrasubjectivité. Cette écriture est prise comme une énonciation qui n'est pas le simple résultat d'un énoncé, mais celui d'une chaîne de re-énonciations.

Le rythme, en tant que sens du sujet, met la poésie dans l'aventure historique des sujets et neutralise, par la créativité du « je » généralisé, l'opposition du sujet et de l'objet. La critique du rythme impose une autre éthique, celle du sens, de l'historicité des valeurs.

Pour la poétique, le sujet d'énonciation devient le sujet par son discours, à partir de la notion du « radicalement arbitraire » de F. de Saussure. La problématique du rythme est la théorie et la pratique du système contre la réduction au mot, au nom. L'arbitraire et le rythme sont liés par la même problématique, car leurs valeurs et leurs sens sont construits dans un système, dans ses relations internes.

H. Meschonnic, à l'instar d'É. Benveniste, ne fait pas une lecture structuraliste du *Cours de linguistique générale*. Pour lui, le radicalement arbitraire du signe est la condition de l'historicité radicale du langage et du discours. La pensée du fonctionnement s'oppose à l'origine et aux subdivisions traditionnelles (lexique, morphologie et syntaxe), la valeur s'oppose à la notion de sens et le système à la notion d'historicisme, nomenclature et structure.

Selon G. Dessons (2006), on ne peut pas dissocier le rythme d'une conception du langage comme radicalement historique, alors le

rythme constitue le langage non seulement comme langue, mais comme discours ; non comme signe, mais comme signifiance, non dans les subdivisions traditionnelles critiquées par F. de Saussure, mais comme système ; non comme sens, mais comme valeur, non comme origine, mais comme fonctionnement ; non dans la polarité entre convention et nature, mais dans le radicalement arbitraire compris comme historique.

L'inconscient du langage travaille avec l'inconscient des sujets, et, dans le poème, le rythme contraint l'inconscient linguistique à sa valeur de système. Pour H. Meschonnic (2009), l'organisation du sens du sujet neutralise l'opposition entre le conscient et l'inconscient. Il neutralise le vouloir dire par la signifiance ; le texte porte la signifiance, non l'intention.

Le rythme dans le sens et le sujet, et le sujet et le sens dans le rythme font du rythme une configuration de l'énonciation autant que de l'énoncé. Le rythme génère une anti-sémiotique car il prouve que le poème n'est pas fait de signes, même s'il se compose de signes.

L'antériorité du rythme est la priorité d'un élément du discours sur un autre, que sont les mots, leurs sens. Pourtant, la priorité du rythme sur les sens des mots est indissociable de ces mots, même si le rythme établit un autre sens. « Priorité sur la pensée, antériorité chronologique du mètre, le rythme est aussi, d'abord une antériorité anthropologique, une préhistoire en nous » (MESCHONNIC, 2009, p. 100).

Les rythmes sont les parties les plus archaïques du langage. Ils sont dans le discours un mode linguistique pré-individuel, inconscient comme le fonctionnement du langage. Ils sont dans le discours un élément de l'histoire individuelle ; ainsi, le rythme est l'organisation du sens du sujet, d'un inconscient dans le discours. Il n'existe pas chez lui de double articulation.

É. Benveniste soulève une considération majeure en affirmant que les œuvres d'art, dans leur singularité, ont le sémantique sans sémiotique, tandis que la langue est le seul système à posséder les modes sémantique et sémiotique<sup>2</sup>. Cette question discutée par le linguiste dans

---

<sup>2</sup> Dans le texte « Sémiologie de la langue », É. Benveniste définit le domaine sémiotique comme ce que « désigne le mode de signifiance qui est propre au SIGNE linguistique et qui le constitue comme unité. On peut, pour les besoins de l'analyse, considérer séparément les deux faces du signe, mais sous le rapport de la signifiance, unité il est, unité il reste ». Pourtant, dans le domaine sémantique « nous entrons dans le mode spécifique de signifiance qui est engendré par le DISCOURS. [...] Or le message ne

le texte « Sémiologie de la langue » met, selon H. Meschonnic, la théorie du langage en crise, tandis que nous nous retrouvons devant un conflit créé par le fait qu'un système sémiotique-sémantique, la langue, est l'interprétant des systèmes sémantiques. Cela établit que l'interprétance est donnée par relation sémiotique. Il existe donc un reste indéfini et infini qui échappe à l'interprétation et est un devenir qui ne se réduit pas à la valeur et au sens. La poétique se lance, elle, vers ce devenir irréductible, cet inconnu qui échappe à la dualité du signe, du système sémiotique.

Il existe aussi un conflit entre le « parler-de », fonction du signe, qui présuppose la primauté de l'identité, les mêmes valeurs de référence, et le « dire », l'infini du sens et la valeur de chaque œuvre, qui peut toujours avoir une lecture nouvelle. La question pour H. Meschonnic est de penser : « Comment la relation entre une sémantique sans sémiotique et la langue comme système sémiotique-sémantique peut-elle être elle-même sémiotique ? » (MESCHONNIC, 2008c, p. 410)

Pour lui, cette idée est proposée par É. Benveniste quand il dit que « Ce n'est pas une addition des signes qui produit le sens, c'est au contraire le sens (l'« intenté »), conçu globalement, qui se réalise et se divise en 'signes' particuliers, qui sont les MOTS » (BENVENISTE *apud* MESCHONNIC, 2008c, p. 412). Cette invention du discours par É. Benveniste fait de lui un chemin inévitable pour H. Meschonnic qui pense le continu dans le langage.

H. Meschonnic (1995) sort d'une logique qui pense à travers les unités de la langue. D'après lui, il n'y a que des signifiants, selon des sémantiques sérielles au sein desquelles le terme de signifiant désigne une unité de signifiante dans un système de discours, et non la partie son du signe.

Le rythme est le laboratoire de nouveaux sens. Les métaphores, les visions sont construites chez lui. Il est le représentant de l'incompréhensible, la matière privilégiée de l'aventure anthropologique. Donc, le rythme est une forme intérieure du sens, comme la grammaire est la forme intérieure des langues. Pourtant, le rythme ne peut être système que dans un discours-système. C'est à cause de cela que H. Meschonnic (2009) établit une distinction entre le rythme dans le langage

---

se réduit pas à une addition de signes qui produit le sens, c'est au contraire le sens (l'« intenté ») conçu globalement, qui se réalise et se divise en « signes » particuliers, qui sont les MOTS » (BENVENISTE, 1974, p. 64).

et celui hors du langage, comme en musique, en danse, par exemple. Il peut ainsi démontrer que la spécificité du rythme dans le langage figure dans le discours.

Je définis le rythme dans le langage comme l'organisation des marques par lesquelles les signifiants, linguistiques et extralinguistiques (dans le cas de la communication orale surtout) produisent une sémantique, spécifique, distincte du sens lexical, et que j'appelle la signifiante : c'est-à-dire les valeurs, propres à un discours et à un seul. Ces marques peuvent se situer à tous les « niveaux » du langage : accentuelles, prosodiques, lexicales, syntaxiques. Elles constituent ensemble une paradigmatique et une syntagmatique qui neutralisent précisément la notion de niveau. Contre la réduction courante du « sens » au lexical, la signifiante est de tout le discours, elle est dans chaque consonne, dans chaque voyelle qui, en tant que paradigme et que syntagmatique, dégage des séries. Ainsi les signifiants sont autant syntaxiques que prosodiques. [...] Et le sens étant l'activité du sujet de l'énonciation, le rythme est l'organisation du sujet comme discours dans et par son discours (MESCHONNIC, 2009, p. 217).

L'intérêt réside dans le fait que le rythme n'est pas connu du sujet de l'écriture, du sujet d'énonciation. Le sujet n'est pas le maître de son dire ; le rythme se construit en même temps que le sujet de l'écriture, de l'énonciation. En admettant cela, l'important pour la poésie n'est plus l'euphonie, la beauté, l'ornement, l'expressivité, sinon la manière de vivre-écrire, de signifier. L'esthétique devient pour la poésie et la théorie du langage un fossile théorique, car « La poésie ne renvoie pas à une expérience. Elle la fait. » (MESCHONNIC, 2009, p. 62)

La discussion proposée jusqu'ici, au sujet de la relation entre l'œuvre de H. Meschonnic, celle de F. de Saussure et celle d'É. Benveniste, a offert un aperçu de la poétique autant que des éléments de son historicité en dialogue avec la pensée de ces deux grands linguistes. Ce chemin parcouru a deux objectifs majeurs : comprendre l'enjeu de la poétique et montrer qu'elle se construit sur l'idée que l'on ne peut séparer les études de la langue de celles de la littérature. Tel est ce qu'a essayé de faire Roman Jakobson dans son projet présenté lors de la conférence

intitulée « Closing statements: linguistics and poetics ».<sup>3</sup>

Cette contextualisation est importante pour la suite de ma réflexion concernant le changement de paradigme de la scientificité par la poétique, ainsi que les questions susceptibles d'être posées aux études linguistiques à partir de la poétique. Par exemple, quels sont les objets construits si l'on change de point de vue, si l'on sort du domaine de la langue et rentre dans le discours ? En quoi le point de vue sur le discours peut-il rapprocher les études du langage de celles de la littérature ?

## 2 Les effets de la poétique sur les études du langage

Le premier effet de la poétique est de remettre en question le paradigme de la scientificité dans le domaine des études du langage. Je renvoie ici à la citation de Henri Meschonnic, celle citée au tout début du présent article : « La théorie est critique. C'est son aventure. La théorie du langage est une aventure de l'anthropologie. Elle ne peut pas ne pas se hasarder comme théorie du sens, mettre à l'épreuve sa propre historicité, et celle du langage. D'où à la fois elle est particulière et déborde ses limites. »

Il existe une implication réciproque entre langage et littérature ; le travail théorique est en même temps un travail éthique et politique. L'aventure poétique et l'aventure théorique deviennent inséparables. Par conséquent, la théorie est toujours une recherche, et non un maintien de ce qui est établi. Elle est donc négative. Sa validité ne résulte pas de ce qu'elle dit, sinon du fait qu'elle avance. « La théorie n'est pas ici l'absolu étymologique où Aristote voyait une contemplation de la vérité, indépendante de toute pratique, de toute poétique [...] Mais la théorie du langage, du rythme, est *théorie de*, au sens, aristotélicien aussi, d'investigation » (MESCHONNIC, 2009, p. 17).

Dans le domaine des études du langage et de la littérature, nous ne pouvons pas confondre théorie et science, autrement nous ne rejetons pas les schémas construits ni ne recherchons l'inconnu, le nouveau qui peut être pensé.

La conception du langage qui intervient dans l'œuvre d'É. Benveniste, lorsque ce dernier avance que le discours est unique, singulier

---

<sup>3</sup> JAKOBSON, R. Linguistique et poétique. In : *Essais de linguistique générale*. Paris : Éditions de Minuit, 2003. p. 209-248.

dans l'usage de la langue, est transposée par H. Meschonnic pour penser la théorie du langage, la notion de théorie.

La poétique du discours est donc un inaccompli théorique ; elle ne peut pas tout dire, ce qui la rend solidaire d'une linguistique du discours. Nous ne pouvons pas la penser au niveau du signe, puisque la communication et le poème, ainsi que les discours, « débordent » le discours même.

Dans le texte « Benveniste : sémantique sans sémiotique », H. Meschonnic affirme que le développement de la poétique se situe dans l'analyse translinguistique des textes et des œuvres, au travers de l'élaboration d'une métasémantique qui serait construite à partir de la sémantique d'énonciation, proposée par É. Benveniste.

Pour le théoricien, dans « Seul comme Benveniste », la poétique qui n'existe pas chez Benveniste serait la poétique de la métasémantique, qui peut être construite à partir de la sémantique de l'énonciation. La critique du discours faite par la poétique est celle du sujet comme subjectivation, la reprise de la notion de signifiante par une signifiante de la prosodie et du rythme comme sémantique du continu.

La poétique, absente, chez Benveniste, pourrait être cette "métasémantique" (Plg. II, 66) qu'il voyait comme un avenir du sémantique. Peut-être la critique du discours par la poétique serait la reprise du sujet comme subjectivation, la reprise de sa notion de signifiante ("propriété de signifier", Plg. II, 51) par une signifiante de la prosodie et du rythme comme sémantique du continu (MESCHONNIC, 2008b, p. 389).

Selon le théoricien, la réflexion sur le langage, sur ses représentations, existe depuis environ 2 500 ans. Cette réflexion discute notamment le dualisme du signe linguistique, la double abstraction qui considère le langage comme l'alliance entre deux éléments radicalement hétérogènes, le son et le sens, la forme et le contenu. La poétique œuvre à montrer qu'il y a aussi un continu dans le langage, ce que la conception la plus traditionnelle empêche de percevoir.

Selon F. de Saussure, « bien loin que l'objet précède le point de vue, on dirait que c'est le point de vue qui crée l'objet, et d'ailleurs rien ne nous dit d'avance que l'une de ces manières de considérer le fait en question soit antérieure ou supérieure aux autres » (SAUSSURE, 1967,

p. 23). La poétique modifie le point de vue, essaie d'observer le langage à partir du discours, ce qui nous oblige à laisser le dualisme du signe et à chercher les nouveaux objets.

Travailler sur le discours ne signifie pas, pour la poétique, partir du point de vue du domaine sémiotique. Autrement dit, cela ne signifie pas observer les catégories de la langue dans le discours, ce que fait normalement la linguistique de l'énonciation. Même si É. Benveniste avait inventé la notion de discours, comme le dit G. Dessons (2006), autour des années 1950, il n'a nullement existé de travail qui réfléchissait sur la constitution même du discours, des discours particuliers, sur le fonctionnement des éléments hors catégories de la langue ne pouvant être réduits au domaine sémiotique ni être davantage négligés par les études linguistiques.

Lorsque l'on part des catégorisations préfabriquées, du domaine sémiotique, pour travailler sur l'analyse du discours, on réduit celui-ci aux catégories de la langue et, par conséquent, néglige l'articulation même du discours, la manière dont un discours spécifique produit du sens, de l'effet. On empêche ainsi que le texte, l'œuvre, suscite quelque interrogation chez l'analyste, lui permettant d'aller vers l'inconnu du langage. Si l'on rejoint É. Benveniste sur l'existence d'une distinction entre le domaine sémiotique et le domaine sémantique (cf. note 2) et que, dans ce dernier,

le message ne se réduit pas à une succession d'unités à identifier séparément ; ce n'est pas une addition de signes qui produit le sens, c'est au contraire le sens (l'« intenté »), conçu globalement, qui se réalise et se divise en « signes » particuliers, qui sont les MOTS (BENVENISTE, 1974, p. 64),

nous percevons que l'analyse du discours demande un autre regard, une autre approche. Si c'est la totalité qui définit les unités, l'analyse des textes, des œuvres doit être construite depuis la spécificité de chaque objet analysé, en considérant qu'il est constitué par un sujet singulier, historique dont l'énonciation est un acte unique.

Pour la poétique, les textes et les œuvres sont systèmes de valeurs, travaillant sur une sémantique spécifique, différente du sens lexical. Cela nous amène à l'observation des marques linguistiques et extralinguistiques qui peuvent se situer à tous les niveaux de la langue –

accentuel, prosodique, lexical, syntaxique – lesquels constituent ensemble un paradigme et un syntagme.

En laissant les textes et les œuvres nous interroger, en tant qu'objets uniques et singuliers, qui font en même temps qu'ils disent, nous sommes amenés à un changement de point de vue à l'égard des études du langage et, par conséquent, à constituer de nouveaux objets. Nous attribuons ainsi beaucoup plus d'importance aux aspects accentuels et prosodiques, historiquement négligés par les études du langage, et nous analysons, dans les textes et les œuvres, le rythme, les rimes, les échos prosodiques, la voix, le silence.

La recherche s'enrichit lorsque l'analyste travaille sur le texte littéraire car, selon G. Dessons (2011, p. 40), « le 'poème' se présent[e] comme un discours où le sujet s'engage – au maximum – dans la recherche de ce qui fait de lui un être de signification ». Pour H. Meschonnic :

La littérature est un défi au linguiste qui a peur de la littérature. Le discours est un défi que le langage lance au mot. Le texte est le défi que la littérature lance au discours. L'œuvre est le défi que le long terme du sens lance au texte. Le défi n'est pas l'exception. Il est de chaque moment (MESCHONNIC, 1995, p. 88).

La théorie du langage n'est pas la linguistique, sinon une réflexion sur les problèmes de linguistique, notamment sur les contradictions entre linguistique et littérature. La théorie du langage est critique à l'annulation de cette tension, comme le font les écoles de linguistique qui oublient les questions de littérature, et celles d'héritage littéraire qui ne prêtent pas attention aux problèmes linguistiques.

Les réflexions et considérations ici présentées ont traité de la manière dont la poétique, née à partir d'un cadre épistémologique dans le domaine des études linguistiques, notamment à partir du travail de F. de Saussure et celui d'É. Benveniste, peut questionner le domaine des études du langage, particulièrement les études de l'énonciation et du discours.

Cette position devient importante dès que la poétique comprend la théorie comme critique, négative. La théorie doit être conçue telle une recherche, non un maintien de l'ordre. Elle doit donc chercher l'inconnu dans le langage, permettre aux défis de la littérature d'interroger l'analyste du langage, afin qu'il puisse y trouver cet inconnu.

En se laissant interroger par le langage, afin de chercher l'inconnu, l'analyste doit observer les textes et les œuvres à partir du discours. Il

ne doit pas se restreindre à l'observation des catégories de la langue dans le discours, sinon aux éléments qui ne se réduisent pas au domaine sémiotique de la langue. Les aspects accentuels et prosodiques, négligés par les études linguistiques, deviennent donc constitutifs de la signifiante de l'œuvre, et de nouveaux objets de recherche peuvent être construits.

## Références

- BENVENISTE, É. De la subjectivité dans le langage. In : \_\_\_\_\_. *Problèmes de linguistique générale I*. Paris : Gallimard, 1966a. p. 258-266.
- BENVENISTE, É. La notion de « rythme » dans son expression linguistique. In : \_\_\_\_\_. *Problèmes de linguistique générale I*. Paris : Gallimard, 1966b. p. 327-335.
- BENVENISTE, É. Sémiologie de la langue. In : \_\_\_\_\_. *Problèmes de linguistique générale 2*. Paris : Gallimard, 1974. p. 43-66.
- DESSONS, G. *Émile Benveniste, l'invention du discours*. Paris : Éditions In Press, 2006.
- DESSONS, G. *Le poème*. Paris : Armand Colin, 2011.
- MESCHONNIC, H. *Politique du rythme*. Paris : Éditions Verdier, 1995.
- MESCHONNIC, H. L'avenir est au sens du langage. In : \_\_\_\_\_. *Dans le bois de la langue*. Paris : Éditions Laurence Teper, 2008a. p. 187-199.
- MESCHONNIC, H. Seul comme Benveniste. In : \_\_\_\_\_. *Dans le bois de la langue*. Paris : Éditions Laurence Teper, 2008b. p. 359-389.
- MESCHONNIC, H. Benveniste : sémantique sans sémiotique. In : \_\_\_\_\_. *Dans le bois de la langue*. Paris : Éditions Laurence Teper, 2008c. p. 390-418.
- MESCHONNIC, H. Si la théorie du rythme change toute la théorie du langage change. In : \_\_\_\_\_. *Dans le bois de la langue*. Paris : Éditions Laurence Teper, 2008d. p. 50-70.
- MESCHONNIC, H. *Critique du rythme : anthropologie historique du langage*. Paris : Éditions Verdier, 2009.
- SAUSSURE, F. de. *Cours de linguistique générale*. Édition critique préparée par Tulio de Mauro. Paris : Grande Bibliothèque Payot, 1967.

TRABANT, J. Le Humboldt d'Henri Meschonnic. In : DESSONS, G.; MARTIN, S.; MICHON, P. *Henri Meschonnic, la pensée et le poème*. Paris : Éditions In Press, 2005. p. 175-186.